
UNIVERSIDADE DE ÉVORA
Departamento de
Ecologia Humana

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM : ECOLOGIA HUMANA

MODOS DE INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES AFRICANOS
NO ALGARVE : CASO PARTICULAR DE OLHÃO/QUELFES

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Esperança

Isabel Campos

Este trabalho não inclui as críticas e observações do júri

2006

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM : ECOLOGIA HUMANA**

**MODOS DE INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES AFRICANOS
NO ALGARVE : CASO PARTICULAR DE OLHÃO/QUELFES**



169 89 24

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Esperança

Mestranda: Isabel Campos

ÉVORA

2006

Agradecimentos

Agradecimentos a minha querida filha por todo apoio e disponibilidade e, muito carinho.

Agradecimentos ao meu querido filho que soube suportar com paciência a minha “ausência” durante o período da elaboração da dissertação. Aos meus queridos irmãos.

Agradecimentos ao meu Orientador, por todo apoio e transmissão de conhecimentos sem os quais não teria sido possível a elaboração desta Dissertação.

Agradecimentos pelas palavras encorajadoras da Doutora Marta Cruz.

Dedico este trabalho à minha filha

RESUMO

O fenómeno imigração, está cada vez mais presente nas preocupações de muitos Estados e sociedades. A razão deste aumento é principalmente atribuído às desigualdades na distribuição da riqueza entre as sociedades. Da África subsaariana vêm milhares de homens e mulheres jovens, ávidos de trabalho. Encontram na Europa, em Portugal concretamente, uma sociedade com uma população envelhecida; capital humano que oferece uma mão-de-obra cara e exigente, permitindo que o mercado de trabalho ofereça sempre tarefas a serem desempenhadas por imigrantes ávidos de trabalho e muitas vezes com qualificações muito baixas ou não equiparadas às portuguesas. A inserção de imigrantes africanos na sociedade portuguesa exige deles um esforço de adaptação e, dos portugueses, um esforço de acolhimento. Este processo envolve diversos Modos de Integração. A dissertação que apresentamos é sobre os Modos de Integração dos imigrantes Africanos em Olhão/Quelfes. Numa Perspectiva da Ecologia Humana, aborda-se aqui o passado histórico destes dois povos, envolvendo o recente fenómeno de globalização. Estudamos alguns casos mais representativos desses fenómenos de integração nas suas variantes e tentamos extrair conclusões que possam, no mínimo, melhor auxiliar a compreensão e tratamento deste fenómeno.

Abstract

Integration Modes of African Immigrants in the Algarve. Olhão Case

The phenomenon of immigration is more and more present as the top agenda of most governments and societies. The reason for this increasing concern is mainly attributed to the unequal distribution of wealth among societies. From subsaharian Africa, come millions of young men and women, eager to work. They find in Europe, more precisely Portugal, an aging population; human capital that offers an expensive and demanding work force, allowing the work market to offer jobs that can always be taken by immigrants eager to work and who most of the time have lower qualifications or that are not recognized by the Portuguese standards. The insertion of African immigrants in the Portuguese society demands an effort of adaptation from them and also from the Portuguese and effort towards embracing them. This process has several integration modes. The study presented here refers to these integration modes of the African immigrants in Olhão\Quelfes. Through a Human Ecology perspective, the historical past of both peoples is discussed, involving the most recent phenomenon of globalization. Some of the more representative cases of these immigration phenomena and their variables are studied as an attempt is made to extract some conclusions that allow us to better understand or, at least, to better conduct studies and treatment of this phenomenon.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos

| | |
|------------------------------|---|
| 1- INTRODUÇÃO | 5 |
| 1.1- Contexto de Estudo..... | 5 |
| 1.2- Metodologia | 8 |

I

Ecologia Geral

| | |
|---|----|
| 1 – Definição de Ecologia. Seu papel como Ciência | 10 |
| 1.2. Desenvolvimento Histórico da Ecologia..... | 12 |
| 2 – Ecossistema. Conceito; Definição e caracterização | 14 |
| 2.1-Interacções Bióticas e seu papel na estruturação do Ecossistema | 16 |
| 2.2. Ciclos Biogeoquímicos | 16 |
| 2.2.1. O Ciclo da Água | 18 |
| 2.2.2. Ciclo do Carbono. | 19 |
| 2.2.3. Ciclo do Oxigénio | 21 |
| 2.2.4. Ciclo do Nitrogénio..... | 21 |
| 2.2.5. O Ciclo do Fósforo..... | 22 |
| 2.2.6. O Ciclo do Enxofre..... | 22 |
| 3- Ecologia das Populações | 23 |
| 3.1. Conceito de População..... | 23 |
| 4 - Sucessão Ecológica | 23 |
| 4.1- Definição | 23 |
| 4.2- Biomas..... | 26 |
| 4.3 Ritmos e Flutuações..... | 26 |
| 4.3.1. Migrações | 27 |

II

ECOLOGIA HUMANA

| | |
|--|----|
| 1- Introdução | 32 |
| 2- O Percurso do Homem no Sistema Ambiente..... | 32 |
| 3- Espaço Rural. Espaço Urbano - Envelopes Ecológicos..... | 35 |
| 3.1- A Casa – Envelope Ecológico..... | 37 |
| 4- Demografia | 38 |

III

Relações Históricas entre Europa e África

| | |
|--|----|
| 1- Introdução | |
| 1.1 – Expansão Marítima e Escravatura..... | 41 |
| 1.2 – Transporte dos Escravos..... | 42 |
| 2 - Tentativas de Abolição do Tráfico e da Escravatura..... | 42 |
| 3 - As Primeiras Tentativas de Colonização..... | 44 |
| 3.1. Difusão de culturas na Fixação dos colonos..... | 45 |
| 4 - A Revolução Industrial como Factor da Abolição Escravatura | 46 |
| 4.1 - Da Abolição à Contratação. Contratação ou escravatura disfarçada?..... | 48 |
| 5 –O Peso da História | 51 |
| 6- Independências de África | 51 |
| 6.1. Desafios do Pós Independência | 52 |
| 6.2. Desafios de Reconstrução | 56 |
| 7- As Relações Económicas Entre o Ocidente e África | 60 |
| 7.1. O Que Esperam os Europeus de África? | 63 |
| 8 - O Despertar do Continente Africano | 66 |
| 8.1. Investir nos Recursos Humanos | 69 |
| 8.2. Investir no Sector da Saúde | 76 |
| 8.3. Higiene e Saneamento..... | 80 |
| 8.4. Programas Sociais de Reconstrução..... | 83 |
| 9 – A Corrupção | 87 |
| 9.1 – Os Efeitos da Corrupção na Economia e Desenvolvimento do Estado..... | 89 |

IV MIGRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| 1 – Conceitos | 91 |
| 1.1 – Modelos de Imigração | 92 |
| 1.2 – Descolonização Portuguesa e Aumento da Imigração..... | 93 |
| 2 – Decisão de Emigrar | 94 |
| 2.1 – Dualidade Migratória..... | 100 |
| 3 – Modos de Integração | 101 |
| 3.1 – Assimilação | 103 |
| 3.2 – A Socialização do Imigrante | 105 |
| | |
| 4 – Racismo e Discriminação | 106 |
| 5- Exclusão | 110 |

V

GLOBALIZAÇÃO

| | |
|--|-----|
| 1 – Introdução | 114 |
| 2 – Factores que Contribuíram para o Fenómeno Globalização | 115 |
| 3 – A Globalização e as Tecnologias da Informação e Comunicação | 117 |
| 4 – O Impacto da Globalização na Área Social e Cultural | 118 |
| 4.1 – A globalização e Desigualdades Sociais..... | 118 |
| 4.2 – A globalização e a Cultura..... | 120 |
| 4.2.1 – Padrões Culturais..... | 122 |
| 4.2.2 – Dinamismo Cultural..... | 122 |
| 4.3 – Paralelismo ou Invenção Independente..... | 122 |
| 4.4 – Aculturação | 122 |
| 5 – Dinamismo Cultural ou Globalização? | 123 |
| 5.1 – Conceito de Dinamismo Cultural | 123 |
| 5.2 – Dinamismo Cultural / Globalização | 124 |
| 6 – Globalização na Área Económica | 126 |
| 7 – Globalização e Movimentos Migratórios | 128 |
| 8 – Globalização e Desigualdades entre os “Mundos” | 129 |

VI

ESTUDO DE CASO

| | |
|---|-----|
| 1 – Legislação | 133 |
| 2 - Definição do Ambiente | 136 |
| 3 - Definição de Conceitos Operatórios | 140 |
| 3.1- Definição da População..... | 140 |
| 3.2 - Especificação do Método de Amostragem..... | 140 |
| 3.3 - Cálculo da Dimensão da Amostra | 141 |
| 4 – Caracterização dos Respondentes do Inquérito | 142 |
| 4.1- Condição Sócio-económica dos Imigrantes | 144 |
| 4.2 – Integração dos Imigrantes | 146 |
| 4.3 – Discriminação | 148 |
| 5 – Análise Preliminar da Sondagem aos Portugueses | 150 |
| 5.1 – Questões Metodológicas | 151 |
| 5.2 – Definição da População Portuguesa | 151 |
| 5.3 – Cálculo de Amostragem | 151 |
| 5.4 – Cálculo a Dimensão da Amostra | 151 |
| 5.5 – O Perfil do Respondente Português | 153 |

| | |
|---|------------|
| 5.6 – Como é visto o Imigrante Africano pelos Portugueses | 155 |
| 5.7 – Sentem os Portugueses o Emprego Ameaçado por Imigrantes Africanos?..... | 157 |
| 5.8 – Postura os Portugueses Face a Imigração Ilegal | 157 |
| 5.9 – Opinião Sobre a Cidadania dos Imigrantes Descendentes | 157 |
| 6- Discussão de Resultados..... | 159 |
| CONCLUSÃO..... | 161 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 163 |

ÍNDICE DAS FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – As Diversas Camadas Que Compõem a Atmosfera | 15 |
| Figura 2 – O Sol, Principal Fonte de Energia | 17 |
| Figura 3 – Curso de Água Doce | 19 |
| Figura 4 – Ciclo do Carbono | 20 |
| Figura 5 – Ciclo do Enxofre | 22 |
| Figura 6 – Cultura Intensiva de Algodão | 24 |
| Figura 7 – Cultura Intensiva de Bananas | 25 |
| Figura 8 – Bioma Florestal Tropical | 26 |
| Figura 9 – Bioma de Deserto | 26 |
| Figura 10 – Ilustração da Peste Negra | 38 |
| Figura 11 – Ilustração de Garimpo na Lunda | 58 |
| Figura 12 – Ciclo da Pobreza | 77 |
| Figura 13 – Quadro Clínico de Marasmo / kwashiorkor | 81 |
| Figura 14 – Barco de Imigrantes Africanos Ilegais | 96 |
| Figura 15 – Fotografia do Placar com Informações para os Imigrantes | 98 |
| Figura 16 – Fotografia da “boutique”, de um Imigrante Senegalês | 99 |
| Figura 17 – Fotografia da “boutique” de Ex-imigrante senegalês em Espanha | 99 |
| Figura 18 – Imagem da Doca / Mercado de Olhão | 136 |
| Figura 19 – Mapa Actual do Concelho de Olhão | 136 |
| Figura 20 – Imagem do Largo do Mercado | 138 |
| Figura 21 – Mapa do Algarve | 141 |

ÍNDICE DOS QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Gráfico Circular das Nacionalidades dos Imigrante | 142 |
| Quadro 2 – Gráfico de Barras das Nacionalizações dos Imigrantes | 142 |
| Quadro 3 – Habilitações Literárias dos Inquiridos | 144 |
| Quadro 4 – Reacção dos Colegas Portugueses | 145 |
| Quadro 5 – Cruzamento da Variável Acolhimento / Integração | 146 |
| Quadro 6 – Sentir-se Discriminado | 148 |
| Quadro 7 – Auto Discriminar-se | 148 |
| | |
| Quadro 8 – Discriminação por Outro Imigrante em Gráfico de Barras | 149 |
| Quadro 9 – Opinião Sobre imigrantes que Cometem Crimes | 150 |
| Quadro 10 – Gráfico Circular dos Portugueses Inquiridos por Sexo | 152 |
| Quadro 11 – Idades por Classes dos Portugueses Inquiridos | 153 |
| Quadro 12 – Gráfico de Barras representando Habilitações Lit. Dos Portugueses..... | 153 |
| Quadro 13 – Profissão/Ocupação dos Portugueses Inquiridos | 154 |
| Quadro 14 – Os Piores Trabalhos Cabem aos Imigrantes | 154 |
| Quadro 15 – Imigrantes Trabalham Mais Que os Portugueses | 155 |
| Quadro 16 – Associar Crimes/Violência a Imigrantes Africanos | 156 |
| Quadro 17 – Imigrantes Africanos Cometem Mais Crimes | 156 |
| Quadro 18 – Considerar Cidadania dos Descendentes de Imigrantes | 157 |
| Quadro 19 – Ascensão de Desc. Imig. africanos a Cargos de PR/PM | 158 |

ANEXOS

| | |
|--|-----|
| Anexo 1 - Questionário para a População Portuguesa | 170 |
| Anexo 2 – Questionário para a população Imigrante Africana | 171 |
| | |
| Anexo 3 – Comprovativo do Insucesso e/ou Abandono Escolar dos Filhos dos Imigrantes em Olhão. | 172 |
| | |
| Anexo 4 – Dados Estatísticos Referentes a Reclusos Oriundos dos PALOP, Por Nacionalidade cedidos Gentilmente pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais | 173 |

«Penso que só há um caminho para a ciência...encontrar um problema, ver a sua beleza e apaixonar-se por ele; casar e viver feliz com ele até que a morte vos separe – a não ser que encontrem um outro problema ainda mais fascinante, ou, ou evidentemente, a não ser que obtenham uma solução. Mas, mesmo que obtenham uma solução, poderão então descobrir, para vosso deleite, a existência de toda uma família de problemas-filhos, encantadores ainda que talvez difíceis, para cujo bem-estar poderão trabalhar, com um sentido até ao fim dos vossos dias».

Karl Popper

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contexto do Estudo

Portugal, tradicionalmente conhecido como país de emigração, após o processo de independência das suas antigas colónias, a pouco e pouco foi se tornando num país de imigração. Aquando do maciço regresso dos portugueses residentes nas ex-colónias (pejorativamente tratados por *retornados*), em que se receava que este belo «*jardim a beira mar plantado se afundasse*» com o brutal e repentino aumento da população, eis que em muito pouco tempo e, como que num passo de mágica, esse acúmulo de população “diluiu-se” na sociedade portuguesa. A mágica usada, foram os *modos de integração*.

“*Modos de Integração*” é o tema que nos propusemos abordar, não dos emigrantes regressados das ex-colónias portuguesas, mas, dos “*Imigrantes Africanos no Algarve numa Perspectiva da Ecologia Humana*”, porque a partir de 1975 sensivelmente, o fluxo de africanos vindo das antigas colónias, tornou-se um fenómeno incontornável. Mais incontornável se tem tornado a imigração africana para Portugal, porque as estatísticas têm apontado não só para o aumento do fluxo, como para uma mudança dos países de origem destes imigrantes.

Para esta abordagem centramo-nos em dois dos principais modos de integração : a assimilação e a etnicização. É essencialmente através destes modos de integração que os imigrantes africanos “*reparametrizam*”, *reconstroem as rotinas* necessárias para tornar viável a vida, numa sociedade diferente da sua, e em curto espaço de tempo. Pena Pires¹ conceitualiza a assimilação como o processo que ocorre de uma forma gradual como que “absorção” dos imigrantes que se identifiquem a si mesmos com os diversos circuitos dominantes da sociedade de acolhimento, manifestando interesse nos valores sociais, económicos e culturais da sociedade de acolhimento. O autor usa a palavra «*fusão*» para explicar o processo de absorção que a assimilação envolve os imigrantes que adquirem *memórias, sentimentos e atitudes* dos autóctones ao serem incorporados numa vida social comum. Define por Etnicização, o modo de integração através do qual os imigrantes constroem uma identidade colectiva, no confronto com a reacção da sociedade de acolhimento à sua presença. A etnicização mais não é do que um processo de construção da identidade colectiva de uma população imigrante, que transforma o interesse individual, de raça e cultura em interesse colectivo do grupo, buscando através da convivência tipificações na sociedade de acolhimento, que os ajudem na inserção. Este processo, não vem mencionado na memória cultural dos imigrantes, é decorrente da necessidade que o grupo sente de se defender do “ataque” da reacção dos autóctones à sua presença. Por isso a importância deste segmento da sociedade no processo de integração da população imigrante; as suas reacções sociais à imigração, em que uma eventual emergência de processos de discriminação e estigmatização são passíveis de ocorrer (Pena Pires, 2003), e, não precisam de ser protagonizados pela maioria da população autóctone, basta uma minoria para que os preconceitos tenham efeitos prejudiciais.

¹ Pires, Rui Pena. *Migrações e Integração*. Editora : Celta. Oeiras, 2003. (pp.96 -107).

No decurso da investigação, encontramos dentre os imigrantes africanos dois grupos : os imigrantes provenientes dos PALOP, e os imigrantes africanos oriundos de outros países africanos, em que se incluíam alguns guineenses. Num próximo trabalho de investigação, quiçá tenhamos oportunidade de investigar o porquê dos guineenses se “auto enquadrarem”, se identificarem mais com os senegaleses por exemplo do que com os africanos dos PALOP, com quem conviveram e têm uma história comum. Este enquadramento teve significado na nossa investigação, porque cada um destes grupos, optou maioritariamente por um modo de integração diferente e, encontramos ainda os que se sentem “em trânsito” ou os que se querem esconder por se encontrarem em situação irregular, não manifestando por isso qualquer interesse ou preocupação em se integrarem na vida social do país de imigração.

A forma como estes imigrantes reagem às políticas governamentais, fez-nos crer que estas mesmas políticas, determinam por si só, *modos de integração*. Por exemplo a regulamentação de leis laborais justas, que de certa forma protejam o imigrante do trabalho precário, mal remunerado; a promulgação de diplomas de legalização extraordinária; a concessão de nacionalidade; bem como a reunificação das famílias; a preocupação com a habitação e alojamento, saúde e educação, dos imigrantes e suas famílias, em suma todas as medidas que visem a redução da pobreza e da exclusão social, permitindo o acesso aos recursos económicos e sociais e uma plena participação na sociedade. Um aspecto que influencia os modos de integração e que está mais directamente relacionado com quem acolhe o imigrante, é a forma como o governo regulamenta os fluxos de entrada de imigrantes. Quanto mais “prolongados forem os hiatos” mais se beneficia a “absorção” dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Ou seja quanto mais espaçada for a chegada de novos imigrantes, menos conflitualidade haverá entre autóctones e imigrantes e, quanto menos conturbada a “recepção”, melhor será a integração.

Outro dos aspectos que abordamos no trabalho é como os modos de integração, são fortemente influenciados pelas características dos fluxos imigratórios, das competências e dos recursos que os imigrantes detêm para a construção e concretização dos objectivos iniciais de sua imigração. Outro aspecto que também influencia fortemente o modo de integração, é o carácter do projecto que o imigrante traça a quando da decisão de imigrar. Para uma imigração de carácter provisório, despender-se-á certamente um esforço diminuto de integração, favorecendo à auto exclusão, numa atitude de *“nada tenho a ver com isso, estou a passar uma temporada e nada mais”*; por sua vez numa imigração de carácter definitivo, despender-se um esforço maior de integração.

Em síntese, tentamos explicar que a integração tem em comum o acto de transmitir ao imigrante elementos de pertença e de identidade. Diferem entre si na forma de como o imigrante toma posse, ou tem acesso a esses elementos. Já referimos que os modos de integração são um processo tripartido entre autóctones, governo e imigrante. Acreditamos que a tarefa mais árdua caiba ao imigrante porque é a ele que se exige um trabalho individual, um esforço pessoal de empenhamento e inteligência. O estar atento às oportunidades que se vão abrindo na espiral de acesso e ascensão ao progresso social e económico, definidos pelos grupos dominantes da sociedade de acolhimento, em que para isso será exigido vezes sem conta a rejeição de práticas e atitudes tidas até então como património cultural do imigrante mas, reprovadas por serem consideradas pelo

grupo dominante como inferiores e atrasadas. Ou então optar pelo modo de etnicização como forma de defesa a reacção negativa e estigmatizante da comunidade de acolhimento, conservando todas as práticas culturais e atitudes, marcando uma forma de estar e de ser diferente da cultura da população dominante. Neste modo de integração não há qualquer “fusão”. Em situação mais difícil estarão os imigrantes que recorrendo a redes laterais para introduzirem-se em Portugal, estes independentemente do país de origem, dos seus objectivos de imigração e critérios de decisão, dificilmente buscarão um modo de integração dos que referimos. Observamos que a tendência destes é a auto exclusão.

Conclusão

Face ao facto de Portugal ter visto invertida a sua tendência de país de emigração para país de imigração para os seus ex-colonizados e, mais recentemente ser inundado por uma nova vaga de imigrantes oriundos de outros países de África (que não os referidos), países do Leste da Europa, China, etc., e tendo em conta que cada um destes grupos opta maioritariamente por um modo de integração; na fase de conclusão do Mestrado de Ecologia Humana, decidimo-nos por dissertar sobre o tema : Modos de Integração dos Imigrantes Africanos no Algarve. A condição de imigrante africana no Algarve, teve peso na escolha do tema. Em face disto propusemo-nos :

1- Conhecer a dimensão, distribuição e características dos imigrantes africanos no Algarve optando por limitar o estudo mais concretamente aos residentes em Olhão/Quelfes, por razões económicas e de tempo.

2- Analisar o impacte da imigração na vida de cada um e eventual modo de integração seguido.

Tendo em conta que a população olhanense é na sua grande maioria mais voltada para a pesca, indústria e serviços, e a população de Quelfes para as actividades agrícolas; e porque a indústria tem vindo de contínuo a desaparecer e, a pesca restringida pela União Europeia, pelo que se tem mostrado cada vez menos rentável; restava aos imigrantes africanos a área da construção civil para trabalho e ocupação. A construção civil para a maioria dos homens com baixas qualificações (ou com falta de comprovativo legal de outro nível de formação); e, para a maioria das mulheres, pelas mesmas razões que os homens, restava-lhes a área de serviços. Assim sendo, decidimo-nos por:

1- Auscultação e avaliação da opinião dos portugueses residentes em Olhão/Quelfes, para saber que impacte a presença dos imigrantes africanos causou na sua comunidade e, dada a escassez de postos de trabalho, que ameaça estes representam, uma vez que foi a busca de trabalho que os fez imigrar.

2- a) Saber o que pensam os portugueses sobre os imigrantes de 2ª e 3ª gerações, se os consideravam ou não portugueses;

b) Se consideravam a possibilidade de um destes imigrantes descendentes poder vir a ser Primeiro Ministro ou mesmo Presidente da República Portuguesa, caso já tivessem nascido em Portugal.

1.2 METODOLOGIA

O estudo começou pela pesquisa bibliográfica que beneficiou de dados pré existentes do Instituto Nacional de Estatística (INE, senso de 2001), dado do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Baseamos o nosso estudo nos dados obtidos por inquérito. Aos africanos, dada a especificidade da população de imigrantes africanos, residentes no Concelho de Olhão que pensamos ser uma população de dimensão reduzida e por vezes desconhecida, decidiu-se utilizar o Método de Amostragem Snowball². A partir do conhecimento de alguns elementos desta população, os quais foram incluídos na amostra, foi possível conhecer mais alguns. Estes novos indivíduos por sua vez, foram também incluídos na amostra e através deles foi possível conhecer mais alguns e assim sucessivamente.

Aos inquiridos portugueses, procurou-se introduzir alguma aleatoriedade na selecção dos indivíduos de forma a obter uma amostra mais representativa. Este método de amostragem também só foi possível de aplicar, porque as freguesias em estudo são sobretudo urbanas. Assim decidiu-se partir do Centro de Saúde de Olhão (local frequentado por indivíduos de ambas as Freguesias). Seguiu-se um caminho aleatório, no qual era inquerido o primeiro indivíduo de 20 em 20 passos.

A dissertação estende-se por seis capítulos. O primeiro capítulo começa com a apresentação de conceitos fundamentais e definições sobre Ecologia Geral, seu papel como Ciência, e seu Desenvolvimento Histórico.

No segundo capítulo, definimos Ecologia Humana propriamente dita e suas camadas ecológicas ou envelopes. Lembramos o percurso do Homem e seu relacionamento com o Sistema Ambiente. A demografia e as flutuações que tem sofrido ao longo dos séculos também foi levemente referenciada.

No terceiro capítulo, abordamos com alguma profundidade as relações Históricas que sempre existiram entre a Europa e a África. começamos pela Expansão Marítima, escravatura e sua abolição. Falamos das Figuras e Factos que se destacaram no movimento abolicionista. Em sequência passamos para a Colonização. Falamos dos Desafios do Pós Independência, fizemos uma apreciação do que consideramos sucesso e do que foi claramente um retrocesso na vida do Continente africano e seus povos. Reunimos algumas medidas que estudiosos julgam benéficas para as políticas africanas; e terminamos o capítulo definindo Corrupção e enumeramos alguns dos Efeitos nefastos deste flagelo, na Economia e Desenvolvimento dos Estados.

No capítulo quarto, falamos sobre Migrações. Diferenciamos alguns tipos de migrações e de imigrantes; falamos da Socialização do imigrante; definimos Modos de Integração em que destacamos os principais – Assimilação e Etnicização; enumeramos alguns Problemas Sociológicos como o Racismo, a Discriminação e a Exclusão Social.

No quinto capítulo falamos da Globalização : aspectos negativo e positivo, seu impacto em todas as áreas da vida moderna, desde a Economia, passando pela Educação, Comunicação e Tecnologias e Cultura. Atribuímos à Globalização a mudança nítida que se tem feito notar na composição de imigrantes que têm chegado ultimamente ao

² REIS, Elisabete et al *Sondagens A Amostra como Factor Decisivo de Qualidade*.

Algarve, falamos da nova “vaga” de imigrantes. Terminamos o capítulo relacionando Globalização com aumento das desigualdades na distribuição da riqueza “entre o Mundo rico” e o “Mundo pobre”.

No sexto e último capítulo, apresentamos um Estudo de Caso, mas antes fizemos transcrição da Declaração Universal dos Direitos Humanos que consagra direitos ao “Ser Humano” independentemente de ser imigrante ou não. Estudo de Caso propriamente dito em que começamos por definir o Ambiente onde o realizamos; definimos as populações em estudo. Achamos importante para o estudo, auscultar a opinião dos portugueses, uma vez que os imigrantes africanos vêm para Portugal a procura de um emprego que lhes proporcione um salário e conseqüentemente melhores condições de vida, e sendo o autóctone elemento importante no modo de integração ficaria a investigação pobre se o não fizéssemos. Foi através de inquérito por questionário em que a pergunta chave era : “sente que o seu emprego está ameaçado pela mão-de-obra imigrante?” Calculamos de seguida a amostra da população portuguesa e da população imigrante. Fizemos uma caracterização das populações, analisamos os Dados e terminamos o capítulo com a Discussão dos Resultados. Apresentamos uma Conclusão e finalmente a Bibliografia.

ECOLOGIA GERAL

1 – Definição de Ecologia. Seu papel como Ciência.

Começamos este capítulo com definições e conceitos sobre Ecologia. Ele nos servirá de base de apoio e compreensão à linguagem e terminologia ecológica que iremos utilizar ao longo deste trabalho. Poder-se-á ficar com a impressão de que estamos desviados do tema do nosso estudo “modos de integração”, mas com a continuação perceberemos a importância deste. Mesmo porque considerarmos que a sociedade é o ecossistema em que se desenrolam as interações dos seres humanos uns com os outros e, com os outros seres vivos no meio que os envolve. Começamos pela Ecologia Geral com o objectivo de definirmos conceitos que nos ajude a explicar a auto-suficiência da biosfera nos processos de desenvolvimento. Seguidamente debruçamo-nos sobre a Ecologia Humana que estuda concretamente a relação entre o sistema homem e o sistema ambiente que mais não é do que o conjunto dos seus invólucros ecológicos, quer naturais quer artificiais. Tendo o homem como actor principal, elaboramos este capítulo em que analisamos e denunciámos o seu comportamento, que resultou do uso do seu maior e mais precioso bem a inteligência, passou a descurar e desrespeitar o poder auto suficiente que a biosfera possui, arrogando-se o direito de interferir na sucessão ecológica; por outro lado salientamos a evidente e inegável importância que o homem teve no seu percurso que fizeram dele um vencedor face as adversidades do meio e seus predadores, a forma como se multiplicou ao longo dos tempos.

Define-se Ecologia como sendo a ciência que se ocupa das relações entre os seres vivos e o ambiente em que estão inseridos, condicionados pela energia recebida do sol. A sua importância como ciência que “regula” a continuação dos seres vivos e seus cenários à face da terra, tem sido crescente com o decorrer dos tempos. Seria um erro tentarmos situá-la numa determinada área científica, pelo seu carácter prospectivo, de estudo interdisciplinar, das interações entre as populações e o meio em que se inserem. Gomes guerreiro define Ecologia, como a ciência que nasceu para explicar a vida (1999, pp47-48)³. Não é uma disciplina isolada, é uma nova atitude em relação à vida das populações e do planeta, servindo-se da tecnologia, usando a metodologia para criar modelos como forma de melhor entender o fenómeno do *real*. É através dos modelos matemáticos criados pela ecologia como ciência, que se fazem previsões quantitativas de determinada população num determinado local, em determinada estação do ano. «A Ecologia é a ciência que estuda os sistemas biofísicos que, com a presença do homem, constituem a Biosfera que envolve o globo terrestre. Por ela se procura conhecer a composição, estrutura e funcionamento desses sistemas ou biocenoses inseridos num ambiente definido por factores ecológicos específicos».⁴

³ GUERREIRO, M. Gomes. *O Homem na Perspectiva Ecológica*. Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve. Vila Real de Stº António, 1999.

⁴ *Idem* p.107.

Apoiada na teoria evolutiva, a ecologia como ciência, procura interpretar a biodiversidade, explicando assim os diversos ciclos, ou seja desde a sua origem, como se modificam, diversificam e quais os mecanismos que envolvem estas modificações. «*Como Ciência aplicada, a Ecologia tem um papel cada vez mais importante [...] o panorama ambiental e de desenvolvimento que perspectiva num futuro próximo, não é de modo a inspirar optimismo, atendendo às actuais tendências de crescimento e distribuição da espécie humana; à sobre exploração dos recursos naturais e a não utilização sustentável; à poluição; às alterações climáticas devidas ao “efeito estufa”; [...] as taxas de extinção de espécies são já tão elevadas que não podem ser compensadas pela formação de novas espécies, a escala de tempo relevantes para o homem. A Ecologia pode contribuir para quantificar as taxas de extinção das espécies, identificar suas causas e consequências e tentar mitigar sua intensidade e seu impacto e através da criação de reservas (com áreas e localizações apropriadas) e da gestão das suas populações*».⁵

A ciência tende cada vez mais para a especialização. A Ecologia pelo contrário, mostra-se como uma disciplina de síntese. *É por excelência a ciência do mundo vivo.* Michel Cuisin (1971). Foge da compartimentação e, opta preferencialmente pelo global. Vai a pouco e pouco conseguindo “repor” com segurança parte do património natural (delapidado) quer tocante à fauna, quer à flora. Pelo cuidado e pelo carácter global que a caracteriza, a Ecologia leva anos a estudar as condições de adaptabilidade dos seres vivos e do meio que se tornará no seu *nicho ecológico*.

O ambiente representa realidades, significados, e interesses variados para a sociedade que é o maior ecossistema onde o ser humano se move. Assim cresce a variedade de projectos para ambientes diversos. No mundo dito “civilizado”, torna-se cada vez mais impensável, levar esses projectos adiante sem o parecer sábio e calculado da ecologia, no sentido de minimizar o impacte ambiental ou seja as alterações causadas no meio, e consequentemente na vida dos que nela vivem. Cabe à Ecologia quantificar e posteriormente qualificar o impacte (em positivo ou negativo), no aspecto geofísico e sócio – económico e, sugerir medidas sustentáveis que minimizem o referido impacte. A Ecologia tem sido cada vez mais chamada a interferir activamente na vida da sociedade de hoje. Ramos como a agricultura, agro – alimentar, aquacultura e ordenamento do território, buscam soluções na Ecologia. Não se reconhece no cada vez mais aceso conflito de definições como *generalistas e especialistas*. Tais conceitos não buscam uma unificação de conhecimentos entre os diferentes campos do saber, mas sim o afunilamento entre as actividades criativas e a transição para o conhecimento.

A Ecologia estabelece uma interacção dinâmica com as outras disciplinas. Através da *interdisciplinaridade* dialoga com as outras disciplinas deixando-se igualmente interpretar por elas, como que criando uma ponte que “re-liga” fronteiras anteriormente estabelecidas entre as disciplinas, sem que nenhuma perca o seu carácter particular e com resultados específicos. Com a *multidisciplinaridade* ocorre a justaposição de várias disciplinas, sem implicar equipe e coordenação entre elas. Um outro processo muito semelhante também usado em Ecologia é a *pluridisciplinaridade*. Há um agrupamento de disciplinas, que se reúne para alcançar uma solução para um mesmo problema, mas que os seus saberes não se relacionam directamente. Na *transdisciplinaridade* há uma união de esforços e capacidades para agir, no sentido de se obter colectivamente

⁵ *Ecologia das Populações e das Comunidades pp.6-7.*

soluções para os problemas. Há uma clara identidade de necessidades para a elaboração de programas ou projectos para a minimização do já referido impacte ambiental. *Transdisciplinaridade* é usar “recortes” dos conhecimentos das várias áreas do saber, dando origem a uma amálgama de conhecimentos utilizáveis para a resolução de um problema. Há a considerar a particularidade que a utilização desta reunião de saberes é utilizável num único projecto, numa determinada situação. Citando o Artº 3 da Carta da Transdisciplinaridade (editada pela primeira vez por Basarab Nicolescu), « *a transdisciplinariade é completar à abordagem disciplinar. Ela faz emergir do confronto das disciplinas, novos dados que as articulam entre si; e ela nos oferece uma nova visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não busca o domínio de várias disciplinas, mas a abertura de todas elas naquilo que as atravessa e ultrapassa* ». A prova de que a Ecologia é uma ciência que através da reunião de vários saberes, consegue alcançar soluções para problemas diversos, é que nós encontramos espaço num curso de Ecologia Humana, para abordar o tão complexo problema social – modos de integração.

1.2. Desenvolvimento Histórico da Ecologia

A hereditariedade e o ambiente apenas fazem hominídeos, só a escola os aperfeiçoa fazendo deles verdadeiros homens. A batalha dos problemas entre o sistema homem e sistema ambiente, ganhar-se-á a montante na escola onde se faz a aprendizagem e não a jusante, por muito volumosos que sejam os investimentos.

Gomes Guerreiro

Depois de termos analisado a Ecologia como ciência, passaremos a situá-la no tempo e seus desenvolvimentos e divisões até chegar a um dos seus ramos que é a Ecologia Humana. Como muitas outras ciências a Ecologia já era praticada desde a antiguidade por curiosos de forma empírica sem que os que a praticavam se apercebessem do valor científico da actividade que praticavam. O homem primitivo preocupava-se com determinadas espécies de vegetais e animais procurando enquadrá-los num meio em que as condições climáticas fossem as mais favoráveis para a sua sobrevivência, e quiçá que viessem a obter deles algum benefício nas experimentações. Os descobrimentos marítimos, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, deram um contributo à iniciação da Ecologia ao inventariarem os recursos dos mares dos países por onde passavam. Essa inventariação deu origem aos primeiros termos que caracterizavam as recolhas por famílias de artefactos. Termos como *biogeografia e geobotânica*, resultam destas inventariações. A biogeografia atribuía-se a disciplina que estudava a distribuição dos seres vivos sobre a face da terra. E a geobotânica como a que se encarregava do estudo da distribuição das plantas. Foi em 1866, que o biólogo alemão E. Haeckel pronunciou a palavra *ecologia* pela primeira vez. Etimologicamente a palavra, significa *ciências do habitat. Oikos = habitat; logos = estudo*.⁶

Só em 1895 é que um cientista dinamarquês geobotânico, Eugen Warming, publica o primeiro livro sobre ecologia vegetal. A máquina de guerra americana (a semelhança do que ainda hoje acontece) aplica a Ecologia em fins militares depois da segunda

⁶ Cuisin, Michel *O que é a Ecologia*. (trad. Carlos Almaça). Editora, Livros Horizonte. Lisboa, 1981 (p. 11)

guerra mundial. Mais tarde em 1968, depois da primeira catástrofe com o petróleo em 1967 na Torrey-Canion, a Ecologia dá importante contributo na restauração do ecossistema marinho e na minimização do impacte que esta catástrofe causou na vida das populações.

É no decorrer do Século XX, que a Ecologia surge como Ciência e a partir de 1960 ganha um novo impulso. Em 1961 Labeyrie,⁷ destaca a Ecologia como sendo a Ciência do Real no seu todo. Entende que estudar o ser vivo fora do contexto real em que se encontra resultaria num estudo incompleto quiçá com conclusões prejudiciais para ambos homem – meio, em que se encontram em interacção factores abióticos (sem vida, matéria inorgânica – estrutura do solo, precipitação, temperatura, ar, humidade do ar, etc.) e factores bióticos (com vida – plantas e animais) → ambiente fenomenológico.

A dada altura, a Ecologia é dividida em *auto – ecologia e sinecologia*. A auto – ecologia permitia conhecer o organismo vivo individual ou da espécie e sua adaptação ao meio (de onde mais tarde surge a Ecologia Humana), suas necessidades quantitativas, qualitativas em alimentação seu comportamento social, seus predadores e a acção que exercem sobre outros seres.⁸ A sinecologia por sua vez trata do estudo de grupos de organismos, da unidade nos respectivos ambientes. A sinecologia tanto pode debruçar-se sobre uma pintura de um quadro, em que está em causa o estudo da “unidade”, como noutra vertente pode estudar por exemplo, uma manada de Palancas Negras (só existente em Angola, provavelmente já extinta, ou muito próximo disso). A Ecologia tornou-se uma ciência autónoma com o seu objecto de estudo e seus métodos e conceitos (Michel Lamy). A medida que a investigação aumentava, a Ecologia ganhava várias ramificações. Sectores como a cartografia ecológica, a ecologia dos solos, a ecologia tropical, a dinâmica das populações, a ecologia teórica e evolucionista, foram algumas destas ramificações. Institutos, universidades, museus e outras instituições, são alguns dos locais escolhidos para as investigações e avanços na área da Ecologia. É uma Ciência que se tem tornado cada vez mais actual e, passando por sequências temporais, chega a *Ecologia* que estreita a relação e interacção entre o sistema homem e o sistema natureza, que é a Ecologia Humana. A ecologia como ciência impôs-se e procura dar respostas aos anseios do ser humano que busca justiça e harmonia social que, libertando-se da política, optou por se pautar por modelos matemáticos que tornam real, concreto e objectivo o estudo do funcionamento dos sistemas em que o homem é um dos componentes e em simultâneo consumidor. A Ecologia engloba a política ambiental que se propõe fornecer ao homem o conhecimento que o conduza à resolução correcta dos seus próprios problemas, encarados a longo prazo, com segurança, a fim de haver um desenvolvimento harmonioso das sociedades que exigem do homem respostas constantes face à constante e vertiginosa evolução. Guerreiro (1999) considera que o homem só encontrará respostas na ecologia se « *o homem esclarecido e sapiens, chamar a si a resolução dos seus problemas segundo uma perspectiva global, integrada e descomprometida, ou se se decidir lutar por uma estrutura da sociedade que permita enquadrar todos os homens de acordo com as suas características e suas capacidades desde que estas sejam necessárias ao funcionamento harmonioso do sistema*».

⁷ LAMY, Michel. *As Camadas Ecológicas do Homem*. Instituto Piaget. Lisboa, 1996. (p 20)

⁸ Cuisin, Michel *O que é a Ecologia*. (trad. Carlos Almaça). Editora, Livros Horizonte. Lisboa, 1981(p. 21)

2 – Ecossistema. Conceito; Definição e caracterização.

Depois de termos definido Ecologia, vimos a sua importância como ciência, situámo-la no tempo, vamos neste ponto situa-la no espaço e caracterizá-la. Sendo a ecologia o estudo das relações do ser vivo no meio que o envolve, a necessidade de conhecer melhor quer o homem quer o meio foi crescente. É assim que em 1935, o britânico inglês Tansley, introduz pela primeira vez a noção de ecossistemas. O ecossistema é a reunião de dois grandes conjuntos: o local = *topos* e *bios* = vida → biótopo e o segundo conjunto é a biocenose, que consiste nas interações energéticas entre animais e plantas. Não é possível definir de forma “linear”, precisa, os limites do ecossistema uma vez que ele está circunscrito ao espaço onde a vida é viável. Tanto é ecossistema um Oceano, como é uma cavidade numa árvore, como é a sociedade. Assim sendo, diremos que a “vida” é que delimita o ecossistema. Odum, ao referir-se ao Ecossistema sublinha que, «...*são diversas as condições em que se pode tratar os Ecossistemas. Um tanque, um lago, uma área florestal ou mesmo uma cultura de laboratório, facultam unidades de estudo convenientes. Porquanto as componentes principais estão presentes e operam juntas, de tal forma que se atinge de alguma maneira estabilidade funcional...*». Todavia para se efectuar uma abordagem ecológica, optou-se por dividir o ecossistema em dois grandes espaços: Aéreo e terrestre. Sublinha-se que, para ser definido como Ecossistema tem que haver a interação entre as componentes autotrófica e heterotrófica. Odum⁹ considera o Ecossistema como sendo a unidade funcional básica, por conciliar o sector biótico e o abiótico, permitindo que se realize o fluxo de energia. A estrutura é composta por dois grandes grupos : o *autotrófico* (capaz de se alimentar a si mesmo) através da fixação da energia solar, utilizando substâncias inorgânicas simples, transformando-as em substâncias complexas; o grupo *heterotrófico*, que consome os materiais complexos orgânicos como proteínas, hidratos de carbono, lípidos, etc. que depois de decompostos são devolvidos à terra em forma de inorgânicos novamente como carbono, dióxido de carbono, hidrogénio, etc., “fechando” o ciclo energético. Esta divisão é das mais clássicas formas de nutrição, que permitem à ciência ecológica distinguir os dois grandes grupos que compõem a cadeia alimentar : os autotróficos (plantas) e os heterotróficos (animais).

Ecossistemas = Biótopo + Biocenose¹⁰ formam a Biosfera, espaço global que “acolhe” animais e plantas. Por sua vez Michel Cuisin define Biocenose como sendo uma comunidade de seres vivos que habitam uma porção da paisagem e que estão adaptados às condições médias deste meio natural. O Ecossistema estende-se à *Atmosfera* que alcança corpo de gás que cerca qualquer planeta. O peso que estes gases exercem sobre a terra é denominado por *pressão atmosférica* . A Atmosfera Terrestre, possui cerca de 700 km's de espessura, cerca de 25 km's de altura. Os gases dividem-se em dois grupos : ar seco (nitrogénio, oxigénio, pequena quantidade de hidrogénio e outros gases nobres como o hélio, neônio, argónio, etc.); o segundo grupo é composto por vapor de água, dióxido de carbono e outros gases produzidos pelo homem na sua actividade industrial. Gotas de água e cristais de gelo são alguns dos elementos que compõem as nuvens.

⁹ In *Fundamentos de Ecologia*.p.12

¹⁰ LAMY, Michel. *As Camadas Ecológicas do Homem*. Instituto Piaget. Lisboa, 1996.

Pode ainda incluir-se cristais despreendidos do mar, fumaças resultante da combustão de produtos variados, areias trazidas do mar pelos ventos, etc.

A Atmosfera divide-se em regiões. A variação da temperatura, a medida e o aumento da altitude é que caracterizam esta divisão. A camada atmosférica mais próxima de nós (mais baixa portanto) é a Troposfera. É nela que se encontram nuvens, e ocorrem os fenómenos meteorológicos, tem de altura entre 8 e 16 km's. A seguir encontra-se a Estratosfera, composta pela camada de ozono, com cerca de 50 km's de altura. A terceira camada é a Mesosfera, composta por ozono e vapor de sódio, com cerca de 80 km's. É esta camada que protege o ser humano da acção nociva dos raios ultra violeta. A Ionosfera com cerca de 500 km's, e por último a Exosfera. São as camadas que nos protegem da radiação iónica. As radiações electromagnéticas infelizmente não transmitem só as radiações mais úteis à vida na biosfera, algumas radiações nocivas também e cada vez mais conseguem passar e atingir a Biosfera. A Atmosfera tem ainda a função de "dosear" a energia solar recebida do sol e reflecti-la para as camadas superiores. O outro grupo da Biosfera é a *Litosfera*. Litosfera ou Crusta terrestre é a porção rochosa externa da terra. É composta por várias camadas. A Crusta terrestre é a camada em que nós habitamos. Caracteriza-se por ser fria (em comparação com as outras camadas), calcula-se que tenha uma espessura de 70 km's. A segunda camada é o Manto, com composição química de magnésio, ferro, alumínio e outros compostos. É uma camada intermédia e é responsável pelas transformações que ocorrem na crusta terrestre. Tem temperaturas altíssimas, rondando os 2800 a 3500°C. tem de espessura cerca de 2800 km's e é nela que se encontra o material magnético também designado por magma. Por último está o Núcleo que se divide em interno e externo. Situa-se a uma profundidade de 2800 a 6370 km's, calcula-se que seja 32% da massa terrestre. Caracteriza-se pelas altíssimas temperaturas (3900 a 4800 °C), quimicamente composta por níquel e ferro.

As diversas camadas de que se compõe a atmosfera terrestre



Fonte : Geografia do Brasil

figura 1

Hidrosfera, por último, é o terceiro grupo componente da Biosfera, reúne as regiões do planeta onde se encontram agregados todos os tipos de águas doces e salgadas (rios, mares e lagos). Os mares detêm cerca de 97 % destas águas, restando apenas cerca de 3% de água doce disponível para todos os seres vivos.

2.1 - Interações Bióticas e seu papel na estruturação do Ecossistema

Depois de termos analisado as camadas atmosféricas e descritas as regiões em que a vida é possível, analisaremos as relações e interações entre os seres vivos nestas mesmas camadas. Como em todos os sistemas e interações há processos naturais ou organizações a considerar, neste caso, Mobius após ter analisado as relações energéticas entre os animais e as plantas (biocenose), aprofundou os estudos definindo dois tipos de interação : a *intra – específica* e a *inter-específica*. Facilmente compreenderemos que, no primeiro caso, trata-se das relações entre indivíduos da mesma espécie. Nasce daqui o conceito de *população* que se caracteriza por ser um grupo de indivíduos da mesma espécie que nasce, desenvolve-se e morre, e que estabelece no seu seio relações de competição e de cooperação, partilhando um mesmo espaço (em termos de território) do biótopo. Na inter-específica as relações são entre espécies diferentes dentro do mesmo biótopo (Odum). A marcante diferença entre a primeira e a segunda é a ausência da cooperação, sendo a segunda marcada pela *predação* → consumir e ser-se consumido. Desta relação surge a noção de *cadeia trófica*. Nesta cadeia acontecem a veiculação e transformações de energia.

A cadeia trófica, por sua vez, é movida por três grupos que têm o sol como principal fonte de energia. Estes grupos são : os *produtores* (plantas que transformam energia solar em energia química); os *consumidores* (herbívoros, consumidores primários e carnívoros, consumidores secundários; os *decompositores* também denominados por *saprófagos* (organismos que se alimentam de matéria putrefacta), têm por função transformar a matéria orgânica em matéria mineral, por outras palavras, passá-la do *estado biótico* para o *estado abiótico*, fechando o ciclo da cadeia trófica.

2.2. Ciclos Biogeoquímicos

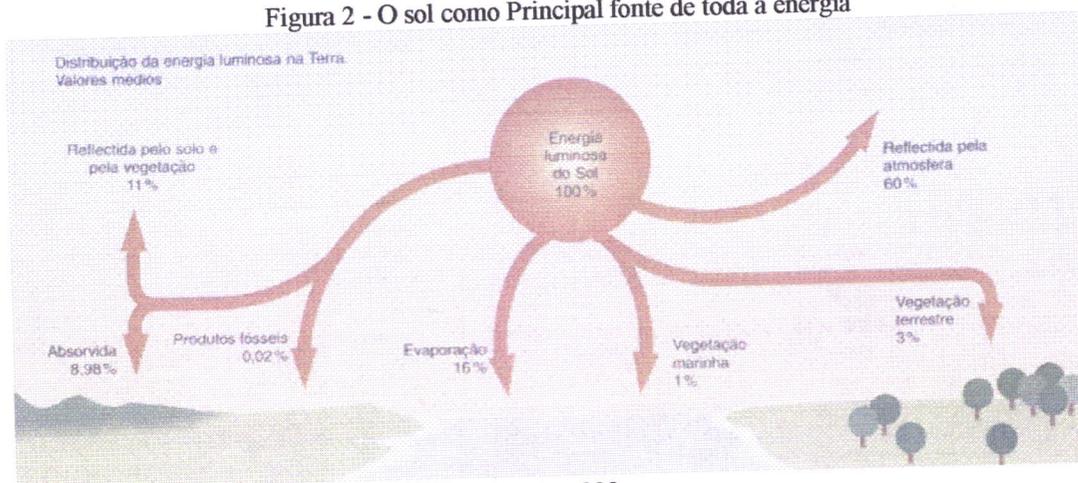
Assim como existem interações entre os organismos vivos, também existe semelhante processo entre os químicos. Processo este que resulta em compostos depois da “interacção” entre eles. Decompondo a palavra *biogeoquímico*, encontraremos o que já é do nosso conhecimento, ou seja *bio* refere-se a organismos vivos, *geo* às rochas, ao ar e à água da terra, e químicos que serão os compostos inorgânicos de que a vida depende. Assim sendo concluiremos que biogeoquímica é o estudo das trocas ou fluxo entre os organismos vivos e os não vivos da biosfera.¹¹ É na biosfera que se encontram os elementos químicos, regularmente repartidos entre a terra sólida ou litosfera, hidrosfera e atmosfera. Encontram-se normalmente sob a forma de complexos compostos. Os

¹¹ ODUM, Eugene P. *Fundamentos de Ecologia*. (trad. António Manuel de Azevedo Gomes, 5ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. P. 134

organismos autotróficos têm a capacidade de fixar estes compostos químicos nos três “meios” da biosfera, pelas raízes, pelas folhas e pela água que recebem.

O que acontece nos ciclos de matérias não é mais do que a troca e renovação de elementos biogeoquímicos de um meio para o outro. Seria caso de recorrermos à célebre teoria que conclui que : na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Pela bibliografia até agora consultada, podemos concluir que, com excepção da energia solar, a terra é um sistema fechado; o que existe são constantes transformações da matéria já existente. Os elementos como a água, o oxigénio, o carbono, o nitrogénio, etc., etc. são elementos que passam por ciclos, para serem renovados, purificados constantemente a fim de manterem as capacidades que os tornam úteis e indispensáveis à vida.

Figura 2 - O sol como Principal fonte de toda a energia



Fonte : Sabatina 323

O sol é a fonte de energia sem a qual a vida na biosfera não seria possível. Através da fotossíntese processo pelo qual a vegetação absorve a energia solar em forma de compostos químicos, como hidratos de carbono, capta com as suas raízes através do solo a água existente nele, encarregando-se assim a vegetação de transformar o inorgânico em orgânico, permitindo que os herbívoros, na qualidade de consumidores secundários, tornem assimilável o inorgânico já transformado em orgânico, aos outros consumidores (os heterotróficos, grupo do qual faz parte o homem). É graças à vegetação que existe na biosfera que o processo de armazenamento e transformação do fluxo de energia acontecem. Os factores determinantes para a produção primária de energia são a energia solar, a maior ou menor concentração de nutrientes minerais no solo (reservatório temporário da água), a existência de sais na água (das chuvas que se depositam no solo ou dos cursos de águas). A riqueza vegetal é maior quanto maior for a quantidade de insolação. Esta será maior na estação quente e nas zonas de pradaria, do que no Inverno ou em vales. As reacções químicas realizam-se melhor em temperaturas que rondem os 20 a 30°C. Todos os factores são importantes para o crescimento e desenvolvimento na produção primária podendo haver atrofias, ou mesmo morte da planta, quando alguns destes factores não se fazem presentes. Disto nos fala a **Lei do Mínimo de Liebig**, descrita pelo próprio pela primeira vez em 1840, após ter verificado que o *deficit* de alguns destes factores limitava o crescimento das plantas: «...um organismo não é mais forte do que o elo mais fraco da sua cadeia

ecológica de requisitos...»¹². Logo a interacção dos três factores (energia solar, nutrientes na água e no solo) em quantidades equilibradas, resultam numa maior produção primária de energia.

A Lei de tolerância de Shelford como que contrapondo, ou melhor, analisando a questão sob um ângulo diferente enuncia com os seguintes princípios :

1) os organismos podem ter uma amplitude larga de tolerância para um factor e uma amplitude estreita para outro.

2) Os organismos com amplitude larga de tolerância para todos os factores são aqueles que têm mais possibilidades de se encontrarem mais amplamente distribuídos.

(...3) ...)

4) Verifica-se com frequência que os organismos não vivem na natureza efectivamente nos níveis óptimos... verifica-se que outro factor ou outros factores têm maior importância ...

5) O período de reprodução é usualmente crítico[...] os limites de tolerância são usualmente mais estreitos para as fases reprodutivas ...do que nas fases somáticas.

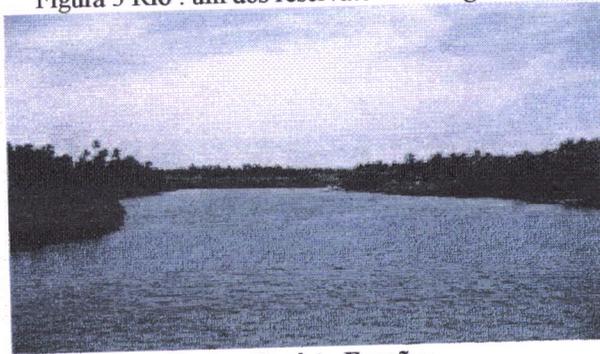
Estas leis são observáveis no nosso dia-a-dia. Em plantas domésticas testemunhamos que, enquanto umas têm maior necessidade de água, outras têm maior necessidade de luz. O inverso também se verifica, nas plantas de interior (que morreriam se apanhassem sol e calor directamente), e outras que definham até secar quando mantidas sem luz solar directa. As estufas também comprovam as Leis de Shelford; permitem-nos concluir que algumas plantas toleram bem a falta de água, mas morreriam se não estivessem envolvidas em temperaturas que rondassem os 22 / 25°C. São inúmeros os exemplos aplicáveis às leis que acabamos de enunciar.

2.2.1- O Ciclo da Água

A água embora seja um dos compostos inorgânicos, é tão importante que sem ela, a vida seria impossível à face da terra. Apresentamos de forma sucinta o seu ciclo, vulgarmente representado com o símbolo químico de (H₂O) também denominado por ciclo hidrológico, ligamo-nos aos variadíssimos locais onde ela se encontra, como seja nos lagos, mares, rios, oceanos, etc., e nas várias formas em que ela se nos apresenta : líquida, sólida e gasosa. Todas estas formas e apresentações da água são movidas pela energia solar. Esta energia solar, além de causar a evaporação da água dos locais já referidos, provoca ainda a transpiração das folhas e de outros organismos vivos. Essa evaporação vai para a atmosfera em forma de moléculas de água, associada a outros compostos moleculares, dando origem à formação das nuvens. Parte desta água retorna para a superfície terrestre em forma líquida de chuva que tão bem conhecemos; na forma sólida – neve, granizo, glaciares, etc.; há ainda a forma gasosa – vapor de água, nevoeiro, nuvens.

¹²**ODUM**, Eugene P. *Fundamentos de Ecologia*. (trad. António Manuel de Azevedo Gomes, 5ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. pp. 167- 171

Figura 3 Rio : um dos reservatórios de água doce



Fonte : Revista Evasões

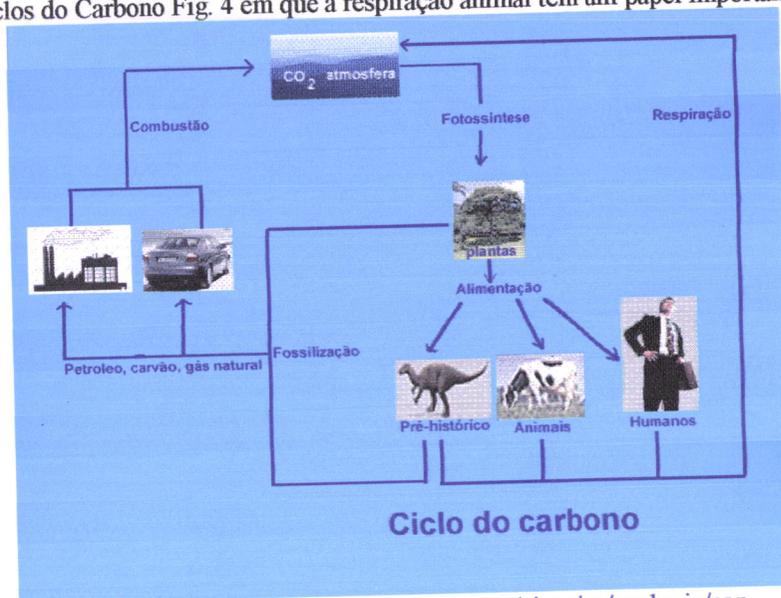
Figura 3 Rios - os escassos recursos de água doce

A água que cai nas formas que referimos, ao atingir o solo, parte é absorvida pelas plantas, outra é “devolvida” ao solo que a escoia juntando-a às nascentes e fontes de lençóis freáticos, para formar os lagos e rios que formam os oceanos, fechando assim o ciclo. Abordaremos de seguida mais um ciclo químico cujas interações resultam em compostos indispensáveis à vida. “*Não só de pão vive o homem*”, este precisa igualmente de uma atmosfera equilibrada onde o amortecedor climático proporcionado pelos oceanos e pelas massas de vegetação e de água doce, para os usos culturais e industriais.

2.2.2 Ciclo do Carbono

O ciclo do carbono é a seguir à água provavelmente o mais importante, para além de ser o gás que se encontra em maior quantidade na constituição dos organismos vivos, por isso essencial na composição da matéria orgânica. Resultante da respiração dos seres vivos, o carbono sobe para a atmosfera, sendo absorvido pelas folhas das plantas, em forma de anidrido carbónico que com a luz solar, processam a fotossíntese, transformando parte deste em glúcidos, lípidos e proteínas, outra parte é libertada sob a forma de oxigénio (O_2) que é absorvido pelos seres vivos. Estes ao respirarem libertam para a atmosfera um composto que é o dióxido de carbono (CO_2). O carbono caracteriza-se por apresentar vários estados conhecidos por todos nós, como seja o carboneto fóssil ou carvão vegetal, os compostos minerais como o carboneto de cálcio, o carboneto de magnésio, a hulha e o petróleo que se nos apresenta em forma líquida. O carvão foi durante a 2ª vaga ou era industrial, o grande motor da economia. Na 3ª vaga temos o petróleo como principal motor da economia mundial, e quiçá o maior inimigo do homem moderno que assiste a guerras e mais guerras sem sentido aparente, mas que estudiosos com análises cuidadas acabam por concluir que a posse do petróleo está no centro de todos estes conflitos. As rochas também possuem carbono na sua composição e, libertam-no para a atmosfera sob a forma de CO_2 , através da actividade vulcânica. Já referimos que a respiração animal é de vital importância no ciclo do carbono. É dela que acontece a libertação do dióxido de carbono (CO_2), fechando assim o ciclo do carbono. Como nos mostra a figura 4.

Ciclos do Carbono Fig. 4 em que a respiração animal tem um papel importante



Fonte : www.rainhadapaz.g12/projectos/ciencias/ecologia/cap

Outras das funções do dióxido de carbono é reter a radiação infravermelha do sol na atmosfera estabilizando assim a temperatura terrestre por meio do efeito estufa. Entretanto os altos níveis deste gás emitidos na atmosfera por acções antropocêntricas, o efeito estufa (que é a forma sob qual a terra conserva uma temperatura constante) tem vindo a ser aumentado, aumentando consequentemente o aquecimento global da terra. O aumento das concentrações de dióxido de carbono resultantes da acção industrial, em combinação com o aumento de outros gases como os clorofluorcarbonetos (CFC'S) resultantes do uso da refrigeração, como frigoríficos, aparelhos de ar condicionado, aerossóis, espumas etc. que têm vindo a danificar cada vez mais o ozónio, elemento vital no efeito estufa que tem por função proteger a terra dos raios ultravioletas. Enquanto que para a renovação do CO₂, existem os oceanos e a vegetação principalmente as florestas (embora estas também estejam a diminuir drasticamente com os incêndios que ocorrem todos os anos por altura do verão), para os clorofluorcarbonetos não existe qualquer forma de renovação ou reabsorção. (fonte : www.geocities.com/estudogases.htm).

O homem está no centro da polémica por ser considerado o maior responsável pelo uso exagerado e crescente de gases poluentes. Vista a situação por este prisma, pois caberá a ele que arranjar soluções para contrapor os graves problemas que se vivem na actualidade, como a redução da área florestal, as alterações climáticas, o quase desaparecimento das quatro estações do ano, e o que se julga ser um dos piores males o aumento do uso de combustíveis fósseis. Cada vez há mais carros. Observa-se que nos países industrializados há um carro por elemento do agregado familiar. Vivemos na era do "botão". Quase tudo está ao alcance da nossa mão, é ligável e desligável quando nos convém. Entretanto, assiste-se ao maior consumo antecipado dos recursos, consumo este que acarreta elevados níveis de poluição de várias ordens. Criam-se cada vez mais aparelhos sem se preocuparem com a reutilização ou reciclagem dos mesmos. A natureza "geme" com tanto lixo, é urgente encontrar-se uma solução ecológica com vista a minimizar o impacte ambiental. Quem cria, cria cada vez mais "lixo" para

engordar o seu ego de cientista e a vaidade consumista; quem comercializa, fá-lo pensando cada vez mais nos lucros e dividendos económicos que ode obter. A terra está cada vez mais pequena quer pelo acúmulo de lixo desnecessário que se cria, quer pela explosão demográfica que já passou dos seis biliões de habitantes, e pelo “sobreconsumo” para responder as necessidades da sobre povoação. Espera-se que os mais “dotados” em capital intelectual e económico ajam em face da má gestão dos recursos naturais e humanos, em que o Hemisfério Norte está mergulhado, totalmente dominado pelo consumismo. Há dois anos a humanidade surpreendeu-se quando John Brawn o patrono da BP, uma das maiores petrolíferas do mundo, veio frente às câmaras de televisão reconhecer que o petróleo era um dos responsáveis por emitir para a atmosfera, quantidades prejudiciais de dióxido de carbono, e que, ele e o seu grupo estavam na disposição de reduzir estes níveis, e produzir energias alternativas ao petróleo e a energia eléctrica. Começou por dar o exemplo, tomando medidas tímidas mas, dando pequenos passos, uma vez que em quase todos os postos da BP, a fonte de iluminação, é alimentada a energia solar.

2.2.3. Ciclo do Oxigénio

A importância do oxigénio para a vida é indiscutível. Esta preciosidade distingue a biosfera de todos os outros planetas do sistema solar. Crê-se que o seu aparecimento (da forma e quantidades como o conhecemos hoje) tenha acontecido em meados do Paleozóico. A respiração e o metabolismo dependem totalmente do O_2 . Representa cerca de 21 % do ar atmosférico. No parágrafo anterior, vimos que o processo de fotossíntese das plantas é o responsável por transformar o CO_2 em O_2 . Há no entanto outras fontes de O_2 como seja a actividade vulcânica, os processos erosivos e a dissociação da H_2O pelo efeito da radiação ultravioleta.

2.2.4. Ciclo do Nitrogénio

O nitrogénio (N_2) constitui aproximadamente 79 % da atmosfera. Embora tenha elevada distribuição na atmosfera, o N_2 não é assimilado directamente pelos seres vivos (com excepção de algumas algas e bactérias). A sua assimilação só é possível quando combinada com H_2O e O_2 . Transforma-se em nitratos e é absorvido pelas plantas. Os consumidores primários ao ingerirem as plantas, consomem nitratos, que por sua vez ao serem consumidos por seres heterotróficos, torna-se de vital importância para a constituição das células, na acção das proteínas, em suma, no metabolismo que é o motor do organismo animal. O produto de degradação do N_2 (sob a forma que já vimos) é a ureia. O ciclo fecha-se quando os consumidores (quer primários, quer secundários) morrem e os decompositores (bactérias) tratam dos corpos, libertando o nitrogénio em forma de amónia (NH_3), que se transforma em nitritos (NO_2) e estes, por sua vez, em nitratos (NO_3), que por intermédio de bactérias chegam novamente à forma de nitrogénio (N_2) em condições de ser absorvido pelas plantas, fechando-se assim o ciclo.

2.2.5. O Ciclo do Fósforo

O fósforo encontra-se depositado em grande parte nas rochas fosfatadas. As raízes das plantas são a primeira forma de absorção do fósforo. Como em ciclos anteriores, os produtores primários conservam em suas células esses fosfatos que passam para os consumidores que os absorvem para a síntese proteica no seu processo metabólico. A agricultura cada vez mais usa o fósforo já preparado como adubo para as plantas. As bactérias e os fungos decompõem os fosfatos eliminados pelos organismos vivos quer pelas fezes quer pela urina. Fecha-se assim mais um ciclo. (Sabatina, 319)

2.2.6. O Ciclo do Enxofre

Os produtores primários, como organismos autotróficos (seres capazes de sintetizar a sua própria massa a partir de elementos e compostos inorgânicos do meio em que se encontram, tendo a água como veículo das reacções e o sol como fonte de energia), iniciam o ciclo do enxofre (S). O organismo animal entra no ciclo ao alimentar-se de plantas que absorveram enxofre em forma de sulfatos e que, depois de os transformarem em aminoácidos, (indispensáveis ao metabolismo humano) e conservando-os nas suas células, são ingeridas por consumidores secundários. A semelhança de todos os ciclos este também se fecha por acção de decomposição dos saprófagos.

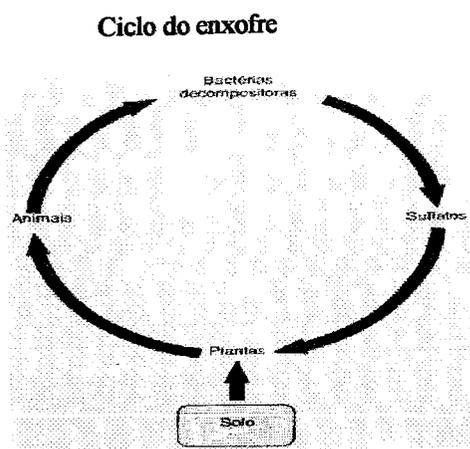


Figura 5 Fonte : Sabatina, 318

Apresentamos apenas os gases que têm relação mais directa com as acções do homem e da vida moderna, em anexo (2), deixamos um quadro mais detalhado sobre os gases, suas combinações e acção directa sobre a via na terra.

3- Ecologia das Populações

3.1. Conceito de População

Depois dos gases e da interacção destes com os organismos vivos passamos a análise dos seres vivos. A forma como vivem e se relacionam entre si. Começamos por definir população que, no sentido comum da palavra, é um conjunto de pessoas ou organismos de uma dada espécie que habita uma determinada área geográfica.¹³ Em termos ecológicos a definição não é muito diferente, acrescenta-se que o grupo de organismos pode trocar informação genética, com capacidades próprias de adaptabilidade, reprodução e resistência. A população tem características biológicas em que se enquadra o ciclo biológico (desde que nascem até que morrem) e o aspecto organizacional. Nas características de grupo, incluem-se a idade (grupos de jovens, velhos ou crianças) a estrutura sexual (grupos masculinos ou femininos), a capacidade reprodutora, a mortalidade.¹⁴ Ao conjunto de populações dá-se o nome de comunidade. O equilíbrio desta, depende de factores abióticos e bióticos, sem necessitarem da acção humana, proporcionaram condições de homeostasia (*homeo-* igual; *stasia-* estado) em todos os organismos nos seus *habitat's* constituem *comunidades* que formam *biomas* em que se vive em *associação* continuando em *sucessão* no ecossistema, num processo de auto-regulação e auto-manutenção. Ao falar em homeostasia, os três conceitos que enunciamos, são incontornáveis.

4- Sucessão Ecológica

4.1- Definição

Sucessão é um termo muito usado em Ecologia para expressar o aspecto dinâmico dos ecossistemas até que estes atinjam um equilíbrio estável. Sucessão é sinónimo de variações e alterações que se sucedem no decorrer do processo. É um processo vivo e contínuo, de ocupação e colonização da terra. Sucessão ecológica ou natural, como o próprio nome indica, « *é uma sequência de alterações num processo gradual contínuo e orientado, a partir de uma situação abiótica a que se segue uma comunidade simples ou pioneira que tem por objectivo alcançar, no tempo, para cada conjunto de factores ecológicos, situação de harmonia e de maturidade dita clímaxe.*¹⁵ O homem tem interferência directa e de peso na “ablação” da natural sucessão ecológica, sem se preocupar com a preservação do capital reprodutor. Os interesses económicos entram em conflito constante com este aspecto da natureza. Preocupado em maximizar a

¹³ *Dicionário da Língua Portuguesa*

¹⁴ ODUM, Eugene P. *Fundamentos de Ecologia*. (trad. António Manuel de Azevedo Gomes, 5ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.Lisboa.

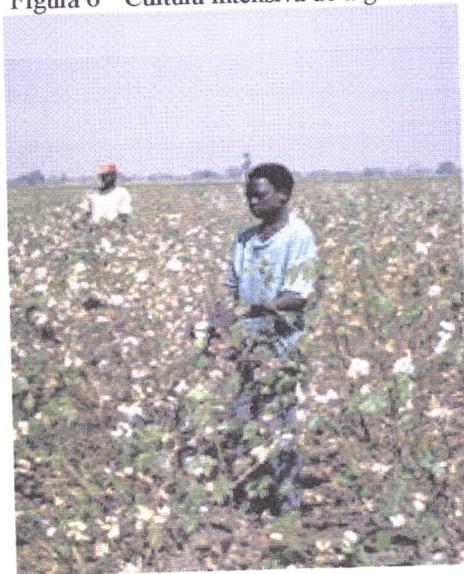
p.257

¹⁵ Fenómeno que acontece na sucessão ecológica, e que os sistema reagem a ablação de parte do conteúdo somático ou biomassa.

Figura 10 : Fonte www.naturlink.pt/canais/artigo.asp

produção, o homem agride e viola o ecossistema esquecendo-se que a destruição de espécies vegetais, sem respeitar a capacidade de retroacção negativa ¹⁶ dos sistemas naturais, leva séculos a ser repostos, podendo dar-se o caso de não ser possível essa reposição. Acompanhar o derrube da floresta está a terrível destruição de toda a fauna característica desse ecossistema. Como exemplos da destruição humana, exibem-se as imponentes monoculturas que visam a maximização da produção, que destroem extensas áreas florestais, transformando-as em campos agrícolas os conhecidos “open fields” para produção de milho, algodão nos Estados Unidos da América, soja no Brasil (encomendada pelo Japão) e outras culturas; os roseirais do Equador, Venezuela ou Quênia, exibindo extensões de perder de vista com agricultura intensiva praticadas por multinacionais europeias nos países pobres.

Figura 6 Cultura intensiva de algodão



Nas figuras 6 e 7 estão representados dois tipos de agricultura intensiva em climas tropicais em que, após a exploração industrial, os terrenos tornam-se totalmente improdutivos, levando anos até que nele cresça outro qualquer tipo de vegetação. Este é um dos exemplos práticos em que o factor económico se sobrepõe ao ecológico. Perde-se em processos como este, espécies animais e vegetais que garantiriam uma natural sucessão ecológica.



Fonte www.naturlink.pt/canais/artigo.asp
Figura 7 cultura intensiva de bananeiras

Outro factor que interfere de forma agressiva e destrutiva da sucessão ecológica, é a introdução da alteração genética das sementes e plantas também conhecida como a tecnologia dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Com estas técnicas, insectos e bactérias (importantes elementos da cadeia trófica) expostos às substâncias tóxicas que os OGM libertam (por força da modificação) sofrem exterminações maciças. Não menos grave para a sucessão ecológica é a *transferência espontânea* dos transgenes às variedades naturais de plantas que, de seguida, degeneram ou morrem. Neste processo estão aves e outros animais migratórios envolvidos que, quando não morrem, transportam consigo patologias que espalham por onde passam, ou acabam por desaparecer envenenados, envenenando tudo por onde passam muitas vezes de uns continentes para os outros, não obstante as barreiras geográficas.¹⁷

O homem é um dos seres que a biosfera produziu ao longo do seu processo evolutivo ou de sucessão ecológica. Longe vai o tempo em que o homem era gerido pelo ambiente, a sua inteligência e cultura foram-no transformando em senhor e dono de quase tudo que o rodeava na natureza, depressa se esqueceu que ele próprio era produto da natureza. Passou a comportar-se como entidade independente umas vezes decisora, outras vezes protectora. Arroga-se o direito de modificar a matéria viva (como já referimos, transformando-a geneticamente), está no caminho a clonagem animal e quiçá nalgum laboratório oculto a clonagem humana esteja em fase mais avançada do que imaginamos, como forma de padronizar o que a natureza tem de mais precioso - a diversidade. Temos dúvidas que se possa continuar a falar em sucessão ecológica se o homem se mantiver nesta senda de horrores a que dá o nome de *criatividade*. A perpetuidade estando nas mãos do "*homo aeconomicus*" que vê uma oportunidade de rendimento em tudo o que faz, está comprometida. Para o homem de hoje que se impõe prazos para tudo, quando algo não acontece dentro do prazo que deseja, ele age, intervindo contra as regras e princípios naturais. O milho dos campos tem um prazo estabelecido para nascer, crescer e amadurecer; a fruta é semeada depois de se ter um mercado de escoamento, com tamanho pré estabelecido, preço, etc.; o frango e outros animais de abate devem crescer e com características pré determinadas, no prazo

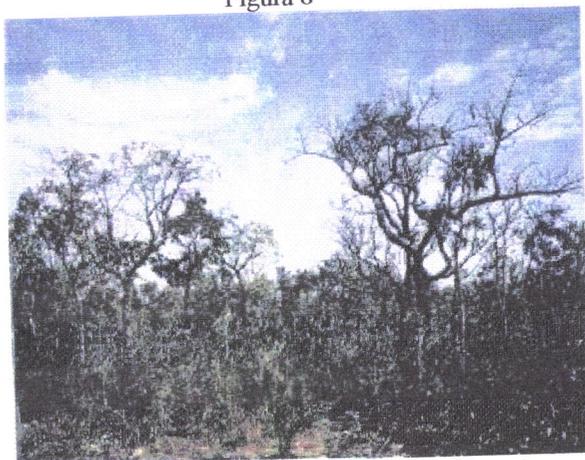
¹⁷ GUERRANTE, Rafaela Di Sabato. *Transgênicos*. Editora Interciência, Rio de Janeiro, 2003. p.p 34-36

determinado. Toda a preocupação do *homo aeconomicus* está voltada para o crescimento do consumo e o aumento do lucro. E para mal da humanidade é ele que detém o poder, é ele que tem a “última palavra”.

4.2 - Biomas

Bioma é uma grande área de vida a escala “global”, formada por vários *habitat's* e comunidades em diferentes estágios de evolução. O bioma normalmente é denominado pelo tipo de vegetação nele dominante (Eugene P. Odum 1971).

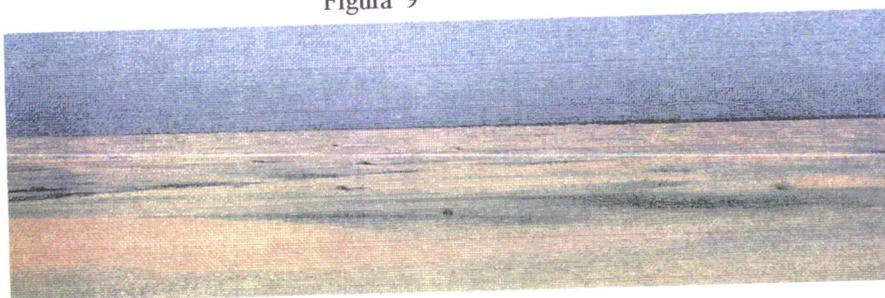
Figura 8



Fonte : Revista National Geographic

Apresentamos dois exemplos de biomas. O primeiro é um Bioma florestal tropical caducifolia e de arbustos; o segundo é um Bioma de deserto

Figura 9



Fonte : Revista Evasões

4.3 Ritmos e Flutuações. O Equilíbrio das Populações

Dá-se o nome de flutuações às alterações verificadas em determinadas populações, em determinadas estações do ano. É uma forma de sobrevivência das espécies, que tanto pode ser causada pela perseguição dos predadores, como também pode ser uma forma de gestão dos recursos disponíveis. (Michel cuisin, 1971). É comum verificar-se no

Inverno a diminuição numa população de insectos, que volta a ser reposta na Primavera / Verão. O *Anopheles*¹⁸ praticamente desaparece na estação fria, voltando na estação quente com um crescimento exponencial. O crescimento ou reaparecimento de algumas espécies com a chegada da estação quente é um fenómeno ecológico interessante. O organismo que passa por flutuações dificilmente manterá o seu sistema biológico inalterável, este sofre alterações. A estas alterações dá-se o nome de ritmo.

Equilíbrio sob o ponto de vista ecológico não significa ausência de flutuação mas sim, estabilidade, ou então flutuação muito restrita “dentro” do ecossistema. As populações ou sub-populações em estudo embora passem por flutuações restritas, próprias do seu grupo, o número de indivíduos mantém-se. Ou seja, morrem alguns por idade ou outras razões mas, o número de indivíduos que nasce (que deve ser superior ao dos que morrem) equilibra a população; Michel Cuisin chama-lhe *crowding effect* = *efeito de massa*. (pág. 132): aumento da quantidade de alimentos em simultâneo com o aumento de predadores e parasitas, são elementos que entram neste equilíbrio. Porque se a reprodução aumentasse em função do aumento do alimento, sem que houvesse predadores, rapidamente a quantidade de alimentos chegaria ao fim (Lack, 1969).¹⁹

A vida dos seres vivos, a do homem inclusive, processa-se por ciclos entre o nascimento e a morte, acaba por utilizar os materiais que constantemente se transferem como que testemunho de indivíduo para indivíduo ao longo dos tempos. O que proporciona o equilíbrio das populações é precisamente o facto de (por mais mórbido que nos possa soar) a morte ser a garantia da vida, porque o devir da vida resulta do procedimento biogenético contínuo utilizando seres que nascem, vivem, reproduzem-se e morrem.

4.3.1 Migrações

Um das formas mais surpreendentes da adaptação dos animais, são as migrações. Acontecem quando as condições do seu *nicho ecológico* se tornam hostis. A escassez de alimentos e mudança climática desfavorável estão na base desta alteração na vida das populações que pugnam pela sobrevivência. Essas migrações têm de ter um carácter de grupo e obedecem a um impulso interno do animal. Diríamos que é um fenómeno genético. Não deve ser confundido com as deslocações temporárias e isoladas de cada animal. As migrações são de toda a população, obedecem a uma época própria (em que todos estão prontos e disponíveis a partir). Se pensarmos que o clima ou os recursos alimentares que não favorecem uma espécie podem ser excelentes para outra, compreenderemos que as migrações são um intercâmbio de espécies que enriquece os ecossistemas. Os predadores também são beneficiados com as migrações, chegando a estabelecer-se uma correlação directa com o ciclo reprodutor destes.

Pelo exposto, concluímos que o ser humano é o hóspede melhor equipado para cuidar do património terra, mas inversamente ao esperado é o seu maior predador. É o mais

¹⁸ Único mosquito cuja fêmea é responsável pela transmissão da malária. Todos os anos há cerca de 300 milhões de novos infectados no mundo, dos quais morrem cerca de 1.500 milhão de pessoas.

¹⁹ CUISIN, Michel *O que é a Ecologia*. (trad. Carlos Almaça). Editora, Livros Horizonte. Lisboa, 1981. (p138)

recente hóspede, não só por ter sido um dos últimos a chegar a terra, como também, e pelo que acabamos de ver, a terra funciona perfeitamente sem a sua intervenção. As catástrofes naturais capazes de fazer submergir um continente, têm igual poder de fazer emergir novas ilhas ou continentes criando nelas novos e recheados ecossistemas. Tem *per si* uma gestão equilibrada de meios próprios, em que há presas e predadores, há ciclos biogeoquímicos e reciclagens, haveria migrações tranquilas e equilibradas se o espaço aéreo não estivesse repleto de aeronaves, cabos e fios eléctricos dizimando espécies; continuaria a haver migrações de mamíferos de grande porte se não aumentassem vertiginosamente as gigantescas auto-estradas, pontes e barragens a “baralhar-lhes” o percurso e o *ritmo*.

Com o risco de errarmos, acrescentamos a estes aspectos um outro que consideramos muito importante. Embora não concordando com a ideia formulada pelo Reverendo Thomas Malthus (1824)²⁰, de que as populações têm a natural tendência de se reproduzirem em progressão geométrica, em 2,4,8,16,32 ... enquanto que a produção de víveres é feita de forma aritmética, 1,2,3,4,5[...] sugerindo o Reverendo que haveria de suceder que a dada altura a população cresceria mais do que cresceria o alimento dando-se um colapso. Este colapso acontece na verdade, pela má distribuição da riqueza, boa parte dos recursos da biosfera é utilizada para a alimentação do homem que vive no Hemisfério Norte, enquanto que a outra parte que vive no Hemisfério Sul é flagelada pela fome. Já dissemos e analisámos em parágrafos anteriores que, para um organismo manter-se vivo, necessita de energia, energia essa recebida de nutrientes. A expressão “mínimo vital” é sinónimo da quantidade que o homem deve comer para viver de forma saudável. Actualmente tem-se observado principalmente nos países ricos que, o homem vive para comer, usa a sua inteligência para satisfazer os seus deleites. A culinária deixou de ser a maneira de preparar alimentos, passou a ser a arte de elaborar requintados manjares em que a luxúria numas situações e a glotonaria noutras fazem as delícias do insensato hóspede da terra – o Homem. O maior problema deste, reside no facto de sustentar as relações de tipo quantitativo que estabeleceu com a sociedade de consumo que ele próprio criou, de gastos e desperdícios, de fazer depender o biofísico do económico, como se o biofísico fosse totalmente independente de si ou vice versa. Como diria o Prof. Gomes Guerreiro, o homem considera o meio biofísico como um armazém de recursos inesgotáveis. As relações Homem → Natureza tornaram-se conflituosas uma vez que o carácter de desenvolvimento ecológico “máxima protecção”, tem sido preterido pelo objectivo do *homo aeconomicus* o de “máxima produção”.

Collin Clark elabora uma tese com os seguintes cálculos : para produzir 1 kg de carne de porco limpa, equivalente a 1.330 kg de porco vivo, são necessários, no mínimo 5.3 kg de cereais. Para produzir um kg de carne de frango, são necessários 1.500 kg de ave, são necessários 4 kg de cereais. Para produzir os cereais correspondentes as carnes que referimos, são necessários 580 m² de superfície. Uma pessoa adulta em média consome 250 litros de leite / ano. Para alimentar a vaca que lhe fornece esta quantidade de leite ano, são necessários cerca de 400 m² de superfície. Somadas outras necessidades o autor calcula que alimentar 5.5 pessoas / ano são necessários cerca de um hectare. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)²¹, teve necessidade de hipoteticamente quantificar a “ração” anual de um adulto, estabelecendo um total de 1000 kg para um “mínimo vital”, mas, cada vez mais o Homem das

²⁰ DUVIGNEAUD, Paul. *A Síntese Ecológica*. Instituto Piaget. Lisboa, p.p. 498, 499

²¹ Food and Agriculture Organization

sociedades industrializadas não se fica pelo mínimo vital. E o conforto deixou de ser a sua única preocupação, o luxo e a ostentação estão a tomar proporções cada vez mais devastadoras para o ecossistema. Já referimos que a Biosfera é um sistema fechado e inextensível. Torna-se cada vez mais imperioso deixar de alimentar o “*gene egoísta*” pensar que não somos os últimos hóspedes, outros virão depois de nós e é nossa obrigação deixar nas melhores condições, a terra que nos foi emprestada.

5- O Homem no Ecossistema

O Homem pode realizar obras prodigiosas nos domínios da arte, da ciência e da técnica, pode erigir um templo, criar concepções de pensamento e visitar outros mundos no espaço celeste; o que não pode, é preencher o vácuo de uma espécie extinta, quer seja uma clorophora, ou uma Kaya, um rinoceronte, uma baleia ou uma simples gazela que hoje enriquecem e embelezam a paisagem e a vida.

Newton da Silva

A inteligência do homem, faz dele um ser superior. Todo o ser vivo no âmbito da Ciência ecológica, funciona com o que tem de inato e adquirido. Ao contrário do homem os animais no ecossistema onde estão inseridos funcionam predominantemente com o lado inato. O homem como ser superior, serve-se das duas faculdades para se mover no meio onde está inserido. Esta vantagem faz dele o único ser vivo, capaz de se adaptar às condições climáticas tão distintas como as dos pólos ou dos trópicos. É ainda o único ser a ter noção do ciclo de vida. Sabe que do nascer ao morrer passa-se por várias fases e nelas vivenciam-se sentimentos vários, como tristeza, alegria, sofrimento, paixões e emoções. *Auguste Comte (ARON, 100,101), coloca o dever da inteligência humana em primeiro lugar « homem nenhum esclarecido poderia duvidar de que nesta longa sucessão de esforços e de descobertas, o génio humano tenha seguido sempre uma marcha exactamente determinada...os progressos essenciais reservados para cada época [...] que a inteligência do espírito humano seja o aspecto mais característico do dever histórico...é a inteligência humana que indica a direcção da História humana e assinala o que será a plena realização da sociedade e da natureza humana no estado final».* O homem foi “colocado” no ecossistema com os recursos indispensáveis – bastava colher. Porque se reproduziu e o número de habitantes aumentou, deu maior uso à sua inteligência e passou a gerir melhor o tempo, porque dispunha de melhores meios se servir do que a natureza lhe podia oferecer. A medida que a capacidade intelectual ia aumentando, aumentava também a ambição, a competição, o interesse por mais e mais. Parafraseando Guerreiro (1999), diríamos que seria bom para a humanidade que, assim como o homem tem um limite para a ingestão de alimentos imposto pelo tamanho do estômago, deveria ter também um limite em termos de “metabolismo cultural” que lhe impusesse um limite na exigência do conforto, lazer, recreio. Assim gastaria menos em vestimentas, utensílios e apetrechos cada vez mais sofisticados, o automóvel cada vez mais veloz e mortífero, os electrodomésticos cada vez mais sofisticados, as casas inteligentes com as quais se consegue uma comunicação que vai do acender das luzes ao abrir e fechar das persianas, os portões obedientes, os robôs domésticos, etc., etc.. Todos os aspectos descritos conferem ao homem, possibilidades de se rebelar contra a natureza. Esta revolta tem duas faces : a positiva e a negativa. Começando pelas consequências positivas, assinalamos a própria sobrevivência do ser humano no ecossistema que embora nos pareça trivial, exigiu deste grande perícia e o uso do seu

bem mais precioso: o cérebro; a utilização da energia fóssil, graças à inteligência do homem, teve indiscutível importância para a criação dos avanços na qualidade de vida, que degenerando, resultou na acumulação de bens e conseqüente riqueza material, muitas vezes confundida com felicidade. Por outro lado, a inteligência humana trouxe avanços benéficos na área da ciência, como a descoberta da Penicilina que fechou com chave de ouro a primeira e abriu a segunda metade do século XX; todas estas acções e descobertas deram um contributo irrefutável para a erradicação de doenças que reduziram a morbidade e mortalidade humana, aumentando consideravelmente o tempo de vida com qualidade; o avanço das tecnologias, a possibilidade de deslocação dos seres humanos por distâncias longínquas em condições cada vez mais confortáveis, a tudo isso deveu-se o uso que o homem fez do seu cérebro. Como conseqüências negativas, está o mau uso dos recursos naturais, que em muito pouco tempo fez com que os países industrializados esgotassem os seus recursos e atravessassem oceanos e, de forma abusiva e desrespeitosa, invadissem e sujeitassem outros povos e nações com o objectivo de usurpação de suas riquezas naturais. A dada altura o homem confundiu abundância de bens materiais com felicidade, daí a necessidade de os ter em acumulação. O homem das sociedades industrializadas, muito rapidamente passou da abundância ao desperdício. Enquanto que no Hemisfério Sul, não só não se conhece a prosperidade como tão pouco se alcançam os mínimos energéticos indispensáveis à vida. O surgimento de conceitos de rendimento e produtividade, quase que conflituam com conceitos de aproveitamento e recuperação, por se tornarem anti – económicos. O aspecto económico conduziu a sobre exploração dos recursos da terra, de forma não sustentável. A produção de bens em quantidades industriais, levou a que o homem fosse substituído pela máquina, para se garantir uma produção em série e uniformizada. Paradoxalmente, crescem os desempregados, aumentam os pobres, assiste-se ao maior fluxo migratório de todos os tempos, em que países industrializados vêem-se “inundados” diariamente por imigrantes ilegais, necessitando de socorro imediato em áreas tão vitais como alimentação, saúde, abrigo e vestuário.

A insaciável busca de matérias primas que alimentam este tipo de produção, levou ao uso desmedido e imoderado dos recursos naturais. Já nos referimos à forma como a utilização dos solos destrói os ecossistemas. « ...o homem utilizava um arrogante optimismo que o impedia de enxergar dificuldades ou perigos no caminho que percorria...após o arado entrou na agricultura um mundo de produtos da era da tecnologia, máquinas simples, máquinas compostas que revolvem, quebram e trazem para o contacto directo da radiação solar microambientes que antes se mantinham recatados. Desmuda-se o solo, intensificam-se culturas espoliadoras cujos produtos como o milho, o algodão, o tabaco, etc, mantém fábricas em intensa laboração. O campo deixou de ter a poesia bucólica...para se transformar na base de uma empresa eficaz e produtiva, que aceita ou impõe recurso a maquinaria complexas...lançam-se de avião produtos químicos que eliminam ou fustigam o capital biológico...a pouco e pouco minam os alicerces dessa estranha exploração artificial»²².

Ruídos, poeiras, poluição da atmosfera com gases, poluição atómica resultante das experiências radioactivas (em que as poeiras radioactivas resultantes de explosões nucleares, não se ficam pelos países ricos que as produzem, nem atingem apenas os habitantes destes países, atingem igualmente os que nada beneficiam destas tecnologias

²² GUERREIRO, M. Gomes. *O Homem na Perspectiva Ecológica*. Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve. Vila Real de Stº António, 1999.

e que habitam continentes distantes); a erosão dos solos, são alguns dos efeitos mais intensos e perigosos resultantes da interferência directa do homem no equilíbrio da estreita faixa da biosfera. Poluição constante das águas provocada quer pela actividade intensa da indústria (as descargas fabris muito comuns) que estão a destruir os ecossistemas aquáticos; os constantes derramamentos de crude nos oceanos, de que temos bem presente a catástrofe ocorrida a Noroeste de Espanha (Vigo) em Novembro de 2002, em que a embarcação grega Prestige derramou 20 toneladas de crude. O extermínio da biodiversidade aquática está a surpreender o homem e em muitas das situações « *a dividir dos benefícios da técnica que afinal põe em perigo o edificio complexo que é a biosfera*». Guerreiro²³ cita o Presidente Kennedy « *devemos ampliar o conceito de conservação para atender aos problemas imperiosos do nosso tempo de forma a recuperar o equilíbrio entre o Homem e Natureza e adquirir a certeza de que o património nacional que transmitimos aos nossos descendentes foi zelado como merecia*».

²³ **GUERREIRO, M. Gomes.** *O Homem na Perspectiva Ecológica.* Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve. Vila Real de Stº António, 1999. P.408

II

ECOLOGIA HUMANA

« No princípio criou Deus os céus e a terra. E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo... E disse Deus : façamos o homem à nossa imagem e conforme a nossa semelhança; ...macho e fêmea os criou...frutificai e multiplicai-vos e enchei a terra e sujeitai-a»

Génesis 1 : 1-2, 26-28.

1- Introdução

Independentemente da fé ou crença de cada um, as palavras da citação que fazemos no início deste capítulo foram escritas pelo Profeta Moisés cerca de 3000 mil anos a.C.. O Homem embora fosse um dos últimos seres a aparecer à face da terra, foi-lhe dado o primado sobre a mesma : sujeitai-a. Teólogos e cientistas concordam que a terra citada continua a ser a mesma, apenas os usuários têm sido renovados sucessivamente. Estes a têm sujeitado ao longo dos tempos, pondo as suas necessidades em primeiro lugar e, quiçá numa relação autista. A situação em que se encontram os recursos da terra denuncia o excesso de sujeição que o homem exerce sobre a terra. a situação é preocupante porque os recursos se estão a esgotar. A Ecologia é uma ciência que surgiu para auxiliar o homem a gerir, correctamente o património que vem sendo passado de geração em geração. A olhos vistos este património tem se apresentado cada vez menor e com problemas cada vez mais sérios e de difícil resolução. A Ecologia Humana, é um dos ramos da Ecologia, que surgiu da necessidade de estreitamento de relações entre o *sistema homem e o sistema ambiente*. Michel Lamy²⁴ descreve a forma como se operacionaliza esta interacção entre estes dois *sistemas*, e traduz *sistema ambiente* como sendo o conjunto das *camadas* ecológicas do homem → os *envelopes* que o envolvem. Estes *envelopes*, naturais ou artificiais, começam desde a sua formação *in utero*. Do meio aquático para a terra, o Homem encontra três grandes grupos de envelopes : os envelopes ecológicos individuais, os envelopes ecológicos sociais e os ecológicos globais que o homem partilha com outros seres vivos. Os envelopes ecológicos individuais são :

- pele
- vestuário
- espaço pessoal.

Os envelopes ecológicos sociais :

- a casa
- a família
- o trabalho
- o espaço urbano
- o espaço rural

²⁴ LAMY, Michel. *As Camadas Ecológicas do Homem*. Instituto Piaget. Lisboa, 1996. Pp 47 -120

Os envelopes ecológicos Globais:

- água
- atmosfera
- litosfera
- biosfera

Estes envelopes ecológicos serão abordados com algum pormenor separadamente, enquadradas nos vários sub-temas que ao longo do trabalho forem sendo desenvolvidos.

2 - O Percurso do Homem no Sistema Ambiente

A terra no seu processo de sucessão ecológica, muitos milhões de anos depois criou o Homem. Já nos referimos à importância deste no ecossistema, na sua inteligência e no papel interventivo no sistema ambiente. Pensamos ser oportuno debruçarmo-nos sobre o seu percurso neste mesmo ambiente. O homem começou por ser nómada, completamente perdido e desamparado no imenso universo que o rodeava. Dependente dos rigores e das variações do clima travou gloriosas batalhas contra os inimigos mais ferozes e invisíveis que eram a fome e frio. Estes dois factores estavam na base da vida nómada que levavam. A recolha condicionava a economia e a gestão de recursos naturais. A pedra, a madeira e as fibras fornecidas pelas árvores, as peles, as gorduras e os ossos fornecidos pelos animais foram as principais matérias primas usadas pelo Homem primitivo. A descoberta do fogo marcou o início da escalada humana no domínio e utilização destes recursos. A rápida combinação de O₂ com C e outros elementos em substâncias orgânicas produz calor, luz e chama.

A espécie humana não sendo dotada de atributos físicos semelhantes aos dos seus predadores, como garras, chifres, furo, velocidade, agilidade e outros, teve de desenvolver formas de se defender. Para tal teve de recorrer à inteligência, usar o raciocínio, a observação racional, a experiência, e aprender a adaptar-se transformando o meio que os rodeava em menos hostil. A adaptação resultou da capacidade organizacional e interdependência entre os membros da população face ao meio. Esta organização visava aspectos como a mobilidade, sentido estético e espiritual. A espécie humana cresceu, não só em tamanho como também cresceu em complexidade. O Homem tornou-se detentor do poder sobre as outras espécies e da sua própria por deter o conhecimento das transformações, o domínio do conhecimento do “*saber fazer*”. Tem-se a descoberta do fogo como a primeira transformação química ocorrida a cerca de 500.000 anos a.C com o Homem Neanderthal. (Paleolítico médio). Transposto o paleolítico ou período da Pedra Lascada, passou-se para o Mesolítico, período intermédio entre o Paleolítico e o Neolítico, em que o homem já dispunha de matérias manufacturadas para a caça, pesca e defesa pessoal contra os seus predadores, servindo-se de um conjunto de símbolos, que composta por mímica falada ou articulada permitiam que os homens comunicassem entre mudanças climáticas, provocam transformações profundas na paisagem vegetal e consequentemente na distribuição das espécies animais. Teve que o Homem recorrer à sua inteligência, em busca de soluções usando como já referimos a observação atenta e a experimentação, para encontrar soluções que lhe permitissem sobreviver. A agricultura e a domesticação de animais, constituíram a nova economia (em substituição da economia de recolha). A interacção homem ↔ meio, nunca foi estática. E à medida que o homem ia adquirindo

novos conhecimentos, permitia-se diversificar as respostas face os desafios que o meio envolvente lhe apresentava. Para Lamy, as relações homem ↔ meio não devem ser vistas na individualidade mas sim nas comunidades complexas e nas organizações que se vão criando através da cultura, economia e sociedade que é capaz de construir. A Ecologia Humana, como o próprio nome indica dá ênfase ao Homem, e às relações deste com a realidade física e orgânica do espaço que o envolve. Por ser fisicamente o ser menos dotado em relação aos seus predadores, teve de se servir da inteligência para os enfrentar e sujeitar. Ao vencê-los tornou-se o mais apto. Se fossemos pela Teoria da Selecção das espécies, diríamos que a espécie humana, por ter vencido, ganhou o direito a se perpetuar e reproduzir em maior número, de sujeitar as outras espécies, de dominar as interações entre as outras espécies, recriando-as ou exterminando-as em resultado da sua acção directa ou indirecta, destruindo o meio ou alterando-o a seu favor.

A vida nómada e a economia de recollecção eram formas incertas que tornavam o homem frágil e dependente das condições climáticas. Dá-se a primeira ruptura, fim da primeira Vaga → a passagem dos caçadores-recolectores para agricultores²⁵. Com a prática da agricultura, o homem sente necessidade de esperar pela colheita das suas culturas, transferem-se das grutas disputadas muitas vezes com animais ferozes, para as cabanas. Estas cabanas foram se tornando cada vez mais confortáveis, dando origem a aglomerados populacionais, a História foi assim premiada com mais um Marco : a Sedentarização. A fase seguinte foi o Neolítico também chamada de Idade da Pedra Polida, em que (primeiro o cobre, milénio VII a.C., bronze, milénio IV a.C., finalmente o ferro que surge milénio II / I a.C.) materiais que começam a ser usados em “deterimento” da pedra. Mais fácil de trabalhar, fornecia ao homem objectos mais funcionais, dando-se assim inicio a metalurgia. Com os objectos metalúrgicos na agricultura notou-se que esta prosperou, e começava a haver produção excedentária de alimentos, e conseqüente armazenamento e troca de produtos. É no decorrer destes avanços económicos , que surge a necessidade da **divisão social do trabalho** e dos primeiros **trabalhadores especializados**. Dá-se nesta altura o primeiro e significativo **aumento demográfico**, resultado dos novos recursos alimentares. Dá-se a grande Revolução Neolítica. Finda a fase de luta pela sobrevivência, o homem entrou numa fase diferente – na fase da luta de classes. (Guerreiro, 1999, pp 37-41)

Com a Revolução Neolítica surge a primeira **diferenciação social**. Nas comunidades neolíticas, a vida comunitária compunha-se de actividades referentes à agricultura, pastorícia, ao fabrico de artigos para a agricultura e de utilidades várias. Todas estas actividades revertiam a favor da colectividade, em que a base social era o clã. O agregado social era composto por membros com laços de parentesco – famílias. A família foi a primeira estrutura social. Estes clãs foram crescendo e deram origem a tribos, que mais não eram do que conjuntos de clãs. O aumento populacional, aumento da riqueza disponível e conseqüente aumento das tribos, deram origem a conflitos por causa da partilha entre os membros destas comunidades, surgindo por sua vez a necessidade da autoridade de anciãos e chefes. Com o florescer da agricultura, as populações ocupavam as margens dos rios por descobrirem que estas eram as terras mais férteis. A cobiça por essas terras, levou à formação de guerreiros que defendiam os camponeses. A autoridade destes, tal como a dos chefes, anciãos, sacerdotes e

²⁵ FUKUYAMA, Francis. Livros Quetzal. Lisboa, 1999. p.17

feiticeiros) tende a apropriar-se de grande parte dos bens pertencentes à comunidade, dando assim origem à **propriedade privada**.

Surgem em continuação a organização política que acarreta a instituição do poder político e criação de formação territorial geograficamente definida, os conflitos territoriais com tentativa de expansão das fronteiras estabelecidas ao mesmo tempo que provocam definição da relação entre governados e governantes, vindo posteriormente a ter lugar os conceitos de povo, nação, país, etc. Os conflitos daí resultantes, originam a subjugação de umas nações por outras, transformando umas em mais ricas e poderosas que outras. Os mais fortes passaram a dominar os mais fracos, impondo-lhes a sua cultura, transformando-os em dependentes dos impérios. (Guerreiro 1999, pp159-168).

3 – Espaço Rural. Espaço Urbano - Envelopes Ecológicos.

Tudo o que toca com o homem está marcado pela contingência...porque o homem intervém com inteligência, a vontade, as forças do seu poder criador, e em qualquer acto ou obra material põe sempre algo do seu espírito; é por intermédio deste património de usos e ideias, que o tempo enriquece ou deteriora, e a que é costume chamar “civilização” que se estabelecem as relações com o ambiente.

Vidal de La Blache

Espaço rural foi o envelope ecológico que o homem criou na primeira vaga, ou seja com o fenómeno sedentarização. Converteu-se em agricultor, construtor, sentiu por isso necessidade de se expandir territorialmente, porque como agricultor precisava de espaço não só para si, como para as suas culturas e para o seu gado. Por necessidades funcionais, o homem da primeira vaga fez distinção entre o espaço onde concentrava o “ponto de encontro” normalmente um local central, para troca de mercadorias, informações e serviços, dos locais para onde se tinha expandido para um aproveitamento do espaço para as suas culturas, criação de gado e, onde passou a habitar por inerência à sua actividade. Estes *sítios ou estabelecimentos humanos*²⁶, vieram mais tarde a chamar ao primeiro espaço de cidade ou espaço urbano e o segundo de espaço rural, como resultado do seu “ambiente ideal” num habitat humano com organização específica do espaço. Estes primeiros aglomerados populacionais ou sítios, podiam ser temporários ou permanentes. Muitos não passavam de construções efémeras, de onde se partia para a caça ou em busca de mais alimentos e acabavam por ser abandonados porque se encontravam locais que consideravam melhores e onde se faziam novas construções. O que determinava o seu carácter temporário ou permanente, era o património acumulado nestes locais, aos melhoramentos realizados e às relações adquiridas. As condições do solo, a hidrografia, as condições do clima entravam no rol dos factores que determinam a fixação. As casas encontravam-se normalmente agrupadas em filas paralelas, ou em forma de corais, com vizinhança que proporcionava uma certa segurança contra ameaças externas. Estas relações de vizinhança ente as populações formava laços muito semelhantes aos laços de um outro envelope ecológico: a família.

²⁶ Vidal de La Blache, in *Geografia Humana*. p.229

O Homem fazendo uso da sua inteligência, foi arquitecto de si mesmo e construiu a sua casa e sendo ele um ser social, acabou por ter outros e outros à sua volta. Já vimos como ao longo do seu percurso pelo ecossistema construiu aldeias em que mais tarde surgiu uma organização social e política. Esses aglomerados, a pouco e pouco e por contingência da evolução que foi sofrendo com as guerras, implementação do comércio e da moeda, as paisagens foram se transformando com a implementação do urbanismo. Lamy (1996,p. 139) define cidade como : «...a cidade é um ecossistema estruturado pelo homem e para o homem...espaço feito pelo homem e para o homem nele residir, trabalhar e cultivar-se». Acrescente-se entretanto uma quarta função que é o deslocar-se, uma vez que nem todas as anteriores funções se encontra situadas no mesmo local. A zona urbana constitui-se por zona habitacional, espaços verdes, zonas industriais e de lazer. Lamy continua a sua descrição de cidade e considera que estas devem garantir o desenvolvimento da pessoa humana, no seio a família e da sociedade. Espera-se que a cidade proporcione este desenvolvimento, aos vários indivíduos que a compõem, independentemente da sua condição de serem jovens ou idosos, famílias ou pessoas isoladas, envolvendo-as a participar da colectividade. O ideal seria que todos se sentissem inseridos.

Como todo o ecossistema – a cidade também engloba os dois conjuntos que o compõem : o biótipo a biocenose. Biótipo local geográfico onde a cidade está implantada. A biocenose urbana domina pela presença do homem e por todas as espécies vivas que o acompanham ou alimentam. Lamy considera que o principal problema ecológico deste ecossistema é o facto de ele ser de origem antrópica –reordenado. Para que a vida urbana se torne possível é necessária a comunicação, deslocação, comércio e troca de produtos; O ar e a água poluídos são os principais vectores de doenças nos ecossistemas urbanos. O ar poluído por gases deteriorados são responsáveis por doenças alérgicas que muito afligem as populações dos países industrializados. A água é a principal responsável por doenças epidémicas principalmente nos países em desenvolvimento.

A circulação rodoviária, por seu lado, é um factor de grande preocupação para os urbanistas. O automóvel particular, que se tornou indispensável companheiro do homem da segunda metade do Século XX, é ao mesmo tempo um sinal de status social. Tem tanto de vantagens como de inconvenientes. É caro, é mortífero, é poluidor e incentiva o consumo de combustíveis fósseis (com excepção do Brasil, que se tem esforçado por consumir o metanol).

A sobrepopulação nos espaços urbanos é consequência da atracção que esta exerce sobre o homem. Quanto mais importante for a cidade, mais população atrai a si. Lamy, compara os espaços urbanos sobrelotados à uma rã que engole um boi. O exemplo pode parecer-nos bizarro, mas na verdade o exercício de contenção é semelhante. Em consequência, as cidades são cada vez mais sufocadas por subúrbios. Estas áreas suburbanas constituem sérios problemas pelas mais variadas razões, primeiro porque normalmente são construções feitas à margem da lei, assim sendo, o ordenamento é desalinhado e conflituoso. O saneamento é deficiente e o abastecimento de água e luz é normalmente clandestino. Toda esta clandestinidade e desordem causa sem dúvida *stress* aos próprios moradores dos subúrbios, causa igualmente *stress* aos moradores das zonas urbanas e insegurança. A cidade oferece um conjunto de serviços e benefícios que as zonas rurais não oferecem, mas em contrapartida faz exigências aos seus moradores que muitas vezes resultam na perda de qualidade de vida. A poluição do ar que está na base do grupo das doenças modernas as imunológicoas; a poluição

sonora, que tortura cruelmente os habitantes das cidades. Todo este conjunto de situações traduzem-se em desgastes físicos e psíquicos, depressões, isolamentos, etc. A cidade é um dos invólucros ecológicos *elaborados pelas sociedades dos homens, um invólucro sociocultural, religioso, tecnológico onde as construções são testemunho do passado mas, prenciam o futuro. A cidade tornou-se o meio ambiente natural do homem...o nível de analogia é o ecossistema estruturado pelo homem e para os homens que de geração em geração nele viverão e nele deixarão vestígios da sua passagem*».
Lamy (1999).

1.2 – A Casa – Envelope Ecológico Social do Homem

Quer se trate de meios urbanos ou meios rurais, as casa são um elemento fundamental para o homem que neles habita. As casas adornam as paisagens ou descaracterizam-nas. O clima, a cultura e a condição sócio-económica normalmente determinam o tipo de construção. A casa, é o nicho ecológico do homem. Protege-se a si e sua família. Invoca o direito de admissão apenas a quem ele deseja e quando deseja receber. A casa é um invólucro ecológico protector e protegido do homem. Tem uma evolução histórica; começa por ser apenas uma divisão comum multifunções, para um conjunto de divisões em que cada uma tem as suas funções que também foram melhorando ao longo dos tempos, chegando aos nossos dias, em que as funções das divisões que cada casa comporta, são adequadas ao tipo de vida social e profissional da família que a habita. Fazer corresponder a casa em que habitamos às exigências da vida social e quotidiana de cada família, vem sendo uma prática cada vez mais comum, muito embora as famílias das cidades passem em suas casas cada vez menos tempo, porque a profissão e vida social assim o exigem. Daí a necessidade de esta ser cada vez mais confortável e acolhedora. A casa é sem dúvida um ecossistema, em que o homem mais uma vez é o gestor. Vimos anteriormente que todo o ecossistema necessita de energia para funcionar, a casa não é excepção. Necessita de energia exterior para aquecê-la e, de energia para o homem desenvolver a maior parte das suas actividades como ser vivo e como ser social, necessita de uma temperatura amena para sobreviver, necessita de calor para confeccionar alimento e proceder à higiene pessoal e dos utensílios que utiliza. Também já referimos que quer a água quer os alimentos utilizados pelo homem, transformam-se depois em resíduos, que têm que ser lançados para o exterior da casa. O tratamento destes resíduos, tem se revelado cada vez mais dispendioso. O consumismo é o principal causador do aumento de resíduos. As famílias que residem em áreas urbanas são cada vez mais incentivadas ao consumo exagerado, supérfluo de alimentos. Com ele surgem novas doenças como a obesidade em todas as idades, que preocupa cada vez mais as autoridades sanitárias dos países industrializados, e que já consome boa parte dos orçamentos dos Estados. Estes por conveniência das grandes superfícies, trazem cada vez mais embalagens, que mais não são do que desperdícios que nalguns casos embora sejam materiais sujeitos à reciclagem, os utilizadores não estão sensibilizados para tal.

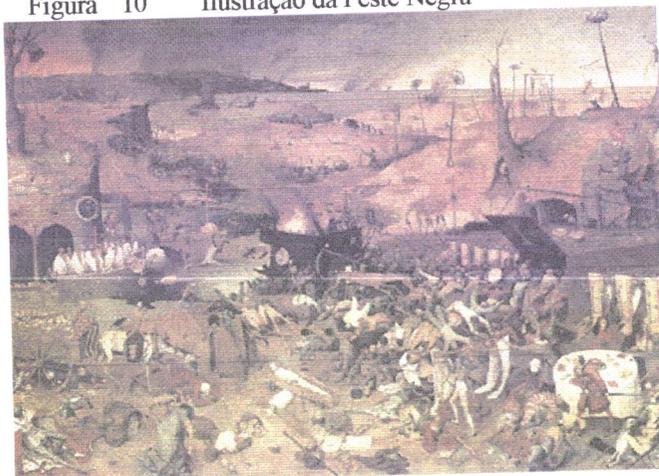
Os electrodomésticos são outra arma poluente, para a qual a reciclagem ainda tem uma resposta muito tímida, mesmo porque tal não convém aos produtores. Os electrodomésticos têm um tempo de vida cada vez mais curto, e por sua vez, os usuários são “seduzidos” a adquiri-los por família cada vez mais em maior número. Há cinco anos atrás cada família tinha em média um televisor, dois no máximo. Hoje cada divisão da casa tem um televisor. Com os computadores acontece o mesmo, cada elemento da

família tem praticamente um computador, normalmente ligados à Internet e por sua vez ligados aos telemóveis em que cada membro da família tem as três redes (no caso de Portugal) e logo três telemóveis que mudam cada vez que surge um modelo novo. Para quando as energias renováveis? Insiste-se nas energias fósseis que são hoje a causa primeira da maioria das guerras a nível global e que só enriquecem um punhado de egocêntricos milionários. Ninguém ousa opor-se a eles, se por comodismo ou por covardia, os recursos naturais sofrem uma terrível sobre exploração, e, como se não bastasse a breve trecho, estaremos subterrados no lixo que produzimos.

4 - Demografia

Define-se demografia como a ciência que se ocupa do estudo da dinâmica populacional humana. Esse estudo engloba uma análise das dimensões, estatística, estrutura e distribuição das diversas populações humanas que, não sendo estáticas, variam devido a natalidade, mortalidade, migrações e envelhecimento. Comparando a natalidade dos países industrializados com a dos países em desenvolvimento, veremos que não existe entre ambos um meio termo mas sim dois extremos. Os países industrializados têm uma política de controle de natalidade que tem resultado em crescimento de natalidade nulo. Em contrapartida a inexistência de políticas de natalidade nos países em desenvolvimento tem conduzido a um crescimento populacional desordenado. Ao longo da História têm sido vários os momentos de aumento e redução populacional humana. Os momentos de explosão demográfica, a que Lamy denomina de “bomba P”, têm servido para compensar as baixas populacionais que ocorrem em fenómenos como a Peste Negra que (quadro abaixo) retratada pelo pintor belga Peter Bruegel .

Figura 10 Ilustração da Peste Negra



Fonte : www.fiocruz.br/css/glossariopeste.htm

Quadro triunfo da Morte 1562 do pintor belga Pete Bruegel

Estima-se que a Peste Negra (1378) tenha sido a maior catástrofe da História demográfica da Humanidade em que foram ceifadas cerca de 25 milhões de vidas humanas. Considera-se uma catástrofe se tivermos em conta que a população mundial à data não passava de alguns milhões.

Referimos anteriormente que a primeira explosão demográfica aconteceu com a sedentarização, período em que se assinala uma maior produção alimentar resultante da

agricultura. O maior crescimento natural da população teve o seu segundo momento, já considerado **explosão demográfica**, após a Revolução Industrial em meados do Séc. XVIII. Este processo tecnológico, económico e sócio-cultural, em que a capacidade humana de produção de bens e serviços era em série e a baixo preço, pondo-os à disposição dos operários e suas famílias, que ao abandonarem os campos, encontravam nas cidades melhores condições de vida, que se traduziram num aumento explosivo da população. Os que se mantinham nos campos também tinham de certa forma a sua vida melhorada porque a grande indústria também modernizava as alaias agrícolas, os métodos de produção e comercialização, através da criação de cidades e meios de comunicação entre elas. Em suma a Revolução Industrial, criou mais cidades, por onde a população crescente podia expandir-se sem que o aumento populacional se traduzisse em situação conflituante. Aumentava a população e com ela mais consumidores e com a expansão da tecnologia industrial mais empregos e consequentemente mais consumidores remunerados, melhores meios e maior quantidade na produção agrícola, meios de escoamento e distribuição da mesma. A Revolução Industrial trouxe consigo uma série de outras revoluções em todos os sectores inclusive na *transformação da mentalidade*. A agricultura encontra novos mercados e conseguia escoar para longe produtos de vida curta como verduras e legumes graças às vias de comunicação (com destaque para os caminhos de ferro). Surgem novas profissões resultantes da maquinaria criada.²⁷ O processo não só é irreversível como imparável. Os avanços são cada vez mais significativos.

Assinalamos a terceira aceleração do crescimento populacional depois da descoberta da Penicilina por Sir Alexander Fleming e sua aplicação em 1944. Deu-se uma verdadeira Revolução médico - sanitária em que ocorrerem verdadeiros “milagres”. Doenças tão letais como a tuberculose deixaram de ser sinónimo de morte. Surgiam entretanto outros antibióticos como a Estreptomina (especificamente usada para o tratamento da tuberculose). As tetraciclina, o Cloranfenicol, várias vacinas e outros medicamentos criados em meados do Séc. XX foram os responsáveis por este **Boom** demográfico. Porque até então as taxas de natalidade não eram baixas, simplesmente se situavam muito próximas das taxas de mortalidade. Associado a este facto, havia a considerar o tempo médio de vida que era muito baixo, logo era impossível haver crescimento populacional significativo caso não acontecesse algo extraordinário que reduzisse a mortalidade e mantivesse, ou mesmo aumentasse, a natalidade e tempo médio de vida. Os países em vias de desenvolvimento ainda se debatem seriamente com o problema da mortalidade infantil.

A população humana já atingiu em 2004 os 6 biliões de habitantes terrestres. Neste momento o continente africano debate-se com um sério aumento populacional. Mas este aumento populacional torna-se preocupante apenas e tão somente por causa das desigualdades na distribuição de oportunidades de escolaridade, emprego e conforto. A agravar estas desigualdades, estão os conflitos armados que se fazem sentir com maior intensidade nas zonas menos centrais, transformando-os em locais pouco seguros. O êxodo das populações para as grandes cidades, considerados locais seguros para se viver, transforma as restantes zonas do país em autênticos desertos habitacionais. A sobrepopulação das capitais africanas está na base do crescente empobrecimento do continente e consequente fuga das populações (incluindo quadros superiores) para os países industrializados. Acreditamos que se houvesse por parte dos governos africanos

²⁷ Louis L. Snyder, *Collier's Encyclopedia* nº 12 pp767-776

políticas de realojamento e assentamento das populações de que constassem garantias de paz, estabilidade, trabalho, educação, produção de alimentos, assistência médica e lazer, este panorama de “invasão” da Europa seria certamente visto dum outro paradigma. Só depois dos resultados então dever-se-ia equacionar os novos números e certificar-se de que estamos realmente perante uma “bomba P”. Estando a *distribuição* da população incluída na demografia, cremos que teremos maus resultados se considerarmos que estamos perante uma situação de explosão demográfica em África, a partir dos números de sobrelotação das capitais africanas de onde partem os “enxames” que invadem a Europa. Depreende-se que se esteja a avaliar o aumento demográfico dos países africanos pela explosão demográfica que se verifica nas capitais deste países. É um erro crasso, que conduz a conclusões precipitadas. Catástrofe ecológica é a aglomeração nas principais capitais. Porque em termos de aumento populacional, não há razões para preocupação. Os governos dos países industrializados como a Espanha Itália, Grécia e Marrocos e brevemente Portugal (porque os imigrantes que estão a ser “lançados” das Ilhas Canárias para as ruas de Madrid rapidamente encontrarão as fronteiras terrestres e Portugal será o destino) ao invés de entrarem em desespero com a invasão de fluxos diários de imigrantes, deveriam adoptar políticas de apoio aos países africanos de onde são oriundos estes imigrantes, no sentido de se criarem infraestruturas de apoio nas aldeias e povoados africanos evitando assim o sobrepopoamento das cidades e conseqüente imigração desordenada para a Europa onde acabam por não encontrar o acolhimento esperado, quando não perecem pelo caminho.

III

RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE A EUROPA E ÁFRICA

1 – Introdução

Terminamos o Capítulo anterior com o sub-tema Demografia, onde constatamos que o elemento *distribuição* populacional é um dos factores que a condicionam. A distribuição das populações pelos variadíssimos locais do planeta desde sempre se baseou em relações entre os povos, independentemente das suas culturas e ou objectivos. Entre a Europa e a África estas relações não foram excepção, descritas como tendo sido conturbadas, tiveram sempre o factor económico como base. O nosso objecto de estudo é sobre Os Modos de Integração dos Imigrantes Africanos numa região específica da Europa, mais concretamente a Sul de Portugal. Europeus e africanos relacionam-se há muitos séculos, de diversos pontos da Europa para diversos pontos de África. Tentaremos neste capítulo fazer uma breve referência histórica sobre estas relações que marcaram estes dois povos a diversos níveis: culturais, económicos, sociais, demográficos, etc.

1.1- Expansão Marítima e Escravatura

A partir de meados do século XV a frota de Diogo Cão, homem escolhido pelo rei D. João II para capitaniar a frota de caravelas que zarpou do Tejo na primavera de 1482 rumo à África desconhecida, abriu caminho a outros. Mais tarde, caçadores de homens com interesses comerciais constituídos em grupos de comerciantes, missionários, cientistas e muitos outros, começaram a penetrar o continente africano em busca de fortuna fácil e glória. Homens como Silva Porto, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, Serpa Pinto, Henrique de Carvalho, comandaram frotas que faziam expedições a África dando origem à exploração e tráfico de escravos (*Figuras e Factos da Colonização Portuguesa*, pag.46, 93, 94). Os traficantes faziam as capturas de escravos começando na costa ocidental até à costa austral. Passaram por zonas que actualmente conhecemos como Angola, Moçambique, Zimbabwe, Zâmbia, Congo, Malawi, Guiné, etc. Estas eram zonas de caça de escravos, enquanto que, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe eram ilhas desertas onde de início se “depositavam” os escravos e serviam de postos de troca e trânsito dos mesmos para a Europa e Américas, onde os poucos sobreviventes viriam a ser comercializados. Se nos restringirmos à escravatura no espaço português, veremos que o comércio de escravos estava bem legislado e, tinha inclusive vigilância de um feitor nomeado pela municipalidade, segundo a tradição herdada do Direito Romano “o escravo é uma coisa, objecto de compra e venda, de herança e de legado”. Muitas vezes usado como dádiva ou como meio de pagamento. Sendo «... *fisicamente capazes de actos humanos*”, *estes eram submetidos a certas restrições legais. Um alvará de 26 de Maio de 1533 decide que não se pode comprar ou vender nada a um escravo, outro, de um de Fevereiro de 1545, proíbe que os escravos vivam independentes. Os escravos estão proibidos de jogar...em caso de delito o testemunho²⁸ dos acusadores vale*

²⁸ MAURO, Frédéric. *Portugal O Brasil e o Atlântico*. Volume I e II. Editorial Estampa. Lisboa, 1989. pag. 201,202

sempre...um escravo que mate o seu senhor é supliciado, se o ferir é condenado a morte »

1.2 - Transporte dos Escravos

Uma vez que os escravos vinham de África, convém lembrar em que condições eram transportados. Os navios que transportavam os escravos eram os mesmos que transportavam mercadorias do reino para o ultramar e para o Brasil. Estes navios apelidados de *tumbeiros* (tumba → sepultura , caixão, lápide, maca onde se transportava cadáveres), como o próprio nome diz eram sepulturas flutuantes

« ... os homens estavam empilhados no fundo do porão, acorrentados, por medo que se revoltassem e matassem todos os brancos a bordo. Às mulheres estava reservada a segunda entreponte...as crianças empilhadas na primeira entreponte, como arenques em barriga. Se queriam dormir, caíam uns sobre os outros. Para satisfazer as suas necessidades ...aliviam-se no sitio em que se encontravam, sobretudo os homens, cruelmente acorrentados, de tal modo que, onde estavam, calor e odor se tornavam insuportáveis...muitos não resistem, asfixiados, esgotados ou dizimados por epidemias[...] Bem podiam reclamar, tratando-os por cães e outros nomes análogos. [...] uma nau com 500 escravos, numa só noite morreram 120...o quadro é elucidativo se dissermos que em 1625 “peças” sobreviveram 628, 68 das quais ainda morrem pouco depois do desembarque... ». Estas viagens tinha a duração de 30 a 50 dias. (Portugal , o Brasil e o Atlântico vol. II, pag. 229, 230).

“Faz dó ver como os trazem empilhados na cobertura dos navios aos 25, 30, 40, nus, mal alimentados, amarrados uns aos outros, costas com costas. Uma vez passados para terra, metem-nos numa espécie de enxovia e quem os quer comprar os vai lá ver. Examina-lhe a boca, obriga-os a fazerem exercícios com os braços, curvar-se, correr, saltar, e quantos movimentos e gestos pode fazer um homem com o corpo (...). Não resisto a contar a V. Senhoria um episódio que me deixou atónito. Vi numa praça desta cidade empilhados no meio do chão, uns 50, talvez, destes animais, formando um círculo em que os pés eram a circunferência e as cabeças eram o centro. Forjavam todos por alcançar, de rojo, amarrados pelos pés (...). Todo o empenho daqueles míseros era para alcançar uma pinga de água (...). Entre eles e uma vara de porcos que se afocinhavam para um lameiro já pela acção, já pela cor, não havia diferença.”

descreve-nos **Filipe Sasseti**, mercador florentino residente em Lisboa

2 - Tentativas de Abolição do Tráfico e da Escravatura

O Liberalismo foi um importante marco no processo de abolição da escravatura. (*Figuras e Factos da Colonização Portuguesa*, “General ferreira Martins”, pag. 40). Figuras como Marquês de Sá da Bandeira, Bernardo de Sá Nogueira, elaboraram o *Decreto Humanitário* (como lhe chamou General Ferreira Martins), de 10 de Dezembro, em que se decretava a Abolição do tráfico de escravos. Logo após, em 1836, iniciou-se os estudos das questões coloniais. Sá da Bandeira , em pleno regime liberal, apresenta a pasta da “Marinha e Ultramar” em que fazia constar um relatório com larga apologia da Colonização em África.

«...para avaliarmos o que são os Domínios Portugueses Ultramarinos, não devemos considerar somente o que actualmente são, mas aquilo de que são susceptíveis. O estado em que se acham é devido não só ao mau governo que tem tido da Metrópole mas a esta ter prestado quasi exclusivamente a sua atenção ao Brasil » in *Os Sons do Silêncio*.

A perda do Brasil como colónia em 1822, fazia sentir-se profundamente na economia e na vida em geral da Coroa portuguesa. Redobrava-se então a atenção às restantes colónias, receosos de que se repetisse o sucedido no Brasil.

O tráfico de escravos ofuscava toda a riqueza que Angola tinha para oferecer. A atenção estava voltada para o tráfico de escravos devido aos grandes monopólios neste área. Neste período, o comércio de escravos, só em Angola, rendia cerca de 50% das provisões da Coroa portuguesa. Espanha e Holanda eram outros dos países que também floresciam com o tráfico de escravos, mesmo depois da Inglaterra estar a travar uma luta titânica contra este hediondo comércio. Espanha “depositava” em Porto Rico milhares e milhares de escravos, a Holanda “armazenava-os” na Guiana. Apesar da firme oposição da Inglaterra, o tráfico continuava. Foi assinado a 22 de Janeiro de 1815 o primeiro tratado para Abolição da escravatura entre Portugal e a Grã- Bretanha, em que se fazia constar que «... seria abolido o tráfico de escravos em todos os lugares da Costa Africana ao Norte do Equador ». Pois os traficantes passaram a praticar o tráfico na Costa Africana mas a Sul do Equador. Mais tarde em 28 de Junho 1817, perante a ganância e obstinação dos portugueses, a Inglaterra elabora uma Convenção adicional, em que faz constar, e leva Portugal a assinar, que era ilícito qualquer tipo de tráfico de escravos no Ultramar. Em 1843, Portugal mantém o seu execrável comércio, a Coroa portuguesa mantinha sua vida faustosa resultante deste comércio, levando a Inglaterra à edição de *Tratados aplicáveis ao ultramar, na Agência geral das Colónias*²⁹. Apesar dos esforços ingleses, as receitas da Coroa floresciam com o comércio de escravos. Entretanto Sá da Bandeira Ministro do Liberalismo conseguiu fazer passar a lei :

« todas essas medidas serão ineficazes se não forem acompanhadas por uma Lei Capital, base da civilização e da prosperidade dos povos africanos. Esta Lei é a Abolição da escravatura. A Política a Moral e o interesse nacional, nos devem determinar a Abolir este tráfico, embora se excitem os clamores dos especuladores e das autoridades corrompidas : é neste caso que a espada da justiça deve ser empunhada com mão de ferro ». in *Os Sons do Silêncio*, pag. 203

²⁹ MARTINS, Ferreira. *Figuras e Factos da Colonização Portuguesa*. Editorial: Inquérito Limitada. Lisboa, 1939

³⁰ *Idem*

A luta do Marquês de Sá da Bandeira não se ficava pela Lei, porque como relata o General Ferreira Martins : « *para a cáfila dos negreiros, tudo isto era letra morta ...as lutas do Ambriz e do Angoche, prolongaram-se por longos anos antes que se pudesse pôr cobro ao comércio impune e descarado que deixava as terras vazias e sem braços suficientes para as amanho e aproveitar* ³⁰». Foram décadas passadas neste impasse até que se conseguisse abolir a escravatura. Os que na Coroa desfrutavam dos dividendos do deplorável comércio, inebriados na luxúria, não faziam fé nas vozes que vinham dos governadores das Colónias, que alegavam que havia outras formas de obter rendimentos elevados das terras de África sem se recorrer ao tráfico de escravos (livrando-se da pressão internacional). Mouzinho de Albuquerque em Moçambique (1896-1898), reclamava por o tráfico ter deixado as propriedades completamente abandonadas e que, passados cinquenta anos, não havia “braços” para retomar a exploração agrícola. As consequências desta ganância e insalubridade mental, levou à situação que pensamos ter sido a chave de problemas entre o hemisfério norte e o sul, do qual se colhem amargos frutos até hoje. Dizia o General Ferreira Martins o seguinte :

«*Este mal, aliás incontestável, resultou porém, de termos conservado a escravatura no estado primitivo, desde a época das descobertas até ser subitamente abolida pelos decretos liberais do Século XIX. Não houve a tempo uma regulamentação que permitisse, nas relações de trabalho entre pretos e brancos uma evolução semelhante àquela a que se deu com as classes trabalhadoras da Europa. Estas passaram da autêntica escravatura primitiva da antiguidade, ao estado de servilismo da Idade Média, e daí a situação mais moderna de assalariados* » (Figuras e Factos da Colonização Portuguesa, pp. 45, 46).

3 - As primeiras tentativas de colonização

Foi ainda o Marquês de Sá da Bandeira que teve por iniciativa a colonização das terras do Sul de Angola. Em 1885 foi fundada a primeira Colónia no Lubango a que se deu o nome do fundador Sá da Bandeira. Composta na sua maioria por colonos madeirenses. Seguiram-se muitas outras colónias que prosperavam lentamente com a amenidade do clima, a abundância de água corrente e outras benesses próprias das terras de África. Não fora a falta de preparação dos colonos para lidarem com africanos que tinham uma cultura totalmente diferente da sua, o sucesso teria sido quase imediato. Muitos deles terminavam o tempo de contrato e regressavam a Lisboa sem nada conseguirem. Muitas outras tentativas de colonização foram feitas noutras regiões de Angola e do Ultramar, mas muitas, senão todas, falharam pelas razões citadas e principalmente pelo que consideravam um “*clima insalubre, inóspito com insectos que provocavam febres mortais*”. Durante muito tempo a África era considerada como o “ túmulo dos europeus”, por isso muitos dos primeiros colonos eram “*degredados e, pessoas da pior índole*” intencionalmente escolhidos para cobaias por um lado, e por outro, livrava-se o país de gente indesejável.

A 26 de Maio de 1896³¹, o então Ministro da Marinha e do Ultramar, faz publicar uma Lei na qual se instalariam soldados negros nas colónias, uma vez que os soldados brancos não tiveram sucesso nas várias tentativas anteriores de fixação. Nesta expedição, tendo em conta os fracassos anteriores, fora tudo muito bem planeado. Para cada colónia eram enviados grupos chefiados por comandantes com posto militar estipulado, instrução militar esmerada, e a composição da colónia permitia uma fácil mobilização. As companhias eram compostas só de homens, aos quais se seguiram muitos mais. Cerca de dez mil pessoas deixavam por ano o continente e as ilhas para povoarem as colónias. Quase quarenta e cinco por cento da população portuguesa fora absorvida por Moçambique e principalmente Angola³². Para além das companhias militares, os primeiros a ter sucesso na fixação nas colónias, quem eram os outros portugueses que se seguiram a povoar as colónias? « ...a gente grada, os fidalgos, os notáveis, os ricos, seriam sempre em grande número do Norte, era por aí que a nobreza tinha os seus solares. Com estes homens importantes iam também os humildes, a sua criadagem e a sua clientela rural. Entre a gente miúda, parece certa a importância dos algarvios, especialmente dos arredores de Lagos o primeiro porto de onde partiam as caravelas ». Para S. Tomé iam os “degradados e judeus” que para além de alfaías agrícolas e outros instrumentos de fixação, lhes era dada também uma escrava para “ter e dela se servir e a ilha povoar”³³. (*Originalidade da Expansão Portuguesa*, pag. 19).

3.1. Difusão de Culturas na Fixação dos Colonos

Por volta de 1839, a Coroa portuguesa inicia uma campanha para o povoamento das terras africanas conquistadas por Portugal. A este movimento chamou-se de *tarefa ingente*. O General Ferreira Martins escreve (*Figuras e Factos da Colonização Portuguesa*, pp. 11-13) «...durante sete dias fez-se lembrar os portugueses que Portugal tem colónias que todos os nacionais devem conhecer e amar, porque elas constituem parte integrante da Nação, prolongamento inseparável da Mãe-Pátria; e ecoaram pelo mundo as palavras dos portugueses que nesses sete dias manifestaram claramente o desejo inabalável da nação, de consagrar a todo o transe o seu património colonial, adquirido a custa do heróico esforço secular dos seus melhores filhos e do sacrificio de numerosas vidas em prol da colonização portuguesa.»

Os colonizadores na sua expansão defrontaram-se com regiões povoadas, quer nas ilhas africanas, como nas costas de Moçambique, Guiné e Angola. Cada uma destas populações, tinha o seu estilo de civilização. «... terras ocupadas por gente com estilos de civilização muito diferente, que dificilmente assimilaria os nossos usos e se prestaria a colaborar na tarefa da colonização... povos que tinham os seus estados, as suas instituições, os seus organismos políticos suficientemente poderosos e conscientes de si...» (*Originalidade da Expansão Portuguesa*). As “febres” ainda matavam colonos às centenas. As mulheres portuguesas, consideradas mais frágeis, não embarcavam na aventura expansionista. Como resultado, havia um encorajamento, por parte das autoridades do continente, ao casamento de portugueses com mulheres “nativas”. Por

³¹ MARTINS, General Ferreira. *Figuras e Factos da Colonização Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito lda., 1942.

³² *Originalidade da Expansão Portuguesa*

³³ *Idem*

outro lado, a população portuguesa não era assim tanta e mais portugueses não podiam deixar o continente. Então «... *o caminho a seguir era um só e seguiram-no eles com toda a deliberação : a mestiçagem... mulheres trazidas à fé cristã, integradas naquilo que ao tempo podia chamar-se de civilização portuguesa. Dava-se origem a uma população debilmente mestiça, aproximando-se, nos usos e nos sentimentos...*». Os governantes portugueses “*nos seus ensaios de colonização oficial*”, não podiam ser mais bem sucedidos na forma de prenderem os colonos, que apesar da nostalgia da pátria e da família sentiam-se presos aos encantos da nova família que constituíam, “*...forte atracção exercida pelas mulheres de cor, o amor aos filhos destas ligações de ...acaso, as escravas promovidas não raro à intimidade do leito, os laços que ligavam a esta prole matizada permitindo a ascensão social dos rapazes mestiços*”.

Uma vez, iniciado o movimento colonizador, houve a necessidade de se “fixar os braços de trabalho”. Por mera conveniência e não por benevolência como se quis fazer crer, os europeus puseram fim à escravatura. Era urgente explorar as grandes extensões de terras africanas ainda desconhecidas. Porque até então era conhecido pelos colonos pouco mais do que as costas marítimas. A Inglaterra, pioneira na revolução industrial, seguida da França, movidos por interesses económicos, empenharam-se acerrimamente na abolição da escravatura. Portugal, por sua vez, ainda não estava a par dos avanços que ingleses e franceses tinham alcançado com a Revolução industrial. Não percebia porque teriam estes países tanto interesse em pôr fim a um comércio tão lucrativo como a escravatura. Continuava a achar a escravatura e o tráfico o negócio mais rentável da época. Travavam-se intensos combates com a marinha inglesa que desesperadamente buscava acabar com a escravatura para poder alargar o mercado de consumidores remunerados. Aprendia e muitas vezes afundava navios portugueses que persistiam no negócio do tráfico de escravos. O Historiador João Pedro Marques descreve algumas das pressões inglesas para forçar os negreiros portugueses a por fim ao tráfico: «...*os estabelecimentos dos traficantes no Galinha, foram destruídos...cessando de vez a sua actividade. Lagos foi bombardeada...no âmbito do bloqueio do Benin...tal como no Zaire...*». A Inglaterra estava decidida a acabar com a continuidade do tráfico de escravos que os portugueses teimavam em praticar. Em 1838, Palmerson, no seu tratado, decidira que se Portugal insistisse na sua política esclavagista, a Inglaterra usaria a força para detê-lo : «...*e se os portugueses quisessem guerra o governo britânico ocuparia todas as suas colónias, resolvendo deste modo facilmente a questão do tráfico português...*». Lord Grenville, Primeiro Ministro britânico em 1806, deixava bem claro que usaria os meios navais ingleses para impor pela força o desejo britânico de abolir a escravatura³⁴. Bem se vê que Portugal aboliu a escravatura por pressões fortíssimas e concretas da Inglaterra e do resto da Europa. As ameaças da Inglaterra far-se-iam cumprir. Portugal sofreu pesadas baixas. A razão principal assentava em interesses económicos como já referimos. E para não os tornar tão óbvios, foram “adornados”, ou mesmo camuflados, por interesses religiosos e, por consequência, surgiram os motivos culturais e sociais.

4 - A Revolução Industrial como Factor da Abolição Escravatura

³⁴ **MARQUES, João Pedro.** *Os Sons do Silêncio : Portugal de Oitocentos e a Abolição do tráfico de escravos.* Editora : Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1999

A Revolução Industrial põe fim à era agrícola e inicia a nova Vaga: a das sociedades industriais. (Fukuyama, 2000). Trouxe consigo benefícios vários : o fim da escravatura, avanços tecnológicos que fizeram com que as populações em geral deixassem a dura vida que se levava no campo e viessem para as cidades. A este movimento migratório, somou-se uma discreta, muito discreta, melhoria das condições de vida. Esta discreta melhoria que referimos teve tradução no crescimento da população. Houve um movimento migratório das populações do campo para os centros fabris. Estas populações viviam e trabalhavam em condições verdadeiramente deploráveis. Os senhores que detinham os capitais financeiros que moviam a indústria, exploravam os trabalhadores e concentravam o monopólio em pequenos centros. Inicia-se uma nova era na História da Humanidade resultante da (como o próprio nome diz), Revolução Industrial. A somar a estas Revoluções, a História e a Humanidade são agraciadas com a invenção do Barco a Vapor e mais tarde (em 1838), com a criação da Hélice, que maximiza a navegação marítima pelos oceanos. (www.bibvirt.futuro.usp.br)

O glorioso período de descobertas e sucessos é ensombrado por uma Grande Depressão. De 1873 a 1896, o recente Capitalismo, via-se em sérias dificuldades. A indústria produzia em quantidades elevadas, apesar da concentração da população nas cidades havia necessidade de um maior número de consumidores para absorver o aumento da produção. As colónias eram a solução mais iminente. Mas para isso, era preciso que os escravos fossem livres, transformados em assalariados, para poderem “absorver” o que não “cabia” na Europa, daí a “bondade” e interesse da Inglaterra em acabar com a escravatura, coisa que Portugal até então não percebera. Ter colónias era sinónimo de mais consumidores, mais matéria prima para alimentar a Indústria (ferro, carvão, madeiras, etc.). Quem mais colónias possuísse, mais portos de mar tinha. A religião teve o seu papel neste processo. A religião católica composta na sua maioria por portugueses, espanhóis e italianos, tinha por principal função :

« levar a fé e alargar o império, levando a civilização. Preparar o caminho, amansar os corações dos bárbaros, torná-los submissos e obedientes para o avanço do colonialismo». A população da metrópole não alcançava milhão e meio de habitantes, para aumentar estes homens que se gastavam por tantos lugares, era necessário encontrar uma solução: multiplicá-los. Os processos da multiplicação foram dois : a assimilação e a mestiçagem. A base da assimilação ... tinha o seu símbolo mais vivo na religião... em toda parte onde os portugueses chegaram as suas ambições civilizadoras foram amplas... homens foram integrados no caminho da religião na civilização... »

In Os Lusíadas .

In Originalidade da Expansão Portuguesa (pag. 81)

Os missionários protestantes por sua vez, empenhados desde cedo em movimentos abolicionistas, figuras como John Wesley (fundador do movimento Metodista Evangélico na Inglaterra), Robert Moffat, Livingstone, Thomas Clarkson, Granville Sharp, ³⁵deslocavam-se às colónias africanas, como pioneiros e diríamos mesmo, os únicos preocupados em fazer a ponte estatutária na vida do escravo para homem livre. Até então o escravo era um objecto na “mão do seu senhor”. Tinha tudo condicionado,

³⁵ MARQUES, João Pedro. *Os Sons do Silêncio : Portugal de Oitocentos e a Abolição do tráfico de escravos*. Editora : Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1999

desde o dormir ao acordar, o comer e o que comia, até o defecar dependia da vontade do seu senhor.

4.1. Da Abolição à Contratação: Contratação ou escravatura disfarçada?

Folheto de José Joaquim Freire (1839-1840)

« ... o projecto para a abolição do tráfico da escravatura... ao invés do que o título faz supor, era um projecto para o prosseguimento do tráfico, sob a capa de engajamento de negros e a cobertura da acção policial britânica.[...] Freire queria aquilo a que se podia chamar “sistema de civilização cristã”, ... ou o “ sistema aos abraços”, era algo que fosse simultaneamente capaz de conciliar a dignidade da coroa portuguesa com os recíprocos interesses da Inglaterra. [...] o sistema aos abraços, apoiar-se-ia na contratação de africanos supostamente livres: na costa de África, Portugal civilizaria e contrataria os seus colonos negros, forma integradora e suave... os escravos livres. Seguidamente, deixar imigrar para o Brasil, todos quantos pudesse, para ali serem engajados a jornal, por Lei.

Os Sons do Silêncio (pag. 287)

Durante muito tempo Portugal, provavelmente por se encontrar ainda alheio à Revolução Industrial, não compreendia os propósitos da Inglaterra e do resto dos países da Europa colonizadora. Embora vozes “iluminadas”, como de Sá da Bandeira e outros, já viam vantagens na Abolição, fazendo sério aproveitamento das riquezas naturais que as colónias ofereciam, a maioria dos iminentes continuava a considerar o tráfico negreiro como a mais valiosa forma de obter receitas. Não fora o desgaste causado pela marinha inglesa e a reputação desonrosa em que os homens das letras e imprensa na Europa e na América mergulharam o nome da Coroa portuguesa, Portugal teria com certeza levado mais tempo a decretar e fazer cumprir a abolição do tráfico e da escravatura.

Mas não faltavam em Portugal vozes e renitentes à Abolição, nem mesmo mentes perversas e farsantes figuras como José Joaquim Freire e muitos outros, que pretendendo perpetuar a escravatura, criaram associações e movimentos *Toleracionistas*. Estes não eram a favor, mas como o próprio nome diz, toleravam a escravatura e não viam com bons olhos o seu fim. Criando para tal formas de a encobrir dos implacáveis ingleses e da comunidade internacional. A Contratação era a melhor forma de camuflar a escravatura. Ao contrário do que acontecia com o tráfico de escravos que eram comprados, procediam-se a rusgas, em que cipaios (género de milícia colonial) apanhavam desprevenidos homens, mulheres e crianças, arrastavam-nos para os portos de mar e faziam-nos embarcar sem que seus familiares e amigos soubessem. Antes de os embarcar para sítios desconhecidos, faziam-nos assinar (ou firmar contrato por impressão digital), convencendo-os de que teriam trabalho por um

prazo de anos limitados, com garantias de salário mensal, alojamento e alimentação e com passagem de regresso garantida no final do contrato que diziam ser de seis anos de trabalho em média. Não passava de uma manobra para os convencer a embarcar sem grandes alaridos. Assim a pouco e pouco iam substituindo os escravos por trabalhadores ditos contratados, contrato este “só para inglês ver”, porque na prática eram verdadeiros escravos que só não tinham as correntes porque as condições de trabalho (que incluía o trabalho gratuito e o chicote) eram praticamente as mesmas.

Antes da chegada dos colonos, S. Tomé era habitada por muitos negros e mestiços vindos de Angola voluntariamente a quem chamavam “filhos da terra”. Eram negros alforriados e muitos mestiços descendentes de colonos com escravas. «...*Zurara mostra como muitos deles (filhos de brancos com nativas negras) eram tomados por viúvas que lhes ganham afeição e, no tratamento se confundem com seus próprios filhos. Pretos aceites e educados na Corte...acolhidos com todas as honras...*»³⁶, (pag. 135) muitos destes negros tornaram-se ricos, herdeiros de grandes fortunas, que se mudavam para terras de África.

Entretanto, a febre do café e do cacau em S. Tomé e Príncipe levou à criação de grandes roças, que com a chegada dos colonos, estes negros ricos, foram abusivamente desapossando das suas terras e seus bens, exigindo os colonos que estes trabalhassem como contratados nas terras que haviam perdido para os colonos ou seja nas suas antigas terras. Recusando-se estes, mesmo após serem torturados e massacrados, outra solução os colonos não tiveram que não fosse o recurso à novas formas de violência, que fizeram com que muitos dos filhos da terra pudessem por maus tratos. Habitados ao fausto, muitos deles também servidos por escravos alforriados preferiram a morte a trabalharem na roça. As roças absorviam um número quase insaciável de contratados. Com a abolição efectiva da escravatura e a insaciável ganância do lucro fácil, os colonos intensificavam os “contratos”, para também trabalharem no transporte do café e do cacau que, para além de carecer de uma série de infra-estruturas, carecia de braços que o fizessem chegar aos portos. 1/3 do cacau consumido em todo o mundo vinha de S. Tomé. A abertura de estradas, a criação de caminhos de ferro, eram tarefas nas quais os contratados trabalhavam em condições infra humanas.

O facto destes contratados, trazerem ao pescoço uma corrente lacrada com uma chapa em que constava um número que os próprios sequer sabiam para que era, um cordel semelhante à cintura e outro num tornozelo, chamou a atenção de autoridades inglesas, que mais uma vez, tiveram uma intervenção preciosa. Uma denúncia, do jornal britânico “*Harpers Montley Magasine*” leva a Coroa britânica a enviar um emissário a Angola, o investigador Josef Burt (in *Os Sons do Silêncio*). Este investigador percorreu a rota da alegada contratação, que ia de Benguela a Luanda e acompanhou os contratados até ao destino que era S. Tomé e Príncipe. Josef Burt denuncia as péssimas condições em que viviam estes contratados, começando pelas condições em que eram “capturados”, transportados, os locais em que eram “depositados” e as condições em que trabalhavam. Denuncia ainda que estes trabalhadores traziam apenas bilhetes de vinda, ao contrário do que lhes era prometido e que o repatriamento não passava de um sonho do contratado. (Foi nosso privilégio, encontrar em S. Tomé, na Roça Angola, “Água-Izé”, ex- contratados vindos de Angola). Estes, tal como a muitos outros que tiveram o chicote por “companheiro” no seu dia-a-dia durante o trabalho na roça, tiveram apenas

³⁶ *Originalidade da Expansão Portuguesa*

bilhetes de vinda e, por incrível que pareça, até hoje não conseguiram regressar à sua terra Natal. O salário prometido nunca passou de uma promessa.

Na roça Angola, encontramos *Nha Duda*, natural de Angola, com quem tivemos oportunidade de conversar. Fica aqui um extracto:

P: quando veio para S. Tomé ?

R : *vim em 1950 não conheci pai nem mãe, diziam que eles tinham sido levados, ninguém sabe para onde. Eu vivia com minha tia, que também foi trazida para aqui. Minha tia morreu e eu fiquei na casa. Esta casa é a mesma desde 65.*

P : como era o trabalho na roça?

R: *muito duro. Desde que o sol nasce até que fica escuro. Não podia nem levantar cabeça, capataz caía com chicote em cima de nós. As costas sentia como ferida. Só uma coisa boa, gente comia muita comida, carne... muita carne.*

P : Gostaria de voltar a Angola ?

(O choro de *Nha Duda*, impediu que obtivéssemos uma resposta mais concreta, ainda que esta fosse esclarecedora provavelmente do desejo de voltar).

Casos como este em S. Tomé encontram-se com muita facilidade. As roças ainda comportam muitos dos antigos contratados. Os anos não apagaram as memórias que guardam destes tempos. Em entrevista à RTP numa reportagem com o título “Prisioneiros do Mar” da jornalista Anabela Freire, o proprietário da Roça Sumbi disse frente às câmaras que “só em 1963 é que descobriu que os contratados eram seres humanos e não meros instrumentos de trabalho”. João Maria de Sousa Almeida é outro dos roceiros, Até hoje lembrado em S. Tomé como o Barão de Água-Izé.

Após a Coroa Britânica ter recebido o relatório do investigador regressado de terras de África, associado a outras denúncias que a imprensa inglesa insistia em publicar pela Europa e pelo mundo, comprometendo a maior fábrica de chocolates inglesa, totalmente abastecida do chocolate português vindo de S. Tomé onde se praticava “trabalho” escravo; a Coroa britânica denunciava Portugal e mais uma vez tentou acabar com a nova forma de escravatura, mas pouco conseguiu. Se por isso ou não, a contratação tornava-se cada vez mais difícil. Daí o Coronel Carlos Sousa Gorgulho, governador empossado a 10 de Abril de 1945, com o apoio do Ministro do Ultramar, ordenava que os cipaios procedessem a rusgas nocturnas, com o objectivo de capturar “os filhos da terra”, para os obrigar a trabalhar para os roceiros que os haviam espoliado das suas terras e seus bens. Eram presos e torturados, mas preferiam morrer a ter que trabalhar para os roceiros como já referimos. As prisões arbitrárias, mortes nas prisões e até em praça pública, foram sucedendo-se, até que a crescente revolta culminou no Massacre de Batepá a 5 de Fevereiro de 1953, em que foram barbaramente assassinados populares desarmados, simplesmente por se terem recusado a trabalhar em condições que consideravam estar abaixo do seu estatuto de homens livre. A fictícia “contratação” em Angola, Cabo Verde e mesmo em Moçambique vai se tornando cada vez mais difícil, o que aumenta a fúria dos colonos contra os “filhos da terra”. Começa então a queda do

império do cacau e do café nas Roças de S. Tomé e Príncipe por falta de mão de obra. Como se não bastasse, ocorre por esta altura um ataque de uma praga até então desconhecida às plantações de cacau e café que fez ruir o império até à independência.

5 – O Peso da História. Estará a Europa em Dívida para com África?

O escritor e historiador Basil Davidson, numa análise sobre as relações entre potências colonizadoras e os povos de África, sem falar nos crimes que estas super potências industrializadas cometeram contra o Homem Negro, interroga-se sobre a apregoada generosidade em que estes afirmam ter já saldado todas as suas dívidas com a África por todos os séculos de extorsão das suas riquezas materiais. Este autor cita ainda outros historiadores dentre os quais David Fieldhouse, que em sua obra *Black Africa*, chama a atenção dos seus leitores para a falsa generosidade dos que “espremeram e exploraram a África”. Ao falarmos da dívida do Ocidente para com a África falar-se-á sempre só e unicamente do aspecto material, da predação das riquezas naturais, em que a relação que existiu da parte dos europeus para com os africanos mais não foi do que uma relação de *amensalismo*, e predação. Quanto ao número de vidas ceifadas durante o tráfico de escravos, calcula-se que seja de catorze milhões de vidas³⁷. De que forma se repararão os danos? Por vários séculos se deixaram subjugar pelos europeus, acumulando contra eles ódios que em nada contribuíram para o progresso de África.

6 - Independências de África: Libertação ou Novas Ditaduras?

Os europeus acreditaram ter os africanos totalmente dominados. Cremos que esta convicção foi a responsável por não se proceder à preparação de sucessores para a governação do continente. Não só não prepararam sucessores, como também não prepararam formas de partilha do poder com os autóctones africanos. Este pensamento jamais fez parte dos planos do colonizador. Nunca tiveram a preocupação de preparar homens e mulheres negros para a partilha de uma sociedade em que a pouco e pouco se poderiam cicatrizar feridas, reabilitar a dignidade e permitir a “construção” de uma nova e gradual personalidade. O que restava do *Homem Negro* depois de tanta sevícia e humilhação? Escravizado, acorrentado, durante séculos objecto e propriedade de um senhor; posteriormente colonizado, ensinado durante séculos que era um ser inferior, aquando das independências dos países africanos, estes foram apanhados de surpresa. Não tinha assimilado devidamente a cultura ocidental, nem tinha podido conservar a cultura e tradições africanas. Porque quem quisesse ter alguma qualidade de vida tinha que deixar de ser *indígena* e passar a ser *assimilado*, que equivalia a perda total da sua identidade. Não foram os colonizadores que tiveram de se integrar na sociedade africana, eles impuseram aos africanos formas de aculturação.

³⁷ DAVIDSON, Basil. *O Fardo do Homem Negro*. Tradução de Jorge Almeida e Pinto. Editora : Campo das Letras. Porto, 2000.

Os países africanos pós libertados da colonização tiveram, na sua maioria, governos de orientação militar. Seus líderes com formação político-militar feita em países do Leste, formaram governos na sua maioria de regime de Partido único, em que reinava a *ditadura democrática marxista-leninista*. A Comunidade Internacional estava no rescaldo da Segunda Grande Guerra e o mundo se encontrava dividido em dois grandes Blocos, o do Leste e o Ocidental, os Estados Unidos da América apoiados por toda a Europa Ocidental e a União Soviética apoiada por todo Leste Europeu. Estes dois blocos estendiam os seus tentáculos aos países que conseguissem aliciar, chegando mesmo a dividir a Alemanha em duas: Alemanha Ocidental mais conhecida por Federal, e Alemanha do Leste ou RDA, República Democrática Alemã e a Coreia em Coreia do Norte (voltada para o Bloco Leste, e Coreia do Sul, voltada para o Bloco Ocidental). A humanidade inteira vivia sob o terrível clima da Guerra Fria entre dois blocos, em que ambos faziam crer que cada um possuía melhores e mais poderosas armas que o inimigo e que, se provocados, a qualquer momento poderiam fazê-las detonar. O continente africano, até então dominado pelas superpotências ocidentais, não as queria como aliadas na reconstrução dos países africanos que se iam libertando e, de uma Europa desgastada pela segunda Guerra Mundial, restavam os países do Bloco Leste para os apoiar nesta fase da sua História. Em pouco tempo os resultados mostraram-se desastrosos. As razões destes resultados ainda estão por ser investigados.

Em 25 de Maio de 1963 em Addis Abeba cerca de 35 nações africanas uniram-se e fundaram a Organização de Unidade Africana (OUA). Esta organização, respondendo pelo continente africano, declarou-se *Não Alinhada*, quer em relação a um Bloco, quer em relação ao outro. Conseguindo fazer-se ouvir junto da Comunidade Internacional, lançando apelos às potências colonizadoras, no sentido de estas concederem a independência das suas colónias. Na década de 60 (do Séc XX) a França e a Inglaterra, desgastadas pela II Grande Guerra Mundial, decidiram-se por conceder a tão desejada independência às suas colónias. Juntamos em anexo um quadro com as datas das independências de alguns países africanos. Finalmente nos anos 74 / 75, chegou a vez de Portugal perder as suas colónias. Cada um dos blocos detinha agentes espões em África. Não agradava a nenhum deles que os novos estados africanos se alinhassem ao inimigo. A instalação de um dos regimes, representava zonas inimigas onde poderiam eventualmente estar armas, portos estratégicos, bases militares, etc. A ideia de ver o inimigo em vantagem aterrorizava-os. O Ocidente buscava por isso aliciar dirigentes africanos no sentido de estabelecerem acordos de suposta cooperação para evitar que o inimigo, Bloco Leste, o fizesse. Tal situação só se veio a atenuar com o fim da Guerra Fria.

6.1. Desafios do Pós Independência

Recapitulando o que até agora foi dito, concluiremos que os africanos viveram sempre sob o jugo de alguém. Passaram de escravos acorrentados, sem vontade própria à disposição de seus *Senhores* a eles próprios Senhores com armas nas mãos, ávidos de poder e justiça, muitos deles, saídos das matas, onde por mais de uma década estiveram exilados sob condições inexprimivelmente inumanas. Deparam-se com países em que povos clamavam por independência da entidade opressora colonizadora. Muitos destes governantes estavam despreparados e viram-se na contingência de criar leis, governar nações e, em muitos casos, não houve lugar a uma transição. « ...os militares ganharam direito a um estatuto privilegiado pois os governos apoiavam-se na força e assim a sociedade civil foi-se atrofiando e, as liberdades individuais até aí conseguidas, foram

*sendo violadas, ao livre arbítrio dos detentores do poder*³⁸ Ao analisarmos este período do pós independência, reparamos que quase todos, se não todos, os governantes auto proclamaram-se. Passada a euforia da tomada do poder, foram a pouco e pouco tomando consciência (os que tomaram) da pesada herança que tinham recebido. É óbvio, uns mais do que outros, ou seja, o deslumbramento de uns passou com a necessidade urgente de dar respostas, cumprir promessas, muitas das vezes sem conhecimento técnico e outras sem recursos económicos. Em muitas situações, a forma mais rápida e julgada conveniente de agir foi recorrer à “colagem” de modelos governativos importados para a realidade africana que era totalmente diferente. A colagem destes modelos revelou-se desastrosa em alguns casos. Vejamos o que fizeram outros povos como o Japão por exemplo : « ...enviou seus mais altos funcionários para a Alemanha, Grã-bretanha e América, para ver como funcionavam estas sociedades industriais. Copiaram as ideias que pareciam mais adequadas, rejeitando as que lhes pareceram inúteis e perniciosas...a modernização, não significa ocidentalização, os países em vias de desenvolvimento, precisam de aprender com os desenvolvidos, mas não precisam de abandonar suas culturas e tradições em curso ...»³⁹ O que assistimos em África foi a aplicação na íntegra de alguns modelos marxistas-leninistas sobre culturas africanas. Não colou obviamente porque os africanos não tinham no momento identidade própria, mas a referência do “colono” e sua política económica era a única que conheciam e com a qual saberiam lidar melhor. Por outro lado, a maioria dos governantes, recém chegada dos países do estrangeiro onde teve de se refugiar das garras da PIDE/DGS estava em muito desfasada da realidade africana, impôs à força os modelos de governação do país em que esteve exilada. Esta “colagem” também não foi feliz. O porquê, ainda está por investigar. Sabido está o facto de que muitos destes governantes, ao perceberem que a sua forma de governação não respondia às expectativas do povo, ninguém os conseguia fazer parar, tornava-se perigoso enfrentá-los, por não haver liberdade de expressão. Apesar de desgastados, não souberam reconhecer que a sua missão tinha terminado e que deveriam “passar o testemunho” em glória às centenas de jovens intelectuais formados para actividades governativas. Acharam que o poder era um prémio merecido por terem combatido pela independência, quer tivessem competência para o fazer, quer não. A sabedoria de alguns dos novos governantes em reconhecer as dificuldades de governação, fazendo-se rodear de jovens credenciados e, por outro lado, a arrogância de outros, que prosseguiram errantes na governação, fizeram toda a diferença no rumo que os seus países tomaram. Quem sabe que rumo teriam tomado os países que tivessem apostado nos jovens que se tinham formado em países com economias sólidas, de onde, para além de trazerem diplomas, trouxeram conhecimentos sérios capazes de tornar a economia viva, credível e competitiva.

Imbuídos do espírito ditatorial do passado, a maioria dos governantes africanos declara-se “vitalícia” no poder. A Organização Não Governamental Human Rights Watch, de fonte reconhecidamente credível, por várias vezes tornou públicas as fortunas de dirigentes africanos. Estes, de forma visivelmente atabalhoada, vêm a público mais com ameaças do que propriamente provar a não veracidade da notícia. Ocorre-nos em consequência perguntar : não estarão já estes senhores suficientemente ricos para “descansarem da sua acção libertadora” e desfrutarem tranquilamente do seu prémio

³⁸ GUEST, Robert . *África Continente Acorrentado*. Civilização Editora. Porto, 2004.

³⁹ *Idem*, p. 34

pela libertação? « ...estes ditadores se perpetuam no poder, procurando e de resto conseguindo, desempenhar o papel dos novos leões⁴⁰ ».

O ditador Joseph-Désiré Mobutu Sesse Kuku Nguemba Uzabanga chegou ao poder depondo, por assassinato, seu antecessor Patrice Lumumba. “Fixou-se” no poder depois do golpe militar em 1961 até ser destituído em 1997, resultante de intrigas e traições criadas por ele próprio com o vizinho Ruanda. (Robert Guest explica com pormenor os meandros desta guerra, no seu livro : *África Continente Acorrentado*, pag.70). Mobutu era o 5º na lista dos homens mais ricos do mundo. Se não fosse destituído por Laurent Kabila, e posteriormente vitimado por um cancro da próstata, possivelmente ainda hoje Mobutu estaria a arruinar o país. A morte de Mobutu, não trouxe paz à nação congoleza. O seu sucessor, Laurent Kabila, veio a ser assassinado em 2001, sendo sucedido pelo filho Joseph Kabila, o mais novo presidente do Continente africano, na altura com apenas 29 anos. Este jovem presidente não tem mais do que destroços no lugar do país. Até ao momento mais não fez que apaziguar velhas inimizades com os vizinhos, para depois pensar em “arrumar a própria casa”, já que o país está dividido. Embora tenha tido a humildade de aceitar a ajuda das forças de paz das Nações Unidas, não governa muito mais do que 2/3 do país, estando o resto nas mãos dos rebeldes. (*África Continente Acorrentado*, pag. 76) República Democrática do Congo (RDC) , ex Congo Belga, ex Congo Kinshassa, ex- Congo Zaire. Quem dera aos zairenses que tanto “ex” viesse acompanhado de novidade de vida para as populações.

Sobre o Zimbabué diremos não concordar que os *farmers* continuassem a viver como se o país não tivesse sofrido transformações na sua política. Viviam-se tempos novos, principalmente para os negros, que já sem tempo, precisavam de ter nova vida e com ela novas oportunidades. Não pensaram assim os *farmers* que continuaram a sentir-se senhores poderosos, intocáveis donos das terras. Foi um erro crasso terem usado de tanta arrogância. Pois o governante máximo cansou-se da sua arrogância e não usou de meio termo, expulsou-os das terras e do país. Contudo, cometeu um erro grave, distribuindo terras aos agricultores sem os preparar. A este radicalismo do chefe de Estado, seguiu-se um braço de ferro com a Europa e principalmente com a Inglaterra, que terminou em total desgraça para a economia deste país. «... o Zimbabué atravessa uma grave crise de falta de alimentos... metade da população do Zimbabué depende dos cereais dados pelo estrangeiro para sobreviver. Para punir os ousados que votam contra ele...proibiu as agencias de auxilio de operarem nas áreas em que o poio à oposição é maior...Políticas e medidas erradas em catadupa, são agravadas quando o ditador zangado, com o Ocidente, manda imprimir mais notas para tapar os buracos financeiros. (*África Continente Acorrentado*, pag.58, 64).

Voltamos a Angola para darmos o mais triste exemplo de insucesso no desafio do pós independência. O superlativo cabe aqui pelo facto deste país ter riquezas que dariam a qualquer país organizado um nível de vida invejável aos seus cidadãos. O que acontece em Angola? Observamos que as suas riquezas, totalmente ao contrário do que deveria ser, transformaram-no num país amaldiçoado. Depois de terminada a guerra com a potência ocupante, Angola sob o “comando” do MPLA e de Agostinho Neto como primeiro Presidente do país, festejou a sua independência a 11 de Novembro de 1975

⁴⁰ROQUE, Fátima Moura., et al. *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*. Edições Almedina. Coimbra, 2005.

no Largo 1º de Maio, em Luanda, sob a tensão da guerra que acontecia às portas da cidade, na Vidrul, onde a FNLA empreendia um esforço gigantesco para entrar na capital. Por sua vez a UNITA, chefiada por Jonas Savimbi, travava com o MPLA, acérrimos combates no sul do país. Um velho ditado diz : *pau que nasce torto, tarde ou nunca se endireita*. Este clima de guerra civil a que o nascer deste novo país assistiu, acompanhou-o até Fevereiro de 2002, quando Savimbi foi abatido a tiro na província do Luena.

Durante todos estes anos, cremos que nem o próprio governo tem ideia dos milhões de dólares (moeda em que é paga a dívida externa) gastos em material bélico e na restante gestão militar. Possivelmente, o governo também não terá o número de angolanos militares (homens e mulheres, velhos e crianças que, empunhando armas, pereceram nas frentes de combate. Os inimigos do MPLA eram mercenários muito bem treinados, nomeavam-se dentre eles, americanos, zairenses, sul africanos. Foram anos terríveis para os angolanos. Perdiam-se familiares e amigos de todas as frentes. Morriam angolanos à fome, na guerra e morriam nas cadeias onde o governo por não concordar com as suas ideias, assessorado por Cuba, os matava impunemente.

Após a Independência, o país não teve paz, daí a necessidade dos sucessivos acordos de paz. Estes não tiveram qualquer sucesso. Não houve paz para Angola. Já explicamos porque é que a guerra de Angola durou tanto tempo. A recusa de Jonas Malheiro Savimbi em aceitar os resultados das eleições de 1992, alegando fraude, levaram-no a retomar as armas. Com fraude ou sem fraude, Savimbi não recorreu aos meios legais e organismos internacionais, que ainda permaneciam no país, optou pelo regresso à guerra armada. Foi mau. Porque o que se seguiu foram mais dez anos de guerra sangrenta. Estes dez longos anos de tortuosa guerra que se seguiram foram sem dúvida os mais sangrentos das quatro décadas da guerra. O governo definitivamente não queria cometer o mesmo erro de solicitar a ajuda dos cubanos outra vez, porque a retirada destes, do território angolano, não tinha sido das mais amigáveis e fáceis. O governo cubano, na tentativa de perpetuar a estadia dos cubanos em Angola, levou anos com sucessivos e injustificados adiamentos (pagos a peso de ouro pelo governo angolano), que mantinham os cubanos em Angola, permitindo que uns se evadissem, outros casassem ou arranjassem filhos, intencionalmente para não serem expulsos. Foi extremamente difícil fazer com que “*los hermanos*” deixassem Angola. Provavelmente por essa razão, o governo do MPLA recusou a pronta ajuda de Cuba. Mas alguém teria que fazer a guerra, o país assistiu ao desespero do governo em encontrar mancebos para a guerra. Autocarros estacionavam à porta das escolas “capturando” jovens estudantes. Mandar um filho para a escola era muitas vezes sinónimo de o mandar para a guerra. A idade não era muito importante, o que contava era o “porte” físico. Não fora a solidariedade entre os estudantes, que se preocupavam em avisar as famílias dos que eram capturados, de balde os procurariam suas famílias. Muitos foram para a escola e até hoje não voltaram. Fugir do país era impensável. Sair de uma província para a outra, também era impossível, porque o solo estava totalmente minado e a única forma de sair, de viajar, era por via aérea. O Aeroporto era o sítio menos recomendado para a fuga. Tudo porque, havia armas para vender, uns “tolos” que se prestaram a ser usados pelo Ocidente. A ganância pelo poder cegou-lhes o entendimento.

Sendo os jovens o motor da economia, os quadros técnicos médios e superiores, ao serem ceifados como foram sucessivamente nos vários momentos da curta vida desta nação, perguntamos : qual o real estado de saúde da economia angolana? Até aqui, tem sido o petróleo e os diamantes o garante da balança comercial e, estes mesmos recursos,

têm sido geridos do estrangeiro para as plataformas. Os técnicos estrangeiros quase que não pisam solo angolano, passam dos aviões que os transportam do estrangeiro para os helicópteros que os levam para as plataformas. A Sonangol (empresa Angola que gere os negócios do petróleo) vive de ostentação em ostentação apenas com as sobras do saque que o Ocidente faz ao património angolano. Enquanto isso, morrem milhares de angolanos, de doença, fome e miséria. Segundo a FAO, havia até 2004 **quatro milhões** de desalojados e, em Dezembro de 2005, havia ainda **1.4 milhões** de angolanos em risco de morte por fome. (www.fao.org)

6.2. Desafios de Reconstrução

Após quarenta anos de guerra armada continuada, os desafios do pós independência serão consideravelmente difíceis. Aos quarenta anos de guerra em Angola soma-se o flagelo da imigração ilegal. Angola é um país vastíssimo e tem tido sérias dificuldades em controlar os vastos quilómetros de fronteira. As áreas carregadas de minas, para além de impedirem o recurso à agricultura, também dificultam sobremaneira o controle das fronteiras terrestres. Angola tem vizinhos em situação sócio - económica bastante pior que a sua. Ecoou por toda África, que Angola era um paraíso, onde com pouco trabalho se enriquecia. Os angolanos ao serem brutalmente invadidos por povos francófonos e outros, com “usos e costumes” tão chocantemente diferentes, tornaram as vidas dos angolanos mais difíceis ainda. Aperceberam-se de como tinham absorvido os diferentes e elegantes hábitos e costumes dos portugueses. Os países vizinhos “exportam” o que têm de pior em termos de gentes. Entram em Angola por todos os lados da fronteira. A linda capital de Angola – Luanda, está totalmente descaracterizada. Conhecemos o caso dos malianos que chegam a construir habitações em terrenos de quem não conhecem os donos, sem qualquer licenciamento e, para cúmulo, acontece muitas vezes ocuparem boa parte da estrada pública, forçando o desvio do trânsito e até que a morosidade burocrática permita que estas sejam demolidas, restituindo-se o trânsito normal, vivem-se dias de grande embaraço. Os imigrantes ilegais causam embaraços não só à vida dos angolanos, como à boa imagem que o governo quer passar aos seus potenciais investidores. Crimes de falsificação de documentos, comercialização dos mesmos, falsificação e introdução de notas de dólares falsos no mercado, são novidades na área criminal que os angolanos até aqui desconheciam. A invasão de imigrantes ilegais em Angola, para além de ser um desafio que os governos enfrentam na reconstrução, tem sido também um factor de peso na evasão quase maciça de angolanos para a Europa. A convivência com os ditos “retornados” do Zaire, actual RDC, foi difícil, mas a convivência com esta nova vaga de imigrantes é considerada pelos angolanos insuportável. Este tipo de imigração só tem trazido inconvenientes para o país. Alterou negativamente o *modus vivendi* destas populações. Estão a criar-se formas de criminalidade que até aqui o povo angolano não conhecia. A corrupção atingiu níveis e sectores nunca antes observados. O banditismo e a “malandragem” trazidas por estes imigrantes está a difundir-se e infiltrar-se nos adolescentes angolanos de tal forma que se receia que as autoridades sejam forçadas a exercer duras medidas de repressão, já que a educação levaria tempo demais e, certamente, perder-se-ia a batalha de dissuasão.

Mata-se e morre-se por *dois tostões*. Está irreconhecível. As populações que sempre lá viveram são autênticas prisioneiras. Voltou-se às guias de marcha para se entrar e sair da Lunda. A somar a tudo isto, há a destruição dos recursos naturais que são de todos, mas que estão a ser abusivamente extorquidos por alguns, na sua maioria imigrantes

ilegais, causando graves agressões ao ambiente e descaracterização da paisagem. O governo angolano tem empreendido esforços gigantescos para travar esta onda de imigração ilegal, tentando igualmente devolver à capital um rosto dignificante mas os países vizinhos, e os outros de onde os imigrantes são oriundos, não têm demonstrado o mínimo interesse em colaborar porque obviamente são uns marginais a menos com que se têm de preocupar e por outro lado as economias dos seus países têm vindo a beneficiar das remessas destes imigrantes. É um desafio pesado para um país que já tem tantos “predadores”.

Fig. 11 Garimpeiros na Lunda Norte



Fonte : Revista visão, p 58
Fevereiro de 2002

A Guiné Bissau é outro dos países que receberia nota negativa na avaliação dos desafios da reconstrução. A nossa visita a este país não passou de uma aldeia da fronteira (S. Domingos) com o Senegal.(Novembro de 2005). O panorama era desolador visto de qualquer um dos paradigmas. Trinta anos após a independência, famílias inteiras tinham como única refeição uns grãos de “*mancarre*” (amendoins) ou uma massa feita de arroz cozido em água e sal. Guineenses com quem conversámos em “Zingeshou” (sul do Senegal) vinham às dezenas comprar sacos de arroz para venda ou simplesmente para subsistência. Os mais abastados vinham fazer compras diversas, levantar dinheiro nas máquinas Multibanco ou simplesmente fazer uso da Internet ou telefone para comunicar com o exterior.

Sabemos pouco das riquezas naturais da Guiné Bissau, mas o mar “oferece-se” aos governantes como a sua maior riqueza natural, o clima favoreceria sem dúvida o turismo não fossem as sucessivas guerras e guerrilhas sangrentas e destrutivas entre si. A cultura do arroz e da castanha de caju são outras das dádivas que os governantes dispõem para vencer os desafios do pós independência. Não comentaremos sequer sobre os milhões de dólares da ajuda internacional. Os doadores estão cansados de assistir à auto – destruição da Guiné Bissau. A disponibilidade dos doadores é cada vez menor e os montantes também. Que investidor irá interessar-se por um país que tem uma guerra civil por ano? Quererão os responsáveis guineenses mostrar ao mundo incapacidade de governar um país com apenas **um milhão** de habitantes? A mortalidade de adultos é de 16 em 1000, sendo a esperança de vida em média de 49 anos de idade. A mortalidade

infantil é de 130 crianças em 1000 (dados do <http://africa.expresso.clix.pt>). Como será que os governantes guineenses pretendem demonstrar ao mundo que “libertaram” o povo guineense do jugo colonial para proporcionar-lhes cidadania e dignidade?

Pior que a Guiné Bissau, a Costa do Marfim (literalmente dividida em duas) ou a Somália. Este último não tem sequer um governo desde 1991. É um país com cerca de oito milhões de habitantes, tem uma esperança de vida baixíssima. A maternidade mata tanto como a malária, a cólera, a mal nutrição. Dividida em duas facções, a Somália tem uma parte chefiada pelo islâmico Abukar Omar Addan, supostamente ligados a *AL-Qaeda* (www.africa.upnn.edu/country), sendo a outra facção chefiada por Bashir Rage Shirar do *Grupo Aliança para a Restauração da Paz e Anti terrorismo*. A seca, a prolongada guerra têm sido as principais causas da imigração. Fastidioso seria continuarmos a descrever os insucessos da governação ou da acção de continuidade positiva e corajosa começada por verdadeiros *libertadores*. Há muitos casos de sucesso continuados ou mesmo começados em países africanos. Sem dúvida na sua maioria o caos é em tudo muito semelhante. Guest compara alguns países africanos a empresas em que o melhor a fazer *seria declarar falência, mudar os gestores e começar tudo de raiz*. Não há dúvida que depois de uma curtíssima ronda a alguns países africanos, sem querermos ser apocalípticos, ou se começa de novo afastando os *vendidos, corruptos, homens maus amantes de si mesmos, cruéis, insensatos*, ou então estar-se-á a pôr *remendos novos em trapos velhos*. Esta acção resulta no desperdício do pano novo e continuação da deterioração do pano velho.

As economias dos novos países com riquezas naturais viram a sua agricultura negligenciada. O Gana e o Senegal eram grandes produtores de amendoim. A falta de comunicação entre os produtores e as autoridades resultou na revolta e desinteresse dos primeiros. Os governos deixaram de contactar com os produtores privilegiando o contacto com intermediários corruptos e ladrões. Os baixos preços que recebiam pelo seu produto, a seca, levou os camponeses à falência e, mais tarde, optaram por vender o seu amendoim em mercados paralelos ao Estado porque, nestes sim, o seu produto era valorizado. O mercado paralelo foi a desgraça de muitas economias africanas. (*O Fardo do Homem Negro*, pag.208- 210). Problemas ecológicos surgiram na década de 1970 como agravante das já debilitadas economias dos novos estados. Grande parte da África sofre nesta altura com o perigo da desertificação grave. Com as guerras civis a assolarem o continente as populações numerosas que vivem das culturas e pastorícia estão sujeitas a um flagelo (quase genocídio) de empobrecimento provocado pelo homem.

Países há como Uganda, a Tanzânia, Ruanda, Angola, grandes produtores de café. A Etiópia, por exemplo, tem neste ano de 2006 plantados mais de trinta hectares com cafezeiros, geneticamente tratados, importados dos Estados Unidos da América (www.cnpab.embrapa.br). Estima-se que a safra seja de 250.000 toneladas. Mas têm fechadas as suas fronteiras comerciais dos países ocidentais. Como escoará a Etiópia o seu café? Sendo que quase todos os países africanos que consomem café produzem-no em maior ou menor quantidade? A desgraça dos países africanos surge de todos os quadrantes. Quando não são políticas ou militares, são ecológicas.

S. Tomé e Príncipe é um país pequeníssimo, tem menos de **trezentos mil** habitantes (senso da ONU, <http://africa.expresso.clix.pt>). Está independente há **trinta anos**, é um dos países do mundo onde a malária é mais mortífera (quem quase perdeu a vida após

um surto de malária em 2004 sabe muito bem do que falamos). Os ministros da saúde não têm podido levar a cabo as medidas do programa de combate à malária porque para além da tradicional falta de verbas, normalmente, o seu tempo de governo não ultrapassa os seis meses. Enquanto os sucessivos governantes *se sucedem sem cessar*, a esperança média de vida dos cidadãos é de 40 anos, sendo o alcoolismo a segunda causa de morte a seguir à malária (temos por base um trabalho de investigação por nós elaborado para a cadeira deste Mestrado de Análise Multivariada de Dados). A falta de água tem a sua cota de mortes através da cólera. O Prof. Pedro Graça, do Instituto Superior de Ciências Sociais, escreve o seguinte sobre S. Tomé : «...*tem sido há 30 anos, enquanto Estado Independente, um país sem futuro. Preso à monocultura do cacau sem estruturas competitivas de produção e exportação...sem capacidade própria para produzir energia, com um mercado doméstico, e uma balança comercial altamente deficitária, o arquipélago tem sobrevivido com a parca ajuda internacional...*» (<http://africa.expresso.clix.pt/stome/default.asp>). Mal se começou a prospecção do petróleo (antes mesmo de se saber que poços continham o “mortífero” produto, estabeleceram-se parcerias, contratos de endividamento com a Nigéria e com empresários americanos. Começadas as perfurações, constataram que dois dos poços vendidos à Nigéria não tinham petróleo. E agora? É uma pergunta inevitável.

O tráfego, à semelhança da maior parte dos países africanos, encontra-se em estado verdadeiramente caótico. Em S. Tomé, com excepção da estrada que vai de Santana a Boca do Inferno (que está asfaltada) todas as outras não devem ter beneficiado de quaisquer obras de reparação desde a independência. Não existem sinais de trânsito verticais, não há sinais no pavimento, também por falta de pavimento, nem semáforos. Em se tratando de um país tropical, em que o sol está presente 10 meses no ano, o país vive com a energia de um gerador. Este gerador depende do gasóleo importado do Gabão a preço exorbitante. Conclusão, é raro o dia em que não há falhas de energia e estas falhas prolongam-se por dias, porque a empresa nem sempre tem gasóleo, porque tem dívidas avultadas para com os fornecedores do gasóleo. Será mais barato do que importar combustíveis a Angola e ao Gabão, investir na indústria de energias renováveis como a energia solar, por exemplo?

O gigante África do Sul é neste momento o país mais moderno da África em todos os sectores. Tecnologia de ponta em hospitais, nas universidades, na economia e em outras áreas espelham as políticas adoptadas pelos seus governantes. Não fora a capacidade de perdão do grande e histórico líder Nelson Mandela, que depois de ter passado 27 dos melhores anos da sua vida enclausurado, conseguiu passar uma mensagem de **PERDÃO** e, acima de tudo, conseguiu que todos os negros, humilhados e maltratados durante todos os anos do *apartheid*, o seguissem, chegando ao ponto de colocar frente-a-frente familiares das vítimas e elementos do temível grupo assassino subsidiado pelo governo racista o “esquadrão da morte”, elementos esses que até hoje não revelam qualquer tipo de arrependimento pelos crimes hediondos que cometeram, descrevendo-os com todos os pormenores frentes às câmaras de televisão para milhões de telespectadores. Este esforço pela paz e perdão, permitiu que em 1994 o país mudasse o seu rumo, sem atritos de maior. Foi glorioso o gesto do Presidente Mandela, mas mais glorioso foi a capacidade que ele teve de transmitir paz e segurança, a toda a população negra, até mesmo os rivais mais directos negros, os Zulu’s. O Presidente Mandela, ao contrário de muitos dos dirigentes africanos, não ficou agarrado ao poder, dispensou o protagonismo e não defraudou os que nele confiaram. Os medos que a população branca sente de vir a sofrer retaliações por um milésimo das maldades praticadas contra os

negros, esbateram-se perante a sábia e magistral postura do Presidente Mandela. Alguns brancos deixaram o país mas simplesmente por se declararem incapazes de suportar a ideia de vir a conviver com os que rotulam de “*selvagens negros*” e muito menos de tê-los como governantes. Não estamos a falar em perfeição, nem tão pouco falamos em paraíso, falamos de desafio na reconstrução. Há na África do Sul e haverá sempre como em qualquer outra sociedade, criminalidade e desordem, fruto da desigualdade da distribuição da riqueza, que determina quem são os ricos e quem são os pobres. Acontecem até hoje alguns homicídios de brancos na África do Sul que são na sua maioria por culpa dos que ostentam riqueza perante aqueles que, lutando contra décadas de injustiça racista, tentam conseguir o indispensável para sobreviver. Em 1996, o governo adoptou uma nova constituição que garante direitos a quem nunca os teve. Proíbe a discriminação *com base na raça, género, sexo, gravidez, estado civil, origem étnica ou social, cor, etc...* muitas dessas leis obrigam ao tratamento preferencial dos mais desfavorecidos, na contratação, nas promoções, nas admissões à universidade e na atribuição de contratos governamentais⁴¹. Estas medidas de discriminação positiva, visam compensar os longos anos de injustiças. Muitos engenheiros brancos, afirma Guest (pag.160) «...resistem a passar os seus conhecimentos a colegas negros sem experiência, porque um engenheiro negro bem ensinado em breve seria promovido...». O pavor de serem chefiados por um negro, leva-os a atitudes verdadeiramente estúpidas.

Não fora a SIDA, a África do sul, sem dúvida, muito em breve iria competir com países do G-7. Há outros países africanos muito bem sucedidos, por terem os seus dirigentes sabido aplicar políticas correctas, mantendo-se fiéis aos seus ideais de servir a nação, não se deixando corromper pelas grandes potências industrializadas. O Botswana, a Tanzânia, são o verdadeiro exemplo disso.

7 - As Relações Económicas Entre o Ocidente e África

A União Europeia, um dos cooperantes fundamentais de África, fruto das relações que sempre existiram entre os povos destes dois continentes, constatou que : «...os instrumentos da cooperação tiveram tendência para **dominar as políticas, em vez de se colocarem ao seu serviço**» (Comissão Europeia 1997, in *O Desenvolvimento do Continente Africano*, pag.191). A política económica desenvolvida pelas super potências ocidentais para com África denunciam o objectivo de manter o continente africano acorrentado. Quebraram-se as correntes da escravatura, as algemas do colonialismo e criaram-se as correntes da dependência financeira. A desvalorização crescente dos preços das preciosas matérias primas exportadas pelos países africanos em troca das importações desenfreadas de produtos perfeitamente dispensáveis e desactualizados, às vezes, como forma de pagamento da *never ending debt* não são indicadores de um relacionamento saudável entre a Europa e a África. « ...os termos de troca foram sempre desfavoráveis aos países em vias de desenvolvimento, que vendiam barato os seus recursos naturais, afectos ao seu sector primário e pagavam caro os produtos transformados...» (*O Desenvolvimento Africano*, pag.190). A confirmar a opinião do autor estão os preços a que é vendido o cacau, a castanha de caju, o café, o amendoim, o algodão, etc, e o preço a que a África compra os produtos transformados

⁴¹ GUEST, Robert . *África Continente Acorrentado*. (trad. António Santos) Civilização Editora. Porto, 2004.

que compra do ocidente como o óleo do amendoim, os tecidos, etc.. Os produtores de algodão africanos reclamam do ocidente uma cooperação justa que passasse pela instalação de “*input*” para a indústria transformadora do algodão, ao contrário do baixo preço que recebem por ele, e muito menos pelos fardos de roupas usadas a preços exorbitantes. Investimentos na indústria transformadora, referentes ao algodão, ao café, ao amendoim e em muitas outras áreas seriam uma excelente oportunidade de combate à pobreza e conseqüente factor de atracção de jovens e adultos que continuam a ver na imigração a única forma de ocupação e sobrevivência. É claro que o Ocidente não é o culpado de tudo, culpados são os governos africanos que fazem essas negociações ou contratos a troco muitas vezes de não se sabe muito bem o quê e fecham os olhos ao êxodo dos seus melhores trabalhadores.

Não fora o interesse que os ocidentais têm em perpetuar a dívida externa dos africanos mantendo-os debaixo do seu jugo, certamente preocupar-se-iam em criar indústria, gerar empregos que seriam um forma válida de evitar a escala desenfreada de imigração que diariamente “desagua” principalmente nos países mediterrânicos. « ...a dívida dos países em vias de desenvolvimento tem aumentado constantemente desde o início dos anos 80, apesar dos vários reescalamentos, reestruturações e esquemas de reconversão da dívida propostos pelos credores [...] em 1970, o montante da dívida era de cerca de 62 mil milhões de dólares. Aumentou sete vezes...atingindo os 481mil milhões de dólares em 1980. A dívida dos países em vias de desenvolvimento totalizava os 2 biliões de dólares em 1998, um aumento de 32 vezes em relação a 1970 »⁴². Enquanto isso, os recursos naturais destes países vão-se esgotando, a força de trabalho imigrante desgasta-se em viagens e fugas de um continente para o outro, empobrecendo cada vez mais a África, quer em capital humano quer em recursos naturais, adiando o desenvolvimento do continente. O Desenvolvimento Sustentável enuncia três princípios fundamentais : *ambiente, futuridade e equidade*. Parafraseando o Dr. João Paulo (Prof. da Universidade de Évora) diremos que:

Futuridade é o desenvolvimento sustentável em que se presta atenção não só aos horizontes de curto e médio prazo, como também a longo prazo, que será herdado pelas gerações futuras;

Equidade: O desenvolvimento sustentável enfatiza a necessidade de responder às carências dos estratos menos desenvolvidos da sociedade, assegurando um tratamento justo às gerações futuras;

Ambiente : saber avaliar os custos e benefícios da política antecipativa, tendo em conta **sempre** a necessidade de adequar a procura à capacidade de oferta ambiental.

« Os três conceitos básicos do desenvolvimento sustentável: *ambiente, futuridade e equidade* são integrados através de um princípio básico:

As gerações futuras devem ser compensadas pelas reduções nos recursos disponíveis decorrentes das acções das gerações actuais, o que na prática, implica um balanço nulo no processo global de afectação dos recursos.

Este princípio impõe que nenhuma geração deixe menor riqueza à geração seguinte do que aquela que herdou. A concretização deste princípio passa por:

Assegurar que se garanta, permanentemente, a conservação do capital disponível a cada geração. O capital a conservar engloba além do capital que assegura a riqueza e bem estar material decorrente da acção e criação humana, todo o capital ambiental que sustenta o bem estar e “riqueza” ambiental ».

⁴² Chossudovsky, Michel *A Globalização da Pobreza* pp 63-64 (Trd. Conceição Lemos Pires). Celta Editora. Oeiras, 1997

O Economista e Professor universitário de Ottawa, Chossudovsky explica-nos claramente como o Ocidente, e alguns dirigentes africanos com eles envolvidos, delapidam o património que nos foi deixado pelos que viveram antes de nós e que seria obrigação nossa deixá-lo para os que vierem depois. Alguns dirigentes africanos fazem-no por necessidade de implementar políticas imediatas que visem responder às carências dos estratos menos desenvolvidos da sociedade, outros por ganância e irresponsabilidade. « ...através da “engenharia financeira” e da delicada arte do reescalamento da dívida, o pagamento do capital é diferido, enquanto os pagamentos dos juros são implementados; a dívida é trocada por acções das empresas e novo dinheiro é emprestado a nações à beira da falência para lhes permitir o pagamento dos juros das “velhas” dívidas em atraso, de forma a evitar a falta de cumprimento da dívida ... o objectivo consiste em reforçar a legitimidade da relação estabelecida, mantendo simultaneamente as nações devedoras numa camisa de forças que as impeça de optar por uma política económica nacional independente [...] os países que se recusam a aceitar as medidas correctivas do Fundo Monetário defrontam-se com sérias dificuldades no reescalamento da sua dívida e / ou na obtenção de novos empréstimos de assistência internacional. O FMI possui também meios para perturbar seriamente uma economia nacional, através do bloqueio de crédito a curto prazo destinado ao comércio de mercadorias ». O Prof. Michel Chossudovsky explica de forma mais simples ainda usando o exemplo hipotético de um país que recebe um empréstimo de desembolso rápido de 500 milhões de dólares, sob a forma de apoio à balança de pagamentos, destinado à importação de mercadorias. « O empréstimo funciona como catalizador : permite que as receitas resultantes das exportações sejam reencaminhadas para pagamento de juros, possibilitando assim ao governo cumprir os prazos dos credores comerciais e oficiais. São cobrados mil milhões de dólares em serviço da dívida de um novo empréstimo de 500 milhões de dólares⁴³ ». Quando terão os países em vias de desenvolvimento as suas dívidas pagas?

As desigualdades na distribuição da riqueza nas sociedades africanas tem sido até hoje apontada como uma das principais causas das guerras internas destes países. Em todas as sociedades haverá sempre ricos e pobres, cabe aos governos atenuar essas desigualdades mas, para isso, esses governos deveriam ter um mínimo de “margem de manobra” como acontece nas economias ocidentais onde os problemas de base estão resolvidos. Nas sociedades africanas os problemas relacionados com o suporte básico de vida não estão resolvidos e estes são agravados pelas sucessivas guerras internas que, por sua vez, agravam a dívida externa, que agrava o empobrecimento. As opiniões dos economistas e analistas das economias africanas apontam para a situação agonizante em que estas se encontram, impedindo que os governantes tenham qualquer poder decisório, sob pena de verem a condição económica do seu país agravada com medidas condenatórias por parte dos credores internacionais. O perdão da dívida externa (depois de analisarmos algumas opiniões de analistas económicos que temos vindo a citar), é o princípio que os governos africanos precisam para realizarem projectos de desenvolvimento que marquem uma nova era no continente africano. A era do fim do recurso à guerra como forma de resolução de conflitos, a era da reconciliação, a era da reparação das desigualdades sociais que passa por garantir condições de dignidade para todos os cidadãos, que transforme a imigração numa opção de vida e não na única saída da morte certa para a morte incerta, muitas vezes.

⁴³ Chossudovsky, Michel *A Globalização da Pobreza*. (Trd. Conceição Lemos Pires). Celta Editora. Oeiras, 1997. p.73

A Noruega foi o primeiro país Ocidental que insistiu junto das organizações de Bretton Woods, Clube de Paris (grupo informal de governos de países industrializados, membros da OCDE, credores de países em desenvolvimento), para que desenvolvessem esforços que conduzissem ao perdão da dívida aos países pobres altamente endividados - PPAE - (www.noruega.org). Só em Junho de 2005, o Banco Mundial anunciou o perdão da dívida a 17 países considerados os mais pobres do mundo, dentre os quais alguns africanos como Benin, Burkina-Faso, Etiópia, Madagáscar, Mali, Moçambique, Ruanda, Níger, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia (www.obancomundial.org). Com algum atraso, instituições como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento / Associação Internacional de Desenvolvimento => Banco Mundial, (BIRD / AID) concluíram que a dívida havia chegado ao estado de “*incobrável*” e que estes países não tinham riquezas espoliáveis.

7.1. O Que Esperam os Europeus de África?

A Europa espera encontrar solução para muitos dos seus problemas em África. O crescente desemprego de licenciados na Europa vê África como um campo receptor do seu *know how*; a agricultura, a pesca, o turismo, são alguns dos sectores em que a Europa se mostra ansiosa por investir em África. Apesar do desemprego, a Europa conta com o capital humano africano, para colmatar carências em sectores de elevado valor como a saúde, educação e tecnologias da informação. No relatório da Comissão Mundial Sobre Migrações Internacionais (Fundação Calouste Gulbenkian, ISBN 972-97843-5-3, pp 19-23), consta que : «...*incapazes de recrutar, formar e manter o pessoal necessário no seu país, cada vez mais, governos e empregadores recorrem ao mercado mundial de trabalho...as multinacionais procuram deslocar as suas empresas de um sítio para o outro, de modo a tirar maior partido dos talentos que encontrarem, solicitando aos governos que facilitem o processo de contratação*». Cremos que países europeus constam da lista de empregadores nas condições supra citadas, que contam com o mercado de trabalho mundial, e africano em especial, pelas vantagens que este oferece dado o seu fraco nível de desenvolvimento económico e vantajoso potencial humano.

Ainda no mesmo relatório (pag.21) encontramos que estudos realizados pelo Banco Mundial indicam que o mercado de trabalho mundial irá aumentar de 3.0 a 3.4 mil milhões, ou seja um aumento de 40 milhões / ano. A mesma fonte informa que a população europeia cresceu de 2000 a 2005 cerca de 1.4. « ...*espera-se que 38 milhões desse crescimento, terão de vir dos países em desenvolvimento e, 2 milhões, dos países de elevado desenvolvimento... Os países industrializados terão que compensar a redução das suas populações para a prestação de cuidados ao cada vez maior número de idosos e para apoiar o sistema de pensões* ». Este é um facto bastante actual em Portugal, em Vila de Rei, embora não se tratando de africanos (por enquanto), foram “importadas” famílias brasileiras para povoar a aldeia e prestar cuidados aos idosos do lar de terceira idade. Maior parte das associações que presta assistência domiciliar a idosos, é composta por enfermeiros vindos principalmente dos PALOP e, por não lhes ter sido dada equivalência ao curso português, prestam cuidados de enfermagem (para os quais têm conhecimentos e formação) mas, por falta de equivalência, recebem salário muito abaixo das suas qualificações profissionais. Depois de falarmos das profissões tradicionalmente exercidas por mulheres como enfermagem e o *cuidar*, o Relatório da

Comissão (acima citada) refere que a Europa continuará a procurar em países em desenvolvimento mão-de-obra para trabalhos domésticos, limpezas, entretenimento e (o deplorável) comércio do sexo. Muitas das profissões referidas a Europa espera encontrá-las em África. Por outro lado África, como outros países em desenvolvimento, irá sofrer cada vez mais violentas abordagens globalizantes.

A agricultura é um dos sectores que a Europa espera explorar em África. Solos férteis, pouco usados. É uma das apostas da Europa, a ser feita na forma de agricultura intensiva, por empresas ocidentais apoiadas pelos seus governos e subsidiadas pela EU, voltada unicamente para a exportação, não se tendo em conta uma utilização sustentável dos solos, forçando pequenos e médios agricultores a abandonar as suas terras, sendo estes forçados a trabalhar para os usurpadores que ostentam grandes extensões com monoculturas; a desapropriação das terras para além de deixar muitos nacionais na miséria e a morrerem de fome, ainda provocam sérios problemas ecológicos dentre eles a descaracterização da paisagem, desertificação dos solos. O *corredor alimentar* (um investimento agro-industrial pertencente a uma organização racista sul africana de direita, a South African Chamber for Agricultural Development (SACADA) que integra várias organizações racistas (*A Globalização da Pobreza*, pp.191- 200)) que se estende de Angola a Moçambique, esmaga todo o tipo de agricultura de subsistência outrora existente por onde passa. Entrevistados por um jornalista sobre o facto de a extensão do empreendimento estender os seus tentáculos por vários países, responderam ser uma medida que iria trazer muitos benefícios para a África do Sul, dentre os quais *evitar a imigração ilegal para a África do Sul*, empregando as populações vizinhas. O facto de deixar as populações sem as suas culturas de subsistência, sem as terras, sem os pastos para o seu gado e vê-las morrer de fome é irrelevante. Os governos dos países anfitriões do *corredor alimentar*, pressionados pelo Banco Mundial e sob apertada vigilância da Organização Mundial do Comércio (OMC) (*A Globalização da Pobreza*, pag, 193), mais não fizeram que abrir as portas dos seus países e deixar que estranhos ocupassem partes importantes das suas terras. Os brancos racistas da África do Sul e os racistas expulsos por Robert Mugab do Zimbabué, sob os auspícios da tríade Banco Mundial – FMI – OMC, conseguem levar avante os seus projectos egoístas, sob alegação de que o seu objectivo é *levar desenvolvimento e proceder à transferência de conhecimentos agrícolas necessários* (Michel, pag. 194), lembra-nos a “expedição civilizadora e de cristianização” durante a escravatura e a colonização. «...ao preço simbólico de 0,15 dólares / hectare / ano...a SACADA está agora firmemente instalada no fértil vale do rio Lugenda. Mas os bóeres têm em vista as zonas agrícolas ao longo do rio Zambeze e Limpopo, bem como as estradas e caminhos de ferro que ligam Lichinga a capital do Niassa, ao porto de águas profundas de Nacala.[...] a nossa intenção (dos agricultores africanos) é desenvolver as zonas altas com milho, trigo e gado bovino ligados com o agro- processamento e ao mercado de exportação. As terras baixas, plantaremos uma grande variedade de árvores de fruto tropical e montaremos modernas fábricas de sumos. Os nossos institutos agrícolas montarão estações de investigação na zona[...] gostaríamos também de vir a penetrar nas zonas de produção de algodão das Províncias de Nampula e Cabo Delgado ». (Michel, pg, 198). A citação que acabamos de fazer demonstra má fé e um certo aproveitamento por parte dos investidores face às dificuldades dos africanos. Estes últimos, devido às condições económicas dos seus países, vêem-se na contingência de estabelecer acordos altamente desvantajosos com os investidores, sobe pena de perderem empreendimentos que gerem trabalho para os milhares de cidadãos africanos ávidos por um posto de trabalho remunerado e conseqüente melhoramento da economia e condições de vida.

Moçambique, neste caso concreto, seria prejudicado porque sendo o 3º exportador mundial de algodão e tendo logicamente no algodão uma das suas maiores riquezas e sendo que é da exportação deste produto que garante boa parte do serviço da dívida externa, seria prejudicial para a sua economia se este capital fosse parar às mãos de estrangeiros. Pois os africanos, depois de “tomarem” as zonas mais férteis de África com a “bênção” e protecção do BM, FMI, OMC, ainda pretendem usurpar uma das fontes de rendimento. O Economista e Professor Universitário no seu livro *A Globalização da Pobreza*, tem um capítulo intitulado “Esculpindo o território nacional”⁴⁴, para explicar a forma ousada como algumas entidades ocidentais estão a fazer um sobre aproveitamento das dificuldades de países africanos, em que se vai notando cada vez mais um espírito de neo colonização camuflado dentro de territórios independentes, que a troco do endividamento, fazem acordos que mais parecem autênticas “vendas” de partes do seu território. « *Está a desenvolver-se um território autónomo, um “Estado dentro do Estado”, inicialmente na provincia do Niassa; a Mosagrius (passando por cima dos governos nacional e provincial) é a única autoridade no que diz respeito aos direitos de utilização das terras nas suas áreas concessionadas[...] o território é definido como uma zona de comércio livre, permitindo a livre circulação de bens, capital e pessoas...todas as tarifas estarão isentas de tarifas alfandegárias ou outras* ». No direito de concessão, está reservado o direito dos africanos fazerem acordos com parceiros ocidentais à margem das autoridades nacionais. Será caso de se dizer que o Ocidente continua a olhar para África como extensão dos seus países? Com o apoio das organizações de Bretton Woods pode sempre que possível, alargar os seus projectos, colher o que não semeou, criar instâncias turísticas vedadas aos nacionais, instâncias estas que mais não são do que pequenas colónias em que os proprietários se arrogam a reservar o direito de admissão. Muitos países africanos têm que sujeitar-se a essas novas formas de colonização, por se encontrarem gravemente endividados e sob ameaça dos doadores internacionais e outros gigantes financeiros acolhem os novos colonizadores. O que esperam os europeus de África? Se esperam poder continuar a ter uma palavra na legislação económico – financeira dos países africanos, controlando e gerindo à distancia as suas economias, mantendo-as pobres a ponto destas aceitarem resíduos tóxicos, resultantes de acordos totalmente desfavoráveis para poderem sobreviver, pairará sobre a humanidade inteira o espectro da morte e miséria dos povos africanos. Veja-se o exemplo da multinacional *Thor Chemicals Ltd*, situada em países como o Reino Unido, Espanha, Itália, que exporta o seu lixo tóxico para países da OCDE a preços entre os **US\$ 100 e 2000 / tonelada**. Enquanto que esta mesma multinacional exporta para África o mesmo tipo de lixo (quicá mais perigoso ainda), por **US\$ 0.50 e 2.50 / tonelada**. O Benin recebeu por este preço e por um período de 10 anos 5 milhões de toneladas. A Guiné Bissau por igual período recebeu 500 mil toneladas (www.europa.eu/boetin/pt). « ...o conjunto dos contratos assinados pela Guiné Bissau na década de 1980 representam cinco vezes o seu próprio PIB e mais do dobro da sua dívida externa...» (www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente/pdf) . É sem dúvida vantajoso para o Ocidente ter o Sul para poder escoar o seu lixo tóxico a tão baixo preço. « *A Food and Agriculture Organization (FAO)* eliminou em uma década menos de 5% das reservas tóxicas em mais de 10 países africanos...o programa proposto prevê a eliminação nos próximos 10 – 15 anos de resíduos, que inclui prevenção, formação de pessoal especializado. Calcula-se que o programa venha a custar entre 200 e 250 milhões de dólares». A fonte www.fao.org/spanish/newroom revela-nos que organizações várias, o

⁴⁴ Chossudovsky, Michel *A Globalização da Pobreza* . (Trd. Conceição Lemos Pires). Celta Editora. Oeiras, 1997(p,205)

Banco de Desenvolvimento Africano, o Banco Mundial e outras, irão custear o programa de remoção dos resíduos, só não revela qual o peso que recairá sobre os países em questão. O facto de a grande maioria dos países europeus ter tido laços políticos, sociais, económicos e culturais com países africanos, deveria fazer da África um parceiro privilegiado, em que projectos, protocolos e investimentos visassem benefícios para ambos, evitando a contínua degradação da economia que conduz à pobreza extrema em que o continente africano está mergulhado e de onde surgem os assustadores fluxos de imigração ilegal que cada vez mais tomam proporções preocupantes. Os países europeus do Mediterrâneo que hoje se debatem com o incontrolado fluxo de imigração ilegal, foram no passado países que viveram a situação inversa, ou seja, lutavam para travar a emigração. Estes países conseguiram inverter o processo. Deduz-se que por trás desta inversão estejam anos de árduo trabalho de gestão económica, social, que conduziram a um patamar em que se pode falar de estabilidade económica.

8 - O Despertar do Continente Africano

Depois de analisarmos que a Europa e o mundo ocidental em geral continua a não considerar a África um interlocutor válido para negócios, tratando-o como um parceiro inferior, pensamos que deverá ser a África a demonstrar à Europa que tem potencialidades, que cresceu, que aprendeu com os seus próprios erros e que está disposta a acertar o passo rumo ao futuro. Devia por isso optar por desenvolver políticas que evidenciassem as suas potencialidades em recursos naturais e em capital humano, sem descurar o facto de ter sérios concorrentes em recursos naturais que é a América Latina e em capital humano que é a Europa do Leste.

Do Dicionário da língua portuguesa, **despertar** é: *tirar do sono; acordar; estimular; activar; dar origem a; activar o espirito; tomar consciência*. O Continente africano precisa de com urgência tomar consciência da sua condição de “presa fácil” do Ocidente na era da mundialização. Para isso precisa de traçar meticulosamente um percurso a seguir, com etapas curtas mas bem definidas, onde os erros acidentalmente cometidos, possam ser imediatamente corrigidos e os protagonistas estejam atentos, formados e informados sobre quem são os seus amigos, cooperadores, inimigos e adversários. Cada estado do Continente africano, e todos em conjunto, precisam de *dar origem* a uma nova geração de dirigentes, com quem se faça um investimento sério de formação, não no sentido de se criar uma elite distanciada do *real* africano. Mas dever-se-á eleger os melhores filhos de cada nação, fazer o mesmo que referimos que o Japão fez, ou seja enviá-los para países onde façam estágios e tomem contacto o “mundo” empresarial e financeiro. O objectivo principal seria o de formar interlocutores (homens e mulheres), para os potenciais empresários, multinacionais, grupos financeiros e congéneres, que quisessem investir nos países africanos, ou a quem se solicitasse empréstimos ou doações. Estes homens e mulheres jovens (que África já tem neste momento), precisam antes de mais de ter uma solidez moral e ética, que os torne capazes de ter vidas “limpas”, incontaminadas pela corrupção e suborno. Para isso precisarão de ser convenientemente remunerados. Talvez se pense que as nações pobres não comportem tais despesas. Engana-se quem pensa assim, porque mais caro ficam para a nação os avultados desvios financeiros, as contas fantasmas em paraísos fiscais e em bancos estrangeiros. A África sempre que quis demonstrou ser capaz de se unir em torno de um propósito e posicionar-se frente ao mundo. A OUA durante muitos anos e

por várias vezes fez isso. Lutou com acções diplomáticas pela independência de todos os países africanos, têm sabido aconselhar e arbitrar conflitos ente africanos. África já não tem Julius Nyerere, Jhomo Kenyata nem Kanneth Kaunda, mas tem conselheiros como Nelson Mandela e outros e, muitos jovens que podem unir inteligência, saberes e fazer-se ouvir pela Comunidade Internacional. A Southern African Development Austral (SADC), criada em 1992, composta por 14 países da África Austral, com o objectivo de criar um mercado comum, é um exemplo da capacidade que os africanos têm de reunir conhecimentos, entendimento e acção. Embora se trate de apenas uma região de África, a SADC constituiu um mercado que visa o estabelecimento e crescimento económico e ao mesmo tempo assegurar a paz e a segurança da região. A SADC visa ainda apoiar e incentivar os seus Estados membros a implementarem políticas de criação de emprego, utilização de produtos nacionais e dos recursos ambientais da região. O bloco reúne 206.4 milhões de habitantes e um PIB (produto interno bruto) de 162.2 biliões de dólares, exportações na ordem dos 52.4 de dólares e importam produtos na ordem de 50.8 biliões de dólares (www.sadc.int)

Com bastante atraso *acordaram* os dirigentes e aperceberam-se que estavam “acorrentados” pelos credores Ocidentais por um lado e por outro lado estava o povo a ser confrontado com mudanças sociais vertiginosas que iam aumentando o fosso entre os cada vez mais pobres e os cada vez mais abastados. A velocidade com que o Continente africano estava a ser envolvido nas malhas da globalização, convenceu os dirigentes africanos a avançar para organizações cada vez mais “ousadas”, chegando assim a substituição da OUA pela União Africana. A OUA, como que havendo cumprido a missão para que havia sido constituída, passou-se da Organização meramente política, para uma Organização mais completa, em que à política, associou-se a componente económica e militar. A UA possui um “braço” armado, para manutenção da paz em países africanos em conflito. No momento em que elaboramos este trabalho (Maio/ Junho de 2006), prepararam-se eleições na tão conturbada RDC, a UA enviou o seu exército de paz (composto por tropas angolanas), para a manutenção da paz naquele país.

Coronel Muammar al- kadafi, ao apresentar o projecto sobre a criação da U.A, a dado passo do seu discurso evidenciou o potencial de que a África é detentora : «...*temos tudo, por isso podemos confiar em nós mesmos. Temos matérias primas, florestas, água terras e pessoas, não precisamos da Europa nem da América. Eles vieram para saquear os nossos activos. Todas as guerras de que vocês têm ouvido falar em África, resultam de conspiração da Europa e da América*» (www.portugal-linha.pt/opiniao). Haverá algum exagero ou generalização nesta afirmação, mas a verdade é que uma África bem organizada, dispensa os “favores” do Ocidente, porque tem realmente tudo, excepto *know how* e organização. Algumas das alíneas da Carta Estatutária da UA, como a alínea *i*) do art. 3º onde consta « criar condições que permitam ao continente desempenhar o papel que lhe compete na economia mundial e nas negociações internacionais»; e a *j*) do mesmo artigo « promover desenvolvimento duradouro nos planos económico, social e cultural, assim como a integração das economias africanas», reforçam a determinação da União em defender os interesses de cada nação, seus povos e culturas, e do continente em geral, contra o poder hegemónico do esmagador Ocidente.

Pôs-se fim à era da lamentação, do “coitadinho do africano”, e *saindo do sono* o homem escravizado, humilhado, partiu do nada à união de esforços e de vontades para juntos

poderem enfrentar os neo colonizadores. Na alínea e) do artigo 3º « a UA compromete-se e encoraja a respeitar A Carta Magna das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos do Homem ». Se por parte dos governantes africanos existir respeito pelo seu semelhante africano, este respeito fará com que os governos levem a cabo políticas sérias que não passem de *letra morta* usada em campanhas eleitorais para angariar eleitores, mas que se desenvolvam políticas que visem a implementação de medidas a curto, médio e longo prazo. O princípio norteador destas medidas deveria ser como já referimos o respeito pelos direitos humanos, que fará com que se tomem medidas em sectores que de tão interligados que são, quase não se consegue estabelecer prioridades. Da agricultura depende a saúde, da saúde depende a formação e o *alimento* que vem da agricultura, que depende da economia, que depende de... e assim sucessivamente. Por isso dever-se-ia :

- Investir de forma séria nos recursos humanos;
- Investir na agricultura;
- Investir no sector da saúde

Fazer uma gestão cuidada de forma sustentável dos recursos naturais e do ambiente, como já referimos, com vista à erradicação da pobreza, para que haja paz e equidade, justiça social. Só tendo estes parâmetros como alvo, homens e mulheres africanos instruídos, farão com que se crie uma economia com capacidade de enfrentar a gritante situação de miséria extrema que se vive em África e elevar os olhos para a estonteante corrente da globalização do Séc. XXI.

Respeito pelos direitos humanos, ajuda a corrigir as graves desigualdades que se vivem nas sociedades africanas. Por sua vez, a fome e a miséria que estão na base dos conflitos armados, deixariam de existir, porque entre duas partes que se respeitam mutuamente, não tem que haver guerra, mas sim diálogo e, conseqüentemente, deixariam de existir as pesadas despesas com armamento bélico, que em muitos países consomem mais de metade do orçamento do Estado. Passaria a haver mais escolas para crianças e mais crianças nas escolas e menos crianças em exércitos ou bandos armados. Se houver respeito pelos direitos humanos certamente os governantes das nações africanas passarão a incomodar-se, impressionar-se, quiçá ficar chocados com os milhões de concidadãos seus que vivem com menos de um dólar por dia, enquanto eles somam por dia milhares de dólares nas suas contas pessoais em bancos estrangeiros. O respeito pelos direitos humanos, levaria os governantes africanos, a fazer o que até agora não fizeram, importar-se com as chocantes imagens de crianças desnutridas que dão o último suspiro frente às câmaras de televisão, despedindo-se de milhões de telespectadores em todo mundo em directo, acompanhadas de suas mães que em estado de igual *desnutrição e marasmo*, muitas vezes não choram, provavelmente porque o sofrimento as foi matando por dentro.

O respeito pelos direitos humanos preconiza a redução da exclusão social e promoção da igualdade de direitos e oportunidades de todos os cidadãos e uma distribuição “equitativa” da riqueza. Apregoar aos “quatro cantos” que se respeita a Carta Magna das Nações Unidas não é sinónimo de respeito pelos direitos humanos, esse respeito deve ser traduzido em factos concretos que, materializados, levem à criação de estruturas, instituições “credivelmente” democráticas que garantam este respeito pelos direitos e liberdades de cada cidadão.

Poder judicial isento e “separado” do poder político; ter cuidado com a formação e integridade dos agentes em quem se confia a ordem pública e a segurança de cada país;

que como o próprio nome indica, garantam a segurança dos cidadãos e não sejam grupos armados como vemos em muitos países africanos. Envergam uma farda e servem-se de um dístico para intimidar cidadãos de bem e turistas, extorquindo-lhes dinheiro ou outros bens, desde que se entra no aeroporto (onde se apossam de bens, dinheiro ou bagagens) até que se sai; quem visitou países africanos e não viu barricadas montadas nas estradas, onde a pretexto de missões de vigilância e controlo, mais não se faz do que extorquir “propina” a quem passa?

O respeito pelos direitos humanos promove-se desde a mais tenra idade, quer nas escolas quer nas famílias , envolvendo a sociedade em geral. Fazer ouvir as Igrejas, que já revelaram a sua capacidade interventiva e séria. Restaurar a confiança dos cidadãos, investindo na educação cívica. É assim que se criam hábitos de **disciplina, solidariedade, espírito de comunidade e de cidadania** (trocar o tão venerado orgulho tribal, pelo espírito de cidadania, amor à pátria, ao continente), **tolerância e harmonia social**.

A implementação de medidas como estas deveria ser facilitada pelo Estado visando o país todo e não apenas a capital tendo que para isso descentralizar o poder. Promovendo a eleição de governos locais sérios e creíveis. Que em nada fossem semelhantes a alguns dos actuais comissários provinciais, que não só não são eleitos pelo povo, como nem sempre são nomeados pela sua “folha de serviços” mas por nepotismo por parte dos governantes centrais que a troco da cadeira do poder que oferecem, exigem sujeição e obediência no cumprimento de ordens de subtracção dos dinheiros do povo em favor das suas contas bancárias em detrimento da resolução dos problemas do povo. Deveria restaurar-se o que sempre existiu em África o poder do “*Sekulo*” (ancião) e a autoridade do *Soba*. Estes teriam um papel importantíssimo na consolidação da paz e na restauração da confiança.

8.1. Investir nos recursos humanos

«A educação é a condição primeira e o motor essencial ao desenvolvimento humano sustentável do continente africano, cuja origem do subdesenvolvimento e de pobreza assenta, em última análise, na grande percentagem de analfabetismo»

Fátima Roque

«...A cultura é cara mas, a não cultura torna-se mais cara ainda...»

Sophia de Mello Brayner Andresen

A África está a pagar a pesada factura do analfabetismo que herdou do colonialismo. A maior parte dos países africanos não tem mais de quarenta anos de independência. Os PALOP completaram agora os trinta anos de independência que revelam ser muito pouco tempo para tanto que ficou por fazer na área da educação, instrução e cultura dos africanos. Tem sido feito um esforço gigantesco no sentido de se promover a educação e formação de quadros africanos, se se tiver em conta que não houve transição de poder, nem tempo para se proceder à preparação de africanos para substituir os colonos formados que abandonaram o país da noite para o dia. No caso de Portugal dever-se-á considerar ainda o esforço que tem sido feito no sentido da cooperação, para a formação de quadros africanos, mas a carência continua a ser muito grande. E pelas palavras de Sophia de Mello Brayner Andresen, a factura que a África está a pagar por séculos de ausência de investimentos em capital cultural está a tornar-se cada vez mais avultada.

Os fluxos migratórios que se deslocam de forma maciça para a Europa não irão cessar certamente enquanto não se investir na educação dos cidadãos africanos. Estes nascem em desvantagem, pelo facto de terem nascido num continente pobre e esta desvantagem cresce exponencialmente à medida que se somam itens como o analfabetismo ou iliteracia e outros. Com cidadãos analfabetos ou despreparados técnica e profissionalmente, a fuga do continente irá continuar de forma aberrante e os imigrantes africanos estarão sempre em condições de desvantagem em relação aos outros imigrantes e o único lugar que encontrarão na Europa será sempre o pior – o de trabalhadores não qualificados, sujeitos ao trabalho clandestino, perigoso e mal remunerado. A bibliografia que consultamos mostra claramente como é urgente que todas as medidas a serem tomadas, estarão a ser tomadas com grande atraso, mas recorreremos ao velho adágio “*mais vale tarde que nunca*”. Recomendamos por isso que se tomem urgentes medidas no sentido de :

- reduzir significativamente o elevado número de analfabetos, começando por quem está a começar a viver → as crianças. Em África todos os anos milhares de crianças ficam de fora das escolas; mais do que o incumprimento dos direitos da criança, é preconizar um mau futuro para o país e conseqüentemente para o continente. Deficiente instrução / educação de crianças traduz-se no deficit de adultos instruídos e de quadros que assegurem um bom funcionamento e integrem os sectores chaves da economia e gestão, saúde e educação, etc.

No Art. 26º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, lê-se no nº 1 – *Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.*

A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana ao serviço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

Cada um dos países africanos que ratificou a Carta Magna dos Direitos Humanos deverá fazer um esforço no sentido de implementar políticas referentes ao desenvolvimento dos recursos humanos que visem a possibilidade do continente africano aceder (apesar da desvantagem e do atraso que leva em relação) ao mundo desenvolvido, e ainda para poder resistir aos desafios que lhe são impostos cada vez com mais “violência” pelo furacão da globalização. Para isso os governos deverão estar atentos e tomar medidas que contrariem situações como :

- A elevada iliteracia da população jovem africana;
- A deficiente formação dos professores muitas vezes famintos, mal pagos, que fazem depender a avaliação dos alunos (e até mesmo a matrícula) do suborno que recebem ou esperam receber;
- Aumentar o número de escolas do primeiro nível, para que a humanidade não volte a ver imagens de crianças com rostos banhados em lágrimas, por não terem

podido entrar para a escola, permanecendo ano após ano à espera da tão sonhada oportunidade de estudar, porque nos primeiros anos de vida, a criança poderá sentir-se triste por não ter entrado para a escola, mas com o tempo (e principalmente quando, à semelhança de milhares de crianças africanas, vier para a rua vender bujigangas, efectuar pequenos furtos ou mesmo vender “cola”) irá perceber que pode bem sobreviver sem estudar, será tarde demais para as convencer a voltar para a escola. Sem descurar o facto de que há em África milhões de crianças órfãs de ambos os pais, que ficaram entregues a familiares ou abandonadas à sua própria sorte. A somar a estas, estão milhares e milhares de talibés⁴⁵ que mais não são do que crianças rejeitadas pelos pais, (provavelmente forçados pela miséria), entregues a um marabú⁴⁶ que as sujeita a todo o tipo de maus tratos e humilhações e que as abandona na via pública, caso elas não lhes apresentem ao fim de cada dia uma quantia certa em dinheiro ou em géneros roubados ou mendigados pelas ruas. Estas crianças são autênticas crianças de rua, expostas e maltratadas por todos, com a diferença de que as crianças de rua ao fim do dia não têm contas a prestar, enquanto que os talibés têm que prestar contas ao marabú, sob pena de serem brutalmente agredidas por este. As ONG's estão proibidas de acolher estas crianças, sob pena de serem expulsas do país. Os marabú's defendem esta prática, porque as crianças são normalmente a sua única fonte de rendimento. Os governos alegam ser uma prática cultural e defende acerrimamente os marabú's, ou limitam-se a ignorar o problema. A maioria destas crianças, forçadas a estudar durante longas horas folhetos em árabe, têm-se mostrado com o tempo, jovens acérrimos defensores do terrorismo, muitos deles mostram simpatia pelos actos da *Al Qaeda*, sem apego familiar, sem qualquer tipo de laços, e inimigos do Ocidente. Potenciais marginais ou adultos desesperados, sem amor próprio nem respeito pela vida, à semelhança de milhares de imigrantes que chegam dia após outro às Ilhas Canárias após atravessarem o Oceano Atlântico em botes sem a mais pequena segurança. Não cremos que os objectivos destes imigrantes sejam outros que não fugir da sua própria sorte. Entre cruzar os braços e morrer por lá e tentar a sorte e morrer por cá, optam por tentar. Todo este sofrimento se poderá minimizar abrindo a porta da educação às crianças e consciencializá-las desde muito cedo que do empenho delas na aquisição de conhecimentos e do saber dependerá o futuro do país e do continente.

- Envidar igualmente esforços no sentido de aumentar o número de escolas dos 2º, 3º e sucessivos níveis. Todas as capitais dos países deveriam concretizar a ambição de ter uma Universidade Nacional com várias faculdades. Deveria ser uma meta a atingir, ter um Instituto de nível médio vocacional que desse resposta à principal actividade de cada região; aproveitar organismos como a SADC, para se criarem Universidades africanas de referência vocacionadas para a pós graduação, preparadas com infra estruturas para receber estudantes de países da organização e da África em geral. A exemplo da África do Sul que recebe milhares de jovens de diferentes países africanos, outros países poderiam seguir-lhe o exemplo. Dakar está a dar os primeiros passos neste sentido, também já acolhe pós graduandos na sua Universidade, será sem dúvida mais económico do que enviá-los para a Europa ou para a América de onde raramente

⁴⁵ Em wolof dialecto do Senegal, significa discípulo.

⁴⁶ Sinónimo de mestre em wolof

regressam para os países que os enviaram, por se sentirem aliciados pelas condições sócio económicas, de educação e saúde, fortemente vantajosas que estes oferecem para si e suas famílias.

- Promover o acesso “asséptico” e justo às bolsas de estudo.
- Pugnar pela **qualidade** do ensino; os professores necessitam de formação e actualização permanente para crescer como pessoas, como profissionais e como educadores de uma sociedade em permanente evolução; melhorar as condições de trabalho, a remuneração e consequentemente a auto estima dos professores.
- As condições de aprendizagem dos alunos normalmente não são as melhores, pelo que poder-se-ia estabelecer prioridades no melhoramento, começando com a nutrição quer dos alunos, quer dos professores; fornecer uma merenda (que em muitas situações será a única refeição do dia), material escolar, livros e sem grandes pretensões, salas de aulas em vez da sombra das árvores e carteiras em substituição de pedras, latas ou adobes onde normalmente as crianças “privilegiadas” se sentam para estudar.
- Combater o analfabetismo dos adultos, prestando particular atenção às mulheres.
- A deficiência ainda é um tabu para os africanos. Ter um familiar deficiente, ainda é sinónimo de maldição, ou de doença contagiosa. Os deficientes são normalmente escondidos pela família e a sociedade e os programas de ensino passam à distância destes cidadãos. É uma forma de discriminação e de exclusão silenciosa.
 - a) Os governantes devem ser os primeiros a consciencializar-se de que há deficientes nas sociedades e que estes por terem nascido sem muitas das capacidades essenciais à autonomia são o elo mais fraco do encadeamento social, pelo que ao invés da exclusão, devem beneficiar de atenção especial;
 - b) criar instituições de ensino especializado, em que os pais e / ou familiares sejam apoiados, “educados” desde logo (se possível à nascença) no sentido de não verem a deficiência dos seus como uma punição dos deuses ou maldição dos antepassados, mas como uma patologia incapacitante, que pode ser atenuada com a ajuda de técnicos preparados; ensinar os pais ou familiares a “verem” o deficiente como um ser humano, não o demónio ou a praga *incarnada*.
- Grande parte dos países africanos está a viver o rescaldo do *pós guerra*, logo, têm campos de refugiados espalhados pelo país e alguns ainda em países vizinhos ou “amigos”. Sabemos por outro lado que o carácter *provisório* que os campos deveriam ter, têm adoptado cada vez mais um carácter permanente. Por isso a criação de escolas, centros de alfabetização e formação profissional, devem constar do apoio a estes campos.

- Deve ser devolvida às Igrejas a sua *missão* de formar educando *novas criaturas*. A África sabe o que deve a muitos dos seus mais altos representantes que tiveram formação em campos missionários evangélicos ou católicos.
- Promover o ensino privado supervisionado e fiscalizado pelo Estado, com particular atenção para a qualidade das instalações, dos currícula e dos preços cobrados aos alunos.
- Criar e ou incentivar as empresas privadas à formação contínua e inovação e desenvolvimento a nível médio e superior; apoiar o conhecimento científico na área da pesquisa e tecnologia.
- Os governos, e o sector privado, deverão consciencializar-se e levar a sério o facto de que a informatização e toda a tecnologia que a envolve não é **opcional** mas **indispensável** em todos os sectores da vida de hoje, sob pena de serem excluídos do progresso e desenvolvimento global.
- Investir na agricultura, fazendo uma gestão cuidada e de forma sustentável dos recursos naturais e do ambiente.
- Para se fazer investimentos sérios e duradouros, os governos terão de fazer um levantamento exaustivo dos problemas internos de cada nação, de cada região do continente e dos problemas que se relacionam com o sector, na esfera internacional. Saber o que têm de concreto e do que precisam, desde alfaias agrícolas, sementes, adubos, técnicas de irrigação e outras formas de *know how*.
- Mais uma vez se coloca a questão do *status pós guerra*, crónico ou actual, em que muitos países africanos se encontram; dever-se-á, por isso, acrescentar a planificação do investimento agrícola, a questão das vias de comunicação. Nada resultará, se as comunidades agrícolas não poderem receber fornecimento de materiais que precisem, ou não poderem proceder ao escoamento dos seus produtos.
- A distribuição das terras pelos agricultores deve ser justa, leal e séria. A terra deve ser distribuída prioritariamente aos nacionais com interesses e capacidade para o fazer e não aos amigos. A distribuição de terras aos estrangeiros deverá ser bem equacionada. Porque a agricultura deve visar o aumento da produção alimentar dos nacionais em primeiro lugar. Quem beneficia com as grandes produções estrangeiras destinadas à exportação? Se os nacionais continuarem a morrer de fome e ter problemas relacionados com a mal nutrição que ganham os governos com isso? Dever-se-á promover o comércio rural e nacional e não

unicamente o de exportação, privando os nacionais de alimentos. Os africanos sabem por experiência própria que os estrangeiros que investem na agricultura para a exportação não se importam com quem morre de fome ao seu lado. Preocupam-se com a fixação na terra com objectivos neocolonialistas, usando políticas agrícolas de “terra queimada”, a monocultura para exportação, sem o mais pequeno respeito pela protecção do ambiente e desenvolvimento sustentável.

- Já referimos que a *união faz a força*, por isso os governos devem incentivar a criação de Cooperativas agrícolas, que ofereçam aos agricultores serviços como : formação, micro créditos, possibilidades de escoamento do produto de colheitas e outros.
- Criar infra estruturas que cativem a apetência nas populações, de tal forma que a vida rural passe a ser preterida à rotina de stress e desgaste das capitais africanas. Fazer renascer as aldeias africanas, onde a organização política, a hierarquia e a ordem são naturalmente estabelecidas e respeitadas. O povo faz as leis, o “*Sekulo*” aconselha e o “*Soba*” governa, sem no entanto legislar em paralelo às leis nacionais. Reavivar através da agricultura as aldeias africanas, onde o dinheiro pouca falta faz, porque havendo produtos para troca, até o padeiro que vem da cidade, ou o viajante que traz desde o óleo, sal, sabão, o petróleo / gasolina, roupa e sapatos, também possa levar em troca, galinhas ou cabritos, leitões ou outros produtos agrícolas. Para que isto seja possível, os governos africanos terão que investir avultadas somas na desminagem dos solos. Lembramos o que já dissemos antes, os senhores da guerra, mais uma vez arrecadam fortunas. Primeiro com a venda de armamento, depois com o eterno pagamento da dívida contraída com a aquisição, a seguir com a desminagem e com as próteses e ortóteses para mutilados.
- Particular atenção deverá ser dada à pecuária pela especificidade própria da actividade, que envolve avultados investimentos. A reprodução, a saúde preventiva (vacinas) e curativa (medicamentos) dos animais, médicos veterinários e outros técnicos, assim como estruturas de apoio, têm custos elevadíssimos e os países africanos (talvez com excepção da África do Sul) dependem do fornecimento do exterior. Isto equivale a dizer que dependem daquilo que os *senhores* dos laboratórios decidam e permitam que se crie e se produza.

Os governos africanos deverão ter em conta que o desenvolvimento da agricultura nos seus países, representa uma séria ameaça para os agricultores dos países ricos. Os governos ocidentais protegem os seus agricultores com subsídios avultados. «...os agricultores ocidentais formam lobby junto dos governos para que estes os protejam...subsídios agrícolas nos países ricos são no montante do PIB da África subsahariana » (*África Continente Acorrentado*, p. 192).

O Banco Mundial, o FMI concertados com os poderosos do Clube de Paris, controlam e protegem a produção e escoamento dos cereais. E, por terem os governos africanos em *camisa de força*, ditam o que estes países devem ou não produzir e nas respectivas quantidades que lhes convêm. Quando estes países africanos ousam *desobedecer* as ordens dos *senhores* entram para a “lista negra” dos doadores internacionais e ficam privados de beneficiar do tão *benevolente* reescalonamento da dívida, de obter novos empréstimos e outras benesses do género. Por outro lado, as organizações de Bretton Woods, através de multinacionais como a Pioneer HI-Bred Internacional, controla o monopólio de sementes (Cossudovisky). Facilmente percebemos que sem sementes (que ainda são monopólio dos ocidentais) não há agricultura de qualidade. Por outro lado, a compra de adubos e pesticidas leva os agricultores à falência por causa do preço elevado. Digamos que agricultura africana também depende da *benevolência* dos ocidentais. Referimos no número (2) deste sub capítulo que os governos africanos deveriam investir seriamente na formação e investigação científica e quanto mais rápido o fizerem, melhor será para o continente. Um cientista leva décadas a formar, uma investigação atravessa gerações. Não é novidade para ninguém que o continente africano, à semelhança de áreas vitais de desenvolvimento e ciência, está a uma diferença de “anos luz” atrasado em relação ao mundo ocidental, mas se não **começar**, se não **despertar** agora, o atraso será exponencial à passagem do tempo, porque as tecnologias mudam a uma velocidade vertiginosa; sabe-se que há lobbies fortíssimos, o poder dos laboratórios é muito grande, mas quem tem capacidade para comprar armas e aviões, pode perfeitamente perscrutar também estes meandros.

Por outro lado, para se decidir a compra de um bombardeiro (para demonstrar hegemonia face ao adversário), decide-se empenhar milhões de barris de petróleo em reuniões de apenas umas horas, mas quando se trata de enviar um bolseiro para pós graduação no exterior leva-se meses na decisão, fazem-se economias, chegando mesmo a escolher o país menos avançado tecnologicamente, tendo em conta o custo da formação. Querer independência é mais do que ter uma superfície geográfica, governar um povo, independência é **não depender**.

Não será o petróleo nem outras riquezas naturais que vão acabar com a fome em África ou com a vergonha da imigração ilegal. A fome será atenuada quando a África deixar de ficar de olhos postos nos cereais que atravessam o oceano. A África tem de dar um **basta** ao estender do braço para mendigar. Chega de esperar pela caridade internacional. Já referimos que os governantes africanos hipotecaram o continente aos senhores ocidentais. Foi mal feito, mas está feito. O remédio para os pesadelos é sair deles. **Despertar, acordar**, é a atitude que se impõe. Começar do princípio, formando, capacitando cientistas, para se criarem laboratórios de investigação em áreas como a biologia /genética e farmacologia, como única forma de se obter a verdadeira **independência**. O que acabamos de dizer é tão utópico como era utópico falar em nações independentes e soberanas aos escravos que acorrentados nos navios negreiros ou tumbeiros, viajavam dias sobre os seus dejectos, muitas vezes sem água e sem comida. Considerar-se-ia utópico dizer a estes homens que iriam ser livres um dia. Mas por muito que fosse o seu sofrimento, eles alimentavam um sonho e, por mais longínquo que fosse, esse sonho foi mantido e veio a transformar-se em realidade. A escravatura acabou, o negro são livres de escolherem o que querem, não apenas para meia dúzia, é para todos. A utopia nada mais é do que um sonho que, devidamente equacionado, se se junta à boa vontade, empenho e abnegação, com bom senso a utopia pode transformar-se em projectos exequíveis.

Dizíamos que os recursos servem para ajudar a criar infra estruturas, mas só a produção de alimentos a nível familiar nas aldeias africanas é que poderá dar um primeiro passo no combate à fome. Ao combater-se a fome estar-se-á a devolver a dignidade à África e aos africanos. Estar-se-á a agradecer a pessoas como Bono, Jeffrey⁴⁷ e outros que durante anos enfrentam os *senhores* do capital para que estes “perdoassem” a dívida aos países africanos, evitando assim que fossem esmagados pelas organizações como o Clube de Paris e em alguns casos o Clube de Londres e outras entidades multilaterais.

Há muito tempo os ocidentais descobriram que a agricultura é um dos pilares que sustenta a economia mundial. Os africanos têm um capital de recursos naturais muito superior ao dos ocidentais, com excepção da Austrália e da América. A África só precisa de técnicas de aproveitamento de água que durante a época das chuvas todos os anos inunda populosas aldeias e povoações, destruindo vidas e bens. E, durante a época seca, mata à sede populações, culturas e animais. Angola se está a destacar nesta área pela positiva, desde que contratou especialistas israelitas, que têm vindo a desenvolver um projecto ambicioso, agro-alimentar na região do Planalto Central. Segundo entrevista do Ministro da agricultura, o projecto está ligado ao Instituto Superior de Agronomia do Huambo.

8.2. Investir no Sector da Saúde

«A saúde é um direito constitucional assegurado a todos, inerente à vida, bem maior do homem, portanto o Estado tem o dever de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício»

OMS

A Secretária de Estado da Saúde Dra Cármen Pignatelli, proferiu a seguinte frase numa entrevista à RTP : *«o nível de elevação de um país mede-se pela forma como este “cuida” dos mais desprotegidos»*. Esta frase cai nos ouvidos dos profissionais de saúde com uma musicalidade especial. Seria bom para os africanos que os seus governantes africanos pensassem assim. A saúde é uma área de que dependem muitos factores. O ser humano é um ser que necessita de homeostasia, ou seja, só o equilíbrio entre saúde biológica e saúde ambiental o realizam. Defende Michel Lamy que Ecologia Humana é a relação entre o sistema homem e o sistema ambiente. O conjunto de factores como a condição económica, genética, social e cultural ajudam-nos a avaliar o “estado” da saúde. Saúde será então a ausência de doença, se considerarmos que da doença fazem parte as más condições sociais, económicas e culturais. (Winslow, pag. 502) afirma que: *«...homens e mulheres adoecem porque são pobres, tornam-se cada vez mais pobres porque estão doentes e mais doentes porque são pobres»*.

⁴⁷SACHS, Jeffrey. *O Fim da Pobreza*. (trad. Paulo Tiago Bento). Edição : Casadasletras. Cruz Quebrada, 2005.

- As organizações Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)⁴⁸ e Food and Agriculture Organization (FAO)⁴⁹ consideram que o consumo de alimentos e nutrição, educação, condições de trabalho, emprego, habitação, consumo, transporte, vestuário, segurança social e liberdades e garantias humanas, no seu conjunto tendo em conta o nível cultural de cada povo, hábitos e costumes, definem o seu grau de saúde (Winslow, 503). É pobre quem não reúne estes requisitos em seu viver.

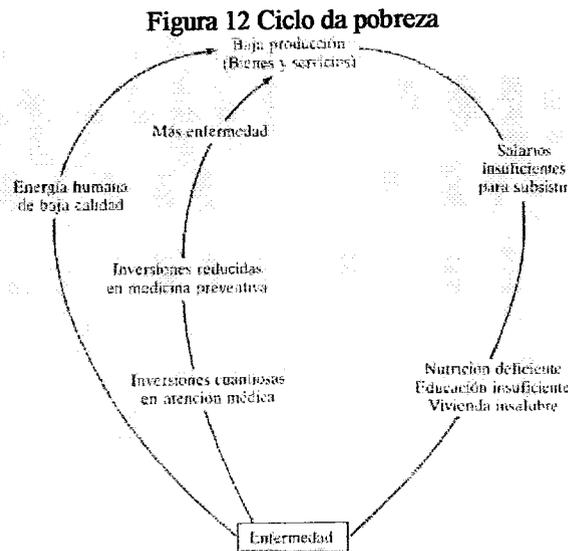


Fig. 1. --Ciclo económico de la enfermedad (Horwitz).

Fonte : Manual del Residente de Medicina Familiar y Comunitaria,503

Este é o ciclo que gera a pobreza. Homens e mulheres adoecem porque são pobres, tornam-se cada vez mais pobres porque estão doentes e mais doentes porque são pobres.

- Há doenças que se “colaram” de tal forma a pobreza que ganharam o nome de **doenças da pobreza**. A malária, o HIV / SIDA, tuberculose, a *mal nutrição*, são algumas dessas doenças, assim chamadas e que tornam a África cada vez mais pobre. Lembramos o que já referimos, que a África comporta 90 % das enfermidades de toda a humanidade, e dispõe apenas de 10 % do orçamento mundial para a investigação. Os doentes não só não trabalham, como geram despesas. A esperança de vida é cada vez mais curta. Os que não morreram da guerra, morreram ou morrerão de SIDA. Em 2002, 29 milhões de africanos eram portadores do vírus e, nas duas últimas décadas, morreram já 17 milhões de africanos. (*África Continente Acorrentado*, pag, 109). O SIDA, mata jovens em idade produtiva. A força de trabalho, de homens e mulheres que deveria servir na reconstrução da economia, tem vindo a ser devastada pelo SIDA associado às doenças oportunistas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) receia que a África sub saariana perderá em 2020 mais de um quarto da sua força de trabalho. Há países africanos bastante mais penalizados do que outros.

O Botswana, por exemplo, destaca-se por ter em 2001 39 % da sua população activa infectada, 34 % no Zimbabué e na Suazilândia, 20 % na África do Sul e Zâmbia. (Roque, pag,52). A estas elevadas percentagens da população infectada, há a acrescentar

⁴⁸ Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

⁴⁹ Organização das Nações Unidas Alimentação e Agricultura.

a dificuldade e limitação do acesso à terapêutica anti retroviral. Só a África do Sul, Namíbia e Zâmbia, unidas estabeleceram protocolos que visam a cobertura do tratamento gratuito com anti - retrovirais. Moçambique, além de ter fronteira com África do Sul (um dos países com a taxa de prevalência mais alta de seropositivos), vê-se confrontado com o facto de ter parte considerável da sua população activa masculina a trabalhar nas minas sul africanas. Estes mineiros por viverem em condomínios junto das minas, longe das famílias, vêm-se na contingência de conviver com prostitutas com quem se contaminam com o vírus HIV e, ao voltarem para Moçambique (contaminados, fracos, doentes e desempregados), contaminam as esposas e “concubinas”. Neste momento, os moçambicanos, numa população de 19 milhões de habitantes, 1.8 milhões são seropositivos e estima-se que dos 235 mil que estão necessitados de medicação anti retrviral só 17 mil foram contemplados (www.plusnews.org/pt).

As crianças que nascem na pobreza, que vêm sofrendo já de moléstias como a malária a mal nutrição e outras patologias, foi-lhes acrescentado o HIV/SIDA e a orfandade de ambos os progenitores por SIDA. Que dizer deste quadro? A quando da visita do Presidente George W. Bush a cinco países africanos, a UNICEF traçou um perfil destes países e concluiu o seguinte : na África do Sul onde há 5.5 milhões de seropositivos, 250 mil são crianças e 660 mil são órfãs de ambos os progenitores; no Botswana onde 300 mil adultos são seropositivos, 28 mil são crianças e 69 mil são órfãos de ambos os progenitores. Estes números somados aos 110 mil de órfãos do Uganda (só da SIDA, porque muitos mais órfãos há vítimas do genocídio entre Hutu's e Tutsis) ; e somados ao 1 milhão de órfãos dos milhões de adultos infectados da Nigéria, vislumbramos um quadro cheio de desafios para os governos africanos na área da saúde. As medidas a tomar terão que ser urgentes, e certamente seriam mais eficazes se fossem tomadas a nível de organizações regionais ou de continente como a SADC ou a UA. A situação em si é muito grave e há a acrescentar as mutações que o vírus tem vindo a apresentar “dando a volta” aos investigadores internacionais que estão *up to date* nos trabalhos de investigação. Que dizer de África que recebe os restos do produto que o Ocidente considera ultrapassado? Só unidos terão força e poder decisório para enfrentar a calamidade que está a ceifar a população na sua melhor fase da vida. Porque para alguns dos países que referimos, a SIDA matará brevemente um terço ou mais da sua população activa e muitas das crianças que hoje são seropositivas e que estão famintas ou mal nutridas, mesmo as privilegiadas que venham a beneficiar do tratamento, poderão nunca vir a ser jovens e muito menos adultos, o que marcará negativamente o desenvolvimento demográfico e consequentemente o desenvolvimento económico do continente africano. Lembremo-nos de que os doentes empobrecem o continente duas vezes, primeiro porque não trabalham, segundo por causarem despesas. Em conversa com um jovem do Borkina Faso, na Universidade de Dakar, que afirmava com toda a convicção que estava a estudar para acudir a Europa que tinha a sua população envelhecida. “ *A Europa vai precisar de nós*” afirmava o jovem estudante de português. Poderia até vir a concretizar-se, não fora o facto deste jovem estar já doente, contaminado com o vírus HIV. Não fazia medicação porque não tinha possibilidades económicas.

- A saúde materna e infantil é uma área em que com excepção da África do Sul, quase tudo está por fazer na maioria dos países. No mundo desenvolvido, as preocupações com a saúde reprodutiva, apontam para o planeamento familiar, para que a vida sexual seja satisfatória e segura, a decisão de engravidar seja planeada e desejada, a assistência à maternidade seja gratuita e confortável. Falar de saúde reprodutiva em países desenvolvidos, é falar de uma área multidisciplinar, em que a saúde ambiental constitui

um *pilar* forte composto pela Medicina e pela Ecologia. Falar de saúde materna em África ainda significa falar-se de vida ou de morte; significa falar-se de pão em vez de nutrição; significa falar-se de socorro à parturiente em vez de planeamento e acompanhamento pré natal; a saúde ambiental, alimentação, higiene no trabalho, stress ambiental, ainda é sinónimo de luxo, quando na verdade se está perante a morte diária de milhares de mulheres e nados. O impacte ambiental que recai sobre a vida da mulher africana, que cada vez mais é quem garante o sustento familiar e o desenvolvimento económico de muitas sociedades africanas, para que haja paz e harmonia social.

Angola viu-se forçada a criar um *Comité de Prevenção de Mortes Maternas e Perinatais* em Dezembro de 2005, face ao número assustador de mortes nas maternidades de Luanda. «... de acordo com a *Coordenação de Atendimento Obstétrico de Luanda (CAOL)* a taxa de mortalidade materna em Angola é uma das mais altas do mundo, estimada em 1400 / 100 000 o que representa cerca de 12 000 óbitos maternos e 36 000 órfãos ano...as principais causas de morte são : a hepatite, a malária, complicações intra e pós parto como rotura uterina e hemorragias, pré – eclâmpsia e eclâmpsia, e infecções [...] dados relativos às mortes nas unidades de referência à capital, indicam que durante o primeiro semestre deste ano (2005), a maternidade *Lucrecia Paim* (Maternidade Central) registou 1701 casos, a *Augusto Ngangula* registou 566, o *Kilamba Kiaxi* (centro de saúde com sala de partos) 190 e *Cajueiros* (outro centro de saúde periférico com sala de partos) 393 casos» (www.angolapress-angop.ao/angop.asp) . A semelhança de Angola, morrem milhares de mulheres e crianças em todos os países africanos, por razões já inaceitáveis no século XXI, no mundo industrializado.

- A vacinação é uma área da saúde infantil (graças ao trabalho no terreno da UNICEF) em que a África tem tido uma cobertura... aceitável. A erradicação da poliomielite na maioria dos países africanos é um encorajamento para se prosseguir com a luta na área do combate a doenças que as gerações das duas últimas décadas, do mundo desenvolvido, já nem sequer conhecem.

- Enumeramos algumas das medidas que julgamos que deveriam ser observadas pelos governos a fim de evitar situações que referimos. As medidas deverão ser tomadas a montante e não a jusante. A primeira de todas as medidas para se evitar a mortalidade materna e infantil, está na prevenção. A prevenção envolve a educação de jovens e adolescentes que deve começar nas escolas, envolvendo mais uma vez as igrejas (que até então são as que têm tido os melhores resultados), os *media* e a sociedade em geral. Não estamos de posse de dados estatísticos mas, pelo que podemos constatar (por inerência à nossa profissão):

a) a gravidez na adolescência sem que o organismo feminino esteja fisicamente preparado para a maternidade causa elevado número de mortes;

b) a gravidez indesejada também na adolescência, ou nas relações “promíscuas” em que normalmente se recorre ao aborto extra hospitalar efectuado por “curiosas”, sem o mínimo de higiene e com produtos e técnicas desaconselháveis, normalmente terminam em morte da mulher.

c) As gravidezes múltiplas (quando falamos de *múltiplas* em África, falamos de números acima das 6 / 8 *gestas* com *paras*), sem planeamento, em corpos mal nutridos, doentes, muitas vezes como fruto de violação em que contrariadas engravidam de parceiros doentes, e com a agravante de viverem rodeadas por ambientes totalmente hostis à saúde, praticando trabalhos pesados, sem qualquer acompanhamento e

vigilância, também culminam infelizmente na morte da mulher na maior parte das vezes.

- A não gratuidade e acessibilidade das mulheres aos serviços de saúde, leva a que muitas mulheres, mesmo depois de devidamente esclarecidas, não tenham um acompanhamento médico capaz de evitar a morte. Estabelecer parcerias ou acordos com o sector privado melhoraria a assistência pré e pós natal.

Em algumas capitais como Luanda, Maputo, os cuidados de saúde de qualidade, estavam entregues a instituições privadas, que praticam preços verdadeiramente proibitivos para a maioria dos cidadãos. E pelo que nos foi dado a observar, o acesso só é permitido mediante pagamento antecipado de uma caução. O rigor destas instituições na cobrança é tal que, quem não tenha possibilidades de pagamento, morra à porta dos estabelecimentos, sob o olhar indiferente dos funcionários.

- A falta de condições para tratar determinadas patologias nos hospitais de muitos dos países africanos, principalmente nos PALOP, tem feito com que se recorra a instituições de saúde portuguesas. Tornaram-se sobejamente conhecidos pelo não pagamento das despesas de saúde contraídas com os seus doentes. Ainda hoje os cidadãos dos PALOP só são admitidos nos hospitais portugueses mediante o pagamento de caução. É muito mau. Esta prática resulta do desrespeito demonstrado para com os seus próprios cidadãos perante o mundo. Porque os familiares e amigos dos governantes deslocam-se ao estrangeiro para tratar situações verdadeiramente irrelevantes, usando para o efeito os dinheiros do povo.

8.3. Higiene e saneamento

- A alimentação, água potável, e saneamento básico, são pilares que ainda faltam na sustentação da saúde e higiene das populações africanas. São algumas das razões que tem levado a que milhares de cidadãos dos PALOP deixem o seu país rumo à Europa e América. Alguns destes transformaram-se em emigrantes, apenas por considerar que a sua saúde ou a dos seus, correria riscos caso regressassem para os seus países de origem. A maioria das ONGs actuaes em África vê os seus fundos “engolidos” com despesas de alimentação, água potável e saneamento básico, aproveitando os restos para medicamentos. Muito dos estudos feitos enumeram ordenadamente as principais causas de morte em África. A fome está na base de muitas delas. Os governos africanos com frequência têm-se demitido das suas funções ao não darem a devida imponentia à Declaração dos Direitos Humanos, quando deixam a área da saúde sobre os ombros das ONGs, quer nacionais quer estrangeiras. Em todos os países africanos por onde passamos, o grosso da saúde, estava sob responsabilidade de ONGs. Muitas das estruturas de distribuição de água e saneamento básico, ainda são da era colonial. O natural desgaste temporal, próprio dos materiais, a inexistência de obras de manutenção e/ou melhoramento, à invasão desordenada a que as áreas urbanas e peri-urbanas das capitais africanas têm vindo a sofrer nos últimos tempos, põem a nu a fragilidade em que assenta a saúde ambiental e ecológica das populações africanas. A água potável é ainda uma miragem para milhões de africanos, quer pelo seu preço (em zonas urbanas e peri-urbanas), quer pela seca e / ou falta de técnicas de aproveitamento da água das chuvas que em determinadas alturas matam por inundações em algumas regiões. A construção de um chafariz em determinadas zonas rurais de África ainda é um acontecimento televisivo com festa de inauguração e presença de um membro do governo, quantas vezes fazendo aproveitamento político disso.

A cólera mata milhões de africanos, só em Angola segundo a OMS, desde Fevereiro a Junho de 2006, já matou 1.673 angolanos dos 44.359 que foram acometidos pela cólera e, que recorreram aos postos de atendimento, porque muitas centenas sequer têm condições de aceder aos postos de socorro (www.diariodigital.sapo.pt). É uma doença mortal, que resulta da falta de higiene sanitária, mais concretamente da ingestão de águas impróprias para consumo e da falta de saneamento em que os dejectos humanos por circularem a descoberto ou sem condutas, misturam-se com a água para consumo. São situações que nas sociedades desenvolvidas já nem sequer se nomeiam, em contrapartida nas sociedades em desenvolvimento, são tão comuns que fazem parte do dia-a-dia das populações. A semelhança de algumas medidas positivas que se têm tomado, mais não têm sido que meros paliativos ou medidas a jusante, que se mostraram ineficazes senão mesmo mais dispendiosas, do que se se tivessem tomado medidas de fundo. Sabemos todos como a guerra serviu de desculpa para encobrir a gestão danosa e a não prestação de contas, que deixaram a África mais pobre e no estado de atraso em relação ao resto do mundo.

- A mortalidade e morbidade infantil em África continua a ter números assustadores. E as imagens de crianças a morrer de fome, continuam a ser os mais reais filmes de terror que a humanidade tem visto nos últimos anos. Estas crianças, que desde tenra idade passam por sérias privações nutricionais, comprometem a sua capacidade de cognição e aprendizagem no futuro. Porque o seu metabolismo ou seja as reacções dos vários compostos químicos que ocorrem dentro de uma célula e através das quais se gera energia que comanda a vida, não acontece se não houver alimentos, as substâncias químicas de que são compostos os alimentos que o organismo utiliza para manter o seu harmónico funcionamento. As necessidades que o nosso organismo tem destes nutrientes variam consoante as etapas do desenvolvimento físico e o meio sócio cultural em que vivemos. Factores como a idade, o peso corporal, a actividade física desenvolvida no dia-a-dia ou o sedentarismo, determinam a quantidade e a qualidade de nutrientes necessários ao organismo.

Crianças como vemos no quadro a seguir, caso os Médicos Sem Fronteiras (MSF) a tenham conseguido salvar, dificilmente ela voltará a ter uma capacidade intelectual aceitável, por ter ocorrido a morte de milhões de células cerebrais por falta dos nutrientes que passamos a descrever.

Figura 13 Desalojados do Luena . Quadro de marasmo e kwashiorkor



Fonte : Revista Visão 1 de Agosto de 2002
Que apresenta trágicos sinais de desnutrição, edemas, e lesões cutâneas resultantes de rebentamentos da pele.

Hidratos de carbono, lípidos, proteínas, vitaminas e sais minerais, são os principais compostos necessários para o crescimento do organismo, reparação dos tecidos, produção de energia e equilíbrio electrolítico. Cada um destes nutrientes tem a sua importância. Sais minerais como o ferro são indispensáveis ao organismo porque sem eles não se faria o transporte de oxigénio no sangue; o magnésio e o cálcio são os impulsionadores das funções vitais a nível dos neurotransmissores, sistemas muscular, e endócrino; as proteínas são cadeias de aminoácidos responsáveis pela estrutura e funcionamento de todos os organismos vivos. Se tomarmos como exemplo de proteínas, as enzimas, a hemoglobina, certas hormonas, etc., facilmente percebemos a importância destas para o metabolismo e, conseqüentemente para o potencial de acção entre as membranas das células. A cognição é acto ou processo de conhecer, inclui a atenção, a percepção, a memória, a imaginação, o pensamento e o discurso.

O estado de saúde das células e dos nutrientes que desenvolvem o processo metabólico são a chave do processo de cognição, as respostas motoras e emocionais estão a ele associadas. O que esperamos dos homens de amanhã, depende de como cuidamos das crianças de hoje, na alimentação e saúde. Todos os meios ao nosso alcance, são válidos para “cuidar” das crianças. As escolas são um bom meio para melhorar a sua nutrição. Muitas destas crianças têm a sua única refeição na escola. Seria assim a escola um meio para combater o analfabetismo e a mal nutrição.

- Reabilitar e construir estruturas de saúde a nível central e distribuindo por todo o território, estabelecendo parcerias entre o social, a saúde e educação envolvendo as igrejas e ONGs que sempre tiveram tradição em áreas tão especiais como a saúde e educação das populações rurais e urbanas, com pequenos ou grandes centros, postos de saúde desempenhando exemplarmente e com pouquíssimos meios acções de prevenção, assistência médica e medicamentosa.

- Dotar as instituições de saúde de equipamentos e medicamentos, de modo a proporcionar um atendimento sério, acessível a todos os cidadãos. Dos equipamentos fazem parte os meios auxiliares de diagnóstico de que as unidades de saúde em África, com excepção da África do Sul, carece severamente. Angola, até Abril de 2006, tinha um único aparelho de Tomografia Axial Computorizada (TAC) no Hospital Militar em Luanda, para servir todo o país. Moçambique teve durante meses o seu único aparelho de TAC avariado, forçando a que quem pudesse se deslocasse até à África do Sul ou à Europa. O sector da saúde está gravemente “doente”, é tempo de **despertar** e fazer algo mais, se quiserem evitar a extermínio do povo africano.

Para que não mais se veja o triste espectro da venda de medicamentos na via pública, debaixo de um sol escaldante, a qualquer preço, por quem muitas vezes sequer sabe ler, apenas conhece as cores das embalagens. Este mercado de medicamentos, em muitos países africanos, ainda é o único sítio onde se encontram determinados medicamentos que vão desde os soros até ao penso rápido. As condições de armazenamento não são minimamente respeitadas, as datas de validade também não e, mais grave de tudo, as indicações terapêuticas e posologia na maior parte das vezes também não.

- Reforçar investimentos na formação de pessoal médico, enfermeiros e outros técnicos do sector. Usar critérios de selecção sérios e isentos. Não cremos que seja boa a opção de se continuar a seleccionar jovens de “elites”, que tenham direito a bolsas de estudo chorudas, enviados para países ocidentais, e os “do povo” que ganham a bolsa por

mérito próprio e que têm realmente capacidade e espírito de sacrificio e empenho a bem do seu povo e nação, sejam enviados para países do antigo Bloco do Leste, onde para além de perder um ano a aprender uma língua de que pouco aproveitarão, são submetidos a condições desumanamente deploráveis, onde o racismo atinge extremos, chegando a ceifar vidas como podemos constatar muito recentemente com estudantes negros na Rússia. Os currícula destes países não respondem à actual conjuntura africana, talvez tenha chegado a altura de direccionar os jovens formandos para outras paragens.

- Nenhum profissional hoje em dia faz um curso, cujos conhecimentos durem para toda a vida, sem que seja necessário enriquecê-lo com formação permanente no país ou no estrangeiro. Caberá pois ao governo proporcionar condições para que este enriquecimento se proporcione, ou estimular o sector privado com incentivos fiscais e outros, para fazer com que estes invistam na formação dos técnicos e na investigação científica. Investir no capital humano enriquece o país e a humanidade.

- Os trabalhadores do sector da saúde do Estado sentem-se desmotivados e mal pagos, tornando-se negligentes, desleixados, maus profissionais, tendo muitas vezes práticas condenáveis como o roubo, desvio, ou a sujeição ao suborno. Criar incentivos para levantar a moral e a auto-estima destes guerreiros da paz deve ser um dos objectivos de melhoramento. Os técnicos da saúde são profissionais bem aceites em qualquer país do mundo. Têm por isso engrossado muito facilmente os números de imigrantes na sociedade portuguesa à semelhança do que acontece em todo mundo. Mesmo quando as suas competências não são oficialmente reconhecidas, o mercado paralelo acolhe-os e faz proveito da mão-de-obra deste sector de trabalhadores imigrantes. Cabe por isso aos países africanos de onde são oriundos, criar condições laborais e de formação para evitar que os seus profissionais abandonem o país em busca de realização pessoal e profissional no seio de outras sociedades onde passarão a ser apenas mais “um”, quando nos seus países são “o” profissional.

8.4. Programas Sociais de Reconstrução das Cidades Africanas

A habitação social é um passo importantíssimo na difícil tarefa de inclusão e combate à pobreza. Em toda a África praticamente muito pouco se tem feito no combate à exclusão social. A maioria da população continua a ser “empurrada” e encurralada para os subúrbios. Quando se constroem casas para habitação social, são normalmente construídas com matérias de baixa qualidade, com divisões exíguas “ensardinando” os moradores. São normalmente contratados construtores estrangeiros que nada sabem dos hábitos e costumes das populações para quem estão a construir as casas, a cultura ambiental e o impacte que vão causar no conjunto ambiental circundante. Estas empresas não geram emprego para os nacionais, porque contratam pessoal não qualificado dos seus próprios países de origem. Nem fomentam a produção local de materiais de construção, porque estabelecem acordos prévios muitas vezes em troca de favores com empresas dos seus países, ou com os seus governos que através de medidas proteccionistas facilitam os contratos e obviamente arrecadam receitas. Estes acordos são tão ardilosos que, os governos contratantes, se por inexperiência ou por descuido, acabam por se comprometer em pagar as despesas de importação em divisa estrangeira, quando poderiam exigir nos contratos, a contratação de mão-de-obra local incomparavelmente mais barata. A maior parte destas empresas funciona com espírito

mercenário, sem se importar com o equilíbrio entre *o sistema homem e o sistema ambiente*. Os interlocutores destes construtores preocupam-se com o preço de custo descurando outros factores importantes. A qualidade dos materiais, o impacto ambiental, os hábitos e costumes dos potenciais ocupantes das futuras instalações habitacionais, ainda não faz parte das preocupações dos contratantes. As empresas construtoras, que normalmente são europeias ou brasileiras, que nos seus países se debatem com a tenacidade dos ecologistas e associações ambientalistas, aproveitam-se desta lacuna nos contratos e cometem verdadeiras atrocidades ecológicas.

Desde a Revolução Industrial que as cidades oferecem atractivos as populações. Facilidade de emprego, melhores salários, concentração de entidades que prestam bens e serviços, aparentemente melhores condições de vida. Com a presença do fenómeno *explosão demográfica / migrações*, as cidades exercem cada vez mais atracção sobre as populações embora na verdade, a segurança e o conforto estejam em proporção inversa. Isto tem dado origem a que cada vez mais os centros das cidades se restrinjam a empresas e instituições prestadoras de serviços, com excepção dos que detêm elevado poder económico, a população em geral, foge dos centros urbanos, criando à sua volta a terrível e assustadora onda dos subúrbios. A cidade que atrai as populações é a mesma que as “cospe” para os subúrbios. Victor Andrade descreve o fenómeno urbano dizendo: *«Atrai-nos a geometria das oportunidades que se desenham a cada esquina [...] olhamos para a urbe e vemo-nos a nós próprios como agentes de mudança [...] chamamos-lhe nossa, é com ela que construímos uma boa parte da nossa própria socialização ... claro que a ligação que nos prende a ela é feita de muitos outros ódios e desafectos, indiferenças e paixões»*. Contra as cidades há o facto de estas oferecerem alguma segurança em relação aos resquícios das guerras como as minas, a falta de emprego, a miséria e a fome. É na capital que o navio que traz as importações do estrangeiro chega primeiro. As populações acreditam que na capital verão o seu problema resolvido.

Para contrariar esta tendência dever-se-ia reabilitar as estruturas físicas básicas nestas áreas, começando pelas vias de circulação, como estradas, pontes destruídas durante anos de conflitos, para restabelecer a comunicação e re-ligar o país aproximando famílias e populações. Restaurando ou construindo de base estruturas como o caminho de ferro que ligue as aldeias não só às cidades do mesmo país, como às cidades dos países vizinhos, para que haja livre circulação de pessoas e bens. Acabar-se com a interioridade que, é uma pesada factura para os que a vivenciam. Os camponeses que vivem “encurralados” com a falta de vias de circulação, são duplamente penalizados, porque pagam mais caro pelos produtos que compram, como fósforo, sal, pilhas, roupas e outros, e vendem mais barato aquilo que produzem por dificuldade de escoamento. Na aldeia quase toda gente tem os mesmos produtos agrícolas ou pesqueiros, logo do que se produz, pouco ou nada se vende. Sem demoradas análises compreendemos porque razão relaciona o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) com frequência os estudos da interioridade com a pobreza. A desminagem de estradas, pontes e caminhos de ferro são medidas urgentes para acabar com a interioridade como forma de exclusão.

Os africanos sempre tiveram o hábito de construir *a casa* própria, é um bom princípio, que deve ser orientado dentro de normas e critérios mas que incentivem, ao invés de complicar, o que acontece sempre que o Estado tenta legislar, fazendo uso e abuso da burocracia, alimentando e facilitando os funcionários corruptos, que só funcionam à base de compensações (*gasosa, propina* ou outro sinónimo, consoante o país).

A erradicação da pobreza e exclusão social que foi sendo adiada por causa das guerras pelo poder, hoje apresenta-se como um polvo escorregadio de vários tentáculos. O que equivale a dizer que a solução terá de passar por dominar um tentáculo de cada vez. O melhor do património africano não são as suas riquezas inertes do subsolo, mas sim o seu povo, a sua brava gente, que em grande percentagem iletrada, é das mais criativas e aguerridas à face da terra. É essa brava gente que irá dominar o polvo da pobreza desde que ajudada em tempo oportuno. Está nas mãos dos governantes africanos “travar” o êxodo dos seus cidadãos que imigram para o estrangeiro e, por outro lado, criar condições para acolher outros que queiram regressar para África desejosos de ter um papel na reconstrução dos seus países. Se observarmos com atenção, a maioria das letras dos hinos nacionais dos países africanos, exalta a bravura do seu povo, isso prova o que acabamos de dizer. Pois será este povo que irá libertar o continente da miséria, reconstruindo-o para as gerações vindouras. Milhares aceitam regressar para as suas áreas de origem, onde sabem que terão que começar do nada, apesar dos apelos das capitais onde a vida é incomparavelmente mais fácil. Os governantes deveriam aproveitar este empenho apoiando-os com incentivos financeiros como micro créditos e / ou subsídios distribuídos de forma séria e transparente; dando formação agrícola e em outras áreas profissionais, especificamente dirigida para a reconstrução e vivificação das sanzalas; ensinar o povo a investir em áreas que visem uma reprodução económica. Em quase todos os países africanos, cerca de 98% da população de todas as idades, vende qualquer coisa. Deve-se acabar com esta visão “curta”, a visão do imediato. Não se produz, nem se constrói. As populações estão educadas para o imediato. Os homens e mulheres de hoje que estão na casa dos trinta anos não conhecem outra realidade que não a actual. Os adolescentes e jovens de hoje também só conhecem esta realidade. Pois só há um caminho, mudar agora, aproveitando a influência daqueles que conheceram outra realidade ou então as gerações vindouras não terão referências do que é viver de maneira diferente. Até mesmo os governantes pensam sempre a curto prazo. Esbanjam as riquezas, assinando contratos e selando compromissos pensando apenas no *hoje*. Seria um paradoxo caso de África não se tratasse, mas na verdade os governantes dos países desenvolvidos, mesmo receando não poder cumprir o mandato até ao fim da legislatura, fazem projectos a longo prazo e anseiam pela oportunidade de os poder cumprir. Paradoxalmente os governantes africanos, que normalmente se instalam no poder por longas ditaduras, fazem projectos a curto prazo.

Já fizemos menção ao apoio do sector da saúde física, ambiental e social, que é importantíssimo para a fixação das populações em meios rurais. A área dos transportes urbanos e interurbanos foi delegada para o *salve-se quem puder*. Em toda a África praticamente os governantes preocupam-se apenas com os transportes fluviais e aéreos, a deslocação terrestre ficou a cargo da imaginação e criatividade da população que durante muito tempo se viu privada de se deslocar por falta de transportes. Quem viajou por África, conhece bem a forma como os meios de transportes alternativos apelidados por “*combi, sete place, candogueiro*” e tantos outros, em que carros de particulares, normalmente em estado de total degradação (que em países desenvolvidos nem os sucateiros os queriam por terem pouco ou nada aproveitável), sem estofos, com portas que não abrem ou não fecham, vidros em iguais circunstâncias, cintos de segurança é algo de que nunca ouviram falar, em que tem que se ter atenção para que o pé não saia do carro por falta de fundo. Soma-se a estes transportes o estado esburacado daquilo que um dia foi estrada, os sinais de trânsito (quando os há) são relíquias que os motoristas ignoram por completo; a carta de condução que muitos dos condutores exibem muitas

das vezes foi adquirida por meios escusos, sem contar com o condutor que não teve oportunidade de se habilitar a uma carta para conduzir.

Nalguns países nem mesmo os transportes fluviais estão assegurados. Mesmo sendo esse o único meio acessível à generalidade da população. Em S. Tomé por exemplo, um país composto por duas ilhas principais, não existe um barco que ligue a capital à Ilha do Príncipe. O avião que faz a ligação entre as ilhas, pratica preços proibitivos. Um bilhete de S. Tomé ao Príncipe em 2004, custava 100 € (cerca de 100 000 dobras), preço totalmente proibitivo para a maioria da população que vive com menos de 0,65 € por dia, (pesquisa efectuada por nós na colheita de dados para o trabalho de Análise Multivariada de Dados, cadeira deste Mestrado). Um piloto que fazia esta rota, comunicou a quem de direito por carta que o avião não reunia condições para continuar a voar por se encontrar velho e desactualizado. Esta carta foi totalmente ignorada e o piloto afastado. As autoridades santomenses, mantiveram o avião em circulação, até que em Maio de 2006, se despenhou com vidas humanas. Apesar das denúncias da imprensa em que foi exibida a carta em que o piloto fazia sérias advertências sobre o mau estado do avião, não se responsabilizou a autoridade negligente causadora da tragédia. Ao fazerem esta mesma travessia por mar, morrem santomenses com frequência desaparecidos no denso nevoeiro, em pirogas sem o mínimo de condições.

No Senegal em 2002 a comunidade internacional assistiu atónita ao desastre que ocorreu com o barco que fazia a travessia zinguishou – Dakar (Sul – Norte). O barco tinha capacidade para 600 pessoas e levava a bordo cerca de 2000. Saído da comunidade de Djola em Zinguishou, não chegou sequer à Gambia, o barco afundou-se e só o piloto sobreviveu. Passados quase quatro anos, não se encontraram culpados. O governo do Senegal a 20 de Novembro de 2005 (data do aniversário do acidente) inaugurou um novo barco para silenciar os ânimos do povo (inauguração a que tivemos o privilégio de presenciar). O povo africano, é um povo heróico que continuará a acreditar que viver é possível, por isso se disponibiliza a começar mesmo sendo do *nada*.

Quem visita um campo de refugiados, se olhar nos olhos dessas pessoas verá como elas estão ávidas de receber uma “*alça*” para se içarem. Procuram uma luz ao fundo do túnel, para desbravarem caminho até ela. Se os governantes africanos se dispuserem a apoiar o povo directamente ou através das ONGs, igrejas, e outras organizações, a **erradicação da pobreza** vai acontecer. Desde que se disponham a encaminhar os milhões que recebem em forma de *ajuda humanitária* para os fins previstos sem os habituais desvios, tendo como principal bandeira o que referimos em parágrafos anteriores, que é o **respeito pelos direitos humanos**, pondo de lado o sempre presente e velho **gene egoísta**. Sobre isso escreveu o Prof. João Paulo : «...*afirmou-se um novo conceito de desenvolvimento que, mais do que o equilíbrio entre os complexos domínios da eficiência económica, da equidade social e cultural e do respeito pela capacidade ambiental, se confronta com a necessidade de sublimar a nossa natureza biológica para que ao egoísmo imposto pelo animal que enforma o nosso cérebro reptiliano, consigamos impor os valores da solidariedade, compaixão, justiça, mesmo quando eles entrem em conflito com o nosso interesse imediato e, decorrentemente, com as nossas pulsões “naturais”*».

O facto de vivermos em sociedade com regras a nível local, regional, nacional e internacional, ajuda-nos com certeza a “dominar” as nossas pulsões naturais. O Grupo

dos 7 países mais ricos do mundo (G7), no seguimento de uma proposta do BM e do FMI, elegeram 17 países como sendo os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). Uma das mais recentes “regras” ou directrizes internacionais que os governantes africanos devem seguir é atentar para o objectivo do G7 ao “perdoar” a dívida aos PPAE e cumprir com o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP). Esta é uma oportunidade sem precedentes que os países ricos estão a conceder aos PPAE, para estes verem a sua dívida externa pagável de forma sustentável, com números reais. É uma oportunidade com duas faces, por um lado fazem um combate sério e decisivo à pobreza com os dinheiros que seriam empregues ao “serviço” da dívida e, por outro lado, evitam contrair mais dívidas quer para pagar as dívidas, quer para implementar políticas de reconstrução e redução da pobreza. Se o povo vir que os governos estão a “abrir” caminho no sentido da reconstrução, com medidas concretas, visíveis, os agitadores oportunistas terão menos argumentos para as costumeiras rebeliões armadas, que normalmente acontecem como forma de reivindicação contra as desigualdades sociais. Os muitos e sucessivos anos de desordem, guerras e / ou políticas desastrosas em África, levaram a que se instalasse um clima de corrupção a todos os níveis, em que a competência e dedicação desaparecessem do vocabulário. O “*laissez faire / laissez passer*” encobre a incompetência de funcionários que ocupam cargos públicos de responsabilidade, através do estatuto “Job for the boys, friends and family”. Com estes comportamentos é muito fácil exacerbarem-se ódios e consequentes guerras. Por outro lado, o poder em África tem se revelado até agora na maioria dos casos não ser sinónimo de patriotismo, capacidade e vontade de servir, mas uma via de enriquecimento para o próprio e para os seus. Pois o mundo ocidental está dando aos países africanos, considerados os mais pobres, uma oportunidade de se soltarem da “força” da dívida externa. Está na mão dos governantes aproveitarem-na ou não. Países como Angola que em 1999 chegou a atingir proporções elevadíssimas em milhões de dólares, cerca de 26 % do Orçamento do Estado (www.c-r.org/acord/ang/acord15-pot/10.shtml) e cifras não muito inferiores durante anos, dirigidas para a segurança e defesa, com o fim da guerra, essas verbas deveriam ser usadas para aspectos tão gritantes a que a guerra e a dívida externa remeteram o país.

9 - A corrupção

A palavra corrupção literalmente significa *putrefacção, perversão, desmoralização, suborno*. O verbo corromper significa tornar pútrido, podre. A corrupção é uma brecha nas economias africanas que as tem empobrecido e deixado os seus cidadãos débeis e em estado de marasmo, buscando outras sociedades onde esta não seja tão prejudicial e atinja as suas vidas tão de perto. Este acto deplorável observa-se por parte de governantes, funcionários públicos e agentes privados. Detentores de poder político e financeiro de organismos ou agências governamentais com o objectivo de transferir renda pública ou privada de maneira criminosa para determinados indivíduos ou grupos de indivíduos ligados por quaisquer laços de interesse comum – como, por exemplo, negócios, localidade de moradia, etnia ou de fé religiosa. Em todas as sociedades, quer dos países desenvolvidos quer do mundo em desenvolvimento, existem pessoas que não respeitam as leis. Uns por não as conhecerem (facto que não os isenta) outros por as conhecerem tão bem que são capazes de engendrar ardilosas formas de tão bem as perverter que as verdades se ofuscam e as inverdades por eles criadas se parecem com as verdades instituídas de forma a obterem benefícios pessoais. A corrupção quando praticada por altos dignitários, deixam o cidadão descrente, desanimado e este estado de

espírito tem levado a que quadros importantes para a economia, política e sociedade percam seus cidadãos para a emigração.

Entre o acto considerado crime de corrupção e não considerado crime de corrupção há uma variação em função das leis existentes e, portanto, depende do país em análise. Por exemplo, obter ajuda financeira de empresários para uma campanha política é um acto criminoso em países em que todos os valores gastos nas eleições necessariamente têm de vir de fundos públicos (de maneira a que grupos políticos mais ricos não possam fazer valer a sua riqueza para o convencimento dos eleitores em favor de suas teses). Em outros países este acto de doação financeira pode ser considerado totalmente legal.

A corrupção seria comparável a um tumor maligno em fase muito avançada, não fosse a possibilidade de extirpação total e radical dela, independente do seu grau de infiltração e corrosão do tecido social onde se encontra instalada. Nas sociedades dos países desenvolvidos a corrupção talvez seja mais difícil de atacar, por ser refinada e sofisticada. Há o cuidado com a lei e um grande temor pela imprensa de investigação. Realiza-se muitas vezes aproveitando as “falhas” existentes na lei. Os sectores privilegiados da corrupção no mundo desenvolvido (os mais denunciados pelos *media*) são a nível da administração local, como autarquias, a troca de favores, o nepotismo, gestão danosa de fundos públicos, tráfico de influências, são alguns dos mais denunciados crimes de corrupção no mundo desenvolvido.

O mesmo já não se poderá dizer da corrupção em África onde esta prática tem um rosto e é exercida abertamente em todos os sectores da vida social, a nível público e privado. Mas nem por isso é mais fácil de erradicar, porque está tão profundamente inserida nos hábitos e costumes dos cidadãos, chegando já a ser considerada como prática cultural em África. Os jovens e adultos nascidos nas últimas 2 ou 3 décadas acreditam que o pagamento paralelo para obter um bem ou serviço, o tráfico de influências para benefício próprio ou de terceiros, a cobrança paralela de bens ou dinheiros para efectuar trabalhos dentro das suas competências e atribuições profissionais e um rol de comportamentos similares, mais não são do que uma forma lícita de aumentar o magríssimo orçamento mensal. A corrupção passou a fazer parte da “cultura” da maioria dos africanos. É sabido que os maus exemplos vêm de cima. Os *media*, não raras vezes denunciam as gratificações milionárias, em numerário ou o equivalente em bens, que governantes recebem ao efectuarem contratos importantes para os países. Um caso gritante foi denunciado pela imprensa (o semanário Angolense de 27 de Novembro de 2005), em entrevista ao embaixador de Angola no Brasil, a quando da transferência de milhões de dólares para a conta pessoal num banco estrangeiro da chefe de contabilidade do gabinete do Ministro das finanças de Angola onde lhe foram depositadas avultadas somas no *Trade Link Bank*, nas Ilhas Caimão. Não sendo recente esta prática , reportamo-nos a 2003, quando o Congresso Americano proibiu que um Banco americano fizesse a transferência de 100 milhões de dólares para a conta pessoal do então Ministro das finanças angolano Dr Aguinaldo Jaime. Em ambos os casos, cremos que se tratavam de transferências para efectuar pagamentos ao serviço da dívida externa, que ao ser efectuada do exterior, minimizava os custos decorrentes da desvalorização em relação ao Kuanza (moeda angolana) na compra de divisas. Este é um exemplo de um acto praticado muitas vezes pelo governo para o pagamento da dívida externa que, à vista dos leigos, mais não é do que evitar gastos com as transacções cambiais. Mas à vista da lei? Que credibilidade pode ter um país à face dos cidadãos e mesmo face aos credores internacionais, cujo tesouro público circula por

contas privadas de meia dúzia de funcionários ? Afirmou ainda o mesmo Embaixador em resposta ao jornalista que perguntou se « *é verdade que os servidores públicos recebem realmente comissões de 15 % dos negócios que ajudam a concretizar?* Respondeu o Embaixador : *tem que existir. É um problema do comércio internacional, o erro que cometemos é que em vez de tornarmos a comissão oficial, transformamo-la em tabu...*»

As sociedades africanas estão enfermas não só pela corrupção, que tem um combustível terrível a alimentá-la - o desconhecimento da lei por parte da população que não questiona a falta de transparência em todos os actos de governação, como os velhos hábitos ditatoriais, o secretismo, autoritarismo, a não prestação de contas, que escondem os desmandos dos interesses dos poderosos. O cansaço, desmotivação e preocupações mais prementes das populações, levam ao descaso e facilitam os actos dos corruptos. Quem não tem um pão ou um pedaço de mandioca para dar ao filho, não se vai certamente importar com os circuitos por que passa a farinha enviada para emergência alimentar, desde que lhe caiba uma porção da mesma. Quem está acometido de um surto de malária, compra o antimalárico na primeira esquina, sem se interrogar como ou porquê é que um medicamento que deveria estar no hospital público está a ser vendido na rua por alguém que mal sabe ler ou por uma criança; quem quer ver o seu filho matriculado na escola, paga o suborno ao professor, à funcionária da secretaria e a outros tantos, sem se perguntar porquê que tem de pagar o que se diz ser gratuito por lei, numa escola pública; quem precisa de se locomover, paga o que o polícia pede para o deixar passar nas barricadas improvisadas sem se interrogar, nem ter ninguém a quem se queixar; serão poucos os estrangeiros que não foram molestados ao passar por um aeroporto africano, onde tiveram de pagar para poder passar a sua bagagem completa, ou tiveram de deixar quantias em dinheiro ou em género, sem se poder queixar a ninguém, porque a exemplo da Costa do Marfim, os únicos ladrões que observamos durante os trinta dias que lá estivemos, foram polícias. Quem se atreve a ir a uma esquadra de polícia denunciar seja o que for de outro polícia, sem correr o risco de desaparecer?

9.1. Os Efeitos da Corrupção na Economia e Desenvolvimento do Estado

Quanto menos desenvolvido for o país, menos “sofisticadas” serão as manobras usadas na corrupção. E quanto menos elaboradas forem as manobras de corrupção mais avultados serão os prejuízos. Porque as distorções e deficiências no mercado impedem o desenvolvimento económico do país. Por exemplo, as empresas privadas sofrem com o aumento do custo dos negócios em função da necessidade de realizar pagamentos ilícitos exigidos pelos funcionários corruptos, vendo aumentada a complexidade de gestão em função da necessidade de negociar com os funcionários corruptos e do risco judicial normalmente marginal. A mesma dificuldade se verifica no sector público, com a diferença de que os dinheiros aplicados, são estatais onde os funcionários corruptos causam pesados rombos aos cofres do Estado. As acções corruptas tendem a beneficiar os agentes de corrupção activa (agentes que oferecem dinheiro) pertencentes ao sector privado como gestores de empresas, líderes de grupo de interesse que buscam aumentar o seu poder político e financeiro pessoal ou do grupo, em relação ao poder político ou financeiro de seus concorrentes, do resto da sociedade. Os agentes de corrupção passiva (são os corrompidos que pedem ou aceitam dinheiro) são governantes ou funcionários públicos que utilizam o poder do Estado para atender às demandas especiais dos agentes

corruptores. Os agentes de corrupção passiva, ao enganarem o país com as suas manobras putrefactas, são duplamente enganados, porque os lucros dos agentes de corrupção activa, são superiores aos seus e porque fazem parte do todo de um país como cidadãos, perdem porque ao concederem “favor” aos corruptos empobrecem os cofres do Estado do país a que eles por inerência pertencem. Enriquecer um punhado de ladrões empobrece toda a sociedade em bens materiais e valores morais principalmente. Nas sociedades desenvolvidas ouve-se muitas vezes dizer que a corrupção reduz custos porque diminui os procedimentos burocráticos legais exigidos, em comparação com o custo dos subornos (que são menores que os custos burocráticos). Engana-se quem pensa assim. Tivemos em Portugal um caso em que não se provou haver corrupção mas que pelo simples facto de se ter “contornado” a decisão do Tribunal de Contas para se poder equipar e abrir atempadamente o Hospital Francisco Xavier fez com que a Ministra da saúde de então e respectivo Secretário de Estado se sentassem no banco dos réus para prestar esclarecimentos publicamente. Isto prova que mesmo nos países desenvolvidos o contorno à burocracia não é legal e nem sempre compensa. O que compensa é sem dúvida legislar no sentido de reduzir a burocracia, encurtar no sentido matemático (em que a linha recta é o caminho mais curto entre dois pontos), porque não o método *simplex*? Por quanto menos gabinetes um documento tiver de passar, mais rápida, incontaminada e económica será a resposta. Porque ao inflacionar o custo dos negócios, a corrupção diminui a disponibilidade de bens e serviços à sociedade. Ao diminuir o jogo capitalista da competição entre empresas, ela também aumenta os custos dos bens e serviços, diminuindo sua disponibilidade aos cidadãos. Ao blindar as empresas ligadas, conectadas por laços de corrupção (cartéis), aos agentes públicos corruptos, a corrupção permite não apenas a sobrevivência e crescimento de empresas ineficientes para o fornecimento de bens e serviços a um preço adequado à sociedade, mas também favorece – no jogo de mercado capitalista – o desaparecimento das empresas eficientes, mas desprovidas de conexões com os agentes de corrupção. Nas sociedades mais desenvolvidas cada vez mais os órgãos controladores da concorrência se debatem com os *cartéis*, que as empresas formam com vista a defraudarem a sociedade de consumo e se ligarem por laços ilícitos de combinação de preços. Em Portugal só este ano de 2006 foram já desmantelados dois *Carteis* (divulgados pelos *media*), um de importantes laboratórios farmacêuticos e um outro de importantes panificadoras portuguesas que acordaram sobre os preço das farinhas no sentido de encarecerem os custo do pão a seu favor.

Nos países menos desenvolvidos, mais concretamente nos países africanos, onde a corrupção é “entendida” como forma cultural, os prejuízos são maiores e contribuem bastante para a pobreza dos níveis baixos das finanças da função pública principalmente, porque na verdade os privados por serem exímios na arte da corrupção arranjam formas de blindar as suas empresas e vigiar de forma exemplar os seus funcionários, diminuindo os prejuízos que poderiam certamente afectar os seus recursos económicos. A normal falta de auditorias a nível governamental, a ausência de transparência nas contas públicas referentes às despesas e receitas, alimentam a corrupção e a impunidade de quem a pratica.

IV

MIGRAÇÕES

Todo o ser vivo procura um mundo melhor, os homens, os animais, as plantas estão permanentemente activos...a actividade, a desordem, a procura é essencial à vida, à eterna desordem, à perpétua imperfeição; ao eterno procurar, esperar, avaliar, encontrar, descobrir, aperfeiçoar, aprender e criar valore...a tentativa de solução revela-se muitas vezes errónea, conduzindo a uma degradação. E então seguem-se novas tentativas de solução, novas experiências...

Karl Popper

1- Conceitos

O capítulo anterior foi dedicado a analisar o peso que a história tem na vida dos povos africanos e povo europeu, mais concretamente na do povo português. Não é possível apagarem-se períodos da história tão determinantes como os que abordamos, principalmente quando o tema do estudo é : modos de integração. Sequer referimos os modos de integração da potência colonizadora em África. Em todos os períodos históricos que referimos, os africanos foram sempre o elo mais fraco. Por incrível que pareça continuam a sê-lo ainda hoje. O porquê, não cabe neste trabalho de investigação. Pensamos que o que cabe neste estudo, é analisar o peso da história que “persegue” os migrantes e que os influencia nos modos de integração. As migrações têm acompanhado o homem em todo o seu percurso de existência na terra. Desde a recollecção que o homem é um ser migrante. Depois da Sedentarização, surgiram novas razões que o mantiveram na senda da migração. As expedições Marítimas, Revolução industrial com os seus ciclos de excedentes de produção e de recessão económica, a globalização da tecnologia e da comunicação, têm posto o homem na incessante busca de soluções para os seus problemas, na constante experimentação que cria outros problemas para os quais o homem busca novas soluções. As migrações têm uma história de milhões de anos, em que se sucederam os seus protagonistas, e suas motivações. Apesar do Hemisfério Norte aparentar ter a panacea para todos os males, muitos dos seus “cidadãos” estão a partir para o Hemisfério Sul em busca de soluções, alegando o esgotamento de recursos do Norte. As migrações ou os movimentos que os povos realizaram ao longo da história são um importante indicador demográfico. Através do movimento migratório observa-se a dinâmica populacional, pelo processo de mudança e evolução social. Define-se migração como uma mobilidade espacial, permanente ou semipermanente de residência, que implique a travessia de uma fronteira administrativa.⁵⁰. Baseando-nos em alguns autores, iremos “delimitar” a palavra migrações ao objecto sociológico, definindo-a como sendo « *movimento no espaço entre sistemas de interacção...a transição física de um indivíduo ou grupo de uma sociedade para outra. Esta transição envolve habitualmente o abandono de um quadro social e a entrada num outro.* Por sua vez, define-se migrante como a pessoa que “voluntariamente” deixa o seu país e desloca-se para outro. Imigrante, como o prefixo (I) indica, será a denominação dada a este cidadão

⁵⁰ PIRES, Rui Pena . *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Editora : Celta. 1ª edição. Oeiras,2003. (pag. 57).

no país de destino. Emigrante com o prefixo (E), refere-se ao cidadão na situação de deixar o seu país ou seja em relação ao país de origem. Quer numa situação quer noutra o sujeito é um migrante, sendo imigrante no país que o acolhe e emigrante do país que deixa. A temática do nosso estudo far-nos-á centrarmo-nos mais na imigração. As razões que o levam a migrar ajudam a classificá-lo. Poderá então ser : imigrante económico se entra num país por razões económicas, imigrante político, também denominado por refugiado, etc. O mudar-se de uma sociedade para outra acarreta forçosamente mudança de *status*, o que representa uma ameaça para o imigrante uma vez que esta mudança desestabiliza a sua organização pessoal, familiar e social. Esta mudança poderá ser temporária ou permanente. Temporária quando o local de residência permanente é mantido, enquanto o migrante se ausenta, podendo esta ausência ser sazonal ou temporária. Sem excluir entretanto a possibilidade de mudança de decisão que transforme a mudança temporária, numa mudança permanente, situação que ocorre com relativa frequência. A imigração permanente por sua vez implica uma mudança resultante de uma decisão assumida. (Jackson, pag, 7)⁵¹. A mobilidade social começou por ser uma atitude individual que, com a repetição do gesto, por cada vez mais pessoas e em maior número, acabou por transformá-la numa acção colectiva. O período pós Revolução Industrial tem sido considerado como marco ou seja como o período em que se iniciaram os primeiros movimentos maciços de populações entre sociedades separadas por oceanos, graças à criação da máquina a vapor.

1.1- Modelos de Imigração

Outros períodos entretanto se seguiram, dentre eles assinalamos o período pós Segunda Grande Guerra, por exemplo, sensivelmente em meados do Séc. XX. Para facilitar a análise dos ciclos migratórios no “*pós guerra*”, e suas características, estudiosos identificaram-nas por modelos. Aos países tradicionais na imigração, que são praticamente constituídos por imigrantes, como EUA, Canadá e Austrália, até há bem pouco tempo atrás a imigração era encorajada e a promessa de cidadania era normalmente satisfeita, era este classificado como *modelo clássico de imigração*. Países com colónias em África, como é o caso da França, Grã Bretanha a imigração é encaixada no *modelo colonial*, em que há um claro favorecimento em “acolher” imigrantes das ex-colónias em detrimento de imigrantes de outras nacionalidades. Há o *modelo dos trabalhadores convidados*, seguido por países como a Alemanha, Bélgica, e Suíça em que os imigrantes são aceites como trabalhadores temporários, com o objectivo de colmatar lacunas no mercado de trabalho. Por último os *modelos ilegais*, que invadem de forma clandestina as fronteiras dos países onde procuram se instalar, ou passando legalmente as fronteiras, mas com visto de turista e que, findo o prazo de validade do visto, vivem clandestinamente no país, sujeitando-se a todo o tipo de exploração quer no aspecto laboral, na habitação e muitas vezes ao aproveitamento de grupos marginais, quando não acabam eles próprios também na marginalidade. As mulheres e as crianças são as vítimas mais vulneráveis nos modelos ilegais. Este último modelo, constitui hoje uma prioridade nas agendas das organizações internacionais e dos Estados dos países industrializados. Anthony Giddens cita autores que classificam a era em que vivemos, principalmente desde 1990, em que o número de migrantes rondava os 80 milhões, sendo 20 milhões destes considerados refugiados, (*Sociologia*, p. 260), como sendo a era das migrações. Pela sua magnitude o movimento de migrações mostra-se como um problema extremamente complexo e, embora muitos

⁵¹ Jackson. In . PIREs, Rui Pena . *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Editora : Celta. 1ª edição. Oeiras,2003.

países e organizações estejam envolvidos a tentar travar o fluxo diário de imigrantes ilegais, a solução não tem passado além de medidas paliativas para os países por onde transitam e os países de destino. Ainda a 10 de Julho corrente (2006) decorreu uma reunião de representantes dos 59 países europeus de transito e / ou de destino dos imigrantes ilegais e os representantes dos países africanos de origem destes, em que Portugal se fez representar por S^a Ex^a o Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros João Gomes Cravinho, em Rabat, Marrocos, para encontrar soluções para a imigração ilegal. O encontro foi organizado por Espanha (país que se vê a braços com um fluxo diário elevadíssimo de imigrantes ilegais nas suas fronteiras com Marrocos - "terrestre" (Melilia) e marítima entre a Mauritânia e Ilhas Canárias. www.publico.clix/print.asp

1.2- A Descolonização Portuguesa e o Aumento da Imigração

No caso de Portugal, o aumento da imigração começou a ter expressão logo após as independências das suas ex-colónias. Foi a partir da segunda metade da década de 1970 que a sociedade portuguesa se viu demograficamente modificada. Não só pelo retorno dos portugueses à pátria, mas porque com estes vieram muitos africanos que marcaram o início da imigração expressiva e não solicitada. Não solicitada porque até então Portugal regulava a imigração um pouco pelo *modelo colonial e modelo dos trabalhadores convidados*. Nesta primeira fase registam-se entre os africanos oriundos dos PALOP o seguinte perfil de imigrantes : «coexistem dois tipo de migração, imigração de refugiados composta maioritariamente por angolanos e moçambicanos, (países em guerra civil na altura), na sua maior presença de estudantes; uma imigração laboral constituída maioritariamente por cabo-verdianos; na elevada taxa de actividade laboral com menor qualificação escolar e profissional dos imigrantes; a população imigrada de S.Tomé e Príncipe, embora heterogénea era maioritariamente laboral; os oriundos da Guiné Bissau, também de tipo laboral apresentavam uma forte componente estudantil.⁵²

O fenómeno imigração, embora pareça, na verdade não se esgota em aspectos laborais ou políticos. No caso de Portugal, apesar da sua não tradição de país de imigração, tem sabido encarar o complexo processo social e tem sabido desenvolver políticas que resultam na transformação perceptível, mas pacífica da sociedade. A partir da segunda metade da década de oitenta, as autoridades portuguesas face à amplitude que a questão alcançou, viram-se na contingência de tomar medidas defensivas, centradas no controle das entradas de novos imigrantes. Alejandro Portes⁵³ tem semelhante opinião quando diz que as políticas governamentais determinam os fluxos migratórios regulares e, mesmo quando acontecem infiltrações de imigração ocasional, há sempre o consentimento dos governos. Vai mais longe quando afirma que «*os fluxos de trabalho subterrâneo podem ser tacitamente permitidos...o consentimento não é necessariamente explícito*».

⁵² PIRES, Rui Pena . *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Editora : Celta. 1ª edição. Oeiras,2003. (pag. 133).

⁵³ Portes, Alejandro. *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Inegração*.(Trad. Fernando Ágoas). Editora : Celta. Oeiras, 1999. (p.89).

Na década de 90, segundo Pena Pires⁵⁴, de uma forma mais reguladora e alargada, as autoridades controlam a imigração já no domínio da integração dos imigrantes. Rosário Dias⁵⁵, analisando o problema da imigração a nível mundial, considera que a complexidade da mesma é tão grande, que o número de imigrantes que se encontram fora dos seus países, todos juntos, certamente constituiriam um novo estado de população mundial em movimento. De uma forma simplista diríamos que, pelo exposto, as razões que explicam a imigração de África para a Europa, mais concretamente Portugal, são razões económico/laborais no caso dos cabo-verdianos, e políticas em que estava em causa a preservação da vida, como no caso da grande maioria de angolanos e moçambicanos. Entretanto, Jean-Paul Fitoussi⁵⁶ nega que as condições económicas por si só sejam motivo de imigração: « *os grandes movimentos migratórios que conhecemos há 15 anos na África ... não provêm de diferenças de nível de vida, mas de conflitos susceptíveis de atentar directamente contra a existência da vida* ». Concluímos então que as razões da imigração não são convergentes no seio dos estudiosos da sociologia das migrações. Encontramos situações diversas, que nos dão indicadores pontuais. O que podemos afirmar com alguma consistência, é que, tal como aconteceu com Portugal, a imigração tende a dirigir-se para os países centrais com os quais possuem maiores vínculos históricos e pelos quais sentem atracção e preconizam a satisfação dos seus anseios. Portes (1999) dá o exemplo dos Estados Unidos da América, onde as comunidades imigrantes são oriundas maioritariamente de nações «*profundamente afectadas pela presença económica e ingerência política norte-americana*», como é o caso do México, Filipinas, Porto Rico, Coreia do Sul e Vietname.

2 - A Decisão de Imigrar

Os resíduos são os sentimentos do homem ou as expressões dos sentimentos inscritos na natureza humana e as derivações são os sistemas intelectuais de justificação por meio dos quais os indivíduos camuflam as suas paixões ou dão uma aparência de racionalidade e proposições ou comportamentos dela destituídos. O homem é com efeito um ser desatinado e racionador. Se raramente se conduz de maneira lógica, quer sempre convencer os seus semelhantes de que se conduz logicamente.

Vilfredo Pareto

Na análise de conceitos que Vilfredo Pareto faz sobre as expressões dos sentimentos do homem, define acção lógica e acção não lógica. Acção lógica é aquela que está logicamente ligada ao seu fim não só relativamente ao sujeito que realiza a operação,

⁵⁴ PIRES, Rui Pena . *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Editora : Celta. 1ª edição. Oeiras,2003. (136).

⁵⁵ Dias, Maria Rosário et al. *Revista de Sociologia : Problemas e Práticas Sobre as Atitudes Face aos Imigrantes*. Nº 25 ISCTE. Lisboa, 1997 (p.139)

⁵⁶ Fitoussi, Jean-Paul. *Rosanvallon, Pierre. A Nova Era das Desigualdades*. (Trad, Miguel Serras Pereira). Editora : Celta. Oeiras 1997. (pp. 74-75, 138).

mas também àqueles que a vêem, ou seja, acção lógica é aquela que é vista como lógica quer subjectiva quer objectivamente. Já acção não lógica será aquela que objectivamente não apresente razão lógica (Aron, 396,397). Giddens por sua vez fazendo uma distinção entre “quês” e “porquês” na avaliação da *racionalização da acção* faz distinção entre “*propósitos*”, “*razões*” e “*motivações*”, explica-nos como estes termos nem sempre têm tradução fácil nas acções. São mais termos discursivos do que explicáveis na acção. Giddens cita Ascombe que diz que “*o que é intencional sob descrição de um, não o é sob a de outro*”. Mais adiante diz : « os seres humanos podem indicar-nos directa ou indirectamente, através daquilo que dizem, com limites mais ou menos definidos, quais de entre os seus actos podem ser correctamente designados como dotados de propósito e aqueles em que isso não acontece...». Assim, Giddens define racionalização da acção quando a acção é acompanhada de conhecimentos prévios que asseguram determinados resultados. Razões, intenções e propósitos são assim definidos pelo autor como princípios base da acção, que o agente “tem à mão” como elementos de rotina da sua monitorização reflexiva do próprio comportamento. (*Novas Regras do Método Sociológico*, pp.100,101). Max Weber, por seu lado, salienta a importância do conhecimento científico na tomada de decisões. «... a ciência pode ajudá-lo a tomar consciência de que [...] conforme as circunstâncias o não agir significa pelas suas consequências uma tomada de posição em favor de determinados valores e contra outros [...] para ajudá-la a decidir-se devemos ainda dar-lhe a conhecer o significado daquilo que ele pretende» (*Teorias Sociológicas*, 606).

Continuamos a busca de apoio científico para abordar a decisão de imigrar das mais recentes levas de imigrantes que vêm para a Europa nas condições que consideramos mais ilógicas possíveis. Mas, antes abordaremos o Modelo clássico de *atração – repulsão* em que se tem por certo que o migrante usa da racionalidade universal, que perante os desequilíbrios sistémicos da sociedade onde vive, prefere deslocar-se para outra sociedade aparentemente mais próspera, com o objectivo de melhorar as suas condições de vida (Pena Pires)⁵⁷. Depressa concluímos que a sociedade onde existem os *desequilíbrios sistémicos* causam repulsa ao migrante e a *sociedade próspera* funciona como factor de atração. Nas palavras de Giddens “*push and pull*”, que literalmente significam *empurrar e puxar*. Segundo o autor, as condições de miséria, fome, guerras e outras, *empurram* o migrante para um país que a partida apresenta características totalmente diferentes das do seu, e que o fazem pensar que pode conseguir com o seu trabalho, melhores condições gerais de vida, exercem sobre ele o efeito *pull*, o migrante sente-se puxado. Procurando minimizar os custos das condições em que vive no seu país, maximiza os ganhos das oportunidades que pode ter se imigrar, já que essa escolha representa para si ganho⁵⁸. Teorias mais modernas sobre migrações rejeitam esta simplicidade e avançam para a diversidade em que se questionam sobre o tipo de migrações em que o ser humano não está imbuído do espírito do “*homo aeconomicus*”, que responde às questões de forma económica, decidiram-se por questionar as situações em que as migrações acontecem em outros paradigmas como nas mobilidades por questões de lazer, saúde, ou a fuga das zonas onde ocorrem catástrofes naturais, fuga de palcos de guerra, como a que está a acontecer neste preciso momento com os milhares que tentam fugir do Líbano. Não é dado ao migrante *espaço para a construção* de escolhas. Portes diz : « *há uma inconsistência entre aquilo que seriam as predições dos modelos e os resultados das investigações,*

⁵⁷ PIRES, Rui Pena . *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Editora : Celta. 1ª edição. Oeiras,2003. (p.65)

⁵⁸ PIRES, Rui Pena . *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Editora : Celta. 1ª edição. Oeiras,2003, p. 66

que as migrações não revelam necessariamente fluxos com origem nos países mais pobres, constituídos pelos indivíduos mais pobres, e dirigidos para os países mais ricos...». Esta última não deixa de ser uma situação em que o migrante tem opção de escolha. Não obstante as reticências face ao modelo de repulsão – atracção, depois de introduzidas algumas correcções, sociólogos exploram dois domínios considerados fulcrais no estudo das migrações em que a **decisão** tem como pilares a **racionalidade** e as **motivações**, em que « no primeiro os actores decidem com informação, capacidade de processamento e aspirações limitadas, accionando os quadros de referência que são capazes de manipular com competências e recursos desiguais em função da sua posição social (racionalidade relativa), e no domínio da acção racional instrumental, com base em considerações de sociabilidade diferenciadas em função das características da sua inserção na ordem interactiva (orientação social da acção). No campo das **motivações**, os actores tendem a seleccionar opções que minimizem os factos de insegurança ontológica, factores esses também variáveis em função das diferentes territorialidades dos quadros de interacção e das desiguais capacidades de controle das consequências da decisão» (Pena Pires, p.67).

Fonte : Diário de Notícias

Figura 14⁵⁹



Este é um quadro a que nos devíamos já habituar, pelo facto de entrar em nossas casas quase diariamente, em que imigrantes africanos buscam entrar na Europa a qualquer preço. Fazendo a travessia do Oceano Atlântico em canoas que não oferecem o mínimo de segurança. É em situações como estas que o nosso ponto de vista diverge do agente que realiza a acção. O que nós acharíamos de acção ilógica, não encontraria eco nos agentes desta acção. Encontramos um outro ponto de análise, em que o autor através de 5 postulados, explica o que está por trás das escolhas e porque que as considera racionais. O Modelo Teórico de Anthony Downs⁶⁰(pp.246-250) sobre a Racional

⁵⁹ Mais 51 imigrantes africanos entraram ilegalmente nas Canárias a 2-7-2006. Estes somam-se aos 11 mil ilegais que entraram desde Janeiro deste ano.

⁶⁰ FERREIRA, J.M. Carvalho, et al. Sociologia. Editora : McGraw-Hill. Portugal /Alfragide, 1995.

Choice Theory (RTC), composto por 5 postulados, em que do I consta que : os actores sociais são intencionais e orientados para objectivos;

II – os actores sociais têm conjuntos de preferências ou utilidades ordenadas hierarquicamente,

III – ao escolherem as suas linhas de actuação, os actores sociais efectuem cálculos racionais relativamente a : a) utilidade das linhas alternativas de conduta com referência a hierarquia de preferências; b) : os custos de cada alternativa em termos das utilidades abandonadas; c) a melhor forma de maximizar as utilidades.

IV....

V....

Destes 5 postulados citamos os três primeiros que estão mais directamente relacionados com o nosso trabalho, sem todavia descurar o que o autor faz questão de sublinhar « *o termo racional nunca é aplicado aos fins do agente, mas apenas aos seus meios [...] a definição económica refere-se ao homem que se dirige para os seus objectivos de uma forma que, tanto quanto lhe é possível perceber, usa o mínimo de input de recursos escassos por unidade de output.* Pensamos estar perante o caso oposto, em que o indivíduo usa o máximo de *input* de recursos, porque que ouro bem pode alguém ter que seja superior à vida? Ao fazer uma travessia tão perigosa, num barco sem o mínimo de condições em que a morte é quase palpável ao longo do percurso, que escolhas racionais entraram na hierarquia de preferências? Ou melhor em que lugar da hierarquia de preferências colocarão estes imigrantes a sua vida? Compreenderemos melhor se analisarmos a questão sob o ponto de vista de Jean-Paul Pitoussi (1999) que diz o seguinte : «...*partem por conta dos que ficam : raciocinar de outro modo é esquecer o custo afectivo e cultural da escolha da imigração*». Vendo a questão do lado afectivo, em que se valoriza mais a necessidade de quem fica do a própria vida certamente compreendemos melhor a acção dos imigrantes acima referidos.

Vejamos o caso de um dos nossos entrevistados que teve o privilégio de chegar vivo à costa :

M. é imigrante ilegal. Tem 35 anos, é senegalês, trabalha na construção civil.

Perguntamos-lhe como chegou a Portugal?

Respondeu-nos sem muitos pormenores que veio do “*Senegal, Mauritânia, Marrocos, Espanha onde esteve um ano e depois Portugal*”;

P: há quanto tempo está em Portugal?

R: *5 anos;*

P: como tomou a decisão de imigrar? Tinha cá amigos ou familiares?

R: *não tem cá ninguém. E para imigrar não pensa, vem... necessidade obriga. Família filhos... pagar pessoa que arranja transporte, grupo...*

P: o que fazia no Senegal?

R: *fez economia, ganha miséria, vida difícil...*

P: gosta do trabalho que faz?

R: *oh! Que é isso gostar? Trabalhar muito, ganhar dinheiro, construir casa em Dakar, alugar e sustentar família...hum!! Gostar...*

As escolhas que o nosso entrevistado tinha, (pelo que nos é dado a perceber) eram a miséria ou a imigração clandestina com risco da própria vida. Escolheu a segunda e maximiza o *custo de oportunidade*. Já que arriscou a vida, abandonou a família, gastou o pouco dinheiro que tinha para pagar ao “ganguê” que lhe arranhou a viagem no porão do cargueiro, há que rentabilizar a “escolha” feita.

Madame Awa Dièyé, coordenadora do Centro de Promoção Social de yoff (Dakar), concedeu-nos uma entrevista em que nos fez um desabafo “ ...eles rejeitam a informação que nós pomos à sua disposição. Temos muitos jovens que vieram repatriados de Espanha e da Itália, por duas e três vezes. Muitos deles ao chegarem da Europa vêm com alterações de comportamento, por causa dos maus tratos e torturas a que são sujeitos, mal se apanham recuperados, fogem-nos para embarcar outra vez. Veja a informação que temos, veja os conselhos da Secretaria de Estado... ninguém nos dá ouvidos, e as famílias são as primeiras a incentivar. Mães incentivam os filhos a ir morrer nos mares ou nas cadeias da Europa. As mulheres acham que marido que não imigra é covarde, não é respeitado...a imigração é um problema para o qual não temos solução à vista.

P: o sofrimento por que passam os que regressam não é testemunho suficientemente dissuasor para os outro que querem embarcar?

R: de maneira nenhuma. Primeiro porque ninguém gosta de dar parte fraca. E a televisão oficial do Senegal não mostra nada disso, ainda há censura. Só quem tem antena parabólica é que se inteira desta terrível situação. E quem tem parabólica certamente não imigra nestas condições irracionais.

O acesso à informação varia consoante a competência dos actores (Pena Pires2003,p70); « para um analfabeto, é irrelevante toda a massa de informação escrita que circule...para um alfabetizado exclusivamente na sua língua, nacional, é irrelevante toda a informação escrita em outra língua. Por outro lado nem todos os que sabem ler, têm as competências necessárias para interpretar a informação a que podem aceder». Esta é a situação real da grande maioria dos imigrantes africanos. Não possuem informação (pelos motivos que referimos), muitas vezes não têm possibilidades de comparação efectiva entre a realidade que conhecem e a realidade desconhecida. Sabemos que o modelo de informação completa, perfeita não existe, assim como não existem escolhas perfeitas, uma vez que são variadíssimos os factores que influenciam as escolhas. A liberdade de escolha (já vimos que na maioria dos imigrante africanos é quase nula); a idade do migrante; a informação que o migrante possui (também já vimos a limitação que existe); a capacidade de análise da informação; e a maturidade / idoneidade. Por outro lado, toda a escolha implica riscos, a informação seria a melhor forma de minimizar os riscos. No caso dos senegaleses, Madame Awa (à esquerda na fotografia), diz-nos que há muitos casos de suicídio entre os repatriados.



Fig. 15 entrevista com Madame Awa Dakar, mostrando Placar com informações sobre emigração para a Europa

Os economistas consideram uma situação de *sunk cost* → investimento irrecuperável. Nos casos que testemunhamos foram aplicadas todas as poupanças e em alguns casos, contraem-se dívidas com base no que se vai ganhar “quando começar a trabalhar na Europa” e, quando se perde tudo, é realmente uma situação de *sunk cost*.

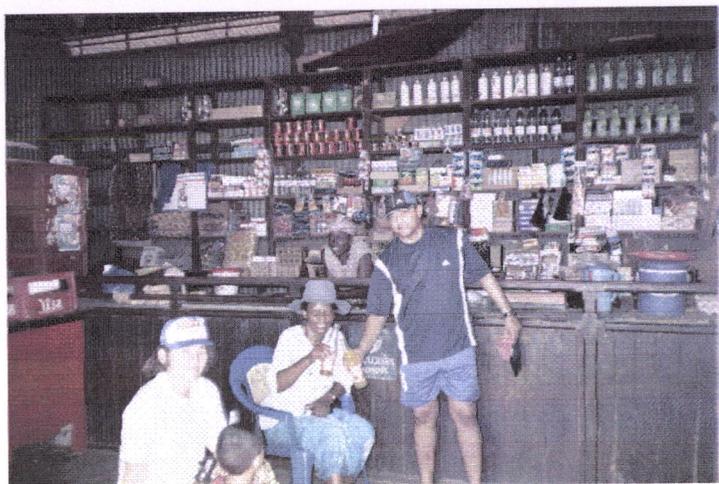


Fig. 16 “boutique” propriedade de um imigrante senegalês que se encontrava a trabalhar em Portimão

Madame T. M. (por trás do balcão na fig. 21) tem o marido imigrado em Portimão, trabalha na construção civil há 3 anos, envia mensalmente dinheiro que já deu para madame T. abrir esta “boutique” e construir uma casa. *“O importante é o dinheiro que se ganha, o trabalho que se faz ou as condições em que se trabalha e se vive...isso não conta. Não precisamos de nos integrar, porque o nosso objectivo não é esse. Ao sairmos do Senegal, pensamos em ganhar dinheiro rapidamente e voltar para a família. Aqui sim, aqui é que nós precisamos de nos sentir bem com os amigos e com a família. Cada momento com o seu propósito. Na Europa o propósito é ganhar dinheiro, cá o propósito é vivermos felizes e descansados”*. Este depoimento simples e sincero, foi de um imigrante que trabalhou em Espanha durante 6 anos e que gentilmente permitiu que o fotografássemos e que testemunhássemos o caso de imigração bem sucedida que ele representa.



Fig.17 ex-imigrante ilegal em Espanha, visivelmente feliz por ter realizado o seu sonho. Agora no seu país – Senegal é dono desta “boutique”.

O modelo de atracção – repulsão encontra aplicação em muitos casos de imigração africana para a Europa, em que a variável *melhores condições materiais* é o único factor que conta. *Empurrado* pela miséria do seu país de origem e, *atraído* pelas condições materiais do país de destino. Portes (citado por Pena Pires, pag. 73) diz-nos que o cálculo custo / benefício, na decisão de imigrar, tem muito a ver com a condição de *status* e de afirmação do *self* presentes nas relações que o indivíduo tem com a comunidade de origem e principalmente da família. Imigrar pode nem ser uma decisão pessoal, mas resultado de pressões. Segundo Madame Awa, a maioria das esposas senegalesas induzem os maridos a imigrar, mesmo que venham a perder a vida. “mais vale um marido herói que imigra, do que um covarde que deixa a família a passar dificuldades” este, aparentemente é o lema.

2.1 - Dualidade migratória

Já referimos que a imigração implica a mudança de uma sociedade para outra. Quer os imigrantes quer as sociedades de acolhimento sofrem com as questões que esta dualidade levanta. Cada vez mais os imigrantes partem sem qualquer informação sobre o país para onde imigram. Fizemos um inquérito no Senegal, em que foi perguntado a 121 cidadãos com idades compreendidas entre os 18 e 45 anos, vindos de vários pontos de África subsahariana, se tencionavam imigrar para a Europa e se conheciam a língua e situação económica dos países para onde tencionavam imigrar. Dos 100 que responderam que sim, também responderam que nada sabiam nem da língua nem da situação económica. Ficou-nos a pergunta : em que critérios se basearam para fazer esta escolha? Por outro lado, a sociedade que recebe imigrantes, espera que estes, cumpram as leis e respeitem as práticas nela vigentes. Quando assim não acontecer, os imigrantes incorrem em comportamentos desviantes. Becker ao abordar *desviância* fã-lo como sendo uma forma de interacção social, em que o comportamento de um grupo social se afasta das normas geralmente admitidas num dado grupo; e considera *norma* como sendo um preceito de conduta que corresponde a uma situação social determinada.⁶¹. Este autor considera que a raiz do desvio está na própria ordem social e nos mecanismos de controlo da mesma. Quando os indivíduos não se integram nesta ordem, automaticamente encarrilam para um comportamento desviante. O imigrante por seu turno, sofre com a mudança de forma cumulativa que envolve as duas sociedades, a de onde sai e para onde vai. O número de imigrantes em que se insere, a população que deixa e a população com que vai ter de lidar na sociedade de acolhimento são determinantes na tensão a que o imigrante está sujeito. Factores como a idade e sexo são igualmente importantes quer para a sociedade de acolhimento quer para o imigrante.

CAMPENHOUDT, Luc Van. *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*. Trajectos Gradiva

⁶¹ CAMPENHOUDT, Luc Van. *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*. Trajectos Gradiva p. 78

3 – Modos de Integração. Problemas sociológicos

Portes⁶² à semelhança de outros sociólogos, ao estudar os modos de integração dos imigrantes, analisa dois conceitos principais : a assimilação e a etnicização. Em ambos, o autor considera haver uma luta incansável do imigrante contra os obstáculos ao seu ingresso na sociedade, dando o exemplo da sociedade americana em que imigrantes tiveram de abandonar valores tradicionais seus em troca de uma subida nas hierarquias sociais da sociedade de acolhimento, integrando-se pelo processo de assimilação. O contrário acontece no modo de integração por etnicização, em que o grupo étnico imigrante demonstra relutância e resistência em aceitar os valores da sociedade de acolhimento em detrimento dos seus, acabando por ter uma adaptação social de sucesso através da afirmação como grupo, com características próprias, que acabam por ser toleradas pela cultura dominante.

Os sociólogos abordam a questão da ordem social e integração normalmente quando se está perante a dualidade : reconstrução da ordem interactiva na sequência de situações críticas ou quando em sequência de acréscimos de variabilidade. Integração é designada literalmente em termos sociológicos (Rui Pena Pires) em oposto ao caos, a desordem. *«integração é correntemente usada em literatura sociológica para designar no plano micro, o modo como os actores são incorporados num espaço social comum [...] o domínio da integração constitui uma das dimensões do problema da ordem, na medida em que envolve os modos de padronização da vida social no âmbito das articulações problemáticas entre as “partes” e o “todo”.* ⁶³O caminho que os imigrantes têm de percorrer para se poderem “articular” no “todo” é tortuoso e requer por parte destes a criação de novos parâmetros.

Robert Manning (Portes, pp.41-42) aborda dois processos de integração que se opõem aos que referimos anteriormente. Este autor estuda o processo de integração por grupos de imigrantes ou enclaves, como os denomina. Considera que a integração é estrutural ou por enclaves. Estrutural, quando o processo de ingresso do imigrante na sociedade segue uma trajectória sequencial que começa com dificuldades económicas e discriminação e anda na “corrente” sócio-económica e depende da aceitação da sociedade de acolhimento. O sucesso da integração, segundo o autor, dependerá principalmente da vontade dos imigrantes em abandonar valores tradicionais que o categorizem com um estilo de vida retrógrado, adoptando características que o tornem aceitável aos olhos da sociedade anfitriã. *« a tónica é sempre posta nos processos psicossociais de motivação, aprendizagem e interacção, e nos valores e percepções culturais dos imigrantes e dos que os rodeiam»* (p.42).

Os enclaves fazem parte de uma outra abordagem do autor que não vê homogeneidade nos imigrantes e não aceita a teoria de eles se “fundirem” na sociedade de acolhimento como uma massa. Por outro lado muitos dos autores citados por Robert Manning rejeitam a teoria do “*psicossocial e o culturalista*” e preferem observar ou situar a integração numa óptica puramente económica e nos papéis que os imigrantes foram chamados a desempenhar. Segundo estes autores, os vários grupos étnicos circulam

⁶² PORTES, Alejandro. *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. (trad. Frederico Ágoas. Editora : Celta. Oeiras, 1999. (p.41-42)

⁶³ *Migrações e Integração* pag, 13

pelos vários segmentos da esfera económica, começando pela base, segundo a determinação dos grupos dominantes, que “limita” o acesso do imigrante a ascender ao patamar seguinte “divisão cultural do trabalho”. No patamar mais baixo onde o imigrante normalmente começa por dificuldades económicas, sofre de exploração e discriminação. Esta situação leva os imigrantes explorados a identificarem-se como grupo étnico e a unirem-se em torno da sua etnicidade. Todavia à medida que sua condição económica vai melhorando, soltam-se gradualmente da base, disputando ascensão na hierarquia social, competindo com os membros da maioria anfitriã, posições vantajosas. Portes (1999, p.44) refere como nos Estados Unidos da América, grupos de imigrantes com profissões de elevadas qualificações como médicos, enfermeiros, engenheiros e outros técnicos superiores, para se incorporarem na sociedade americana, tiveram que começar igualmente da base, sujeitando-se ao exercício de funções inferiores, sendo explorados e só mais tarde ascendendo aos postos correspondentes às suas categorias profissionais, com a diferença de estes não estabelecerem entre si qualquer ligação étnica.

Mais dois modos de integração são analisados pelo autor : o modo de integração por estatuto político – o dos refugiados e o dos comerciantes. Pelas razões políticas e conseqüente perseguição, milhares de cidadãos em várias partes do mundo, deixam os seus países para salvaguardar a própria vida e a liberdade de reunião e pensamento. Recorrendo a um país de orientação política diferente do seu, em busca de protecção. Estes cidadãos, são melhor ou pior acolhidos, dependendo da gravidade da sua situação. Normalmente são alvo da compaixão das sociedades de acolhimento e beneficiam de um grande apoio de entidades governamentais e ONG's.

Um outro modo de integração é o característico de imigrantes comerciantes. Os asiáticos são os que preenchem maioritariamente este segmento da imigração. « *trata-se de pequenos grupos de imigrantes que são inseridos ou que se inserem como intermediários comerciais... distinguem-se pela nacionalidade, cultura, raça, tanto dos grupos dominantes, como dos dominados com que se relacionam. Podem ser utilizados pelas elites dominantes como amortecedor para desviar a frustração das massas, e também como instrumento para condução de actividades comerciais em áreas empobrecidas. Estes riscos são aceites pelos intermediários, em troca da oportunidade de partilhar os benefícios comerciais e financeiros obtidos por meios como impostos, preços de retalho mais elevados e usura*». ⁶⁴ Depois desta citação, percebemos mais facilmente o modo de integração por enclaves. Robert Manning aborda na questão dos enclaves uma perspectiva mista em que o carácter assimilacionista se interlaça com o carácter estrutural. No Algarve, começa-se a observar o que se pode chamar de enclave de imigrantes, caso concreto dos chineses. Chegaram “silenciosamente”, não se inseriram no mercado de trabalho tradicional, em que teriam de se defrontar com uma “*divisão cultural do trabalho*” e também não se interessam por assimilar a cultura da sociedade de acolhimento. Servem-se da proximidade espacial uns dos outros, para facilitarem as trocas de informação e de matérias primas, à semelhança do que fez o enclave de judeus que desembarcou na América em finais do século XIX e princípios do século XX. O autor dá-nos exemplos de enclaves, referindo-se concretamente aos enclaves de polacos, italianos, judeus, japoneses, que chegaram aos Estados Unidos e que « *...na sua esmagadora maioria, um movimento de mão-de-obra não qualificada ... imediatamente aos pontos de desembarque, empregavam-se em quaisquer trabalhos*

⁶⁴ PORTES, Alejandro. *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. (trad. Frederico Ágoas. Editora : Celta. Oeiras, 1999. (p45).

servis que encontrassem disponíveis. Este era o duro princípio de um lento e muitas vezes doloroso processo de aculturação e mobilidade económica». O sucesso de integração destes grupos não esteve tanto na aculturação, nem propriamente na etnicização, mas na integração económica. O poder económico dos judeus que começaram a sua caminhada de imigrantes na América nos piores trabalhos, é hoje sobejamente conhecido como sendo os pilares que sustentam a economia do país americano. Concluimos que, a única via de integração é a económica. O acesso a ela é que difere : pelo trabalho assalariado, quando se tem qualificação profissional elevada, em que de princípio pode se começar por baixo mas com o **tempo, motivação** consegue-se “furar o *tecto de vidro*” e alcançar lugares na carreira que lhe proporcionem uma integração económica real; a outra forma será a iniciativa empresarial independente. Entretanto quer num caso, quer no outro os contextos de recepção são muito importantes, citamos dois, que bem analisados acabam por se diluir na questão económica. Porque os pacotes de leis emanadas do governo, estarão relacionadas com a estrutura laboral e conjuntural, ou seja com a necessidade ou não de mão-de-obra imigrante. Por seu turno, a reacção da sociedade de acolhimento, será tanto ou menos favorável, consoante os seus postos de trabalho estejam ou não assegurados. Logo, é sobre a **base económica** que assentam os **modos de integração**, sendo preciosos os capitais que o imigrante trouxe consigo, seja ele **cultural ou económico**.

3.1 – Assimilação

O Prof. Pena Pires define assimilação como sendo o processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário definidor da pertença à sociedade de chegada ou seja definidor da participação alargada do imigrante nesta mesma sociedade, quando este consegue combinar os processos de auto categorização e hetero – categorização, ou seja, a forma como ele se categoriza a si mesmo e a forma como se categoriza em relação aos actores da sociedade de acolhimento. Embora autores (Pena cita Kazal e Brubaker) definam assimilação como homogeneização ou similitude, nós optamos pela primeira definição porque a sociedade de acolhimento não é homogénea. E se se mantiver a tendência do aumento de fluxos migratórios, a homogeneidade será cada vez mais uma miragem. Não se pode esperar homogeneidade com a inserção dos imigrantes, porque sociedade nenhuma o é em si, os autóctones em si espelham homogeneidade. Se tivermos em conta que os imigrantes criam os seus próprios *estereótipos de tipificação*, chegando mesmo a criar segmentos intra imigrantes mais depressa conceberemos que em sociedade alguma *real* possa haver homogeneidade entre imigrantes e autóctones.

Outros autores citados pelo Prof. Pena Pires (Alba e Nee), definem assimilação, ao momento em que pessoas ou seus descendentes, de diversas raças, portadoras de diferentes culturas que ocupem o mesmo território *adquirem uma solidariedade suficiente para, pelo menos sustentar uma existência nacional [...] assimilação é a construção de uma das referências de uma pertença nacional comum... »*

Dr R. S. Médico , 61 anos de idade, nacionalidade portuguesa, natural de Angola

P: Dr há quanto tempo vive em Portugal?

R: *há 31 anos, eu vivia em Benguela e a dada altura tornou-se perigoso continuar lá. O meu pai era português de Leiria, viemos todos p'ra cá.*

P: como foi recebido pelos naturais de Leiria?

R: *não muito bem. A minha mãe era preta e nós com excepção do meu pai não éramos brancos. Eu não conhecia o racismo até chegar a Leiria, foi muito duro[...] eu já era médico. Só começamos a ser respeitados, quando alguns moradores foram socorridos por mim. Começaram a dar-me valor. Mas, até aí foi muito difícil, até mesmo para o meu pai que era branco.*

P: sente-se integrado na sociedade portuguesa?

R: *perfeitamente. Fui mais tarde para Lisboa, onde fiz a especialidade de cirurgia, casei-me com uma enfermeira branca...os meus filhos hoje também já estão formados. Participo da vida política, sou socialista de coração...preocupo-me com a economia do país, sinto-me útil à sociedade, como chefe de equipa de cirúrgica, sou respeitado por colegas e internos; fiz parte da administração do Hospital, fui chefe do serviço de urgência durante anos, e fui eu que pedi demissão por cansaço...sou português e orgulho-me disso, porque não nasci português, conquistei a cidadania. Portugal é minha pátria por direito.*

Alba e Nee (*Migrações e Integração*), que passamos a citar, referem que : « *assimilação é compatível com a redefinição do espaço identitário comum no processo de inclusão de novas pertenças, não significando por isso mera adaptação...* ». A Lei é clara quanto a isso, para se adquirir cidadania portuguesa exige-se mais do que a adaptação, exige-se que se tenha uma prova de pertença como a língua, por exemplo (com excepções de cientistas, desportistas e similares). O entrevistado anterior R. S., apesar das barreiras encontradas no processo de inserção no seio da comunidade de acolhimento, com determinação e empenho, conseguiu, transpor os entraves e acabou por ser “absorvido” no *seio da maioria cultural*. O autor J. (*Migrações*) distingue assimilação cultural → acesso às instituições económicas, políticas, sociais, aceitação no casamento. Tendo em conta estes padrões, consideraremos que o entrevistado anterior, tem um elevado grau de aceitação e conformismo, por primeiramente enquadrar-se em vários destes patamares e só então considerar-se integrado na sociedade portuguesa. O mesmo não poderá ser dito da nossa entrevistada seguinte, que foi igualmente vítima de preconceito e estereotipificação sendo praticamente segregada por pertencer a “grupos” estranhos à comunidade. A nossa segunda entrevistada esteve sempre renitente a reconhecer a nova “realidade” como sua, limitando-se a sobreviver na comunidade, sem desenvolver qualquer mecanismo no sentido criar *novas pertenças*. Berger e Luckmann, (*Construção da Realidade*) ao abordarem a problemática da integração, consideram que a legitimação, produz novos *significados*, « *que servem para integrar os significados ...a função da legitimação consiste em tornar objectivamente acessível e subjectivamente plausível às objectivações de primeira ordem que foram já institucionalizadas* ». Os autores consideram que a função da legitimação é também a restauração, é tornar legítimo a nova aquisição, “quando se rompe a unidade da história” a legitimação tem como função unir o universo simbólico da sociedade histórica à biografia de um indivíduo e criar uma realidade própria peculiar, permitindo que seja criado um mundo novo.

C.M. enfermeira, 52 anos nacionalidade portuguesa, natural de Moçambique

P: com que idade veio para Portugal?

R: *em 1974, era muito nova tinha apenas 20 anos.*

P: como foi a recepção?

R: *eu evito sempre falar nisso porque até hoje ainda sinto um aperto ao falar nisso. Foi muito difícil.*

P: o que mais lhe custou?

R: *diz-me por favor, em que é que isto se parece com África? O nascer do dia, o sol às 6 da manhã, a chuva quente, o cheiro a ... foi horrível. As pessoas chamavam-nos nomes feios, éramos insultados verbalmente e se respondêssemos éramos agredidos fisicamente.*

P: mas sendo tu loirinha, de olhos azuis, ambos os teus pais médicos e portugueses de nascença, porque vos agrediriam?

R: *podemos passar a frente? Faz-me outra pergunta.*

P: passados mais de trinta anos, sentes-te integrada na sociedade portuguesa?

R: *suporto esta vida, mas não perdi a esperança de um dia voltar. Assim que o meu segundo filho estiver formado e independente, ah! Eu vou-me embora. Tanta gente já voltou!/? O meu marido pensa como eu, por isso...*

3.2 – A Socialização do Imigrante

O imigrante, à semelhança de todo e qualquer ser social, constrói a sua própria realidade social. P. Berger e T. Luckmann, na análise social que fazem da realidade, entendem a realidade como um processo dialéctico (objectivo e subjectivo), composto por três momentos : *exteriorização, objectivação e interiorização*. Estes autores consideram que « *o mesmo acontece com um membro individual da sociedade o qual simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objectiva*. O imigrante depois de passar pelo processo de socialização primária em que, como indivíduo não nasce membro de uma sociedade mas torna-se membro da sociedade, tem de passar ainda, por um processo de socialização secundária. Se a socialização primária é considerada um processo longo que começa por uma *«interiorização a saber, a apreensão ou interpretação imediata de um objecto [...] a socialização primária tem para o indivíduo o valor mais importante; inicia-se após o nascimento e primeiramente no seio da família e/ou no seio daqueles que lhe são mais próximos, na escola, durante a qual os meios de comunicação massiva, grupos de preferência como músicos, jogadores de futebol e outros, têm grande influência. É um processo contínuo que se realiza através da comunicação, sendo inicialmente apenas pela imitação.*

O imigrante ao mudar-se de uma sociedade para outra, terá que iniciar um processo mais difícil do que o de socialização secundária que segundo os mesmos autores Berger e Luckmann,⁶⁵ é : « *qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado, em novos sectores do mundo objectivo de sua sociedade*». Deixam de fora a realidade da *interiorização/ apreensão* que o indivíduo é “forçado” a fazer, numa

⁶⁵ BERGER, Peter I. LUKMANN, Thomas *A Construção Social da Realidade*. (15ª edição). Editora Vozes, Petrópolis 1998.

sociedade diferente daquela em que se tornou primeiramente membro não obstante as semelhanças que esta nova sociedade possa apresentar. Insistimos na dificuldade que o imigrante sente na interiorização de significados na nova sociedade, porque se a socialização secundária apresenta um grau de dificuldade ao indivíduo, por lhe apresentar um *submundo de instituições*, mas dentro da mesma, quanto mais difícil não será quando ocorre mudança de sociedade? Se tivermos em conta que na socialização primária o indivíduo « *escolhe aspectos do mundo com a sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais cujo fundamento se encontra na biografia de cada um. O mundo social é “filtrado” através desta dupla seleção* ». Por outro lado « *...a socialização primária implica mais do que a aprendizagem puramente cognitiva. Ocorre em circunstâncias carregadas de um alto grau de emoção...sem esta ligação emocional aos outros significados o processo de aprendizagem seria difícil, quando não de todo impossível. A criança identifica-se com os outros significados por uma multiplicidade de modos emocionais. Quaisquer que sejam, a interiorização só se realiza quando há identificação...interioriza-os, tornando-os seus* ». Quando o imigrante tenta incorporar-se numa sociedade em que não se identifica com os *significados* sente extremas dificuldades em *realizar* a interiorização do mundo social que se lhe apresenta. Depois de passar pela socialização primária e ter entrado no longo e contínuo processo de socialização secundária, em que a interiorização passa a ser de “pequenas ilhas” de especificidades do saber, em que se exige a *aquisição de vocabulário específico*, em que o aparelho legitimador esforça-se por identificar símbolos, o imigrante terá “obrigatoriamente” de começar um novo processo, o de assimilação e integração, para que a dualidade migratória se desenrole nos “carris” da *ordem* e haja paz social.

4 – Racismo e Discriminação

Por racismo entende-se a doutrina que afirma a superioridade de certas raças em relação a outras, concebendo-se assim o direito de subjugar ou maltratar as raças que considera inferiores. Paradoxalmente, é através da pele, o invólucro ecológico mais importante e mais próximo do homem que se denominam e distinguem as raças. A pele é um órgão que tem tanto de importante e vital para o homem, como dá azo a que dela se usem para maltratar o próprio homem. Anthony Giddens faz uma análise de outros dois conceitos indissociáveis ao racismo, o preconceito e a discriminação. Define preconceito como sendo ideias ou opiniões formadas, na maior parte das vezes sem fundamento, baseadas em rumores. São normalmente alimentados por estereótipos ou caracterizações de grupos de pessoas que influenciam seriamente os comportamentos que se têm para com os discriminados. O vestuário é outro os invólucros ecológicos que tal como a pele é usado para discriminar. Não é por acaso que Lamy (1996, 81) atribui ao vestuário três funções principais : protecção, adorno e comunicação. Esta disposição talvez esteja relacionada com a importância que lhe tem sido atribuída desde os primórdios da sua criação até aos dias do Séc. XXI. O vestir-se como forma de comunicação tem assumido contornos cada vez mais importantes nos nossos dias. As figuras públicas, através dos estilistas ditam a moda, os políticos (principalmente os do sexo feminino) são igualmente vectores da moda. Nos nossos dias atribui-se ao vestuário tão grande importância, que por causa dele, a nossa imagem ganha contornos que lhe permitem

efectuar negócios de milhões, perdem-se ou conseguem-se empregos ou cargos, abrem-se ou fecham-se portas que decidem o futuro de muitas vidas. O vestuário pode desencadear ou refrear sentimentos que conduzam a discriminação. Comportamento este que se tem para com pessoas, ou grupos, detectável em acções que levem a exclusão destes a oportunidades dadas a outros. Por outras palavras diremos que discriminar é não dar igualdade de oportunidades.

O racismo é um conceito que ao longo dos tempos tem tido formas diferentes de se exercer, de se fazer sentir, que se baseia na distinção física e que tem consequências a nível social. Houve um momento na história que se alimentou uma forma de racismo biológico, baseado nas formas físicas do indivíduo, que determinavam inclusive a incapacidade intelectual dos negros em relação às outras raças. O racismo tem evoluído para formas mais camufladas, tornando-o cada vez mais num sentimento individual, e menos num sentimento ou comportamento de um grupo. Não obstante os esforços internacionais na luta contra este preconceito, o racismo continua vivo, e o aumento do fluxo imigratório tem vindo a agudizar a ira deste “gigante adormecido”. Hoje em dia as sociedades de uma forma subtil, mantêm o racismo institucionalizado. Embora nenhum país do mundo conceba a segregação racial, nem mesmo a África do Sul, o Brasil ou os EUA, mas, quer nestes países quer noutros, as instituições têm uma cultura racial “refinada” mas muito activa. John Rex na sua obra *Raça e Etnia* sugere que a melhor atitude a adoptar socialmente face ao racismo é antes de mais reconhecer que ele existe, e que é real e actuante no nosso dia-a-dia, funcionando como diferencial na distribuição dos direitos. O mesmo autor apresenta pontos de vista de outros autores que apresentam teorias diferentes sobre o que uns consideram conflito racial e outros consideram conflito de classes. A verdade é que ambos concordam haver em sociedades avançadas, onde os negros por si alcançaram elevado poderio em sectores importantes da vida económica, haver uma barreira a separar as esferas onde se desenrolam as relações entre brancos e as esferas de negros. Exemplificamos com o diagrama seguinte

| | | |
|--------------------------|---|---------------------------------|
| Sociedade Branca | Classe alta Classe média Classe baixa | Relações de classe e mobilidade |
| Barreira de casta | | |
| Sociedade Negra | Classe alta Classe média Classe baixa | Relações de classe e mobilidade |

Fig. nº classe e casta de Warner

Em que se exemplifica a mobilização das comunidades na sociedade americana. É uma das poucas sociedades no mundo que assume que o racismo existe na sua sociedade, empreende esforços ao mais alto nível, para o combater dando eles próprios o exemplo, tendo negros nas mais altas esferas do poder, ao mesmo tempo que travam acérrimos combates contra grupos como o ku klux klan que ainda hoje queima igrejas evangélicas repletas de negros na Carolina, Chicago, etc.. No longo e mediático julgamento do negro O.J. Simson por exemplo, em que a América ficou dividida em duas, a América dos brancos e a dos negros. Viu-se claramente que a data altura, o que interessava já não era a verdade da questão, mas sim, de que lado estaria a vitória, se do lado dos brancos ou dos negros. É nesta mesma sociedade em que coexistem dois mundos paralelos. O mundo dos brancos e o mundo dos negros, em que os brancos fazem incursões no

mundo dos negros pela necessidade que têm dos seus **votos** nas urnas. Este é um dos momentos em que os negros adquirem protagonismo no mundo dos brancos e fazendo uma boa gestão deste protagonismo, conseguem “acumular capital social” de grande utilidade não apenas para si, mas principalmente para a sua comunidade.

Existem as classes devidamente definidas, da mesma maneira que existem os negros e os brancos em mundos nitidamente separados. A preocupação dos negros é a ascensão social (luta de classes) mas, dentro do seu mundo, embora ambas as raças lutem para alcançar poder económico. Na Europa, não temos exemplos semelhantes, com excepção da Inglaterra (mais concretamente Londres, onde existem comunidades determinadas de indianos, negros, islâmicos, etc.

Portugal, apesar de intitulado país de brandos costumes, ocorreram em 1975 e continuam a ocorrer, esporádicos episódios raciais, que causaram algumas fracturas na sociedade portuguesa. Das entrevistas que apresentamos, pensamos estar explícito o trauma que marcou a chegada de alguns imigrantes e até mesmo emigrantes regressados a seu país natal.

D. Maria de Fátima, tem 58 anos de idade, natural de Cabo Verde (Ilha de S. Vicente :

P: há quantos anos vive em Portugal ?

R: *há 31 anos, cheguei a Portugal com 27 anos. Era muito nova e estava muito assustada com tudo o que estava acontecer.*

P: porque é que veio para Portugal?

R: *porque o meu marido teve medo que houvesse confusão e, como tínhamos duas filhas pequenas, ele quis logo vir-se embora.*

P: **o que foi que lhe custou mais quando começou a vida em Portugal?**

R: *tudo foi difícil – veja, eu não vim logo para o Algarve, o meu marido era de Manteigas e foi para lá que fomos. O racismo foi duro de aguentar; ainda por cima eu não falava nem uma palavra e português, só falava crioulo; veja, em Manteigas o que é que pode ser parecido com Cabo Verde? Tudo era novo para mim. Eu era única preta, não tinha com quem falar sobre o que sentia. Até o meu marido que gostava de mim, e que também sentia saudades de Cabo Verde, também não entendia a minha dor.*

Dona A. P. 58 anos de idade, natural de Cabo Verde (Ilha de S. Vicente)

P: há quantos anos vive em Portugal?

R: *desde 73*

P: porque veio para Portugal?

R: *marido ganhou contrato “di trabalho, e nós veio p’ra” Portugal.*

P: **o que foi que lhe custou mais, quando começou a vida em Portugal?**

R: *tudo, o racismo, branco não queria nós cá... sorte que nós era um grupinho unido, procuramos morar “tudo junto”, comíamos quase da mesma panela, emprestavamos coisa um p’ra outro, criamos um Cabo Verde “piqueno” a nossa maneira, de noite juntava “nós tudo cabverdiano” pra cantar nossas “morna e coladera”.*

P: como se sente hoje na sociedade portuguesa?

R: *ho! Maravilha, hoje nós tem tudo qui faz falta, cachupa, e tudo tipo di comida, vai a super mercado e encontra tudo, até restaurante caboverdiano tem! Música di Cabo Verde então...genti sente em casa.*

Encontramos na primeira entrevista dificuldades acrescidas pelo facto Da nossa entrevistada ter enfrentado o preconceito de uma forma isolada . Na segunda entrevista, o facto de estarem em grupo e identificarem-se pela história de vida, cultura, língua, e sofrimento, enfrentaram o racismo de uma forma mais amena, ao mesmo tempo que refaziam a sua identidade, com novos padrões e sob novos paradigmas. A citação que fazemos a seguir confirma mais ou menos o que dissemos : «*entre populações imigrantes com menos recursos, rotinização e aprendizagem são facilitadas pela rápida construção de um ambiente comum menos desconhecido nomeadamente por via da participação em redes de interacção intra migrantes ...territorializadas (sobretudo no domínio residencial)*⁶⁶ ».

Um outro aspecto muito importante a considerar na luta contra o racismo, que mais não é do que uma forma de rejeição por parte da comunidade de acolhimento, é a motivação que o imigrante tem dentro de si. Por outras palavras diríamos que não depende só do grau de abertura que os actores da comunidade de acolhimento concedem ao imigrante. Depende ainda da forma como este se “apresenta” a si e aos seus objectivos. A postura face à firmeza dos seus objectivos funcionará como que um “passe” nos meandros sociais instituídos. «*a dinâmica do reconhecimento em torno das procuras de afirmação do “self” pelos imigrantes e, em particular , da construção de estereótipos de tipificação e da fixação dos seus resultados em modos de categorização...depende sobretudo da solução para o problema de pertença colectiva em que desembocam os jogos sociais, no plano identitário, entre imigrantes e autóctones*».

Dra M. M. tem 56 anos de idade, nacionalidade portuguesa, natural de Angola

P: há quanto tempo vive em Portugal?

R: desde 1991

P: porque veio para Portugal?

R: *porque a guerra nunca mais terminava e a vida estava cada vez mais difícil.*

P: qual a sua formação de base e o que fazia em Angola?

R: *tenho o curso de farmácia, e trabalhava na farmácia do Hospital Américo Boa Vida.*

P: como foi o seu período de integração em Portugal?

R: *foi extremamente difícil. Valeu-nos o facto de já haver uma comunidade “afro” em Lisboa já bastante organizada e acolhedora que me apoiou a mim e aos meus, em todos os aspectos, desde o aspecto habitacional até emocional.*

P: como foi a sua integração na área profissional ?

R: *hahahah, desculpe eu costumo rir-me para minimizar a dor que até hoje ainda sinto. Imagina que eu tive que ir trabalhar para as obras, carregar baldes de massa? Valeram-me uns jovens que lá andavam, e que sempre prestáveis diziam-me “tia vai com calma, tia nós ajudamos” eu era a kota deles, fui muito acarinhada, mas foi duro demais.*

P: já não trabalha nas obras, como conseguiu dar o salto?

R: *felizmente não. Foi só enquanto aguardava pela equivalência. Tive que voltar para a escola, fazer mais dois anos de curso. Prometi a mim mesma que iria conseguir um diploma, lutei com todas as forças e consegui. Hoje trabalho como farmacêutica. Contrariados, e alguns até em tom de zombaria, mas que remédio...chamam-me doutora. Consegui...*

P: sente-se integrada na sociedade portuguesa?

⁶⁶ PIRES, Rui Pena. *Migrações e Integração*. Editora Celta Oeiras, 2003. (p.95)

e se prolonga. A desagregação dos laços profissionais acaba por se estender a outras esferas da vida. Rompem-se os laços com os amigos, as redes de relações desmoronam-se, a própria família deixa de ser integradora. Emerge a solidão, o isolamento, o “ficar de fora”, a perda do “laço social”, a “desqualificação social”. Que dizer dos imigrantes africanos, que pela sua natureza de *estranhos* em inserção na sociedade de acolhimento são um dos grupos mais vulneráveis expostos à condição de trabalhadores sazonais, mal remunerados e sem vínculo laboral, quando os autóctones passam e sofrem de desemprego e exclusão? Os imigrantes ilegais, encontram-se em situação pior que os primeiros, são excluídos em todas as áreas que se referem a direitos civis, políticos e sociais. O autor acima citado refere que os excluídos nem sempre estão fora do sistema, pelo contrário, estão “acorrentados, subjugados” a ele, « *com os mais fortes laços às piores situações de existência marginal* ». Podendo neste caso a exclusão não ser uma situação de isolamento, mas de limitação do acesso à condição e cidadania.

A casa, um dos envelopes ecológicos do homem, seu nicho, representa para o imigrante muito mais do que um valor material, adquire um valor simbólico, cultural e social. A habitação é um dos indicadores de desigualdades e de exclusão usada para “posicionar” o grau de elevação social do imigrante. A posse da casa própria indica *status*, segurança, e alimenta outros aspectos da vida do imigrante. O racismo, a discriminação, a rotulagem, conduzem à exclusão social, que no caso da habitação, levam à criação de bairros marginais, em que os excluídos se sentem à margem de direitos, regalias e não só negligenciam os deveres que têm, com se acham com direito de criar uma sociedade paralela à instituída, com leis próprias e comportamentos que fomentam a *rotulagem* de que muitas vezes são vítimas.

Os autóctones, movidos por sentimentos xenófobos (medo de conviver com desconhecidos), vetam a entrada aos negros nos seus bairros habitacionais, forçando-os a segregarem-se em bairros que rotulam de marginais, quando muitas vezes essa marginalidade só ocorre, em consequência da má interacção entre os autóctones e os imigrantes. Os habitantes dos bairros *excluídos*, « *em presença de um controlo social que os estigmatiza e rotula de forma negativa constroem os seus espaços sociais de identidade pessoal e colectiva*. Ainda hoje em Olhão, depois de 30 e mais anos de convivência com negros, em que estes deram provas de sociabilidade e civismo, ainda há o preconceito de “*não quero pretos a morar ao pé de mim*”. Ainda se muda de casa quando se descobre que o vizinho da frente é preto, independentemente do seu *status* sócio-económico. Por outro lado, há construtores que preferem ter as suas casas por vender, do que vendê-las a negros. Ouve-se com frequência: “*ter negros por aqui, iria prejudicar o bom andamento das vendas. Não se importa de esperar algum tempo? nós reservamos-lhe a propriedade, e quando estiver tudo vendido, então os senhores podem vir morar, nós não somos racistas, mas sabe... Entretanto se conseguirem casa noutra lado...estejam à vontade nós não levantaremos qualquer problema*”...». A Quinta da Margarida em Olhão, é um bairro que esteve vedado aos negros. “*os grupos sociais criam o desvio ao fazerem as normas, cuja infracção constitui o próprio desvio, e ao aplicarem estas normas a determinados indivíduos e ao rotularem-nos como marginais (outsiders)*”. Deste ponto de vista, o desvio não é uma quantidade de acto que a pessoa pratica, mas antes a consequência da aplicação por parte dos outros, das normas e das sanções ao desviante”.

Os Bairros do Largo da Feira, dos Índios, e das Panteras Cor de Rosa por exemplo, são os bairros onde os imigrantes são socialmente aceites. É onde os seus filhos crescem acreditando serem inferiores (principalmente) aos brancos, e por isso muitas vezes

R: integrada em Portugal...dentro da comunidade “afro”. Fora dela, esforço-me para ganhar o pão.

No plano laboral o racismo tem igualmente significado, quer no que toca a admissões como em relação a promoções. Com excepção dos sectores públicos onde se as qualificações profissionais são reconhecidas e, por concurso público se adquire a posição para que se concorreu ascendendo posteriormente na carreira, o mesmo não se pode dizer do sector privado, ou mesmo a partir de um determinado nível da carreira pública, onde a ascensão depende de nomeação. Os trabalhadores pertencentes às minorias étnicas independentemente das suas competências, valorização profissional, dificilmente ascendem a posições de topo nas empresas. Giddens chama de “*tecto de vidro*” à barreira que os impede de chegar ao topo. « *um relatório recente do Congresso da Federação de Sindicatos ...intitulado “qualificar para o racismo”(2000) salienta que o fosso no exercício de cargos de gestão e supervisão existente entre brancos e não brancos, ampliou-se de forma velada durante os anos 90. Neste congresso pediu-se a observação obrigatória de todos de forma a evitar a discriminação racial contra negros altamente qualificados cujas hipóteses de promoção estão a ser restringidas devido à sua etnicidade...* ».

5 – Exclusão

Não tenho a certeza que seja possível erradicar todas as formas de pobreza e de exclusão social. Mas isso não torna a pobreza aceitável, nem nos dispensa de mobilizar todos os meios ao nosso alcance para reduzir significativamente a sua amplitude e a profundidade dos seus efeitos.

Jorge Sampaio

Carvalho Ferreira (*et al.*) define exclusão como sendo o oposto da integração social. Pretende captar as desigualdades entre indivíduos, dentro de uma ou mais escalas. Do ponto de vista sociológico, a exclusão abrange uma multiplicidade de níveis que se enquadram nos conceitos de exclusão absoluta e exclusão relativa. Definir o que constitui um modo de existência normal num dado país, é saber analisar a nova questão social...*daqueles que ficam de fora do processo e das estruturas produtivas, primeiro, e depois sociais, na condição de desempregados, idosos (Pobreza e Exclusão, pag.18)*, acrescentamos os imigrantes. «...define exclusão social como a fase extrema de um processo de marginalização, entendido este como um percurso descendente ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade»⁶⁷. Essas desigualdades podem ser a nível económico (emprego, rendimento, profissão), social (impossibilidade de participar em organizações ou instituições, associações desportivas e recreativas), política (excluído de votar e ser-se eleito); escolares (impossibilidade de educação e de condições de sucesso). O rendimento económico é responsável pelo maior número de excluídos socialmente ou os habitualmente denominados de pobres. Capucha (p.18) descreve a exclusão assim: «*A velha pobreza era apanágio dos que não acompanhavam o progresso. A nova pobreza resulta do progresso económico...a angústia individual resultante do risco de desemprego, da fraca implicação na vida colectiva, da perda progressiva da identidade profissional quando o desemprego surge*

⁶⁷ COSTA, Alfredo Bruto. *Exclusões sociais*. Fundação Mário Soares. Editora : Gradiva. (1ªedição) Lisboa, 1998.

roubam roupas de marca para parecerem semelhantes a eles; usam de violência para se fazerem respeitar “*constroem a própria realidade desviante, em que definem as modalidades de desvio comportamental que melhor se lhes adequam...a diversidade de desvios considerados altamente disfuncionais para a sociedade*”, para eles não passam de uma forma de reacção social⁶⁸.

O baixo poder económico dos imigrantes, é um facto incontornável, mas nem sempre é o condicionante da escolha do local da habitação. Pelo que podemos observar, o factor cultural exerce um poder consideravelmente mais significativo na escolha. Para o imigrante que chega, um bairro de imigrantes contém inúmeros sinais com que se identifica, e a proximidade de outros imigrantes transmite segurança e tranquilidade. A adaptação é serena. Os imigrantes dos PALOP manifestaram-se várias vezes sobre a necessidade que sentem de viver em comunidade, onde se partilham infortúnios e se tem uma mão amiga, mesmo que para isso tenham que viver em condições abaixo do nível desejado, a vida entre os seus tem outras compensações. É um factor cultural, explica-nos Edward T. Hall⁶⁹, a forma como o homem percebe o meio circundante / realidade exterior, a língua que fala e como a fala na interacção com outros. Depois de ter realizados estudos a cidadãos de algumas culturas, o autor concluiu que « *a cultura modela a percepção do mundo. A cultura é uma realidade oculta que escapa ao nosso controlo e constitui a trama da existência humana. E mesmo quando certas áreas da cultura afloram à consciência, é difícil modificá-las, não só porque se encontram intimamente integradas na experiência individual, mas sobretudo porque nos é impossível ter qualquer comportamento significativo sem passarmos pela mediação da cultura* ».

Só assim se entende que muitos imigrantes africanos, mesmo tendo possibilidades de habitar em bairros com melhores condições, preferiram continuar junto dos seus companheiros de imigração, por se sentirem “no seu mundo.” É junto dos “seus” que a maioria dos imigrantes africanos constrói o seu espaço pessoal, a sua territorialidade. Brower (1980) considera *territorialidade* como o elemento chave para a regulação social nos processos de apropriação do espaço⁷⁰. Giffier (1987) denomina de *territorialidade* o padrão de conduta e atitude sustentada de uma pessoa ou grupo, baseado no controle percebido, intencional ou real de um espaço físico definível, objecto ou ideia que pode conlevar a ocupação habitual, defesa da personalização e sinalização. A territorialidade está directamente relacionada com a socialização (vimos este aspecto ao tratarmos da assimilação). Depois de adquiridos e interiorizados aspectos culturais, instituições como a família e os amigos, os vizinhos, estão muitas vezes acima de qualquer conceito de elevação ou bem estar social. É sem dúvida um alívio para a comunidade de acolhimento que considera a presença de imigrantes africanos nas suas zonas habitacionais uma ameaça à paz social. Por outro lado a crescente onda de xenofobia que se tem revelado com a criação de grupos de extrema

⁶⁸ FERREIRA, J.M. Carvalho, et al. *Sociologia*. Editora : McGraw-Hill. Portugal /Alfragide, 1995.

⁶⁹ HALL, Edward T. *A Dimensão Oculta*. (tradução de Miguel Serras Pereira). Editora : Relógio D'Água. Lisboa, 1986.

⁷⁰ Valera, Sergi. *In Psicologia Ambiental*. (Emocion y ambiente). Madrid : editora Pirâmide, 1998.

direita que aproveitam todas as oportunidades para através de actos ou palavras, expressar publicamente sentimentos racistas e ameaças às minorias étnicas, aumenta a insegurança destas, forçando-as a segregarem-se como forma de garantir segurança e muitas vezes cair no outro extremo, criando grupos marginais em resposta às ameaças de que são alvo.

GLOBALIZAÇÃO

1 – Introdução

Sendo as migrações a mobilização espacial, o aspecto da globalização que alargou e facilitou esta mobilização é uma abordagem incontornável.

Anthony Giddens ao tratar deste tema começa por relacionar o *local* com o *global* lembrando como, em tão curto espaço de tempo, a nossa vida deixou de ser vivida a nível do primeiro e passou a ser vivida no global. Malcolm Waters define-a como sendo *um processo social através do qual diminuem os constrangimentos geográficos sobre os processos sociais e culturais e em que os indivíduos se consciencializam cada vez mais dessa redução*. Antes da Revolução Industrial, as grandes navegações e descobertas marítimas que permitiam ao homem europeu ter contacto com outras margens, já se pensava como fazer crescer a riqueza sob o lema “*dilatar a Fé e o Império*” preferencialmente encurtando as distâncias. A máquina a vapor veio ajudar a rasgar com maior segurança e rapidez *mares nunca antes navegados*. Séculos depois as tecnologias da comunicação, assinalam a passagem à 3ª Vaga em que inter-relacionam-se elementos variadíssimos que nos conduzem a uma tecnologia que vai desde as vias rápidas, os TGV’s (train à grand vitesse), os aviões, dando uma reviravolta na economia e em todo o sector terciário. «*Os serviços desalojam gradualmente a indústria do seu papel como principal fonte de riqueza. Em vez de se trabalhar numa siderurgia ou numa fábrica de automóveis, o trabalhador típico da sociedade de informação está empregado num banco, numa empresa de software, num restaurante, numa universidade, ou numa instituição de serviço social...o papel da informação e da inteligência está corporizado nas pessoas e nas máquinas cada vez mais “espertas” ...o trabalho intelectual tende a substituir o trabalho físico*» (Fukuyama, 2000, p.17).

As mais avançadas tecnologias aconteceram praticamente no período da nossa geração (três últimas décadas). O exemplo do supermercado referido pelo autor, foi para demonstrar como a globalização é um fenómeno que nos afecta a todos, por mais distraídos ou pacatos cidadãos que sejamos. A globalização é um processo que nos torna cada vez mais interdependentes nas relações sociais no espaço em que estamos inseridos e a nível global. Acaba por nos (en)globar em variados aspectos do nosso quotidiano e, por incrível que pareça, a cada dia surgem novas áreas que nos “ligam” a cidadãos ou situações do lado oposto do mundo. Cada vez mais os nossos actos têm um maior e mais rápido alcance e beneficiam ou prejudicam um maior número de pessoas a uma distância cada vez mais longínqua. Somos cada vez mais cidadãos do mundo, partilhamos emoções em simultâneo, com povos e nações que até então nem sequer sabíamos que existiam. O exemplo mais recente da partilha de emoções em simultâneo, foi a quando dos ataques terroristas do 11 de Setembro e do 11 de Março. A autora deste trabalho encontrava-se numa remota roça em S.Tomé e Príncipe, quando pode ver em directo imagens por satélite dos ataques terroristas. É indescritível a sensação, mesmo que por pequenos momentos, de que vivemos todos num mesmo “globo”, ricos e pobres, choramos da mesma maneira, lágrimas semelhantes e em simultâneo. Uns na roça, sem pão nem água corrente, outros em Madrid. Waters faz um interessante resumo do que Giddens define por globalização (p.48) : « *A globalização pode assim ser*

definida como a intensificação de relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distancia, e vice-versa».

No prefácio da obra *Globalização Fatalidade ou Utopia*, em jeito de definição, o autor conceitualiza Globalização como sendo « *um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, dos sistemas produtivos e financeiros, à revolução das tecnologias e práticas de informação e de comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou refugiados ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo [...] esta diversidade...é o produto de uma negociação conflitual e de resultados relativamente indeterminados entre o que é concebido como local ou endógeno e o que é concebido como global e exógeno, entre rupturas e continuidades, entre novos riscos e velhas seguranças, entre mal - estares conhecidos e mal - estares desconhecidos, entre emergências e inércias».* As tecnologias da informação são os reguladores da globalização. Transportam os palcos de guerra para dentro dos nossos lares, estuda-se e trabalha-se por Internet. Na obra de Martin e Schumann (*A Armadilha da Globalização*) encontramos um exemplo gigantesco do trabalho por Internet, John Gage da empresa Norte americana *Sun Microsystems*, a quem foi perguntado quantos empregados tinha na sua empresa, respondeu “*dezasseis mil, o local da terra onde vivem é perfeitamente indiferente*”. Waters cita Rosenau (p.29): «*Foi a tecnologia que alterou profundamente a dimensão em que ocorrem as actividades humanas, permitindo que as pessoas façam mais coisas ao menos tempo e com uma repercussão maior...foi a tecnologia que criou uma interdependência... entre as comunidades local, nacional e internacional*».

2 – Factores que Contribuíram para o Fenómeno Globalização

Factores económicos em primeiro lugar e as tecnologias da informação e comunicação em segundo lugar. Depois destes encadearam-se muitos outros consequentemente. Cremos que os interesses económicos alimentam a tocha que busca insaciavelmente novos mercados consumidores, que descongestionem a saturação dos mercados dos países industrializados. A globalização económica assenta nas interacções transaccionais. A globalização, como as migrações e muitos outros fenómenos sociais e económicos, assim como não têm propriamente um início, são fenómenos de encadeamento, de que dificilmente se enumerarão causas concretas, é um processo dialéctico ao qual se associam factores desencadeantes. “ *A globalização é uma palavra que indica, não interpreta ou sintetiza...sinaliza uma nova realidade empírica*”.⁷¹

Como factores desencadeantes do fenómeno *globalização* estão as acções económicas das empresas multinacionais que produzem bens e serviços comerciais, instaladas em vários países do mundo e que dominam a economia mundial, através do seu sistema financeiro, investimento e produção à escala global. Algumas multinacionais nos são familiares desde os primeiros dias das nossas vidas. Em aldeias remotas do interior de Angola, há mais de quarenta anos, circulavam por lá carros com colunas de som anunciando e oferecendo produtos como o óleo *Johnson's*, bisnagas de *Colgate*, sabonetes da *Palmolive*, enquanto serviam à criançada copos da refrescante e deliciosa bebida *Coca - cola* . Como crianças que éramos, apreciávamos o gesto de simpatia e

⁷¹ Fortuna Carlos / Silva Augusto Santos. *Globalização, Fatalidade ou Utopia*

bondade destas companhias, estando nós muito longe de imaginar que por trás do gesto, havia multinacionais, que trabalhavam no sentido de **dominar** o mundo. Saberia o produtor de uma destas marcas que havia algures no então “terceiro mundo” uma aldeia chamada Quéssua onde estavam a ser comercializados os seus produtos? Claro que não! Dispensava este pormenor uma vez que a missão estava encomendada à Europa através de Portugal e ainda hoje é assim. O processo produtivo mundial é património de um conjunto de corporações. Cada poderoso tem os seus domínios. Estados Unidos da América espalham os seus tentáculos mais directamente para o Canadá, México e América Latina; o Japão prolonga-se pela China, as Coreias, e resto da Ásia; a Europa com a África (Boaventura , pag. 35). Grosso modo diríamos que o “*eixo*” da economia mundial assenta nestes três pólos.

Os Estados Unidos da América foram os pioneiros na expansão globalizante a seguir à Segunda Guerra Mundial, quando as empresas americanas começaram a expandir-se para várias partes do mundo, o Japão e a Europa seguiram-lhe o exemplo em anos seguintes. Mas antes disso, tal como aconteceu na era pós Revolução Industrial em que houve um excedente de produção e a busca de novos mercados consumidores foi a solução para a recessão, a globalização começou por ser uma forma de escoamento dos excedentes, de busca de expansão internacional. Entretanto, surgiu a necessidade de baixar os preços dos produtos considerados caros por incluírem custos alfandegários. Resolveu-se que a instalação de filiais em várias partes do mundo, preferencialmente em países em que não houvesse a preocupação com as leis locais, chegando a exigir zonas francas, e que pudessem usufruir de mão-de-obra, matérias primas e energia mais baratas. Em se tratando de países europeus em que as leis sejam incontornáveis, beneficiam de incentivos fiscais, mão-de-obra mais barata, aproveitando a modernidade que estes países lhes podem oferecer, como sejam as facilidades de escoamento da produção, as redes de comunicação (Internet para pagamentos e outras comunicações), as redes bancárias para os pagamentos e transferências bancárias, etc.

Se olharmos para trás, veremos que há pouco mais de uma década, as únicas Organizações que “atravessavam” e uniam as nações eram as tradicionais Nações Unidas, Comunidade Europeia e poucas mais, hoje, as políticas económicas “armadilharam” o mundo de tal maneira, que até as fronteiras se têm vindo a diluir pela força da globalização. Depois do fim da guerra fria, o antigo bloco do Leste teve forçosamente que se deixar envolver nas teias da globalização, para poder sobreviver economicamente. Caíram as cortinas do secretismo e autoritarismo soviético e, embora contrariados, passaram a dialogar, abandonando as políticas económicas de planeamento centralizado. A globalização acontece independentemente das fronteiras nacionais, criando uma nova ordem global, em que as forças económicas, subtilmente se estão a sobrepor à autoridade dos Estados. Questões vitais como as económicas e ambientais praticamente deixaram de ser tratadas a nível nacional e passaram a ser resolvidas a nível global por entidades como : OMC, o FMI, o BM, a U.E., a nível regional e outras. A ONU hoje é pouco mais do que um organismo decorativo, o poder económico das super- potências através do seu voto, cada vez mais têm vindo a condicionar o poder decisório e o campo de acção de cada Estado.

3 – A Globalização e as Tecnologias da Informação e Comunicação

A sociedade da informação e do conhecimento coloca novos desafios e exige de todos o domínio de novas competências; é imprescindível que camadas tão amplas quanto possível da população adquiram um conjunto de competências básicas em tecnologias da informação que lhes permitam, em última análise, um exercício pleno dos seus direitos de cidadania... »

Dec. Lei nº 140 /2001

As tecnologias da informação e comunicação, tema emergente e em permanente desenvolvimento, comandam a nossa “era” e por isso mesmo estão na agenda dos governos atentos, porque o descaso face a um instrumento que desempenha um papel tão importante e estruturante nas sociedades modernas, equivaleria a uma declaração de exclusão. As tecnologias da informação e da comunicação são as responsáveis pelas hiperligações em torno de sectores tão importantes como a economia, a política, a área social e cultural. Um dos aspectos importantíssimos da cultura dos povos é a educação, área em que as novas tecnologias da informação trouxeram novas abordagens que, em alguns casos, colidem com as práticas tradicionais e, em outros, coexistem com as já existentes. A preciosa capacidade intelectual, graças às tecnologias é premiada com a criação de condições de internacionalização da educação contribuindo inegavelmente para o desenvolvimento científico. A internacionalização aumenta a competitividade que tende a elevar a qualidade e a diversidade de áreas tecnológicas. Desta feita, o mundo em que hoje vivemos carrega consigo um carácter excludente, porque cada vez menos a integração social se deve buscar nos governos e instituições a ele adjacentes, mas sim no plano das competências individuais. Não entraremos em contradição por afirmarmos que o combate à exclusão parte da implementação de políticas públicas e de remodelações de instituições que comportem no seu alforge acções planeadas e medidas de longo alcance. A escola será o campo privilegiado da sua operacionalização, cabendo-lhes (governo e instituições adjacentes) em última fase, proporcionar igualdade de oportunidades de acesso à escola de todos os cidadãos, cabendo depois a cada indivíduo exercer a força do seu querer, conjugar a vontade às suas competências individuais. A globalização das tecnologias da informação e da comunicação, no campo da educação, fizeram surgir novo paradigma educacional, que muito rapidamente foi “apreendido” pelos mais atentos das novas gerações, pautado na ideia de que um mundo globalizado pressupõe a eliminação de barreiras em todas as dimensões, destruindo antigos parâmetros que serviam de referência, da vida social e das actividades humanas em geral. Espera-se ansiosamente que esta nova geração de cientistas, que deixou de “ver” o mundo a nível de nações e de povos, passe a vê-lo apenas como global (sendo a globalização incontornável) e que consiga igualmente conceber modelos educacionais neste novo paradigma do ordenamento social global em que a ciência e a técnica em constante transformação deixem de ser património de um punhado de homens com saberes acumulados e sejam capazes de construir uma nova concepção da ciência, sem permitir que se concretize o tão anunciado “fim da sociedade do trabalho”.

A contradição surge quando todo o resto muda a uma velocidade vertiginosa, menos no campo das práticas pedagógicas, onde os currículos continuam a ser longos e específicos quando deveriam ser mais interdisciplinares, mais curtos e mais globalizados. O ensino é cada vez mais caro, tornando-o cada vez mais inacessível a muitos cérebros

promissores; o mundo académico continua a criar e manter cursos “decorativos”, adornando a sociedade de *doutores* desempregados; os cidadãos europeus, que vivem numa Europa sem fronteiras, poucos benefícios têm obtido do facto. O aspecto financeiro tem sido a maior das fronteiras na área educacional. Por outro lado continua a ser exigida aos jovens licenciados experiência profissional, ao mesmo tempo que se exige durante a licenciatura uma rígida presença física nas aulas, quando muitas das aulas poderiam ser *online*. O ensino à distância poderia beneficiar um maior número de cidadãos europeus. Criou-se um parlamento europeu, há um presidente europeu, há uma moeda única europeia, há políticas europeias comuns em tantas áreas, está-se na fase de implementação do Processo de Bolonha, mas o ensino *online* a custo acessível, libertando os estudantes (principalmente os que buscam a pós graduação), das pesadas limitações de tempo e espaço típicas das escolas em que a presença formal, não é sinónimo de melhor transmissão de conhecimento e aprendizagem.

4 – O Impacto da Globalização na Área Social e Cultural

4.1 – A globalização e Desigualdades Sociais.

Tendo o nosso trabalho como objecto de estudo a análise dos modos de integração, em que está implícito o processo de inclusão/exclusão dos imigrantes africanos no Algarve, o aspecto social que a globalização acarreta, é incontornável. Waters⁷² sublinha o fim do domínio europeu e início duma nova era civilizacional que intitula de : *a idade da civilização global*. Tal como os outros autores, é categórico em afirmar que nesta idade da civilização global um dos acontecimentos mais marcantes é *a confrontação emergente e acesa entre nações ricas e nações pobres* (pag. 63). « ...o capitalista procura romper as fronteiras nacionais estendendo os meios de transportes e comunicações aos pontos mais inacessíveis do planeta, tentando expandir os mercados pelo mundo e apropriar-se de quotas cada vez maiores de força de trabalho...internacionaliza os padrões associados de relações sociais, isto é, internacionaliza as classes [...] o sistema de internacionalização de classes, consiste em conflito entre Estados : à medida que nos países centrais uma classe trabalhadora se vai “aburguesando”, na periferia desenvolveu-se um proletariado do terceiro mundo. Mas dentro das próprias sociedades industrializadas a globalização tem vindo a introduzir novas formas de vida social. Pedro Hespánha⁷³ distingue-as como «...modernidade tardia, pós modernidade, segunda modernidade, modernização reflexiva, sociedade global...». O comum em todas elas é o facto de deixar de se ter certeza no futuro e viver-se em permanente incerteza e risco. A incerteza gera insegurança e esta gera comportamentos inesperados.

Não tem sido tarefa fácil para os sociólogos definir desigualdades sociais. Elas existem e sempre existiram. Praticam-se desigualdades em relação ao sexo, categoria sócio-

⁷² WALTERS, Malcolm. *Globalização*. (Tradução do inglês : Magnólia Costa e Ana Bela Rocha). Celta Editora. Oeiras, 1999.

⁷³ CHOSSUDOVISKY, Michel. *A Globalização da Pobreza*. (trad. Ana Saldanha). Editorial Caminho. Lisboa, 2003. P.165

profissional, raça, etnia, etc. Carvalho Ferreira⁷⁴ sublinha a dificuldade que existe em *interligar* todas estas variáveis e proceder a uma análise explicativa. Não obstante, define desigualdade social como sendo *o grau desigual de acesso a bens, serviços ou oportunidades, cuja raiz explicativa se encontre nos próprios mecanismos da sociedade*. Giddens⁷⁵ prefere usar o termo *estratificação social* e define-a como sendo o acesso diferente, desigual, que indivíduos ou grupos de indivíduos gozam as recompensas, de acordo com a sua posição no esquema de estratificação. Este autor define quatro estratos principais : *a escravatura, a casta, os Estados e, finalmente, a classe*. Por já termos abordado os estratos sociais, escravatura e Estado em momentos de análise anteriores, nos cingiremos apenas na definição da última, a *classe*, que o autor define como *um grupo grande de pessoas que partilham recursos económicos comuns que influenciam fortemente o seu estilo de vida*. Para este autor a riqueza e a ocupação profissional constituem as principais bases de diferença entre as classes. Para Karl Marx classe é um grupo de pessoas com uma posição comum face aos meios de produção, meios esses, pelos quais se ganha o pão. Max Weber, partindo da análise do seu antecessor Marx, amplia-a e vai mais longe concordando com o seu antecessor na teoria de que a sociedade se caracteriza por conflitos pelo poder e pelos recursos. Assim sendo considerou três aspectos diferentes : o partido, o status e as classes. Ao contrário de Marx que bipolarizou a sociedade entre a classe que detinha os meios de produção e a que se servia deles para ganhar o pão, Weber alargou o leque considerando as múltiplas interações entre os vários intervenientes no processo de estratificação social. Weber não relaciona tão directamente os actores sociais com os meios de produção, considera haver formas de riqueza à margem destes. Entra já no âmbito das qualificações profissionais, as posições que se ocupam, fala nos cargos de gestão no mercado económico, no *status*. Define-o como uma posição/condição, dos vários grupos sociais, em matéria de honra e prestígio que lhes são conferidos.

O autor Littlejohn, considera que a globalização não só internacionalizou os mercados financeiros e económicos, como também internacionalizou o tipo de relações entre os vários actores intervenientes nestes processos. E fala da divisão internacional do trabalho entre as várias sociedades em que se observou um desenvolvimento rápido de alguns dos países em vias de desenvolvimento e que se tornaram novos países industrializados. A globalização da economia e de capitais, teve de se fazer acompanhar da globalização da mão-de-obra. Chegamos ao ponto principal do nosso objecto de estudo, a integração das classes sociais que resultam desta deslocalização da mão-de-obra no que se refere aos africanos dos PALOP. A globalização de capitais, dificilmente transforma pobres em ricos. As nações pobres por onde passa a globalização, continuam a ser pobres e continua a confrontação entre nações pobres e nações ricas. A mão-de-obra imigrante que parte de um país (pobre) em condições de desigualdade sócio-económica, no país (rico) de acolhimento continuará em situação de desigualdade sócio-económica, salvo se, *outras dimensões da vida social como formação académica ou profissional, condição e aptidão física, e outras da vida social* lhe confirmam posição favorável nas classes privilegiadas da sociedade de acolhimento. Temos observado na sociedade portuguesa em geral, e concretamente em Olhão, que factores como a

⁷⁴ FERREIRA, J.M. Carvalho, et al. *Sociologia*. Editora : McGraw-Hill. Portugal /Alfragide, 1995.

⁷⁵ GIDDENS, Anthony. *Sociologia*, (4ª Edição, traduzida por Alexandra Figueiredo et al) Fundação Calouste Gulbenkian Lisboa, 2004.

formação/instrução, funcionam como elevador social do imigrante. Os atletas/desportistas profissionais, ao contrário dos trabalhadores com formação superior que ao fim de uma vida de trabalho árduo, pouco mais conseguem do que viver com conforto e ter um *status* social, os desportistas, os músicos e alguns artistas, para além de conseguirem destaque na sociedade, têm conseguido tornar-se ricos. Campenhoudt⁷⁶ cita Bourdieu que, para além das classes sociais, analisa a posição da classe ou seja a fracção desta, baseando-se principalmente na origem. Distingue quatro tipos de capital : o capital económico – conjunto dos bens e recursos económicos; o capital social – o conjunto de relações sociais de que um indivíduo dispõe e que está em condições de mobilizar quando sente necessidade de o fazer a que também chama de “as relações” ou “rede social”; o capital cultural – recursos intelectuais e culturais adquiridos ao longo da educação familiar, escolar e dos suportes materiais destes recursos como os livros, títulos que lhe consagram posse (como diplomas) das aptidões, de expressão e de escrita e da maneira de ser, que acaba por ser consequência do capital cultural, porque o autor considera ainda que todos os capitais que citamos, não deverão ser em hipótese alguma *tesouro improdutivo*. O imigrante, como já referimos, dificilmente consegue acumular capital económico, deverá por isso rentabilizar outro tipo de capitais que tiver em sua posse.

4.2 – A Globalização e a Cultura

«Cultura é um termo da moda que incessantemente gera neologismos, sintagmas insólitos [...] realizam associações imprevistas [...] essa proliferação de palavras, simples ou compostas, que resulta em ampliar indefinidamente um campo semântico por si só muito complexo, por certo não é mera expressão da moda; vários indícios provam que, na realidade, ela traduz exigências e preocupações diversas e profundas» (Hell: 1989). Tradição é « ...transmissão oral de factos ,lendas, dogmas de geração em geração; coisa transmitida, memória; recordação; uso; hábito; notícia de facto transmitido oralmente ou por testemunho, que livros sucessivamente publicados confirmam...Cultura : maneiras colectivas de pensar e de sentir; conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança social de uma comunidade ou grupo de comunidades...» (Dicionário da Língua Portuguesa), concluímos que tradição cultural é a transmissão oral de uma cultura de geração em geração.

Sabemos que o tempo, os condicionalismos sociais e muitos outros factores provocam pequenas “erosões e adulterações” nas culturas. Por outro lado, individualmente, ninguém consegue dominar a cultura do seu grupo, os elementos do grupo complementam-se dando cada um o seu contributo para a continuidade da transmissão cultural. Apesar destes factores, a tradição cultural mantém-se viva graças à sua capacidade de se adaptar à complexidade humana fazendo-a assentar numa base paradoxal. «É evidente que o homem integrado num complexo de forças naturais, sobre as quais age e reage, está ao mesmo tempo sujeito a leis sociais – pela sua condição de ser social – sem que isso o impeça de agir e reagir pessoalmente como consequência da sua natureza humana individual, com fins próprios. Do choque de todas estas

⁷⁶ CAMPENHOUDT, Luc Van. *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*. Trajectos Gradiva pp. 163-164.

tendências resulta qualquer coisa que é sempre novo no seu aspecto exterior, embora haja certas constantes na cultura determinadas pela própria natureza do homem. Não há, portanto como creio, leis próprias da cultura que não tenham a sua raiz nas constantes do comportamento humano...» (Dias: 1986)⁷⁷.

A constante na cultura é a natureza humana. O homem mantém a tendência conservadora, por ser um ser sensível, espiritual. Tem respeito pelo que lhe é transmitido, valoriza ou chega mesmo a santificar o que lhe foi transmitido e fez a sua história. Não deixa entretanto de ser um “ser” criativo, inovador. Equilibrando o respeito pelo passado, conservando-o no devido “lugar”, na busca de melhores condições de vida, depara-se com mundos novos e com eles, novos conhecimentos. Apesar das enormes transformações no domínio da técnica, da economia, da estrutura social, do pensamento científico da literatura, da arte, da política, as tradições culturais sobrevivem. É assim que ao longo dos séculos o homem tem conservado as tradições culturais. Na Enciclopédia de Diderot e d’Alembert (segundo Hell:1989), a questão do homem tem a primazia e a ideia de cultura está em destaque, realçando as relações de interacção do homem com as ciências e as artes. São quatro as actividades ou experiências fundamentais para a vida do homem (mencionadas pelo Antropólogo) entre o nascimento e a morte: comer, morar, falar / comunicar-se, amar. Acrescentaremos uma quinta: o “fazer”, cuja importância está documentada na Enciclopédia de forma dupla: o homem sente necessidade de fazer, de produzir; esta tendência atávica insere-se agora num vasto projecto cultural, em escala **global**, que consiste em unir, num mesmo processo evolutivo, o experimentar, o fazer e o conhecer. A cultura caracteriza-se em primeiro lugar pelo conjunto de realizações, devidas ao espírito e à mão-de-obra do homem fazendo, produzindo, o homem faz-se e produz-se a si próprio.

Outro factor não menos importante que contribui para a conservação das culturas é a *institucionalização* dos seus princípios. Jorge Dias define instituição como complexos integrados por ideias, padrões de comportamento, relações de convívio e, muitas vezes, um equipamento material organizado em torno de um interesse socialmente reconhecido. Citado por Jorge Dias (*Antropologia Cultural*, p.146), Robert Morrison MacIver, diz-nos que pode chamar-se instituição a qualquer coisa instituída socialmente, até mesmo uma pessoa, quando várias gerações passam por ela, e ela se mantém sempre no mesmo lugar e desempenhando as mesmas funções. É frequente chamar-se instituição a certos traços da vida social que perduram através de gerações biológicas, ou àquelas que sobrevivem a grandes transformações que aparentemente lhes deviam ter posto termo, (revoluções, guerras e no caso concreto a globalização). É uma consequência da natureza conservadora do homem que fica tenazmente arraigado a hábitos e velhas formas de vida. Olhando para a capacidade criadora do homem, isso parece-nos um paradoxo, mas como já vimos os dois princípios característicos da vida social, o estático ou conservador e o dinâmico ou progressista, radicam o princípio conservador para que as instituições passem de geração em geração.

Alguns autores dividem as instituições em *regulativas* ou *primárias* e *operativas* ou *secundárias*. «São regulativas ou primárias as instituições cujas funções têm uma importância vital para a sociedade. São elas que controlam determinados sectores do comportamento dos membros de cada sociedade, como: a família, a propriedade, a

⁷⁷ DIAS, Jorge. *Antropologia Cultural*. Castoliva editora, Lda.1968.

religião, o estado, o ensino. Operativas são as instituições às quais se atribuem funções mas restritivas ... e durante períodos limitados de tempo com é o cargo e Presidente da República e outros.

Os autores Carlos Fortuna e Augusto Silva⁷⁸, falam em *hibridação cultural* ou terceiras culturas, e atribuem estes termos ao fenómeno resultante da globalização cultural, ou seja ao fruto da complexidade da interacção social principalmente no espaço urbano, em que actores das mais diversas culturas, se reúne num mesmo espaço, e parafraseando Edward Hall, todas as acções do ser humano passam pela sua cultura. A globalização tem reunido num espaço tão pequeno como a cidade de Olhão, pessoas de todos os quadrantes do mundo, que por razões diversas, se vêem forçadas a interagir umas com as outras. Por mais fortes que sejam as culturas, a “contaminação” será sempre inevitável.

4.2.1. Padrões Culturais

A influência que a sociedade exerce sobre o indivíduo não deixa de ter os seus efeitos sobre a cultura. Jorge Dias denomina *Padrão Cultural* à feição típica que os elementos ou complexos tomam dentro de uma cultura. «*As formas de certos objectos, certas maneiras de agir [...] o comportamento dos individuos em determinadas situações obedecem sempre a modelos legados pelo passado. Estes padrões ideais moldam toda a actividade cultural e são eles que dão carácter às culturas*».

4.2.2. Dinamismo Cultural

4.3. Paralelismo ou Invenção Independente

Ao longo dos anos de estudo das tradições culturais, os etnólogos têm encontrado situações de elementos ou complexos culturais idênticos em culturas distantes e geograficamente separadas. Estes casos acontecem quando a mesma necessidade, ou causa, surge simultaneamente nestas culturas. É da necessidade que surge a criatividade, assim sendo, assiste-se a duas invenções simultaneamente em duas culturas. A este fenómeno dá-se o nome de *paralelismo*.

4.4 – Aculturação

Jorge Dias define aculturação como sendo o resultado dos contactos de cultura realizados entre as chamadas nações civilizadas e as civilizações chamadas primitivas. É uma forma especial de difusão que se caracteriza pela violência do processo. Os contrastes entre as culturas é que determinam esta violência. Uma cultura de evolução lenta e com um nível técnico muito baixo visitada por uma cultura de evolução vertiginosa e elevado nível técnico causaria processos de desintegração e reintegração

⁷⁸SANTOS, Boaventura de Sousa. *Globalização : fatalidade ou Utopia?* (2ª edição). Edições Afrontamento. Porto 2002. p433

sociais. Imagine-se que Margaret Mead ao visitar Samoa tentasse difundir algumas práticas culturais americanas, certamente teria provocado forte desestabilização cultural. Mas o inverso também acontece. A cultura dita civilizada também se sente violentada perante o atraso tecnológico da outra cultura. Se retomarmos o exemplo de Margaret Mead nas ilhas Samoa, pelas suas descrições, facilmente percebemos o choque que ela sofreu. Por outro lado, não são só as culturas menos evoluídas tecnicamente que tendem a absorver as práticas culturais das civilizações industrializadas, como pensam os ocidentais que “...entre gente remota edificaram novo reino...dilatando a fé, o império e as terras viciosas de África...” (*Os Lusíadas*), o inverso também se verifica. “*Os Barões assinalados*” não apenas deixaram lá a sua influência, como também foram fortemente influenciados e trouxeram costumes africanos e orientais. Os hábitos alimentares, vocabulário (a 8ª edição do dicionário de Português da Porto Editora já traz palavras como “bunda” e “bué”), no sotaque, nos gostos musicais. As civilizações industrializadas não estão imunes à aculturação.

5 – Dinamismo Cultural ou Globalização?

5.1 – Conceito de Dinamismo Cultural

Entendemos por dinamismo cultural as transformações que uma cultura sofre ao longo dos tempos. Por mais rudimentar e estática que uma cultura nos pareça, como já vimos, nunca permanece inalterável. Mesmo porque uma das principais preocupações do homem é a de subsistir, sua natureza de raiz biológica coloca-o na difícil situação de se alimentar com regularidade. Assim sendo uma boa parte das actividades do homem, gravita em torno da necessidade de obter alimentos. Quanto mais primitiva for a sociedade, maior é esta preocupação. Já vimos que, nas sociedades industrializadas, a distribuição de tarefas “liberta” alguns membros do grupo cultural para o desempenho noutras áreas. Hoje, com o fenómeno globalização, já nem é preciso sair do seio cultural, para que as *novidades* culturais invadam as culturas. Os meios de comunicação massiva encarregam-se de reproduzir o facto. As migrações, por outro lado, também se têm revelado um veículo de transmissão e transformação dos usos e costumes nas diferentes culturas. As mudanças nas culturas, raramente são um fenómeno brusco, “observável”, mesmo com rapidez com que a globalização faz processar a informação, a mudança é sempre lenta, mas efectiva. Estas transformações acontecem por dois processos: por *invenção independente* e por *difusão*. Dizemos que houve uma *invenção independente* numa determinada cultura, «quando surgem inovações que são produto da invenção ou da descoberta de indivíduos dentro do grupo cultural»; por *difusão* «quando houver empréstimo ou difusão de elementos inventados ou descobertos em grupos sociais diferentes. (*Antropologia Cultural*, p.125).

É mais comum encontrarmos nas culturas transformações por difusão do que por invenção. Por outro lado as transformações por difusão são sempre mais lentamente introduzidas e “absorvidas”. Este processo de introdução e absorção depende muito do elemento de cultura introduzido. Podem ser de natureza material, social ou espiritual. «*Só se difunde aquilo que é susceptível de ter aplicação [...] de natureza prática, que pode contribuir para o bem estar material de uma cultura, tem muito mais condições de difusão do que certos elementos de tipo espiritual...*».

5.2 – Dinamismo Cultural / Globalização

O Prof. Boaventura colaça uma questão noutro ângulo → Globalização Cultural ou Cultura Globalizada? Seja utópico pensar que as dinâmicas da globalização não se fizessem sentir na área social e cultural. Martin e Schumann, na abordagem do poder da globalização na vida social, tomam o exemplo de como as antenas parabólicas “*transportam milhões de pessoas para fora da sua existência aldeã e para uma dimensão planetária*”. Os hábitos das populações de todas as classes sociais, viram-se consideravelmente mudados com as técnicas globalizantes. Vê-se nas mais recônditas aldeias de África onde até há dois / três anos não chegava sequer a luz eléctrica, hoje encontra-se um Ciber Café, onde para além da *cola cola e da fanta*, há computadores em óptimo estado de conservação, conectados à Internet, e há “especialistas” que sabem ler e escrever, prontamente escrevem as mensagens para os que não o sabem fazer, a troco de uma “gasosa”. Pacatos cidadãos, que até há pouco tempo atrás sequer usavam televisão, hoje já sentem necessidade de se conectar com familiares e amigos que migraram para paragens longínquas. Cremos que essas pessoas, não se aperceberam como a globalização entrou nas suas pacatas aldeias, nas suas modestas vidas, chagando ao ponto de condicioná-las à que uma “máquina” leve os seus mais íntimos sentimentos ao ente querido que muitas vezes se encontra do outro lado do mundo.

O mesmo autor, citando Ritzer, que questiona se o fenómeno a que chamam de globalização, mais não é do que uma “ocidentalização”? « *...já que os valores, os artefactos culturais e os universos simbólicos que se globalizam são apenas ocidentais [...] tais como a democracia política, o primado do direito, o cinema, a publicidade, a televisão, a Internet, etc...* ». (pag.51) A colonização, pelas características que lhe são próprias (e que já atrás referimos), exercia o poder de influenciar culturalmente os povos que colonizava, ou seja “ocidentalizá-los”. Isto causava nos “colonizados”, um efeito adverso de resistência e de revolta. E sucedia em países africanos como as Ilhas de Cabo Verde e S. Tomé e Guiné Bissau, o efeito foi contrário, acontecendo um processo de aculturação. Disso nos relata **Baltazar Lopes da Silva**, *In O Dialecto Crioulo de Cabo Verde* de Lisboa: INCM, 1947 (p.43).

“Dentre os escravizados havia povos que se não renderam às “falas” do invasor. A repulsa e o ódio que sentiam era maior do que qualquer meio de entendimento. Fecharam-se no seu mundo, assim, ao que parece, o comando no que interessa à vida histórica da linguagem destas ilhas fugiu das mãos que inicialmente se teriam esforçado por a dirigir no sentido europeu. Estando o reinol puro e sem contaminações tropicais em nitida minoria, foi o homem crioulo que teve a última palavra e o reinol não teve outro remédio senão aculturar-se idiomáticamente... Bem cedo e, ao que parece, o homem crioulo se sentiu idiomáticamente auto suficiente.”

Relato de José Joaquim Lopes de Lima, Lisboa: INCM, 1844.

“... O estabelecimento de duas escolas preparatórias, mas estas devem ser sujeitas a inspecção do governo e regidas por professores europeus que pronunciem bem a língua portugueza sem os desvios do crioulo africano (gíria ridicula, composto monstruoso do antigo portuguez e das linguas da Guiné que aquelle povo tanto préza e os mesmos brancos se comprazem em imitar). A língua portuguesa pura é, por um hábito inexplicável, desusada no trato familiar tanto nas villas como no sertão: substituíram-lhe uma algarvia mestiça de termos africanos e portuguez antiquado (e ainda que alguns a que seria difficil assignar origem certa) pronunciado velozmente com terminações gutturaes, a que chamam língua creola, sem gramática, sem regras fixas e que varia de ilhas para ilhas. Os indígenas não falam noutra lingua: rezam em creoulo; os párochos lhes explicam a doutrina christã em creoulo; e em creoulo fallam elles a qualquer authoridades que não sendo do país carece de intérprete para os entender. Os mesmos brancos animam este uso aprendendo o creoulo mal chegam da Europa, quasi com exclusão do portuguez limpo. É um vicio que só se poderá ir destruindo pouco a pouco com a introdução de párochos e d'Escolas de bom portuguez”.

A exemplo do que acima referimos, as populações da região Centro Africana (os Congos, a Costa do Marfim, a Republica Centro Africana, Togo, Benin e outros), sob o lema “*authenticité*”, criavam barreiras intransponíveis ao que consideravam “contaminação” da sua cultura. O que antes causava repulsa, suscitava ódios e toda classe de sentimentos adversos, que nem o poder que o bastão da policia colonial e toda a classe de sevícias e torturas conseguiu. Hoje, por sua vez, sem que os próprios povos africanos se apercebam, se estão moldando a tal ponto que os próprios e sem coerção mudaram as vontades, permitindo que aqui e ali a realidade vá definindo subtilmente as suas vidas ao ponto de já não ser possível voltar atrás. Chamaremos a esse movimento dinamismo cultura ou globalização?

Autores discutem sobre a uniformização da cultura. Isso seria um tema para pesquisa num outro trabalho, provavelmente na continuação deste mas, pelo pouco que conhecemos de alguns povos africanos *não urbanos*, sem receio de errar diremos que a cultura das populações rurais africanas, embora sendo vítima de “raids de violação” está muito longe de sofrer uniformizações. A pouco e pouco, nos vamos apercebendo da

força e do poder absorvente e devorador da globalização, as migrações também têm a sua quota parte na mudança social mas, a tradição cultural e o orgulho tribal, ainda (não sabemos por quanto tempo) vão tendo o poder de se opor à força globalizante. Já fizemos referência ao processo de *hibridação* ou de *crioulização*, como resultado do confronto contínuo e prolongado entre estes dois titãs : a força da globalização e a força das culturas locais. « ...*a característica central da cultura global é hoje a política do esforço mútuo da mesmidade e da diferença para se canibalizarem uma à outra e assim proclamarem o êxito do sequestro das duas ideias gémeas do Iluminismo, o universal triunfante e o particular resiste...*».

6 - Globalização na Área Económica

Definimos globalização como conjuntos de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais sejam elas inter estatais, práticas capitalistas ou práticas sociais e culturais. A desigualdade de poder no interior destes fenómenos dominantes se desvinculam dos seus âmbitos ou espaços e ritmos locais de origem, e, correspondentemente, pelo modo como as entidades ou fenómenos dominados, depois de desintegrados e desestruturados, são revinculados aos seus âmbitos, espaços e ritmos locais de origem. (Boaventura). O importante a reter neste duplo processo, é que tal como acontece no aspecto social o fenómeno de *aculturação* no aspecto económico também acontece algo semelhante, ou seja os fenómenos ou entidades globalizantes sofrem transformações para se adaptarem nos meios globalizados. Diremos que na área económica, a globalização equivale a dizer *intensificação das trocas e a multinacionalização da economia*, a exportação de bens e serviços as despesas de turismo, os fluxos de capitais financeiros e de capital físico humano e tecnológico correspondentes ao investimento directo estrangeiro com países que criam empresas com grande capacidade de produção e que se deslocam para outros países dando surgimento a empresas multinacionais, com igual capacidade de produção, com a única diferença de ser em espaço supra nacional. Há que considerar que neste processo há os incluídos e os excluídos. Incluídos serão todos os indivíduos (empresas ou grupos) que possuam as características necessárias para integrarem os mercados globais, por razões laborais, de capital ou de produção de bens culturais. (Baganha). Facilmente conclui-se que os excluídos serão todos os que não possuem as características referidas, podendo mesmo ver vedados todo e qualquer direito de adesão. (Castells, citado por Baganha pag. 139) refere que o sistema global funciona «...*em rede, ancorado em nódulos centrais que apoiados pelas novas tecnologias de comunicação e de informação, penetram em áreas cada vez mais recônditas do planeta, cristalizando no processo o domínio dos nódulos centrais sobre a imensa rede e crescente periferia*».

Todo o processo de globalização seria benéfico a humanidade, não fora o facto de interferir directamente na soberania dos Estados. Cada vez mais estes vêm o seu poder de decisão fortemente condicionado, enfraquecido face a imposições das multinacionais. Os Estados Ocidentais estão totalmente divididos, independentemente das políticas que adoptem, (de esquerda , centro ou de direita). Os Estados que antes comportavam nos seus programas governativos o carácter de Estado – providência, com a coerção da corrente global, cada vez mais, estão a perder a característica referida, tornando-se em *meros agentes económicos em busca de vantagens competitivas nos mercados globais*. Com a corrente global assiste-se ao desaparecimento do Estado provedor de bens públicos e garante de benefícios sociais, a pouco e pouco vai surgindo

um Estado quase insensível ao assustador aumento de cidadãos remetidos à exclusão social. A alínea *d)* do art. 9º da Constituição Portuguesa refere que « *...uma das tarefas fundamentais do Estado é : promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais culturais e ambientais mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais*». Mais adiante na Constituição encontramos no Art. 58-º que : 1- *Todos têm direito ao trabalho. 2 - Para assegurar o direito ao trabalho cabe ao Estado promover :*

- a) executar políticas de pleno emprego;*
- b) igualdade de oportunidade na escolha da profissão ou género de trabalho e condições par que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais.*

Os efeitos da globalização económica têm levado a que muitos Estados tenham sérias dificuldades em pôr em prática as suas políticas e até mesmo leis constitucionais. No caso português, alguns partidos da oposição ao actual Governo, têm feito sucessivas acusações de que o «Governo cumpre com maior rigor as ordens emanadas de organizações internacionais como o BM, Banco Europeu do que a Constituição».

Com alguma atenção às políticas económicas mundiais, percebemos o reduzido espaço de manobra que é dado aos governos, que de um lado têm um povo que votou neles crente na execução das promessas eleitorais e, do outro lado, verem-se totalmente envolvidos num universo de políticas e compromissos que de certa forma garante o prestígio e o “bom nome” do País, tendo para isso que “obedecer” às organizações voltadas para a extracção do lucro e ao controle dos povos e da natureza. Palavras como “*globalização*”, “*liberalização*” e “*desregulação*” pouco têm disfarçado as disparidades crescentes nas condições de vida entre as elites e os socialmente excluídos.

Ao Estado de cada nação cabe a dura tarefa de gerir, as políticas de redistribuição de um capital que se tornou global e, que na maioria das vezes, vê-se impossibilitado de agir evitando colidir com interesses do capital transnacional. O Estado dividido é um Estado enfraquecido e, o enfraquecimento deste, alimenta e fortalece o poder das corporações, coadjuvadas pelos “lobbies”, que funcionam como autênticos grupos de pressão, actuando sob um verniz elegantemente denominado de *recomendações*. Ironicamente diríamos que os governos não recebem ordens, apenas “seguem instruções / recomendações”, sob pena de verem as suas economias atacadas por especuladores, que as fragilizam com a deslocalização de empresas multinacionais e outros investidores. « *Os governos perdendo grande parte da sua capacidade de gestão e de negociação, assistem ...ao crescimento da miséria ao lado de algumas fortunas que se agitam pondo em causa as bases do Estado democrático...o poder político abdica igualmente face à anarquia do mercado competitivo. A política é controlada nesta mesma medida pela economia. Uma vez suprimidos os poderes económicos do Estado, o campo fica aberto às arbitrariedades de quem domina o mercado*». (*Teixeira Fernandes, p. 51*). Em Portugal temos vindo a assistir quase semanalmente ao fecho ou deslocalização de empresas dos vários ramos da economia. Quantas empresas vimos nós deslocarem-se para o estrangeiro, depois de terem beneficiado de vantajosas regalias por parte do Estado? Provavelmente por não termos nenhuma formação em economia e gestão, sentimos sérias dificuldades em compreender como é que a General Motors (GM) fabricará um modelo da marca Opel, mais barato em Espanha do que em Portugal,

quando nós sabemos que os salários mais modestos em Espanha, são o triplo do salário que a mesma firma pagava em Portugal?

A História orienta-nos no sentido de que o capital sempre foi global. Sua busca ilimitada para a expansão e o lucro nunca conheceram limites. Do comércio escravo à colonização imperial de povos, terras e culturas pelo globo, à acumulação capitalista sempre se alimentou de sangue e lágrimas de vários povos. Hoje, o capital está desenvolvendo uma nova estratégia para afirmar seu poder e neutralizar a resistência dos povos. Tem um nome → *globalização económica*, mas ao contrário dos conquistadores e colonialistas que se apresentavam com um *rostro*, este polvo chamado *globalização económica*, apenas se julga conhecer os tentáculos, porque o rosto quem o conhece? Apenas se sente o seu poder destruidor que consiste no desmantelando das limitações nacionais para o comércio e para o livre movimento do capital.

Os Estados na impossibilidade de satisfazerem as necessidades dos seus cidadãos, consagraram « *o princípio económico de que qualquer cidadão deve ser livre de poder oferecer a sua força de trabalho no mercado que melhor a remunerere...* » no Artigo 44º nos nº 1 e 2 da Constituição Portuguesa, temos que : 1- *A todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional.*

2- *A todos os cidadãos é garantido o direito de emigrar ou de sair do território nacional e o direito de regressar.*

7 – Globalização e Movimentos Migratórios

As correntes migratórias em Portugal são muito semelhantes às que se verificam em outras partes do mundo globalizado. Partem de Portugal muitos cidadãos portugueses para outras paragens, África inclusive, a procura de melhorar a sua condição económica ou realização profissional. Em contrapartida, chegam de África e do Leste europeu cidadãos em iguais circunstâncias. A *globalização económica* tem trazido para Portugal, fluxos migratórios a que Baganha classifica de bipolar ou seja o fluxo de entrada de imigrantes é consideravelmente igual ao dos emigrantes ou seja o número de portugueses que sai do país é semelhante ao número de imigrantes que entra. Se tentarmos traçar um perfil dos imigrantes que vivem no Algarve, diremos que existem vários segmentos de imigrantes. Começando pelos de maior poder económico e elevada posição social, colocaremos os intelectuais e abastados provenientes da Europa Ocidental, que investem no sector do turismo como hotéis, quadras de ténis e campos de golfe, clínicas e hospitais privados. Logo a seguir estão os da classe sócio económica média alta, com idades compreendidas entre os 55 e 65 anos, reformados, que investem as suas economias em arte e “*design*” ou se estabelecem nas serras algarvias dedicando-se à agricultura biológica e / ou floricultura. Dados da Direcção Regional de Agricultura confirmam isso mesmo. Um terceiro grupo de imigrantes da Europa Ocidental é composto por reformados que investiu todas as suas economias numa habitação confortável, vive no refúgio da serra, discreto, não fora os incêndios de 2003, nem sequer saberíamos da sua existência. Foram as maiores vítimas dos incêndios, se pouco tinham, sem nada ficaram.

Os imigrantes vindos dos PALOP, com laços históricos com Portugal, por razões que não tivemos tempo de investigar, estes ocupam essencialmente a orla marítima. Na sua maioria jovens, muitos deles estudantes universitários que vieram com o objectivo de

fazer formação superior mas acabaram na construção civil e hotelaria, de baixo poder económico, segundo dados do INE (censo 2001), habitam preferencialmente em Albufeira angolanos e brasileiros → 1253; Loulé maioritariamente cabo-verdianos Quarteira - angolanos, brasileiros → 1668; Portimão → 1056 e Silves → 1032. Pela semelhança dos usos e costumes e pela língua, diríamos que a maioria está perfeitamente integrada na sociedade portuguesa. De 2000 para cá temos observado que os fluxos de imigrantes para o Algarve, deixaram de ser os tradicionais, enquanto que um número considerável de angolanos está a regressar para o seu país de origem, vão vindo imigrantes que nunca tiveram quaisquer laços com Portugal. Vem gente da região Centro Africana que sequer ouviu falar no nome de Portugal. Entra num barco “clandestinamente”, com o objectivo de “desaguar” na Europa. Outros vêm fugindo da Grécia ou da Itália, de Marrocos ou de Espanha e vêm acabar no Algarve. Aprendem a dizer Portugal quando cá chegam (os que conseguem chegar), não conhecem a língua, muito menos os usos e costumes. Estes não se integram, nem buscam formas de o fazer. Apenas querem ganhar dinheiro e voltar para os seus locais de origem.

Ao contrário destes, a outra novidade na imigração na região algarvia são os vindos do Leste europeu. Embora não conhecessem Portugal, sua língua e cultura, encontram excepcionais condições de acolhimento. As autoridades portuguesas a nível central criaram medidas de excepção para eles. Abriram-se cursos de português específico para eles, a nível local as autarquias e Juntas de Freguesias também criaram condições para acolher estes imigrantes. Deixamos para o fim os chineses, que são outro grupo trazido sem dúvida pelos ventos da globalização económica. Este grupo tem características muito especiais. Tal como o grupo anterior, também é “impenetrável”, só percebe português quando acha que vai ter alguma vantagem, não se “mistura” na comunidade portuguesa, estamos a assistir em Faro a criação de zonas onde só há chineses. A rua de S. Luís em Faro já é conhecida como a “chinatown”. Este grupo também tem recebido todo o apoio das autoridades portuguesas, (chegando ao ponto de ser criada no Porto uma Loja do Cidadão só para chineses, para ajudá-los a tratar os documentos, já que eles têm dificuldades com o português). É difícil de entender, se pensarmos que, há milhares de imigrantes de 2ª e 3ª geração já nascidos em Portugal que, até hoje estão em situação irregular porque seus pais só falavam crioulo e encontravam barreiras intransponíveis no preenchimento da documentação, sem qualquer ajuda dos funcionários de SEF, onde depois de tantas humilhações e desprezo, acabavam por cair nas malhas de advogados portugueses corruptos, que lhes prometiam até a nacionalidade a troco de pequenas fortunas que a maioria não podia pagar; vemos por outro lado chineses e imigrantes do Leste serem beneficiados com medidas de excepção. Não comentaremos esta forma de discriminação e de exclusão intencional perpetrada por quem na altura governava. Antes iremos concluir dizendo que este último segmento da imigração, é um grupo que aparenta ter uma estrutura de apoio financeiro na retaguarda (no país de origem), que os orienta de forma bem definidas para que cada família que chegue consiga implementar os seus projectos.

8 – Globalização e Desigualdades entre os “Mundos”

Jeffrey Sachs, fazendo uma pormenorizada análise sobre a economia global, começou pelos esforços efectuados no pós guerra pela Europa no Japão sob o comando e orientação dos Estados Unidos. Formando estes o “primeiro” mundo, deixaram de fora o Bloco Leste comandado pela Rússia, que criaram o “segundo” mundo; a África

passou a ser o “terceiro” mundo. A reconstrução física dos países destruídos durante a Segunda Guerra Mundial. Estes lançaram-se na reconstrução económica, estabelecendo regras cambiais, comprando e vendendo divisas, que lhes permitissem internacionalizar fluxos de produção de bens e serviços. Foi graças aos acordos e concertações entre estes países na área cambial e na destruição de barreiras ao comércio, que o então denominado primeiro mundo conseguiu estabelecer um conjunto de medidas que deram origem a actual Organização Mundial do Comércio. O primeiro mundo, conseguiu conquistas, que muito rapidamente o colocaram na posição de “mundo rico”. Da reconstrução física, reorganização à explosão económica e estabilidade financeira. O segundo mundo por sua vez, adoptou políticas que visavam a propriedade estatal e o planeamento central da produção. A comunidade comunista, abrangia cerca de trinta países, pelo que as políticas de partido único decidiram-se pela troca directa da produção entre países da comunidade comunista, totalmente separada da política de mercado do primeiro mundo. No mundo que caminhava em três vias político – económica, a terceira via, era traçada pelo então terceiro mundo, que optou por se separar economicamente do primeiro e do segundo mundo, seguindo estratégias de uma economia fechada, empreendimentos empresariais tipo familiar, doméstico, protegidos da concorrência que posteriormente se veio a revelar um total fracasso para as suas economias no geral, em que os corruptos tiraram fabulosos lucros. A corrupção gerou guerras e desigualdades e, principalmente criou um fosso crescente de atraso em relação as políticas traçadas pelo primeiro mundo para o sector da indústria. Áreas como a saúde, educação e serviços, encontram-se a uma distância de “anos luz” do primeiro mundo. Diferenças a esta distância são exponencialmente crescentes. O ritmo de crescimento e avanço, na indústria, tecnologias da informação e comunicação que os países do antigo primeiro mundo actual mundo desenvolvido ou industrializado levam em relação aos países do antigo terceiro mundo, actual mundo em desenvolvimento, é abismal. Se a este abismo acrescentarmos as limitações que a never *ending debt*, causa a estes países e no relacionamento com os primeiros, acreditarmos não haver solução a vista, caso não haja sensibilidade e boa vontade por parte dos primeiros. O economista Jeffrey Sachs refere-se à pobreza como uma *armadilha*, e como ninguém armadilhado liberta-se a si mesmo sem a ajuda de terceiros. Esta ajuda para os países em desenvolvimento saírem da crise, não pode continuar a ser traduzida em esmolas de grãos de milho e de feijão, deverá ser de investimentos de médio e longo prazo, em áreas como a indústria, saúde e educação, para que as desigualdades sócio económicas entre os países ricos e os países pobres se vá esbatendo.

Carvalho Ferreira (*et al.*) definem desigualdade social como sendo *a diferença socialmente condicionada no acesso a recursos*. Assistimos diferenças gritantes entre as sociedades dos países do Norte e dos países do Sul, no volume da riqueza e prestígio dos países e seus cidadãos, ditadas pela possibilidade de acesso à escolaridade e sucesso escolar, e as *diferentes capacidades de exercício de poder ou da cidadania*. Estes são os pilares que sustentam as economias dos países ricos, onde se situam as sedes das empresas multinacionais que produzem mais de um terço do produto industrial mundial (Boaventura Santos). São as próprias organizações multilaterais⁷⁹ que reconhecem que esta forma monopolista de produção, causa profundas desigualdades na distribuição da riqueza e no prestígio dos países do Sul. Boaventura cita autores que consideram que os

⁷⁹SANTOS, Boaventura de Sousa. *Globalização : fatalidade ou Utopia?* (2ª edição). Edições Afrontamento. Porto 2002. P.38

países asiáticos têm vindo a diminuir os seus índices de pobreza com sucesso, ao contrário dos países africanos. Esses progressos atribuídos às economias asiáticas, segundo o autor, devem-se à autonomia dos Estados, à redução da burocracia estatal e à protecção em relação ao capitalismo. Jeffrey⁸⁰ por sua vez considera que o problema da pobreza em África não resulta da corrupção, não resulta da burocracia nem da desorganização, é essencialmente a falta de capital humano. Entretanto, o tão precioso capital humano, anda disperso pelo mundo em busca de melhores condições de vida, ao mesmo tempo que cobre défices nos países de acolhimento que padecem por baixas taxas de natalidade; elevado envelhecimento da população que se faz sentir também na agricultura. Não fora a mão-de-obra imigrante, muitas destas actividades produtivas teriam já desaparecido do panorama económico português. Fernando Machado (Revista de Sociologia nº29, ISCTE, 65) faz um paralelo entre o mercado de trabalho formal procurado por nacionais e o mercado de trabalho informal ocupado por imigrantes, distinguindo o primeiro por mercado de trabalho *primário* e o segundo de mercado de trabalho *secundário*, explicando assim a “absorção” da mão-de-obra imigrante, apesar do assombroso desemprego que graça na Europa e em Portugal inclusive. Continuam por outro lado a existir os “empregos” que os nacionais não querem fazer ou seja as faixas mais precárias do mercado de trabalho, continuam a ser unicamente desempenhadas por imigrantes. O autor refere-se à mão-de-obra nacional como sendo « *cara, rígida, exigente*» desempenhada por jovens cada vez mais qualificados. Reforçando a ideia de que seja improvável haver concorrência entre os sectores de trabalho para nacionais e imigrantes, o autor identifica os sectores de actividade sendo que os imigrantes principalmente os africanos ocupam maioritariamente os sectores da construção civil, serviços pessoais e domésticos (p,66). Perspectiva-se entretanto, um quadro totalmente diferente para boa parte dos filhos dos imigrantes (também chamados de imigrantes de segunda geração), nascidos em Portugal e que os pais tenham ambições e proporcionem aos filhos oportunidades de escolarização, encorajando-os a disputar com os autóctones a formação e instrução. Estes irão disputar igualmente o mercado de trabalho da forma como os nacionais o fazem, assando a se a sua mão-de-obra *cara, rígida e exigente* por inerência à sua formação.

A pobreza faz um ciclo em torno de si mesma, envolvendo o potencial humano em enfermidades, enfraquecendo a já débil economia, onde o acesso à saúde e à educação apresentam graves desigualdades de distribuição. Segundo a OMS, os países pobres têm a seu cargo 90 % das doenças que ocorrem no mundo inteiro em contrapartida têm apenas 10 % dos recursos globalmente gastos em saúde. Não pode haver maior paradoxo. As doenças que mais afectam os pobres, são a malária, a tuberculose, as diarreias (por falta de acesso à água potável principalmente) e a SIDA, para as quais a comunidade internacional dispensa cerca de 0,1 % do orçamento mundial para pesquisa. Em contrapartida, os países ricos, gastam 26,4 biliões de dólares em pesquisa farmacêutica para doenças como o cancro, doenças cardiovasculares, endocrinologia e sistema nervoso.

Dados do Banco Mundial dizem que as famílias africanas hoje consomem menos do que consumiam há 25 anos atrás. O PNUD regista um aumento considerável das

⁸⁰ SACHS, Jeffrey. *O Fim da Pobreza*. (trad. Paulo Tiago Bento). Edição : Casadasletras. Cruz Quebrada, 2005. P. 289

desigualdades, em que 1,2 bilhões da população mundial vive na pobreza absoluta com menos de 1 €, por dia; sendo o conjunto dos pobres e muito pobres 85,2 % da população mundial beneficiários de 21,5 % da riqueza mundial; em contrapartida os restantes 14,8 % da população mundial que pertencem aos países ricos detêm 78,5 % do rendimento mundial. Um estudo do PNUD de 2001, sobre desigualdades na distribuição da riqueza mundial refere que as 200 pessoas mais ricas do mundo, aumentaram para o dobro a sua riqueza de 1994 e 1998, e que a riqueza dos 3 mais ricos bilionários do mundo excede o PIB dos 48 países menos desenvolvidos do mundo⁸¹

Na área da globalização social, o consenso neoliberal cultiva a doutrina dos *baixos salários* para a *contenção da inflação / estabilidade económica*, com redução dos direitos laborais. Sem direitos laborais e com baixos salários haverá com certeza contracção no poder de compra. Boaventura em tom crítico diz : « *a economia é assim dessocializada, o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito para passar à solvência. Os pobres são os insolventes (o que incluiu os consumidores que ultrapassaram os limites do sobreendividamento). Em relação a eles devem adoptar-se medidas de luta contra a pobreza, de preferência medidas que minorem mas não eliminem a exclusão, já que esta é um efeito inevitável (e por isso justificado), do desenvolvimento assente no crescimento económico e na competitividade a nível global. Este consenso neoliberal entre os países centrais é imposto aos periféricos e semiperiféricos através do controlo da dívida externa efectuado pelo FMI e pelo BM*» Este autor conclui dizendo que a globalização da pobreza, resulta do desemprego, da destruição de economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial.

⁸¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Globalização : fatalidade ou Utopia?* (2ª edição). Edições Afrontamento. Porto 2002. P.39

VI

ESTUDO DE CASO

1 - Legislação

Numa perspectiva da Ecologia Humana, temos vindo a abordar os Modos de Integração dos imigrantes africanos em Olhão/Quelfes. Começamos este capítulo com alguns excertos da legislação para melhor entendermos a gravidade e as desvantagens de se ser ilegal. É muito comum ouvir-se entre os imigrantes a célebre frase “*eu tenho os meus direitos*”; pois têm-los-á na proporção em que respeitar a lei e cumprir com os seus deveres.

Lê-se no Art. 13º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que :

1 .*Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.*

2 .*Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.*

É o que milhares de africanos têm feito, com um volume cada vez maior nos últimos anos, principalmente a partir do ano 2000 a esta data. O Estado português por sua vez, consagra no Art. 15 ° da Constituição da República Portuguesa, no nº 1.: “*os estrangeiros ou apátridas que se encontrem a residir em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres dos cidadãos portugueses*”. Mas estes direitos só podem ser invocados quando o estrangeiro se encontra em situação legal. Um estrangeiro que se encontra em situação legal, quando entra no país e permanece com um título válido de autorização. Pois caso contrário é considerado imigrante ilegal. A ilegalidade resulta da violação das leis de fronteira de um Estado Soberano. Considera-se um Estado uma forma de organização política em que o poder político é exercido por determinado povo geralmente fixado num determinado território que exerce esse poder político de forma institucionalizada, e conforme leis fundamentais fixada por eles, que determinam a sua soberania, ou seja, o monopólio do exercício da força e da jurisdição sobre este mesmo povo e território. Logo quando um cidadão estrangeiro viola as leis de entrada num território, deixa de estar protegido pela sua cidadania, por estar fora do alcance da sua cidadania e por outro lado não está nem sujeito nem protegido pelas leis do território onde se encontra. Deixa de existir legalmente, ou seja, deixa de existir como sujeito jurídico, perdendo a sua personalidade jurídica até legalizar a sua situação.

A fronteira é o limite do Estado e para o Estado. É o limite do território dominado pelo Estado, marcando o lugar até onde se estende o seu monopólio de domínio das pessoas que a ele pertencem e é o limite para os outros estados que não podem atravessá-las para disputar esse mesmo monopólio. Estabelecem-se no entanto uma série de relações de interdependência entre os vários Estados. Convencionou-se que haveria um conjunto de regras que permitiriam a circulação de pessoas e bens entre eles. Essa circulação, apesar de ser chamada muitas vezes de “livre”, na verdade não o é. Ela tem regras. Que regras? Cabe a cada Estado fixá-las. Obviamente, os vários Estados não fixam regras isoladamente, a risco de se fecharem sobre si mesmos e ficarem isolados na comunidade internacional. Há uma série de acordos multilaterais entre os países que definem certos critérios para a fixação de regras de circulação e de nacionalidades. Cada país é livre de fixar as suas regras, mas convém-lhe estar de acordo com os outros países.

A maior parte das regras de nacionalidade dividem-se em regras que são costumeiras e consuetudinárias (passadas de geração em geração) e que têm a ver, geralmente com critérios como a filiação (chamado critério de *jus sanguinis*), em que a Lei portuguesa da nacionalidade (Lei nº 37/81 de 3 de Outubro), consagra no Art. 1º - são portugueses de origem os filhos de pai português ou mãe portuguesa nascidos em território português ou sob administração portuguesa ou no estrangeiro se o progenitor português aí se encontrar ao serviço do Estado Português.

O local de nascimento (*jus soli*) está igualmente consagrado na Lei 37 /81 de 3 de Outubro, no Art. 1º alínea c) - Os indivíduos nascidos em Território Português filho de estrangeiros que aqui residam habitualmente há, pelo menos, seis anos que não estejam ao serviço do respectivo Estado, se declararem que querem ser portugueses; na alínea d) do mesmo Artigo, encontramos que – os indivíduos nascidos em território português quando não possuam outra nacionalidade. As ligações afectivas que as pessoas estabelecem com o país, quando vivem nele há muitos anos e se identificam com os seus hábitos e costumes também têm lugar na legislação portuguesa. No Art. 6º da Lei anteriormente citada, nos números 1 e 2 :

1- O Governo pode conceder a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos: a) Serem maiores ou emancipados à face da lei portuguesa; b) Residam há seis anos, pelo menos, em território português ou sob administração portuguesa; c) Conhecerem suficientemente a língua portuguesa; d) Terem idoneidade moral e civil; e) Possuírem capacidade para gerirem a sua pessoa e assegurar a sua subsistência;

2- Os requisitos constantes das alíneas b) e c) podem ser dispensados em relação aos que tenham tido a nacionalidade portuguesa, aos que forem havidos como descendentes de portugueses, aos membros de comunidades de ascendência portuguesa e aos estrangeiros que tenham prestado ou sejam chamados a prestar serviços relevantes ao Estado Português.

Há ainda as regras legais que já estão ligadas com convenções internacionais com situações políticas como no caso dos asilados, dos apátridas ou dos imigrantes vindos dos PALOP. No nº 3 do Art. 15º a Constituição Portuguesa define que : “aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal são reconhecidos, nos termos da *lei de reciprocidade* , têm direitos não concedidos a estrangeiros...”

Cada país tem o dever máximo de proteger os seus cidadãos, onde quer que eles estejam. É para este efeito que os países procuram ter embaixadas, consulados ou concelhias em países estrangeiros, a fim de poderem mais facilmente e mais rapidamente auxiliar os seus cidadãos que se encontrem nesses países. Com auxiliar, pretende-se dizer prestar apoio a todos os níveis, como se a pessoa estivesse no seu próprio país. O único factor a ter em conta é que a pessoa não está no seu país e, portanto, está também sujeita às leis do país em que se encontrar. Mas, segundo convenções internacionais, esse país onde a pessoa se encontra, não tem autoridade para privar um cidadão de outro país de certos direitos, liberdades e garantias. De certa forma, a pessoa está por um lado ao abrigo das leis do país onde se encontra e tem que as obedecer, mas, por outro lado, não tem que as obedecer e não está sujeita a elas se elas violam de alguma forma a sua integridade e, nesse caso, a pessoa passa a estar

sujeita apenas às leis do seu país e pode socorrer-se do solo pátrio, na figura das embaixadas e consulados, sempre que necessitar.

Não podemos, no entanto esquecer um factor importante, que se prende com o facto de, ao sair do seu país e emigrar ilegalmente, a pessoa deixa de cumprir os seus deveres cívicos no país de origem. O desconhecimento da lei por parte dos imigrantes, não lhes dá qualquer isenção de culpa. Assim como constitui matéria criminal, entrar sem autorização, tal como a violação de domicílio, entrar em território estrangeiro sem título válido, além do crime de violação de fronteira do outro país e suas leis que geralmente envolve a omissão e / ou falsificação de documentação, etc.. Temos, nestes casos de entrada ilegal, várias situações de ilegalidade. O imigrante ilegal, não pode gozar de nenhum destes direitos a não ser que o faça também de forma ilícita, agravando, assim a sua conta de ilegalidades. Não podemos esquecer que a falsificação de documentos é um crime grave e que é o mais praticado por imigrantes ilegais. Nele estão incluídos o crime de usurpação de identidade, violação dos símbolos nacionais, entre outros. Por outro lado está a violação das leis internacionais em que, na realidade estamos a salientar a imigração ilegal como crime, e a definir até onde vai o poder de um Estado. Quando um cidadão de um Estado entra num país, ele representa esse país. O comportamento ilícito desse cidadão pode condicionar para sempre (ainda que em matéria de história e de política não exista essa medida temporal) as relações entre esses dois Estados, pode impedir ou condicionar a entrada de cidadãos do país do infractor.

O Governo Português através do Ministério da Administração Interna apresentou para promulgação um projecto de alteração do Decreto-Lei nº 244 /98 de 8 de Agosto, que é um Diploma que regula a entrada, permanência e afastamento de estrangeiros do Território Português, tendo como fim o constante remediar da ilegalidade de estrangeiros com sucessivas *campanhas de regularizações*. Outro dos objectivos do Governo é o de reformular ou reduzir o peso da máquina burocrática, que carrega uma pluralidade de estatutos jurídicos que *simplifiquem* a tarefa de legalização do imigrante, e desencorajem à ilegalização. A lei acima citada, dispersava-se em :

- autorização de residência; visto de trabalho;
- autorização de permanência;
- visto de estada temporária com autorização para trabalho e a prorrogação para trabalho subordinado;

Com a agravante de um mesmo contrato de trabalho ter de passar pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) , Inspecção Geral do Trabalho (IGT), SEF e Consulado. Quantos anos levarão essas demarches? Não admira que os imigrantes ilegais ocupem os lugares destinados especificamente para a mão-de-obra imigrante legal (estamos a citar o Governo no seu anteprojecto de Lei, anexo 3) Ao apresentar este anteprojecto de Lei, o governo dispõem-se a endurecer as medidas de luta contra a imigração ilegal, em que refere que a legislação em vigor tem se mostrado pouco eficiente, tornando-se necessário « reforçar a componente inspectiva a jusante tornando-se imperioso dotar de eficácia a política de afastamento de estrangeiros em situação ilegal...além da criação de medidas detentivas alternativas à prisão preventiva, é importante criar um maior incentivo ao retorno voluntário, medida benéfica ao erário público e ao próprio ilegal». Dissuadir os imigrantes a que se serviram de canais ilegais de imigração, é outro dos esforços empreendidos pelo governo alterando a actual Lei.

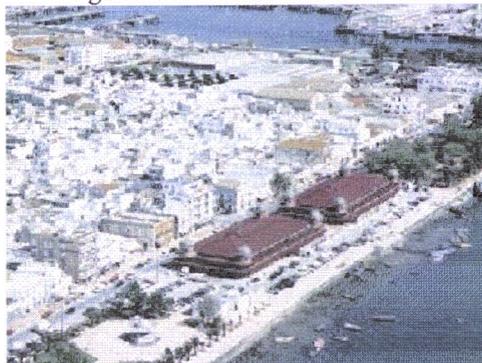
Não tivemos possibilidade de inquirir como desejávamos imigrantes ilegais de forma a obter dados estatísticos, mas convivemos com eles no conselho de Olhão todos os dias, por inerência ao exercício profissional, atendemo-los e cuidamos deles, e registamos o

seu desespero e insegurança face a quem eles julgue ser agente de autoridade e, até mesmo profissionais da Segurança Social, que como o nome indica deveriam ser pessoas esperadas com ansiedade em caso de dificuldade. Com uma certeza ficamos : os imigrantes ilegais estão longe de se sentir integrados na sociedade em que vivem, e de usufruir de direitos.

2 - Definição do Ambiente

Olhão, situada na Costa Algarvia, era inicialmente um aglomerado de casebres pertencentes a pescadores. Por vestígios encontrados posteriormente, acredita-se que Olhão tenha sido inicialmente habitada por muçulmanos (Séc. XI e XII). Posteriormente habitada por populações ligadas à pesca, vindas de Aveiro, Ílhavo e Ovar. Povoado considerado propriedade da Freguesia de S. Pedro (Faro), no Séc. XVIII com a bênção do bispo D. Simão da Gama, foi promovida à Freguesia. Com os lucros da pesca, em 1790 os casebres foram sendo substituídos por casas com forma cúbica, pintadas de branco e com rendilhadas chaminés e terraços em substituição dos telhados. Por Decreto-Lei de 12 de Dezembro de 1808, de D. Francisco de Mello Cunha Mendonça, a aldeia de Olhão é promovida a Vila.

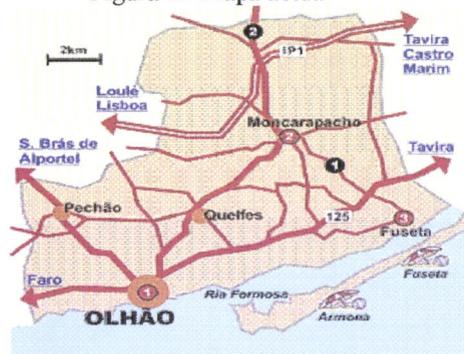
Figura 18 Doca / Mercado de Olhão



Fonte : www.viajar.clix.pt/com/fotos

Esta decisão da promoção de Olhão a Vila, não agradou a Tavira que em consequência trava graves combates com Faro, na tentativa de recuperar a posse de Olhão. A Vila de Olhão, valeu-lhe o relevante papel na guerra civil contra a França, sendo-lhe reconhecida valentia, dando-lhe o direito de anexação dos lugares de (hoje Freguesias), Moncarapacho, Pechão e Fuzeta em 1835.

Figura 19 Mapa actual



Fonte: www.viajar.clix.pt/com/fotos

O que separa a Freguesia de Quelfes de Olhão é a Estrada Nacional 125. Ou seja os moradores do lado esquerdo da Estrada (sentido Nascente – Poente) pertencem a Olhão, os moradores do lado direito, pertencem a Quelfes. O lado direito, tem todas as características da Serra, bastante pacata (mais movimentada agora com a abertura da Via do Infante ou A22), casas antigas, dispersas pelo meio do nada, local considerado ideal para muito imigrantes em condições ilegais refugiarem-se. Saem pela madrugada para a construção civil, e voltam ao anoitecer. Vivem normalmente em condições desumanas, amontoados em quartos, de casas de campo antigas, e em não raras situações em casa em ruínas abandonadas, sem água e muitas vezes sem luz eléctrica onde as camas são substituídas por cartões no chão e cobertores no Inverno. São maioritariamente homens solitários, que têm com alvo, ganhar dinheiro e gastar o mínimo possível, (por terem uma família à espera), e, regressar para o seu país de origem antes de serem apanhados. Porque é do conhecimento deles que ao ser-se apanhado em situação ilegal, é-se expulso com a agravante de jamais poder regressar à Europa. Esse segmento é composto por imigrantes do leste e imigrantes africanos oriundos da África de expressão não portuguesa, (vindos do Senegal, Gana, Guiné Conacri, alguns muçulmanos da Guiné Bissau, etc.). São discretos e pacatos, são humildes e até ao momento, muito bem tolerados, pela população portuguesa.

Do lado esquerdo da Estrada Nacional 125, Olhão portanto, a população africana, é composta maioritariamente por africanos vindo dos PALOP, (contrariados mas reconhecidos, rendemos honras aos portugueses que viveram nas colónias, pelo facto de terem incutido “valores” tão preciosos, que até hoje se mostram tão vivos e transmissíveis, que impedem que um “palop”, prescindida de bens tão “humanos” como a dignidade, o conforto, o respeito pela vida etc., são vaidosos e arrogantes muitas vezes; mas “palop” nenhum aceitaria viver nas condições em que vive a maioria dos africanos do outro lado). Em muitos casos também vivem “amontoados”, mas durante o dia escondem-se os colchões onde se pode, tem-se uma sala para receber as visitas e os amigos, as “kizombas” (festas africanas sem razão aparente, surgem do nada, de umas cervejas e chouriço assado, faz-se farra), são cordiais, comunicativos e acolhedores. Os portugueses com quem conversamos e, a quem pedimos uma descrição dos seus vizinhos e colegas (dependendo da situação), descreveram-nos com as seguintes palavras : *“são alegres, sempre bem dispostos, não diria que são irresponsáveis mas, parece que não pensam muito na vida, nos problemas de amanhã”*. Das muitas pessoas com quem conversamos, perguntamos : porque veio para o Algarve, porquê Olhão? A resposta foi sempre a mesma, **o mar**. Os dados do INE mostram como os africanos estão espalhados maioritariamente pela orla costeira. Sem querermos subjectivar demasiado a nossa investigação, acabamos por concordar com os nossos inqueridos. O mar exerce um fascínio muito singular sobre os imigrantes.

A percepção que o homem faz do espaço que o rodeia – realidade exterior, depende muito da sua cultura. O fenómeno migrações, nos envolve a todos de uma maneira ou de outra. Todos os dias temos novos habitantes nas cidades em que vivemos. Oriundos das mais diversas partes do mundo, portadores de culturas variadíssimas, distribuídas por grupos étnicos, classes sociais, cada uma com seus valores e padrões. O antropólogo Edward Hall, depois de ter realizados estudos a cidadãos de algumas culturas, concluiu que : *« a cultura modela a percepção do mundo. A cultura é uma realidade oculta que escapa ao nosso controlo e constitui a trama da existência humana. E mesmo quando*

certas áreas da cultura afloram a consciência, é difícil modificá-las, não só porque se encontram intimamente integradas na experiência individual, mas sobretudo porque nos é impossível ter qualquer comportamento significativo sem passarmos pela mediação da cultura ».

Da diversidade de culturas com lidados no nosso cenário de investigação, surgem agrupamentos humanos distintos uns dos outros mas, por estranho que pareça, entre eles podem existir interesses comuns que unem de alguma forma estes grupos. Os interesses podem ser profissionais, políticos, desportivos, religiosos, étnicos, etc.. Até os africanos vão se deixando moldar pela personalidade urbana é descrita por Milgram (1970), com os seguintes adjectivos : interesseira, racionalista, fria. Esta personalidade é causada pela necessidade de sobrevivência, numa realidade completamente diferente da sua, onde o ser humano é vítima do constante confronto entre a sua *dimensão oculta e a dimensão cultural*⁸² necessária para a sua socialização secundária, no meio de tantas culturas e sub culturas. Milgam (1977)⁸³ intitula de familiares estranhos, os grupos de indivíduos que diariamente e durante anos cruzam-se nos transportes públicos fazendo o mesmo trajecto nos mesmos horários, esporadicamente cruzam olhares e trocam sorrisos. Não chegam a trocar palavras, quiçá nunca saibam o nome uns dos outros, o que era impensável para um africano. O caloroso “Kaundando” (abraço fraternal em kimbundo, dialecto falado em Angola), já quase não se usa entre os imigrantes angolanos.

O largo da praça ou largo do mercado é um dos *espaços públicos* da cidade de Olhão onde os imigrantes também se encontram muitas vezes, criaram mesmo ao lado uma discoteca “afro”, onde se ouve música africana.

Figura 20 Largo do Mercado. Local de encontro de olhanenses
Fonte: www.viajar.clix.pt/com/fotos



Embora os imigrantes prefiram as “kizombas” nas casas uns dos outros com música alta que deixa os vizinhos extremamente irritados, o Largo da praça é um local onde também se reúnem muitas vezes e onde, se sentem “à vontade”. Não requer preparo

⁸² **HALL**, Edward T. *A Dimensão Oculta*. (tradução de Miguel Serras Pereira). Editora : Relógio D’Água. Lisboa, 1986. . P.14

⁸³ **ARAGONÉS**, Juan Ignacio; **AMÉRIGO**, Maria. *Psicologia Ambiental*. Ediciones Pirâmide. Madrid, 1998. p259.

com a apresentação exterior; não há compromisso nem obrigatoriedade de comprar nada; a largueza do espaço permite-nos guardar a *nossa distância pessoal*, não invadindo nem deixando que *outros* invadam o nosso *espaço pessoal*. Há espaço para ricos e pobres. A Câmara Municipal proporciona eventos culturais e de diversão como espectáculos de música com artistas conhecidos, há o Festival do Marisco todos os anos em Agosto e, principalmente, há o mar, e diremos ainda que o Largo do mercado tem um atractivo exclusivo que o Arquitecto Jaime Lerner chama de *identidade*. « A identidade é uma componente importante na qualidade de vida [...] sente-se que há nela uma ligação a cultura e que as pessoas se sentem parte dela ».⁸⁴ Não há dúvida que os imigrantes africanos dos PALOP's, sentem um forte sentimento que os identifica com o lugar. A componente identidade, reúne uma série de variáveis que tocam particularmente cada um de nós e, faz-nos considerar o Largo do mercado o *nosso lugar*. O mar e a sua imensidão transportam-nos não sabemos se para longe de onde nos encontramos, se para dentro da nossa alma e memória. O mesmo mar que “limita” Olhão, liberta-nos para o devaneio. Bachelard sublinha: «*Sem dívida o devaneio alimenta-se de espectáculos variados; mas por uma espécie de inclinação inerente, ele contempla a grandeza. E a contemplação da grandeza determina uma atitude tão especial, um estado de alma tão particular que o devaneio coloca o sonhador fora do mundo próximo, diante de um mundo que traz o signo de infinito.[...] A imensidão está em nós. Está ligada a uma espécie de expansão de ser que a vida refreia, que a prudência detém, mas que retorna na solidão. Quando estamos imóveis, estamos algures; sonhamos num mundo imenso. A imensidão é o movimento do homem imóvel. A imensidão é uma das características dinâmicas do devaneio tranquilo* ».

(pp189,190,194,195).

Neste *nosso lugar*, nós conseguimos no meio de gentes com as mais diversas culturas, regras e padrões de cultura, em que cada um tem a sua noção de *espaço e, distância pessoal*, tom de voz, forma de gerir o tempo, respeito pela lei e pela ordem diferente ou semelhante da nossa, nós conseguimos nos sentir acompanhados quando estamos sós, e conseguimos intimidade rodeados de tanta gente. O Largo do mercado limitado pelo mar e rodeada de atractivos distingue-se por poder através do horizonte que dele se avista, conceder aos imigrantes a capacidade de sonhar. A aculturação faz de nós pequenos robôs, que se não nos proporcionarmos momentos de sonho e de devaneio que nos levem às origens, nem que seja por curtos períodos, tornar-nos-emos em pessoas amargas, com dolorosas chagas a caminho da exclusão social e quiçá a agressividade não nos conduza mesmo a marginalidade !? Tentamos descrever o cenário onde realizamos o trabalho de investigação. De um lado temos a serra que ostenta montes e montes que desenham horizontes que se vão desfazendo a medida que os subimos. Do outro lado temos o Largo do Mercado, cortado pelo mar (que nos tira da sociedade onde repetidas vezes gritamos que estamos perfeitamente integrados, mas que na verdade não passa de um exercício para nós mesmos acreditarmos) e nos transporta para “o nosso mundo” onde tememos voltar, por medo de já não reunirmos muitas das “peças” culturais que fomos perdendo ao longo dos anos de imigração.

⁸⁴ ANDRADE, Vítor. *Onde Falham as Cidades*. (1ª ed.). Lisboa : Editora Expresso. 2005. p. 185.

3 - Definição de conceitos operatórios

Por questões de economia financeira e, de tempo, decidimos restringir o nosso grupo de estudo à população do nosso conselho de residência – Conselho de Olhão, Freguesia de Quelfes. Tal como na sondagem da população anterior houve necessidade de se avaliar a Dimensão da Amostra. Para tal procedeu-se a especificação do Plano de Sondagem que engloba três pontos importantes:

- Definição das populações;
- Especificação do Método de amostragem;
- Cálculo da dimensão da amostra.

3.1. Definição da População

A população activa de imigrantes africanos no Algarve era de 8264 em 2004 segundo dados do Serviço de Emigração e Fronteiras (SEF). Estes números correspondem supostamente a população de imigrantes legais de todo o Distrito de Faro que vai de Sagres a Vila Real de Stº António. Sabemos que existem imigrantes ilegais, mas quantos não sabemos. Por outro lado, o SEF não dispõe do número de imigrantes por freguesias. Segundo dados do INE (senso de 2001), a população activa de imigrantes provenientes do estrangeiro em Olhão, é de 702 indivíduos segundo o número total de imigrantes no Algarve de 9413. Desta forma Olhão tem $\frac{702}{9413} * 100\% = 7,46\%$ dos

imigrantes.

Obtivemos de outra fonte, o SEF, o número total de 8264 imigrantes legais proveniente dos PALOP's em todo o Algarve. Admitindo que a distribuição destes imigrantes seja igual à distribuição do INE, julgamos possível calcular o número de imigrantes provenientes dos PALOP's do Conselho de Olhão. Desta forma esse número é de $8264 \times 7,46\% = 616$ imigrantes .

Consideramos para o estudo dos imigrantes africanos provenientes dos PALOP residentes em Olhão que a variável mais importante é : « sente-se integrado na sociedade portuguesa? », com uma escala de 5 níveis (1 - muito pouco; 2 – pouco; 3 – razoavelmente; 4 – bastante; 5 – completamente).

3.2. Especificação do Método de Amostragem

Quanto ao método de amostragem, decidiu-se utilizar um método não probabilístico por não ter sido possível dispor de bases de amostragem.

Dada a especificidade da população de imigrantes africanos, residentes no Concelho de Olhão que pensamos ser uma população de dimensão reduzida e por vezes desconhecida, decidiu-se utilizar o Método de Amostragem Snowball⁸⁵ A partir do conhecimento de alguns elementos desta população, os quais foram incluídos na amostra, foi possível conhecer mais alguns. Estes novos indivíduos por sua vez, foram também incluídos na amostra e através deles foi possível conhecer mais alguns e assim sucessivamente.

⁸⁵ REIS, Elisabete et al *Sondagens A Amostra como Factor Decisivo de Qualidade*.

Figura 21 Mapa actual do Algarve



Fonte : www.fisicohomepage.hpg.ig.com.br/dist-faro.htm

3.3. Cálculo da Dimensão da Amostra

Calculamos a dimensão da amostra através da fórmula de cálculo de estimação de médias, no qual não temos conhecimento da variabilidade existente. Considerou-se nesta situação a seguinte estimativa para o desvio padrão da variável :

$$s = \frac{\text{nívelmáximo} - \text{nívelmínimo}}{6} = \frac{5 - 1}{6} = \frac{2}{3} = 0,67.$$

Utilizou-se a fórmula de cálculo para a dimensão da amostra aleatória simples sem reposição no caso de estimação de médias :

$$n = \frac{z^2 * \frac{s^2}{d^2}}{1 + z^2 * \frac{s^2}{d^2 N}}$$

em que $s^2 = \text{variância} = (0,67)^2 = 0,444$, $N = 616$ e na qual consideramos um grau de confiança de 95 % ($\lambda = 95 \% \cong z=1,96$), e uma precisão absoluta (erro máximo) de $d = 0,1435$

$$n = \frac{(1,96)^2 * \frac{0,444}{(0,1435)^2}}{1 + (1,96)^2 * \frac{0,444}{(0,1435)^2 * 616}} = 73$$

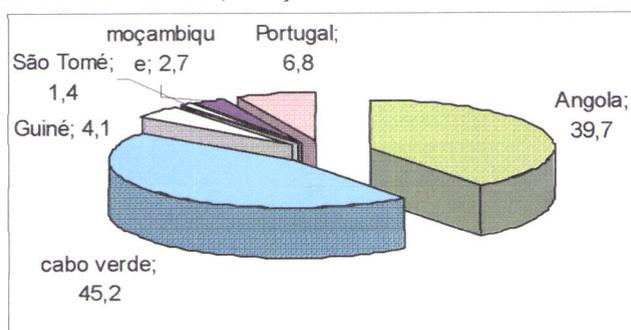
uma vez que fomos obrigados a utilizar um método de amostragem não probabilístico (amostragem *snowball*) pelo facto de não dispormos de uma base de amostragem, a dimensão amostral ($n = 73$) calculada através da fórmula de cálculo anterior é meramente indicativa.

4 - Caracterização dos Respondentes do Inquérito

Os respondentes do nosso inquérito caracterizam-se por ser maioritariamente jovens, em que a moda da distribuição situa-se na classe dos 18 - 25 anos de idade com 43,8 % dos indivíduos, seguindo-se os 20,5% da classe entre 26 – 32 anos; havendo um salto para a classe dos que têm entre 47 – 53 anos que representam 16,4 %; curiosamente reduz-se para metade os que têm entre 54 – 60anos com 8,2 %; com 6,8 % têm entre 40 – 46 anos; e finalmente a classe menos representada com 4,1% dos 33 – 39 anos de idade.

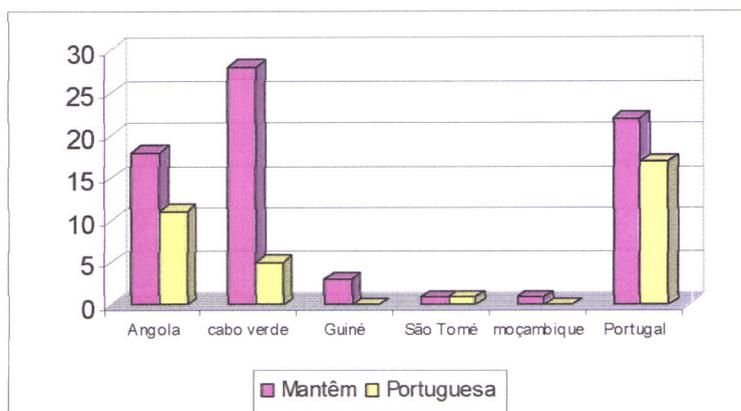
Quanto ao sexo dos inquiridos obtivemos que os homens estiveram em maioria com 54,2 %, enquanto que as mulheres se fizeram representar com 45,8 %.

No quadro nº1 temos representadas as nacionalidades dos respondentes do inquérito : 45,2 % são cabo-verdianos; 39,7 % são angolanos; 6,8 % são nascidos em Portugal; com menor expressão os Guineenses, moçambicanos e santomenses.



Quadro nº 1 respondentes por nacionalidades

Achamos interessante separar as variáveis **naturalidade** e **nacionalidade** dos inquiridos e os resultados foram interessantes. Obtivemos o seguinte quadro : nº 2



Quadro nº 2 os respondentes que mais se nacionalizaram

Os angolanos foi o grupo dos imigrantes africanos de expressão portuguesa que mais se **nacionalizou como português**, seguindo-lhe o grupo dos cabo-verdianos. Note-se que, 5 são imigrantes de segunda geração ou seja filhos de imigrantes já nascidos em Portugal. Assim sendo, obtivemos que a maioria dos respondentes é de nacionalidade cabo-verdiana; seguida de 22 nacionalizados portugueses (os 5 cinco nascidos em Portugal que se consideram imigrantes e os 17 nacionalizados portugueses); 18 angolanos e por fim os baixos números das outras nacionalidades.

Quanto ao **tempo de permanência** em Portugal, a moda é de 28,8 % reside entre 6 e 16 anos; 16,4 % tem permanência superior a 17 anos; 15,1 % tem entre 2 e 5 anos em Portugal; 11,0 % têm entre 6 meses e um ano; igualmente com 11,0 % são os nascidos em Portugal; 9,6 % residem cá há mais de 27 anos; e, finalmente com menos de seis meses, 2%. Relacionamos tempo de permanência com situação em que se encontra em Portugal e, curiosamente encontramos um respondente com mais de 52 anos, que vive em Portugal desde 1972, que veio contratado para as obras de construção de estradas. Após a independência de Cabo Verde em 1975, este cidadão que na altura tinha documentos portugueses, nada fez para definir a sua situação. Foi trabalhando normalmente, até mudar de emprego e aperceber-se que era preciso fazer-se acompanhar de um título de identidade. Mas, segundo ele, por ser bom trabalhador, os patrões foram-lhe dando sempre emprego e não sentiu mais necessidade de documentos, encontrando-se neste momento na situação de imigrante ilegal e apátrida, porque não tendo ele assumido a nacionalidade cabo-verdiana, nem se tendo naturalizado português, ficou sem pátria. Perguntamos-lhe se tinha família? Respondeu-nos que tinha uma filha, que vivia com a mãe em Lisboa. Perguntamos-lhe como a tinha registado? Respondeu-nos que a mãe se tinha encarregado de o fazer. Ao perguntarmos como fazia quando se sentia doente? Respondeu-nos que as empresas onde trabalhava, tinham sempre um posto médico onde com a carta do patrão resolvia os problemas de saúde. No inquérito, respondeu-nos que se sentia integrado na sociedade portuguesa. Mas confessou-nos que queria voltar para Cabo Verde, por se sentir muito cansado e com muitas saudades da terra. A nossa última pergunta, foi se não receava cair nas mãos das autoridades por estar em situação ilegal? *“a polícia conhece o(M) sabe que ele não faz mal nenhum porque haveriam de implicar comigo”?* o senhor (M), trabalha há trinta e seis anos, segundo ele não tem economias nenhuma, vive num casebre, e nunca fez quaisquer descontos. Outra situação igualmente caricata, foi a de outro inquirido que se diz cabo-verdiano, nascido em Portugal, nunca saiu daqui, sequer sabe onde fica Cabo Verde, os pais é que são cabo-verdianos. Está em situação ilegal porque os pais estão igualmente em situação ilegal. Tem 21 anos, dois filhos que não sabe muito bem onde se encontram. Segundo o inquirido as mães dos filhos são portuguesas, e registaram os filhos sem a ajuda dele. Andou na escola durante quatro anos, saiu porque já não podia lá andar por falta de documentos e, também porque não gostava muito de lá estar. É armador de ferro na construção civil, e neste momento refugiou-se em Olhão porque teve que fugir da Cova da Moura onde já teve problemas com a polícia.

O **estado civil** dos inquiridos também se revelou interessante : 11 respondentes afirmam ser casados; sendo a moda da distribuição de 48 solteiros. Destes 48 solteiros, 17 responderam ter o seu agregado familiar constituído por filhos; e 5 responderam ter o seu agregado familiar constituído por companheiro e filhos. Por exclusão de partes, concluímos que apenas 20 dos inquiridos são solteiros e vivem só ou com amigos e/ou familiares. Lamentamos não poder apresentar o números de filhos por **agregado**, mas pelas observações que fizemos, deparamo-nos com agregados bastante numerosos na maioria dos caso com 5 ou 6, em que predominava a figura da mãe de um dos cônjuges. Encontramos ainda um considerável número de famílias monoparentais, em que a mãe era a chefe de família, por ser mãe solteira, viúva, separada, divorciada ou ainda por ser a segunda mulher de alguém com outra família. Nestes casos principalmente, encontramos membros com outro tipo de laços familiares como primos e sobrinhos, ou até filhos de amigos ou antigos vizinhos (no país de origem, que estando cá transformam-se em sobrinhos), que enviam os filhos para estudar.

Motivo da imigração, foi uma variável que nos trouxe poucas surpresas já que a nossa amostra era maioritariamente constituída por jovens. Encontramos que 34,2 % dos inquiridos veio para Portugal com o objectivo de fazer formação superior e voltar para o país de origem; 17,8 % imigrou para fugir da guerra; 12,3 % imigrou em busca de uma nova vida (pensamos que melhor obviamente); 5,5 % imigrou para ganhar dinheiro, procurar um outro país africano para começar uma vida nova, as outras percentagens são sem expressão.

Perguntamos aos nossos respondentes se ao imigrarem **recorreram a ajuda de alguma entidade**. As respostas foram que : 17,8 % recorreu a ajuda de organizações humanitárias o que coincide com os anterior 17,8 % dos que fugiu à guerra; temos 16,4 % dos que recorreu a ajuda de familiares; 9,6 % recorreu a ajuda de grupos marginais organizados; e finalmente 6,8 % recorreu a ajuda de amigos. Existem ainda 49,3 %, que vieram sem a ajuda de ninguém e os outros já nasceram cá (11,0 %).

4.1 – Condições Sócio-económicas dos Imigrantes Inquiridos

Quanto à **profissão / ocupação** dos nossos inquiridos, encontramos a semelhança do que acontece hoje em toda a sociedade portuguesa, pessoas qualificadas a exercerem profissões abaixo das suas qualificações, embora a maioria dos nossos inquiridos exerça trabalho braçal. Temos que dos 73 inquiridos, 32 são trabalhadores da construção civil; 17 são estudantes; 9 são técnicos superiores; 7 pertencem ao grupo dos empregados de mesa, caixa e empregado de balcão; 5 são domésticas; e 3 são técnicos médios. Cremos ser este um quadro muito semelhante ao da maioria da população portuguesa, tendo em conta as habilitações literárias dos nossos inquiridos, fizemos questão de diferenciar o grupo dos que *não sabe ler* do grupo que *não sabe ler nem escrever*. Nas entrevistas preliminares, percebemos que era muito importante para os inquiridos, fazer diferenciação entre quem não sabia ler, mas sabia assinar o seu nome nos documentos, em vez de “*pôr o dedo*”. Embora seja uma percentagem muito baixa, fizemos questão de levar em consideração.

| Habilitações literárias | Nº | % |
|---------------------------|----|------|
| Não sabe ler nem escrever | 10 | 13,7 |
| Não sabe ler | 4 | 5,5 |
| 1º ciclo / 4ª classe | 12 | 16,4 |
| 2º ciclo / 9º ano | 5 | 6,8 |
| 3º ciclo / 12º ano | 32 | 43,7 |
| Licenciatura | 10 | 13,7 |

Quadro nº 3 Habilitações dos imigrantes inquiridos

Perguntamos aos imigrantes africanos se “**sente que as suas expectativas no tocante ao trabalho / formação são correspondidas em Portugal?**” havendo três possibilidades de resposta, 26,0 % respondeu que não; 53,5 % respondeu mais ou menos; e finalmente apenas 20,5 % respondeu sim. Todos estes imigrantes, ao deixar o seu país, por muito reduzidas que fossem as possibilidades de escolha, ou a importância dos factores condicionantes, tiveram que tomar uma decisão. Por outro lado, há imigrantes que estão a ponderar a hipótese de voltarem para os seus países de origem.

Mas só não o fizeram ainda porque estão a ponderar entre o “mau presente” que conhecem, e o futuro que desconhecem. Ambas as decisões enquanto vigorarem, terão que ser maximizadas para se obter delas o menor prejuízo possível. Já referimos que a maioria dos nossos inquiridos, é jovem e quase 44 % possui o 12º ano de escolaridade. Por aqui vemos que as expectativas são altas e como tal a satisfação das mesmas requererá esforço acrescido para ser alcançada.

A realização profissional, o reconhecimento do trabalho pelos pares e pelos superiores etc., são algumas das variáveis que utilizamos para podermos avaliar a satisfação das expectativas dos imigrantes africanos. Perguntamos se “**os imigrantes africanos trabalhavam mais que os colegas portugueses?**” 62,5 % respondeu *sim*; 37,5 % respondeu *não*.

Responderam afirmativamente e em larga maioria, a pergunta “ **os imigrantes trabalham nas áreas em que os portugueses não querem trabalhar?**” 86,3 % respondeu *sim*; 13,7 % respondeu *não*. Quanto aos salários, os imigrantes continuam a manifestar sentimento de discriminação em relação aos portugueses, o que nos revela um grau de insatisfação quanto a concretização das suas expectativas. 58,9 % respondeu que considera **os salários dos imigrantes africanos inferiores aos dos colegas portugueses**; 20, % respondeu *não*; 19,2 % manifestou que *não sabe*. Sobre o reconhecimento das suas capacidades e desempenho profissional, perguntamos se demonstrasse capacidade o patrão confiar-lhe-ia um **cargo de chefia**? 32,9 % respondeu categoricamente que *nunca*; 45,2 % tem dúvidas e responde *talvez*; apenas 21,9 % acredita que a sua competência pode ser reconhecida e premiada com um cargo de chefia, estes responderam *certamente*. No tocante ao reconhecimento dos pares, perguntamos **como reagiriam estes sendo portugueses ou imigrantes do Leste, ao terem como chefe um imigrante africano?** desenhou-se este quadro de respostas :

| Reacção dos colegas | | |
|---------------------|----|------|
| | Nº | % |
| Mudando de emprego | 5 | 6,8 |
| Indignados | 24 | 32,9 |
| Resignados | 27 | 37,0 |
| Normalmente | 17 | 23,3 |

Quadro nº 4 Reacção dos colegas portugueses

Os mais radicais afirmaram que os colegas reagiriam *mudando de emprego* caso eles como imigrantes fossem os seus chefes, até aos mais moderados que responderam que os colegas aceitariam *resignados*, perfazem os 76,7 %, contra 23,3 % que acha que os colegas aceitariam *normalmente*. Dificilmente alguém sentirá que as suas expectativas de trabalho em Portugal estão a ser concretizadas, se achar que trabalha mais do que os colegas com igual categoria, ou desempenha funções que os seus pares se recusam a desempenhar, ou ainda se recebe salário inferior em relação as suas competências pelo simples facto de ser imigrante. Demonstram igualmente insatisfação / não realização, por acharem que o seu chefe nunca lhe confiaria um cargo de chefia mesmo depois de demonstrar idoneidade e competência e, finalmente seria a atitude dos colegas em reagirem negativamente. Em todo caso os imigrantes não têm uma atitude fatalista do género *sunk cost* (investimento perdido), antes continuam a estudar, trabalhar em busca da rendibilização máxima da aposta que fizeram, e provavelmente por isso obtivemos

respostas como estas, quando perguntamos “**como avalia a força de trabalho dos imigrantes para o progresso de Portugal?**” 61,6 % respondeu que o trabalho imigrante era *muito importante*; 24,7 % respondeu *importante*; e finalmente 12,3 % respondeu que o trabalho imigrante era *imprescindível*.

4.2 – Integração dos Imigrantes

O conjunto de questões que colocamos aos imigrantes africanos neste pacote, foi com o objectivo de saber como se sentiam tratados pelos portugueses e pelos outros imigrantes não africanos, quer no local de trabalho quer na sociedade em geral. Começamos por uma pergunta directa que consideramos ser marcante para o início de uma “jornada”, o acolhimento. O acolhimento faz a “ponte” entre o mundo que se deixou para trás e o mundo em que se vai entrar. À pergunta “**como avalia o acolhimento que recebeu como chegou a Portugal?**” *Muito mau* responderam 15,1 % dos inquiridos; *mau* foi a resposta da maioria com uma distribuição modal de 41,1 %; 27,4 % dos inquiridos respondeu *razoável*; 13,7 % respondeu ter tido um *bom* acolhimento; e finalmente 2,7 % dos inquiridos responderam ter tido *muito bom* acolhimento.

Ao perguntarmos “**sente-se integrados na sociedade portuguesa?**” Obtivemos as seguintes respostas : 12,3 % responderam que se sentiam *muito pouco* integrados; pouco integrados foi a resposta de 21,9 % dos inquiridos; a percentagem maioritária foi para o grupo de imigrantes africanos que respondeu que se sentia *razoavelmente* integrados; 15,1 reponderam estar *bastante* integrados; 11,0 % respondeu sentir-se *completamente* integrados. Referimos anteriormente que o acolhimento fazia a ponte entre o mundo “construído” e o mundo por construir. Quisemos por isso correlacionar as variáveis acolhimento e integração, para vermos se houve maximização da “aposta” ou se a atitude *sunk cost* , os tinha derrotado.

| | | Sente-se integrado? | | | | | |
|-----------------------|----------|---------------------|-------|--------|----------|---------|-------|
| | | Muito pouco | pouco | Razov. | bastante | Comple. | Total |
| Acolhimento a chegada | M. mau | 3 | 3 | 2 | 3 | 0 | 11 |
| | Mau | 6 | 4 | 14 | 4 | 2 | 30 |
| | Razoável | 0 | 7 | 9 | 1 | 3 | 20 |
| | Bom | 0 | 2 | 4 | 3 | 1 | 10 |
| | M. bom | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| | | 9 | 16 | 29 | 11 | 8 | 73 |

Quadro nº 5 Cruzamento de duas variáveis, saber qual o reflexo do acolhimento na integração

Dos 11 inquiridos que responderam ter tido *Muito Mau* acolhimento, 3 referiram sentir-se *muito pouco* integrados; 3 *pouco* integrados; 2 *razoavelmente*; 3 *bastante* integrados; e nenhum dos que teve *muito mau* acolhimento consegue sentir-se *completamente* integrado. Dos 30 inquiridos que responderam ter tido *Mau* acolhimento, 6 sentem-se *muito pouco* integrados; 4 *pouco* integrados; 14 sentem-se *razoavelmente* integrados; 4 *bastante* integrados; e 2 sentem-se *totalmente* integrados. 20 dos inquiridos responderam ter tido um acolhimento *Razoável*. Neste grupo de imigrantes não registamos casos em que se sentisse *muito pouco* integrados; mas 7, referiram sentir-se *pouco* integrados; 9 dos inquiridos responderam sentir-se *razoavelmente* integrados; um sente-se *bastante*

integrado; e 3 responderam *completamente* integrados. Dos 10 inquiridos que responderam ter tido um *Bom* Acolhimento a chegada, não há respondentes que se sintam *muito pouco* integrados na sociedade portuguesa; 2 responderam que se sentiam *pouco* integrados; 4 responderam *razoavelmente*; 3 responderam *bastante*; 1 respondeu completamente. Dos 2 imigrantes africanos que responderam que tiveram um *Muito Bom* Acolhimento a chegada, ambos referem sentir-se *completamente* integrados. Estaríamos a fazer uma afirmação simplista, se nos ficamos pela correlação que estabelecemos e tirássemos conclusões. Estão sem dúvida muitos outros factores em jogo que influenciam e vão influenciando o ritmo de integração dos imigrantes, e isso mesmo temos vindo a demonstrar com a análise das muitas variáveis.

Uma questão que achamos de extrema importância que as respostas dos inquiridos vieram exactamente de encontro às nossas expectativas foi de saber até que ponto os imigrantes consideravam que o **falar português** era importante para a **integração** na sociedade portuguesa. Antes da apresentação dos dados, transcrevemos a entrevista efectuada a um grupo da associação de estudantes africanos da Universidade do Algarve (em Dezembro de 2004).

«*Eu quero contar mais, mas não sei explicar em português, se a dona falasse crioulo...é que nós, só falamos português na escola. Temos muita dificuldade em acompanhar as aulas, porque enquanto os outros ouvem e percebem logo, nós guineenses, ouvimos em português, mentalmente traduzimos para crioulo para podermos perceber. A senhora entende o quanto é difícil para nós acompanhar as aulas? É claro que o professor não espera pelas nossas traduções. É muito complicado. E para fazer os trabalhos escritos?! A dificuldade é muito maior. Nós tentamos fazer em crioulo mas, surgem outros problemas, porque do crioulo não aprendemos a escrita, apenas a oralidade. Nós falamos muito bem, mas escrever? Nunca aprendemos a escrever nem crioulo. Na escola, desde a instrução primária, os professores por terem as mesmas dificuldades que nós também temos com o português, muita coisa é explicada em crioulo. (novamente a pergunta) “a senhora entende?”».*

Regressando a análise dos dados temos que 48,9 % dos inquiridos respondeu que *sim* considera o falar português importante para a integração; 8,2 respondeu *talvez*; e 6,8 % considera que o falar português *não* é importante para a integração. Quanto a inserção dos imigrantes na sociedade portuguesa perguntamos se achavam importante deixar os seus **usos e costumes** para melhor se inserirem nela? 87,7 % respondeu *não*; apenas 12,3 % respondeu que *sim*.

4.3 – Discriminação

Quisemos saber qual a percepção que os imigrantes têm no tocante às atitudes e comportamentos dos portugueses. A pergunta foi : **“alguma vez fizeram com que se sentisse mal por ser imigrante?”**

| | Fizeram com que se sentisse mal | |
|--------------|---------------------------------|------|
| | Nº | % |
| Nunca | 13 | 17,8 |
| Raramente | 9 | 12,3 |
| Às vezes | 26 | 35,6 |
| Muitas vezes | 22 | 30,1 |
| Sempre | 3 | 4,1 |

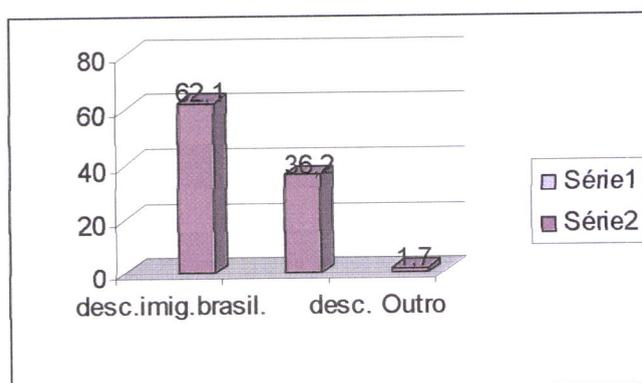
Quadro nº 6 Discriminado por terceiros

Cerca de 70 % (69,9) dos imigrantes africanos, respondeu que os portugueses fizeram com que se sentisse mal por ser imigrante. Destes 35,6 % respondeu *às vezes* ; 30,1 % respondeu *muita vezes*; 4,1 respondeu colocaram-se no extremo *sempre*; 17,8 % colocou-se no extremo oposto e respondeu que nunca os portugueses o fizeram com que se sentisse mal por ser imigrante; e colocaram-se na posição moderada respondendo raramente 12,3 %. Resultados muito semelhantes encontramos ao efectuamos a seguinte pergunta : **“alguma vez se sentiu ma por ser imigrante?”** exactamente 17,8 % dos inquiridos tal como na questão anterior, respondeu *nunca*; aumenta a percentagem dos que responderam *raramente* de 12,2 na pergunta anterior, para 23,3 %; nota-se considerável diferença nos inquiridos que responderam *muitas vezes*. Na questão anterior eram 30,5 % dos inquiridos, enquanto que nesta desce para 20,5 % dos inquiridos. Aumenta para 5,5 % os que responderam *sempre*.

| | Sentir-se mal | |
|--------------|---------------|------|
| | Nº | % |
| Nunca | 13 | 17,8 |
| Raramente | 17 | 23,3 |
| Às vezes | 24 | 32,9 |
| Muitas vezes | 15 | 20,5 |
| Sempre | 4 | 5,5 |

Quadro nº 7 Auto discriminação

Após as entrevistas preliminares, fomos acrescentando perguntas ao inquérito que íamos construindo e, uma dessas perguntas, foi por nos ter sido referido pelos imigrantes africanos vezes sem conta, que, sofriam discriminação no trabalho, por parte de outros imigrantes principalmente pelos brasileiros e por imigrantes do Leste europeu, muito mais do que pelos próprios portugueses. À pergunta “**sente algum tipo de discriminação por parte de outros colegas igualmente imigrantes?**” obtivemos que, 62,1 % dos respondentes acusam ser discriminados por *brasileiros*; e 36,2 % dizem ser discriminados por trabalhadores do Leste 1,7 dizem ser discriminados por outros.



Quadro nº 8 Discriminação por outros imigrantes não afro

Num “bloco” de perguntas, quisemos saber como os imigrantes africanos vêem a actuação da forças da ordem, se já sofreram algum tipo de discriminação por parte das mesmas, pedindo-lhes que avaliassem a sua actuação sobre os imigrantes em comparação aos portugueses, e finalmente pedimos-lhes que opinassem sobre que medidas tomar sobre os imigrantes que cometem crimes em Portugal. Quisemos antes de mais saber quantos dos nossos inquiridos estavam **cadastrados em Portugal**. 12,3 % responderam *sim* ou seja que tinham cadastro em Portugal; e 87,7 responderam *não*.

Perguntamos ainda quantos tinham sido **vítimas de abuso policial?** Embora esta pergunta estivesse sujeita a uma resposta subjectiva, as respostas a nosso ver foram parecem-nos coerentes. Porque 21,9 % responderam *sim* ter sofrido abuso policial, e num outro momento de resposta, igualmente 21,9 % dos inquiridos respondeu *sim ter medo das autoridades*. 74,0 % responderam não ter sido vítima de abuso policial, havendo 4,1 % de ausências de respostas. Por sua vez, 78,1 % responderam não ter medo das autoridades.

Quanto a opinião dos inquiridos sobre a postura das autoridades policiais face aos imigrantes africanos, a esmagadora maioria 48 respondentes o que equivale a 65,8 % acha que as autoridades deveria ter um *igual tratamento* quer para imigrantes quer para portugueses apenas variando no tipo de ilicitude cometida. 19,2 % acha que deveriam ter um atitude *menos dura*. 9,6 % responderam o que acham que a atitude deveria ser *dura*. Mais dura e a resposta de 2,7 % dos inquiridos; e 2,7 % opta pelo *não comento*.

Sendo uma realidade incontornável o facto de muitos imigrantes africanos cometerem crimes em Portugal, confrontamos os nossos inquiridos com dados gentilmente (ver anexo nº 2, p. 168) facultados pelos Direcção Geral dos Serviços Prisionais, solicitamos

dos nossos inquiridos uma opinião sobre o que “**deveria ser feito com os imigrantes que cometem crimes em Portugal?**”

| Imigrantes com crimes em Portugal | | | |
|---|--|----|------|
| Opinião | | Nº | % |
| 1. Punidos em Portugal | | 10 | 13,7 |
| 2. Repatriados | | 2 | 2,7 |
| 3. Repatriados se reincidissem | | 2 | 2,7 |
| 4. Repatriados se penas graves | | 15 | 20,5 |
| 5. Repatriados e julgamento país origem | | 43 | 58,9 |

Quadro nº 9 Opinião sobre punições aos imigrantes criminosos

Surpreendeu-nos o facto de 58,9 % dos inquiridos responder que achava que os imigrantes que cometem crimes em Portugal devem ser *repatriados e, deixar o julgamento por conta dos países de origem*. Porque por muito dura que seja a justiça em Portugal, em qualquer um dos países de origem dos imigrantes em análise, o sector judiciário ainda carece de muita organização e os serviços prisionais, de humano não têm quase nada. Fica-nos a frustração de não podermos saber, se os nossos inquiridos responderam assim por desconhecerem a justiça que se pratica nos seus países ou se por não acreditarem que o código penal é muito semelhante, e que uma vez condenado cá, será igualmente condenado lá e, quiçá com agravamento por ter manchado o “bom nome” do país. Já 20,5 % dos inquiridos responderam que os imigrantes que cometem crimes cá devem ser repatriados *apenas se penas grave*. Enquanto que 13,7 acha que deviam ser *juulgados em Portugal*.

Finalizando o nosso inquérito posemos uma linhas a disposição dos inquiridos para que expressassem sobre o que **esperavam obter da sociedade portuguesa**. Foi uma pergunta “vaga” e fizemo-la com o objectivo de obter uma larga variedade de respostas, abrangendo expectativas de vária ordem, de alguém que deixa todos os seus *envelopes ecológicos*, “construções” e conquistas para começar do zero, muitas vezes munido apenas de um *sonho*. Mais uma vez nos surpreendemos com a resposta que foi quase unânime : **respeito pela pessoa e pelo trabalho do imigrante**.

5 - Análise Preliminar da Sondagem aos Portugueses

Depois de sabermos como os imigrantes se sentem na sociedade portuguesa e a impressão que têm da forma como são tratados pelos portugueses, passamos para a análise do inquérito que fizemos aos olhanenses (portugueses). Embora o nosso trabalho tratasse da problemática da **Integração** (inclusão / exclusão) social dos imigrantes oriundos dos PALOP’s residentes em Olhão /Quelfes, achamos que seria enriquecedor para a investigação, auscultar a opinião dos portugueses que coabitam as mesmas freguesias, para saber que quadro imagiológico “desenham do sub grupo de imigrantes acima referido. Os portugueses destas freguesias, frequentam as mesmas escolas (a vários níveis, desde os infantários até as universidades), os mesmo hospitais, os meus locais de compras (desde a mercearia da Dona Maria as grandes superfícies); frequentam os mesmos locais de lazer e diversão (praias, restaurantes, bares etc.) e

muitos partilham o local de trabalho, vivendo no dia-a-dia as mesmas alegrias, paixões e aflições como o aumento do custo de vida e o **desemprego**.

5.1. Questões Metodológicas

Para o trabalho de investigação, houve necessidade de se avaliar a Dimensão da Amostra. Para tal procedeu-se a especificação do Plano de Sondagem que engloba três pontos importantes:

- Definição das populações;
- Método de amostragem;
- Cálculo da dimensão da amostra.

5.2. Definição das Populações

Para a investigação necessitamos de duas populações diferentes: População activa de portugueses residentes nas Freguesias de Quelfes e de Olhão – Concelho de Olhão. Esta população embora pertencendo ao mesmo concelho, e, sendo considerada urbana tem características diferentes que pensamos ser enriquecedoras para a pesquisa. A população de Quelfes, é mais voltada (na sua maioria) para o campo e actividades agrícolas, enquanto que a população da Freguesia de Olhão está maioritariamente voltada para a pesca, indústria e serviços.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística(INE), a população activa no Algarve é de 58,7 % do total da população, segundo dados dos censos de 2001. Sendo a população total de Quelfes de 13289, então a população activa é de $13289 \times 0,587 = 7801$ indivíduos. Efectuou-se o mesmo cálculo para a população da freguesia de Olhão e obtivemos que, do total de 14749 indivíduos, 8658 são indivíduos activos.

5.3. Método de Amostragem

Quanto a população activa portuguesa residente nas Freguesias de Quelfes e Olhão, decidiu-se utilizar para a sua selecção o Método de Amostragem⁸⁶ por itinerários. Desta forma, procurou-se introduzir alguma aleatoriedade na selecção dos indivíduos de forma a obter uma amostra mais representativa. Este método de amostragem também só foi possível de aplicar, porque as freguesias em estudo são sobretudo urbanas. Assim decidiu-se partir do Centro de Saúde de Olhão (local frequentado por indivíduos de ambas as Freguesias). Seguiu-se um caminho aleatório, no qual era inquerido o primeiro indivíduo de 20 em 20 passos.

Apesar de não poder aplicar métodos de amostragem probabilísticos, os quais nos permitiriam calcular matematicamente a dimensão da amostra em função da precisão e do grau de confiança desejados para os resultados, vai ser calculada a amostra com base na Amostragem Aleatória Simples em termos indicativos.

5.4. Cálculo da Dimensão da Amostra

A dimensão da amostra vai ser calculada em função da variabilidade intrínseca das variáveis de Interesse. (variáveis que *per si* nos dão praticamente a resposta da investigação).

⁸⁶ REIS, Elisabete et al *Sondagens A Amostra como Factor Decisivo de Qualidade*.

² IDEM

No caso do estudo à população de portugueses residentes considerou-se que a variável de interesse é : “sente que o seu emprego está ameaçado pela mão de obra imigrante” ? questão dicotómica em que as possibilidades de resposta são : Sim \square e Não \square em que se atribui (na pior das hipóteses), 50 % para o Sim e 50 % para o Não. É uma questão qualitativa dicotómica, pelo que a sua análise de dados vai ser efectuada através de cálculo de percentagem (proporção). Estamos perante um problema de estimação de proporção, onde não temos conhecimento sobre os valores das proporções obtidas em estudos que possam eventualmente existir. Desta forma considera-se que $p = q = 0,5$. Temos que $p \Rightarrow$ proporção de indivíduos que sentem o emprego ameaçado;
 $q = 1 - p \Rightarrow$ proporção de indivíduos que não sente o emprego ameaçado. Usando a fórmula de cálculo da dimensão da amostra aleatória simples sem reposição de n no

caso a estimação de proporção é a seguinte :
$$n = \frac{z^2 * \frac{p * q}{d^2}}{1 + z^2 * \frac{p * q}{d^2 * N}}$$

Temos neste caso, para a freguesia de Quelfes que :

P = 0,5

Q = 0,5

N = 7801

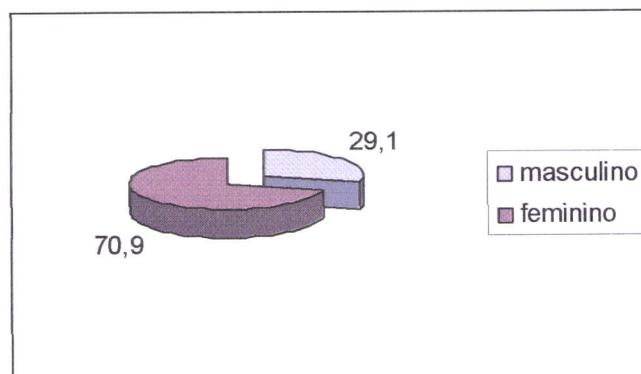
D = 0,12 (precisão absoluta 12 %)

Z = quantil de distribuição Normal para um dado grau de confiança.

$\lambda = 95 \% \Rightarrow z = 1,96$

Feitos os cálculos obtivemos que uma dimensão amostral de 66 indivíduos ($n \cong 66$) para cada uma das freguesias em estudo, totalizando 134 indivíduos.

Usamos variáveis como sexo, idade, habilitações literárias, ocupação e outras, e, procuramos ainda saber quem já tinha estado na “pele” de um imigrante ou seja quem já tinha emigrado. Foi extremamente difícil conseguir abordar os Olhanenses do sexo masculino. Ou estavam cheios de pressa, ou simplesmente não queria ser incomodados. Os dados recolhidos mostram exactamente isso. Numa amostra de 134 portugueses inquiridos, apenas 35 são do sexo masculino, o equivalente a 29,1 %, contra 95 indivíduos do sexo feminino, 70,9 %.



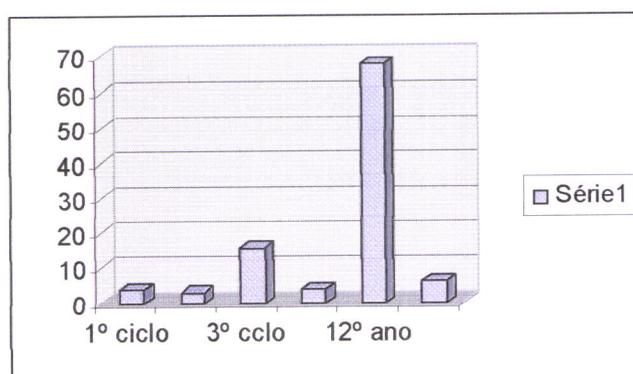
Quadro nº 10 representação dos inq. Port. Por sexo

5.5 – O perfil escolhido para os inqueridos era que, todos teria que ter entre os 18 aos 60 anos de idade, ou seja indivíduos que fossem estudantes ou trabalhadores activos, que aparentassem ter condições de ler e compreender o lhes era pedido no inquérito que lhes era distribuído. Tendo a autora deste trabalho de investigação, a seu cargo a distribuição dos inqueritos, sendo ela de raça negra com certeza causou constrangimentos a quem estava a preencher o inquérito. Só mais tarde se veio a revelar prejudicial para a investigação que, provavelmente teria resultados diferentes, se se conseguisse arranjar outros elementos não de raça negra, para a tarefa. Na amostra destacam-se os inquiridos com idades compreendidas entre os **25 e os 32 anos** → **30,6 %**; o segundo grupo com expressão é o dos **18 – 25 anos** → **23,9 %**; destacam-se ainda os grupos dos 33 – 39 com 20,9 % e, o grupo dos 40 – 46 anos apenas com 14,9 %.

| Idade | | |
|-------|-----|-------|
| | Nº | % |
| 18-25 | 32 | 23,9 |
| 26-32 | 41 | 30,6 |
| 33-39 | 28 | 20,9 |
| 40-46 | 20 | 14,9 |
| 47-53 | 11 | 8,2 |
| 54-60 | 2 | 1,5 |
| total | 134 | 100,0 |

Quadro nº 11 Distribuição das idades por classes

Quanto as **habilitações literárias** dos inqueridos : 3,7 % possui o 1º ciclo; 3,0 % o 2º ciclo; 3,7 % o 11º ano; 15,7 % possui o 9º ano de escolaridade; 60,9 % dos inquiridos, o 12º ano; 6,0 % tem licenciatura.



Quadro nº 12 habilitações literárias dos inq. portugueses

Quanto a **ocupação** e rendimentos, obtivemos que : 16,4% responderam **estudante**; 12,7 % **trabalhadores braçais**; 5,2% **empregados de mesa**; 12,7 % **técnico médio**; 35,1 % **técnicos superiores**; 3,7 **pós graduados**; 2,2 % **empresários**; 10,4 % **administrativo**.

| Ocupação/profissão | Nº | % |
|-------------------------|-----|-------|
| Estudante | 22 | 16,4 |
| Empreg. limpeza/braçal | 17 | 12,7 |
| Empregado mesa | 7 | 5,2 |
| Doméstica | 2 | 1,5 |
| Técnico médio | 17 | 12,7 |
| Técnico superior | 35 | 35,1 |
| Pós graduado | 5 | 3,7 |
| Empresário /comerciante | 3 | 2,2 |
| Administrativo | 14 | 10,4 |
| Total | 134 | 100,0 |

Quadro no 13 Profissões /ocupação dos inq. Port.

No tocante ao **rendimento / salário**, só 6.7 % dos respondentes afirmaram não auferir qualquer salário; 11.9 % auferia salários inferiores ou igual a 500 € ; 29,1 entre 500 e 700 € ; 20,1 % entre 700 e 1000 € e finalmente, 42 % dos nossos inquiridos respondeu auferir salários acima dos 1000 € .

Interessava-nos saber dos nossos inquiridos, até que ponto os **imigrantes africanos representam uma ameaça para o emprego** e consequente bem-estar dos olhanenses? Porque consideramos que o facto dos olhanenses sentirem que o seu emprego e bem estar estava ameaçado, seria um factor importantíssimo para a integração dos imigrantes africanos na sociedade de acolhimento. Surpreendentemente a resposta foi que os imigrantes africanos não ameaçam o emprego dos olhanenses. Dos 18 % que responderam sentir o seu emprego ameaçado, 14% respondeu que a ameaça vinha dos imigrantes do Leste europeu (sendo que os mais ameaçados são o grupo dos estudantes, empregadas de mesa e empregadas de limpeza), e os restantes 4 % responderam ser o grupo de imigrantes brasileiros.

Perguntamos aos olhanenses “concorda que os imigrantes africanos fazem os piores trabalhos ou seja os trabalhos que os portugueses não querem fazer” independentemente das suas habilitações literárias ou profissionais que possuem? obtivemos que : 3,7 % **discorda totalmente** que os africanos fazem os trabalhos que os portugueses não querem fazer; 36,6 % **discorda**; 35,1 **concorda**, 24,6 % **concorda totalmente**.

| Piores trabalhos | Nº | % |
|---------------------|-----|-------|
| Discordo totalmente | 5 | 3,7 |
| Discordo | 49 | 36,6 |
| Concordo | 47 | 35,1 |
| Concordo totalmente | 33 | 24,6 |
| Total | 134 | 100,0 |

Quadro nº 14 os piores trabalhos cabem aos imigrantes?

A outra variável que usamos para obtermos dos olhanenses o perfil do trabalhador imigrante africano, foi saber se concordavam com a frase “ **os imigrantes trabalham mais do que os portugueses**” ? Paradoxalmente 67,9 % **discorda**, 9,0 % **discorda totalmente**, 21,6 % **concorda** ; apenas 1,5 % **concorda totalmente**.

| Trabalham mais | Nº | % |
|---------------------|-----|-------|
| Discordo totalmente | 12 | 9,0 |
| Discordo | 91 | 67,9 |
| Concordo | 29 | 21,6 |
| Concordo totalmente | 2 | 1,5 |
| Total | 134 | 100,0 |

Quadro nº 15 Imigrantes trabalham mais que portugueses

Os salários dos imigrantes é uma das variáveis que nos pode ajudar a compreender em que nível económico os olhanenses situam o imigrante africano, se a um nível igual, superior ou baixo do seu em termos gerais. 64,9 % considera que os “**imigrantes africanos exercendo as mesmas funções que os portugueses e recebem um salário inferior?**”; 35,1 tem opinião contrária.

Na sequencia da avaliação da forma como os olhanenses vêem os imigrantes africanos na sociedade, porque eles são um factor preponderante na sua integração, perguntamos-lhes como reagiriam se de repente se vissem chefiados por um imigrante africano com competência e habilitações comprovada? A esmagadora maioria ou seja 98,5 % respondeu que reagiria **normalmente**; 0,7 % respondeu que **mudava de emprego**; e 0,7 % ficava **indignado**. Esta resposta contradiz totalmente o que os africanos pensam. Porque foi perguntado aos africanos como reagiram os seus colegas portugueses se se vissem chefiados por um imigrante africano e as respostas (Quadro nº4) são contraditórias, 76,7 % reagiria negativamente, sendo que 6,8 % dos africanos acha mesmo que os colegas mudariam de emprego.

5.6 – Como Vêem os Portugueses o Imigrante Africano?

Face às informações que constantemente invadem as nossas casas sobre a forma como muitos imigrantes africanos chegam a Europa perguntamos aos olhanenses se “**acreditavam que havia grupos organizados que ganhavam avultados lucros arranjan-do vistos falsos para os imigrantes africanos?**” A resposta a essa pergunta foi igualmente surpreendente : 104 dos 134 olhanenses inquiridos o equivalente a 77,6 %, respondeu “**sim acredito**”; apenas 3 dos inquiridos respondeu o contrário 2,2 %; 9,7 % respondeu **não saber** ; 10,4 % respondeu “**não comento**”.

Quisemos obter uma resposta sobre o que os olhanenses acham da afirmação que constantemente se faz sobre os imigrantes africanos, ou seja **associá-los ao crime e a violência** : 11,9 % respondeu **totalmente injusto**; 27,6 % respondeu **injusto**; 37,3 % considera **parcialmente justo**; 0,7 % considera **justo**; 0,7 % considera **totalmente justo** e 21,6 % **não opina**.

| | Crimes e Violência | |
|--------------------|--------------------|------|
| | Nº | % |
| Totalmente injusto | 17 | 11,9 |
| Injusto | 36 | 27,6 |
| Parcialmente justo | 50 | 37,3 |
| Justo | 1 | 0,7 |
| Totalmente justo | 1 | 0,7 |
| Não opino | 29 | 21,6 |
| Total | 134 | 100 |

Quadro nº 16 Associar crimes / violência aos imig. africanos

Fizemos outra pergunta muito parecida a esta mas, quisemos saber se os olhanenses achavam que os imigrantes cometiam **mais crimes que os portugueses**. Tal como em outras respostas que obtivemos, ficaremos sem saber se a resposta foi apenas uma resposta “politicamente correcta” por se encontrarem diante de uma entrevistadora visivelmente imigrante africana, ou porque realmente é essa a sua opinião. Fica a dúvida. Entretanto os resultados surpreenderam-nos quando reparamos que só 6 indivíduos, o equivalente a 4,5 % responderam **verdadeiro** que os africanos cometiam mais crimes que os portugueses, quando na questão anterior 37,3 % respondeu achar parcialmente justo associar-se o imigrante africano ao crime e a violência.

| | Nº | % |
|-------------|-----|-------|
| Mais crimes | | |
| Falso | 51 | 38,1 |
| Verdadeiro | 6 | 4,5 |
| Não sei | 59 | 44,0 |
| Não comento | 18 | 13,4 |
| Total | 134 | 100,0 |

Quadro nº 17 imig. afric. cometem mais crimes

Interessava-nos saber até que ponto os olhanenses **conheciam de perto os imigrantes africanos**. 60,4 % respondeu que **conhecia ou lida de perto**. Dentre todos os inqueridos, 29 % respondeu que considerava os migrantes **simpáticos**; 58,2% considera-os **alegres** e 26,9 % acha os imigrantes africanos **sociáveis**. Nesta variável perguntávamos ainda se os olhanenses achavam os imigrantes africanos **indesejáveis**, **incómodos** ou se **lhes eram indiferentes** houve 0,0 respostas.

Perguntamos ainda aos olhanenses, se consideravam a **possibilidade de se relacionarem** com imigrantes africanos e, 78,4 % respondeu **sim**, 14,9 % respondeu **talvez**, 6 % respondeu **nunca**.

De seguida fizemos a pergunta “**aceitaria o casamento de um filho seu ou familiar próximo com um emigrante africano?** 75,4 % respondeu **sim**; 20,1 % respondeu **talvez**; 1,5 % respondeu **não**; 3,0 respondeu que **nunca** aceitaria.

Em sequência, apresentamos a opinião sobre a forma como são encarados os **casamentos entre portugueses e imigrantes africanos?** 4,5 % respondeu que os considerava **casamentos de conveniência**; a esmagadora maioria – 84,3 % respondeu que os considerava **casamentos como quaisquer outros**; 0,7 % consideravam-nos **casamentos de curta duração** e 0,7 % consideravam que **deviam ser proibidos**. 9,7 % revelaram-se **sem opinião**.

5.7 – Sentem os Portugueses o Emprego Ameaçado por dos Imigrantes Africanos?

Vive-se em Portugal um momento particularmente difícil. Assistimos ao fecho de empresas quase todas as semanas. Segundo as estatísticas do Centro de Emprego, há em Portugal cerca de 4300 desempregados. O cidadão mais simples ou desatento, sabe que, os imigrantes africanos vêm para Portugal a procura de emprego. Sendo o desemprego uma forma de exclusão social, que gera conflitos e insegurança, buscamos saber, dos olhanenses que sentimento nutriam quanto a vinda de mais imigrantes legais e, pedimos inclusive sugestões sobre a solução para impedir que continuasse o fluxo de imigrantes africanos ilegais. As respostas foram surpreendentes : apenas 3,7 % acha que o governo português deveria **fechar as fronteiras** proibindo a entrada de mais imigrantes africanos; 41,8 % em discreta concordância com os anteriores (embora não sendo tão directos) acham que Portugal, não tem capacidade para recebe mais imigrantes africanos; a surpresa reside no facto de 52,2 % dos olhanenses (em que apenas 7,0 % nasceu num país dos PALOP e 4,0 % nasceu no estrangeiro e, só 12,7 % já esteve emigrado), respondeu que **Portugal deve retribuir o acolhimento** que recebeu enquanto teve os seus cidadãos emigrados, acolhendo todos os imigrantes africanos, que poderem entrar legalmente.

5.8 – Postura Face à Imigração Ilegal

Apresentamos sugestões de solução para a imigração ilegal, e pedimos que assinalassem com qual delas concordavam. 55,2 % respondeu que se devia **facilitar a legalização** dos imigrantes africanos em situação ilegal; 44,8 acha que se deveriam aplicar **pesadas multas aos países de origem** destes imigrantes; e destes 44,8, 37,2 respondeu ainda que os ilegais deviam **ser repatriados**.

5.9 – Opinião Sobre a Cidadania dos Descendentes de Imigrantes

Na sequencia da avaliação do grau de inclusão dos imigrantes africanos na sociedade, apresentamos um conjunto de quatro respostas à questões que formulamos aos nossos inqueridos. Ao lhes ser questionado se consideram os imigrantes africanos de 2^a e 3^a geração cidadãos portugueses? 74,6 % dos inqueridos respondeu que **sim**; 10,4 % respondeu que **não** os considera portugueses, e 14,9 % optou pelo terceiro nível da questão, **não comento**.

| | Cidadania dos descendentes | |
|-------------|----------------------------|-------|
| | Nº | % |
| Sim | 100 | 74,6 |
| Não | 14 | 10,4 |
| Não comento | 20 | 14,9 |
| total | 134 | 100,0 |

Quadro no 18 Considerar cidadania desc. imigrantes

No tocante aos usos e costumes e a forma de estar dos imigrantes africanos face aos portugueses perguntamos se os **achavam diferentes?**. 1,5% acha-os **totalmente diferentes**; 5,2 acha-os **muito diferentes**; **diferente** foi o que 30,6 % respondeu; **pouco ou nada** foi a resposta de 61,2 dos inquiridos; obtivemos 1,5 de ausência de respostas pela primeira vez.

Não quisemos deixar de auscultar que tipo de impressão têm os olhanenses face à muito tímida presença de imigrantes africanos nas telas de televisão em programas portugueses e principalmente expressando-se na língua portuguesa (porque afro-descendentes estrangeiros são presença constante em filmes e outros programas estrangeiros), de considerável audiência nacional. 34,3 % respondeu **é-me indiferente**; 1,5 % respondeu que se sente **incomodado**; **agrada-me** foi a resposta de 12,7 %; 51,5 % acha que o desempenho destes é **igual ao dos portugueses**.

Finalizamos com uma pergunta que, apesar dos resultados obtidos, observamos que os inquiridos esboçavam um leve sorriso, chegando mesmo à gargalhada muitas vezes. Não obstante as respostas à pergunta “ **acha possível Portugal vir a ter um dia um Primeiro Ministro ou um Presidente da República descendente de imigrantes africanos?**” 6,7 % respondeu **improvável**; **pouco provável** foi a resposta de 32,1 % dos inquiridos; 47,0 % respondeu ser **provável**; e 14,2 % optou pelo **não comento**. Em estatística o que conta não é a expressão do rosto do inquirido, nem a impressão que ele os transmite, mas sim a realidade dos números. E, os números são os que apresentamos.

| | PM / PR desc. Imigrantes | |
|----------------|-----------------------------|-------|
| | Nº | % |
| Improvável | 9 | 6,7 |
| Pouco provável | 46 | 32,1 |
| Provável | 63 | 47,0 |
| Não comento | 19 | 14,2 |
| Total | 134 | 100,0 |

Quadro nº 19 Ascensão desc. Imig. a cargos de PR/PM

6- Discussão de Resultados

Do trabalho de campo que realizamos, privilegiamos a comunicação directa, desenvolvendo-a através de inquéritos apoiados por questionários, em que todos os inquiridos responderam exactamente às mesmas questões, colocadas por uma ordem previamente estabelecida. Encorajamos os nossos entrevistados a expressarem livremente a sua opinião e sentimentos sobre o tema referente à investigação.

O inquérito foi construído mediante a opinião que obtivemos de entrevistas preliminares que realizamos a um número expressivo de indivíduos das populações em análise. Aos imigrantes africanos, realizamos entrevistas normalmente em grupo de 4 a 10 pessoas, em que era dada a cada um a possibilidade de expressar a sua opinião sobre as questões que colocávamos referentes ao tema “modos de integração dos imigrantes africanos no Algarve” caso particular de Olhão/Quelfes. Quanto a população portuguesa as entrevistas foram feitas a um muito menor número de indivíduos e foi maioritariamente a nível individual. Elaboramos um único inquérito para a população imigrante e para a população portuguesa. Ao fim de cerca de dez recusas em que os inquiridos se escusavam alegando ser muito longo e complicado, alegando falta de tempo e disponibilidade. Resolvemo-nos por fazer dois inquéritos, um exclusivamente para respondentes africanos, e outro para respondentes portugueses. Passamos a obter menos recusas em responder, mas continuou a ser muito difícil encontrar interessados portugueses que quisessem colaborar connosco. Por parte dos inquiridos africanos como já referimos o método usado foi o de *snowball*, em que uns grupos iam passando para outro grupo que conheciam e assim sucessivamente. Perderam-se dezenas de inquéritos, porque muitas das vezes, os imigrantes a quem confiávamos os inquéritos, mudavam de casa de uma semana para a outra e dificilmente os voltávamos a encontrar. Por este facto, não tivemos oportunidade de observar as reacções de todos os nossos respondentes africanos mas, temos a referir a excelente adesão dos imigrantes africanos oriundos dos PALOP's, que alturas houve em que respondentes se mostrara disponíveis sem que nós tivéssemos mais inquéritos para dar.

Muitas foram as vezes que recebemos manifestações de encorajamento, alegando que raríssimas eram as vezes em que a opinião dos imigrante era ouvida, e por isso muitos dos seus problemas não encontravam solução. Ao fim e 40/60 minutos de entrevista, podemos obter uma ideia da relação que inquirido faz entre comportamento e atitude face a componentes tão importantes como cognição – aquilo em que o inquirido acredita; afectiva – aquilo que sente em relação a determinados assuntos; comportamental – atitude que realmente o inquirido tem em face a determinado assunto, neste caso concreto sobre a sua própria integração na sociedade portuguesa. Encontramos muitas barreiras na comunicação com os imigrantes não oriundos da África não “portuguesa”. Em alguns casos chegando mesmo a ser agressivos e noutros fugiam. Foram muito poucos os que se disponibilizaram a conversar connosco. Valeu-nos o facto de termos conhecido alguns países africanos e sempre que nos era possível, manifestávamos não ser agentes nem da polícia, nem do SEF e nem da segurança social, provando que apenas se tratava de uma estudante que estava a fazer “um trabalho” e mostrávamos fotos tiradas nos seus países. Só assim foi possível entrevistar os poucos imigrantes do Senegal e um ou outro da Costa do Marfim.

A entrevista por telefone foi outra das técnicas de investigação que usamos obter dados que consideramos importantes para o trabalho. Usamo-la para entrevistar o Inspector da

Polícia de Segurança Pública da Esquadra de Olhão, de quem obtivemos respostas sem constrangimentos, (uma vez que não estávamos a ser vistos na pele de imigrante) e sem a preocupação “em ser politicamente correcto” que pudesse comprometer a verdade da informação que julgamos importantíssima para a nossa pesquisa. A resposta do Inspector à pergunta “considera os imigrantes africanos residentes em Olhão, uma ameaça à segurança pública”?: *« de maneira nenhuma. Os imigrantes africanos são mais espalhafatosos, são barulhentos; gostam de música alta, falam alto nos cafés, o que causa irritação e atitudes violentas por parte dos portugueses. Têm acções previsíveis, e os delitos que cometem, são normalmente pequenos furtos relacionados com o consumo de drogas. Quando traficam, são fazem-no para pagar dívidas de consumo e pouco mais. Há pequenas excepções, os caboverdianos por exemplo estes sim são os que dentre a comunidade africana, cometem os crimes mais violentos, homicídios com arma branca, mas são casos muito raros. São pessoas de trato fácil. Localizamo-los com facilidade. Em suma temos boa relação com eles. Relação difícil e perigosa é com os imigrantes do Leste. E mesmo a população, queixa-se mais dos imigrantes do Leste e, ao contrário dos africanos, estes “evaporam-se” são muito difíceis de encontrar. A forma como actuam é organizada, premeditada e como tal o risco é bem calculado, estes sim são maus... »*. Os dados que gentilmente nos foram cedidos pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais, embora sendo dados nacionais, vêm de encontro às declarações do Inspector. O número de imigrantes africanos nas cadeias portuguesas, não chegam a 1300 indivíduos. E tal com referiu o Inspector, os cabo-verdianos são a maioria. (ver anexo nº 2, p. 168)

Terminamos esta análise com a convicção de que só agora possuímos as bases necessárias para elaborar um trabalho de investigação, quando na verdade temos que apresentar o que fizemos. E o que fizemos foi saber como se estavam a integrar os imigrantes africanos por Olhão/Quelfes? E como aceitavam os portugueses a presença dos imigrantes africanos? Pelos resultados concluímos que : a maioria dos imigrantes africanos oriunda dos PALOP, está integrada pelo processo de assimilação, um número considerável por nacionalização, (o que não deixa de ser também por assimilação, na verdade a nacionalização só acontece quando já se tingiu um avançado estágio de assimilação), principalmente para os angolanos. Os portugueses por sua vez, lidam muito bem com a presença dos imigrantes africanos, apenas acham que o governo português devia se preocupar mais com o controle das fronteiras, para evitar a entrada de mais imigrantes ilegais.

CONCLUSÃO

Atribuir aos imigrantes uma identidade cultural unificada e uma pertença comunitária e referenciáveis à sua origem resulta de um duplo equívoco. Por um lado esta suposta identidade não passa frequentemente de uma representação estereotipada do “outro” construída por sectores da sociedade de imigração. Por outro lado, convirá salientar que os imigrantes não transportam consigo mais do que fragmentos de identidades anteriores, muito variadas em função das suas diferentes origens e inserções sociais.

Pena Pires

O imigrante está sujeito por inerência à sua condição de “estranho”, a que lhe seja atribuída uma identidade cultural. O imigrante africano, não está livre de ver a sua imagem envolvida em estereótipos nem sempre dignificantes, até que prove o contrário. O facto de vivenciarmos na primeira pessoa o papel de um imigrante, denuncia a nossa falta de imunidade na escolha do tema, e quiçá, tenhamos ao longo da dissertação, deixado transparecer alguma “inflamada” subjectividade. Receamos igualmente ter passado para o trabalho alguns “laivos” de etnocentrismo que de alguma forma nos tenham direccionado a opinião sobre os outros imigrantes. Sofremos influências e contradições por termos passado igualmente por *modos de integração* social, que nos levam muitas vezes a “julgar” comportamentos de outros imigrantes. A somar ao facto de lidarmos no dia-a-dia com imigrantes dos mais variados quadrantes sociais, económicos e nacionalidades, por inerência à profissão, identificamos sem grande esforço, em que estágio de inserção se encontram e qual o modo de integração porque optaram ou lhes foi permitido optar para se inserirem na sociedade de acolhimento.

No final da investigação, pensamos ter conhecido um pouco mais do “outro” imigrante. Saber quem é? Qual o país de origem? Quais as razões que o fizeram imigrar? Porquê a escolha de Portugal como destino de imigração? Como se sente na sociedade portuguesa? Como os outros o fazem sentir-se? Foram algumas das variáveis usadas para chegarmos aos *modos de integração*.

Por questões de tempo e de dinheiro, limitamos os inquéritos a um pequeno número de questionários respondidos. Foi uma formalidade que cumprimos e embora dela obtivéssemos respostas que nos ajudaram a construir a imagem do migrante, não nos satisfez tanto como o facto de ao fim de 20 anos a morar em Olhão, pararmos pela primeira vez para e, “olhar” para a linda cidade e para os seus habitantes. Conseguimos estabelecer uma interacção diferente com os nossos “vzinhins”. Visitamos o Cerro de S. Miguel, entramos nas casas dos nossos “vzinhins”, sem “armadura”, nem farda, conversamos de imigrante para imigrante.

Tivemos sérias dificuldades em equacionar a informação teórica que obtivemos da longa e frutuosa pesquisa bibliográfica que efectuamos. É verdadeiramente apaixonante, apreciar a forma inteligente e inteligível, como os escritores expõem os seus pontos de vista, em que vezes sem conta nos identificamos ou identificamos as situações para as quais buscamos respostas. Sentimo-nos pequeninos e insignificantes no meio de tanto saber e inteligência. Compreendemos a necessidade de buscar mais saber do saber instituído (passe o pleonasma).

Da observação que realizámos tomamos conhecimento do fosso sócio – económico que existe entre os imigrantes oriundos dos PALOP e os outros africanos. Reconhecemos que possa estar intrínseca alguma forma de etnocentrismo e que determinadas situações nos tornem mais susceptíveis a ele, daí, a nossa observação não ser de todo isenta mas, os estilos de vida que conhecemos falam por si. Curioso foi igualmente o facto que constatamos e, que nos deixou de veras curiosos : porque razão os Guineenses se identificam mais e coabitam melhor com (pelo que podemos observar), com os outros africanos, principalmente com os senegaleses, do que com os seus “camaradas” de colonização dos PALOP? É uma pergunta que ficar por responder num outro trabalho de investigação.

Definimos *Modos de Integração dos Imigrantes Africanos no Algarve numa Perspectiva da Ecologia Humana*, como nosso objecto de estudo, esforçamo-nos por consegui-lo, embora reconheçamos que a inexperiência na investigação, nos tenha limitado na explicação de determinados fenómenos e com isso tenhamos cometido eventualmente alguns desvios do nosso objecto de estudo.

Quanto aos objectivos a que nos propusemos, pensamos tê-los alcançados, quer através dos dados recolhidos e consequente análise dos resultados, quer pela aprendizagem e enriquecimento directo pela recolha de impressões resultantes da observação participante à muitos dos imigrantes africanos no Algarve.

Já nos referimos ao facto de haver essencialmente dois grupos de imigrantes africanos no Algarve, mais concretamente em Olhão e Quelfes, Freguesias onde efectuamos o estudo : os imigrantes oriundos dos PALOP e os imigrantes africanos oriundos de outros países africanos. O denominador comum entre ambos os grupos é a busca de melhores condições de vida; o que influencia o seu *modo de integração* é a forma como decidiram imigrar; a preparação para imigrar; a informação que possuíam sobre a sociedade de imigração; os elementos de identificação com a sociedade de imigração, a determinação em se fixarem ou em regressarem para o país de origem; e principalmente o tipo de capital que possuem. Enquanto que a maioria dos imigrantes proveniente dos PALOP, tem afinidade, tem laços culturais e alguns possuem ainda laços de consanguinidade, que lhes permitia optar por um modo integração social, mesmo em se tratando de uma imigração temporária, os outros africanos que na sua maioria entrou num barco que vinha para a Europa e por acaso foram “despejados” em Portugal, automaticamente tende a auto exclui-se, não busca nenhum modo de integração, vive em condições sub humanas, à margem da Lei e dos considerados “bons costumes” pela sociedade de imigração. O factor que determina o *modo de integração* é o factor económico, embora o capital social e o capital cultural também tenham um peso considerável.

Em jeito de conclusão diremos que cada um dos *modos de integração* exige do imigrante diferentes graus de dificuldade. Imigrantes integrados em enclaves ou isolados, desde que estejam integrados serão uma mais valia para economia da sociedade de imigração, e serão mais ou menos incómodos para os autóctones e determinantes para a paz social, consoante o modo de integração porque optarem. Os «outsiders» constituirão sempre um motivo de preocupação para a sociedade de imigração não só por se auto excluírem mas principalmente pelos motivos que os conduziram a auto exclusão. Finalmente o *modo de integração* começa quando se toma

a decisão de imigração. Quanto mais ponderada for a decisão de imigrar, depois de obter o máximo de informação possível sobre o país de imigração, procurando a partida elementos de identidade com a sociedade de acolhimento, menos traumático e quiçá seja mesmo “natural” o processo de assimilação.

BIBLIOGRAFIA

- **ANDRADE**, Vítor. *Onde Falham as Cidades*. (1ª ed.). Lisboa : Editora Expresso. 2005
- **ARAGONÉS**, Juan Ignacio; **AMÉRIGO**, Maria. *Psicologia Ambiental*. Ediciones Pirâmide. Madrid, 1998.
- **ARON**, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1991.
- **BACHELAR**, Gaston. *A Poética do Espaço*. (trad António de Pádua Danesi). Editora : Martins Fontes. São Paulo 2000.
- **BLACHE**, Vidal de La. *Princípios de Geografia Humana*. (trad. Fernandes Martins). Edições Comos. Lisboa, 1921.
- **BERGER**, Peter I. **LUKMANN**, Thomas *A Construção Social da Realidade*. (15ª edição). Editora Vozes, Petrópolis 1998.
- **CAMPENHOUDT**, Luc Van. *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*. Trajectos Gradiva
- **CHOSSUDOVISKY**, Michel. *A Globalização da Pobreza*. (trad. Ana Saldanha). Editorial Caminho. Lisboa, 2003.
- **CONSTITUIÇÃO** da República Portuguesa. Edições Almedina. Coimbra, 2006.
- **CORCUFF**, Philippe. *As Novas Sociologias*. Lisboa: Vral, Lda., 2001
- **COSTA**, Alfredo Bruto. *Exclusões sociais*. Fundação Mário Soares. Editora : Gradiva. (1ª edição) Lisboa, 1998.
- **CRUZ**, M. Braga. *Teorias Sociológicas*. I Vol. 3ª edição. Editora: Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2001.
- **CUISIN**, Michel *O que é a Ecologia*. (trad. Carlos Almaça). Editora, Livros Horizonte. Lisboa, 1981.
- **DAVIDSON**, Basil. *O Fardo do Homem Negro*. Tradução de Jorge Almeida e Pinto. Editora : Campo das Letras. Porto, 2000.

- **DIAS, Jorge.** *Antropologia Cultural*. Castoliva editora, Lda. 1968.
- **DUVIGNEAUD, Paul.** *A Síntese Ecológica*. Instituto Piaget. Lisboa, 1996.
- **FERREIRA, J.M. Carvalho, et al.** *Sociologia*. Editora : McGraw-Hill. Portugal /Alfragide, 1995.
- **FITOUSSI, Jean-Paul.ROSANVALLON, Pierre.** *A Nova Era das Desigualdades*. (Trad, Miguel Serras Pereira). Editora : Celta. Oeiras 1997.
- **FONSECA, Maria Lucinda; ORMOND, Meghann.; et al.** *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*. Edição. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) 1ª Edição. Lisboa, 2005.
- **FUKUYAMA, Francis.** Livros Quetzal. Lisboa, 1999.
- **GEORGE, Pierre.** *As Migrações Internacionais*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1977.
- **GIDDENS, Anthony.** *Novas Regras do Método Sociológico*. (trad. António Escobar Pires) (2ª ed.) Editora : Gradiva. Lisboa, 1996.
- **GIDDENS, Anthony.** *Sociologia*, (4ª Edição, traduzida por Alexandra Figueiredo et al) Fundação Calouste Gulbenkian Lisboa, 2004.
- **GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin.** *O Inquérito (Teoria Prática)*. (Trad. Conceição Lemos Pires). Celta Editora. Oeiras, 1997.
- **GIL, António Carlos.** *Pesquisa Social : Métodos e Técnicas*. (5ª ed). Editora : Atlas. São Paulo, 1999.
- **GOODE, J. William; HATT, Paul K.** *Métodos em Pesquisa Social* . Companhia Editorial Nacional. São Paulo, 1979.
- **GONÇALVES, A. Custódio.** *Questões de Antropologia Social e Cultural* . Porto: Afrontamento, 1992.
- **GUERRANTE, Rafaela Di Sabato.** *Transgênicos*. Editora Interciência, Rio de Janeiro, 2003.
- **GUERREIRO, M. Gomes.** *O Homem na Perspectiva Ecológica*. Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve. Vila Real de Stº António, 1999.
- **GUERRA, João Paulo.** *Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.

- **GUEST**, Robert . *Africa Continente Acorrentado*. (trad. António Santos) Civilização Editora. Porto, 2004.
- **HALL**, Edward T. *A Dimensão Oculta*. (tradução de Miguel Serras Pereira). Editora : Relógio D'Água. Lisboa, 1986.
- **HELL**, Victor. *A Ideia de Cultura*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1989.
- **HILL**, Manuela Magalhães; **HILL**, Andrew. *Investigação por Questionário*. Edições Sílabo. (1ª ed.) Lisboa, 2000.
- **LAHON**, Didier. *O Negro no Coração do Império*. Lisboa: Ministério da Cultura – Casa do Brasil, 1999. ISBN: 972-8339-23-2.
- **LAMY**, Michel. *As Camadas Ecológicas do Homem*. Instituto Piaget. Lisboa, 1996.
- **LAVILLE**, Christian; **DIONNE**, Jean. *A Construção do Saber*. São Paulo: Editora Artes Médicas Sul Ltda. 1999. Brasil.
- **LÉONARD**, Yves. *Salazarismo e Fascismo*. Oeiras: Inquérito.
- **LITTLEJOHN**, James. *Estratificação Social*. (trad. Ricardo Lima). Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1972.
- **KAPLAN**, David; **MANNERS**, Robert A. *Teoria da Cultura*. Zahar Editores. Rio 1975
- **MACHADO**, Fernando Luís. In *Sociologia - Problemas e Práticas*. Editora : Celta. Oeiras, 1999.
- **MARQUES**, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal* (2ª ed.) Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- **MARQUES**, João Pedro. *Os Sons do Silêncio : Portugal de Oitocentos e a Abolição do tráfico de escravos*. Editora : Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1999
- **MARTIN**, Hans-Petre. **SCHUMANN**, Harald. *A Armadilha da Globalização*. Tradução de Lúcia Pinho (et al). Editora Terramar, Lisboa 1999.
- **MARTINS**, Ferreira. *Figuras e Factos da Colonização Portuguesa*. Editorial: Inquérito Limitada. Lisboa, 1939

- **MAROCO**, João. *Análise Estatística (com Utilização do SPSS)*. Edições Sílabo. Lisboa, 2003.
- **MAURO**, Frédéric. *Portugal O Brasil e o Atlântico*. Volume I e II. Editorial Estampa. Lisboa, 1989.
- **MORIN**, Edgar. *Sociologia : A Sociologia do Microsocial ao Macroplanetário*. Editora : Publicações Europa – América, Lda. Mem Martins, 1984.
- **ODUM**, Eugene P. *Fundamentos de Ecologia*. (trad. António Manuel de Azevedo Gomes, 5ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.Lisboa.
- **PERES**, Damião. *A História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Editora Vertente, 1959.
- **PEREIRA**, Alexandre. *SPSS Guia Prático de Utilização*. (5ª ed. Revista e aumentada). Edições Sílabo. Lisboa, 2004.
- **PESTANA**, Maria Helena; **GAGEIRO**, João Nunes. *Análise de Dados para Ciências Sociais (A Complementaridade do SPSS)*. (2ª ed.). Edições Sílabo. Lisboa, 2000.
- **PERRET**, Bernard; **ROUSTANG**, Guy. *L'Economie Contre la Société(Affronter la Crise de L' intégration Sociale et Culturelle*. Editions Du Seul. 1993.
- **PRESIDENCIA** da República: **FERNANDES**, António Teixeira; **CAPUCHA**, Luís. *Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Lisboa, 1998.
- **PIRES**, Rui Pena. *Migrações e Integração*. Editora Celta Oeiras, 2003.
- **POPPER**, Kar R.. *Em Busca de Um Mundo Melhor*. (Trad. Teresa Curvelo). Editorial Fragmentos. Lisboa, 1992.
- **PORTES**, Alejandro. *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Integração*.(Trad. Fernando Ágoas). Editora : Celta. Oeiras, 1999.
- **QUIVY**, Raymond; **CAMPENHOUDT**, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Soiais*. (trad. Minhoto Marques e Amélia Mendes). Editora : Gradiva. Lisboa, 1998.
- **REIS**, Elisabete et al *Sondagens A Amostra como Factor Decisivo de Qualidade*.
- **REX**, John. *Ciências Sociais (Raça e Etnia)*. Editorial Estampa. Lisboa, 1988.

► **ROCHER**, Guy. *Sociologia Geral(Mudança Social e Acção Histórica)*. Editorial Presença. Porto, 1989.

► **ROQUE**, Fátima Moura., *et al. O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*. Edições Almedina. Coimbra, 2005.

► **SACHS**, Jeffrey. *O Fim da Pobreza*. (trad. Paulo Tiago Bento). Edição : Casadasletras. Cruz Quebrada, 2005.

► **SANTOS**, Boaventura de Sousa. *Globalização : fatalidade ou Utopia?* (2ª edição). Edições Afrontamento. Porto 2002.

► **SERRANO**, Pedro. *Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. Santa Maria da Feira: Editora Relógio D'Água, 1996.

► **SILVA**, Baltazar Lopes. *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Editado : Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa, 1984.

► **SOUSA**, Gonçalo de Vasconcelos e. *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. Editora : Livraria Civilização. Porto, 1998.

► **STREUBERT**, Helen J.; **CARPENTER**, Dona R. *Investigação Qualitativa em Enfermagem*. Loures: Lusociência, 2002.

► **TOURAINÉ**, Alain. *Iguais e Diferentes : Poderemos Viver Juntos?* Instituto Piaget. Lisboa, 1997.

► **VALEJO**,F.J. Gallo. *Manual del Residente de Medicina Familiar y Comunitária*. Edita : I.M.& C. Madrid, 1993.

► **WALTERS**, Malcolm. *Globalização*. (Tradução do inglês : Magnólia Costa e Ana Bela Rocha). Celta Editora. Oeiras, 1999.

► **ZARARIA**, Fareede. *O Futuro da Liberdade*. Tradução de Arnaldo M.A. Gonçalves. (1ª ed.) editora Gradiva. Lisboa, 2003.

◆ **COLLIER'S ENCYCLOPEDIA**; Educational Corporation. United States of America:1967.

◆ *Dicionário de Língua Portuguesa*. (8ª ed.). Porto : Porto Editora, 1998.

◆ **SABATINA**, Guia de Formação Escolar. Marina Editores. Setúbal,

REVISTAS

■National Geographic. Portugal. Novembro 2004.

■REVISTA Visão. Fevereiro 2002.

■DIAS, Maria Rosário *et al.* *Revista de Sociologia : Problemas e Práticas Sobre as Atitudes Face aos Imigrantes.* Nº 25 ISCTE. Lisboa, 1997

APONTAMENTOS

- FRONTIER, S.; Pichot-Viale, D. “ *Ecosystemes, structure, Fonctionnement, Evolution.*
- Dr. João Paulo Fernandes. *A Política e o Ambiente: a Dimensão do Indivíduo. Sustentabilidade: o Desafio de Romper com os Velhos Paradigmas*
- Professor Tomás Moreira. *Problemas Ecológicos.*
- RAPAPORT, A. *Influencia das Características Físicas do Território no Habitat Humano e Grau de Desenvolvimento da Sociedades.*

● Princípios de Geografia Humana: Michel de La Blache. Professor Dr. Mascarenhas.

● NAVEH, Z. *Fundações da Ecologia da Paisagem na Europa.* Professor Dr. Mascarenhas.

● Dr. Jorge Brito. *Transdisciplinaridade e Níveis de Conhecimento.*

NETOGRAFIA

www.achetudoeregioes.co.br/animais/oceanos_e_rios

www.gcim.org

www.sef.pt

Anexo 1 – Questionário para a População Portuguesa

Questionário

Eu sou Isabel Campos, sou licenciada em Enfermagem, trabalho no Hospital Distrital de Faro no Serviço de Obstetrícia . Sou natural de Angola e estou neste momento a fazer um Mestrado em Ecologia Humana. A nossa atenção está voltada para o ser humano e para a relação que este estabelece com o meio que o rodeia.

Este questionário, destina-se a recolher informações que nos ajudem a elaborar o trabalho final de curso (Tese) cujo tema é : **Modos de Integração dos Imigrantes Africanos no Algarve**, caso particular dos Imigrantes Africanos em Olhão.

A investigação científica é muito importante. É graças a ela que a vida do ser humano tem melhorado. É com base nela que se melhoram as leis, que se criam formas e medicamentos para curar doenças e, socialmente, se criam empregos e melhora a vida do ser humano.

Ao responder a estas perguntas você estará a colaborar para melhorar a vida do ser humano e do meio que o rodeia. **Não deixe de responder. Colabore como pode e teremos todos, dias melhores.**

Agradeço a sua colaboração.

Isabel Campos

Nota : a ética em investigação consagra o direito à confidencialidade e ao anonimato.

Questões

Por favor

- Leia com atenção todas as questões
- Não deixe questões por responder
- Em caso de dúvidas, não hesite em solicitar a minha ajuda
- **Lembre-se do anonimato. Não assine o seu nome em parte nenhuma deste questionário.**

Parte I

Assinale com um X o quadrado correspondente à sua escolha. Escreva por extenso a sua resposta nos espaços com linhas.

1.1 – Sexo F M

1.2- A sua idade situa-se entre

| | |
|---------|--------------------------|
| 18 – 25 | <input type="checkbox"/> |
| 26 – 32 | <input type="checkbox"/> |
| 33 – 39 | <input type="checkbox"/> |
| 40 – 46 | <input type="checkbox"/> |
| 47 – 53 | <input type="checkbox"/> |
| 54 – 60 | <input type="checkbox"/> |

1.3 - Naturalidade _____

1.4 - Nacionalidade _____

1.5 – Estado Civil:

casado divorciado viúvo solteiro outro

1.6 – Posição Religiosa:

Não tem Evangélico Católico Islâmico Outro

1.7 – Agregado Familiar:

1.7.1. Quantas pessoas são? _____

2 – Habilitações literárias _____

2.2. Habilitações Profissionais _____

2.3. Profissão/ ocupação _____

2.4. Rendimento / salário (coloque um X no quadrado que achar correspondente)

| | | |
|--------------------|---|--------------------------|
| Inferior a 500 € | 1 | <input type="checkbox"/> |
| Entre 500 e 700 € | 2 | <input type="checkbox"/> |
| Entre 700 e 1000 € | 3 | <input type="checkbox"/> |
| Superior a 1000 € | 4 | <input type="checkbox"/> |

3 – Já esteve imigrado? Sim Não

3.1. Se Sim, diga onde : África

Europa

Ásia

América

Oceânia (Austrália, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné)

Parte II

1 – O fluxo imigratório de africanos para Portugal é uma realidade crescente. Pedimos-lhe que expresse a sua opinião, servindo-se das seguintes frases : (coloque um X no quadrado que achar orrespondente)

| | | |
|--|---|--------------------------|
| O Estado português deveria fechar as fronteiras e, proibir a entrada de imigrantes | 1 | <input type="checkbox"/> |
| Portugal não tem capacidade para acolher mais imigrantes | 2 | <input type="checkbox"/> |
| Os portugueses estiveram emigrados em muitos países africanos, chegou o momento de retribuir, acolhendo imigrantes de África | 3 | <input type="checkbox"/> |

Caso não concorde com nenhuma destas opções, ou queira acrescentar algo, dispõe destas linhas para o fazer _____

1.1 Com o fluxo imigratório os problemas relacionados com a legalização são notícia que diariamente entra na nossas casas, incomodando-nos mais a uns e menos a outros. Se tivesse poder de decisão, que medidas tomaria para resolver a imigração ilegal? (assinale com um X o quadrado correspondente).

- a) facilitar a legalização
- b) aplicar multas elevadas aos países de origem dos imigrantes ilegais
- c) repatriar os imigrantes ilegais

Não concordo com nenhuma destas. A minha sugestão seria a seguinte :

1.2 Acredita que haja grupos organizados que obtêm avultados lucros arranjando vistos de trabalho falsos para os imigrantes africanos? Sim Não
 Não sei Não comento

1.3 É comum associar-se a criminalidade e a violência aos imigrantes africanos. A sua opinião é :

| Totalmente injusto | Injusto | Parcialmente justo | Justo | Totalmente justo | Não opino |
|--------------------|---------|--------------------|-------|------------------|-----------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

1.3.1 “Os imigrantes africanos cometem mais crimes que os portugueses”.

- Falso Verdadeiro Não sei Não comento

1.3.2 Dentre os vários grupos de imigrantes em Portugal, na sua opinião quem causa maior insegurança (em relação a criminalidade)?

| | | |
|-----------------------|---|--|
| Os africanos | 1 | |
| Os de Leste | 2 | |
| Os brasileiros | 3 | |
| Os chineses | 4 | |
| Não sei / não comento | 5 | |

1.4 Conhece ou lida com imigrantes africanos de perto?

- Sim Não

1.4.1 Se respondeu sim como os classifica ?

- a) alegres sociáveis simpáticos
- b) indesejáveis incómodos
- c) são-me indiferentes

1.5 Considera a possibilidade de se relacionar (depois de os conhecer), amistosamente com imigrante africanos?

| Sim | Talvez | Nunca |
|-----|--------|-------|
| 1 | 2 | 3 |

1.6 Como classificaria os casamentos entre portugueses e imigrantes africanos?

- a) são casamentos de conveniência
- b) são casamentos como qualquer outro
- c) são casamentos de “curta” duração dadas as diferenças
- d) não deveriam ser permitidos por lei
- e) não tenho opinião

1.7 Aceitaria que um filho (a) seu (a) ou familiar próximo casasse com um imigrante africano?

| | | | |
|-----|--------|-----|-------|
| Sim | Talvez | Não | Nunca |
| 1 | 2 | 3 | 4 |

Parte III

1.1 Quanto ao trabalho dos imigrantes africanos, pedimos a sua opinião sobre a frase “Os imigrantes africanos trabalham mais do que os portugueses”.

| | | | |
|---------------------|----------|----------|---------------------|
| Discordo totalmente | Discordo | Concordo | Concordo totalmente |
| 1 | 2 | 3 | 4 |

1.2 Outra das frases que ouvimos com frequência é : “os imigrantes fazem os trabalhos que os portugueses não querem fazer”.

| | | | |
|---------------------|----------|----------|---------------------|
| Discordo totalmente | Discordo | Concordo | Concordo totalmente |
| 1 | 3 | 4 | 5 |

1.3 Acredita que haja salários inferiores para imigrantes africanos que desempenhem as mesmas funções e qualificações que trabalhadores portugueses?

Sim Não

1.4 Sente que o seu emprego está ameaçado pela mão de obra de trabalho imigrante?

Sim Não

1.4.1 Se Sim, qual o grupo que representa maior ameaça para si ?

| | | |
|-------------|---|--|
| Africanos | 1 | |
| Leste | 2 | |
| Brasileiros | 3 | |
| Chineses | 4 | |

1.5 Se no seu emprego de repente fosse surpreendido com a presença de um chefe “imigrante africano” com competência e certificação comprovada, como reagiria?

| | | | |
|-------------|-----------|-----------|-------------------|
| Normalmente | Resignado | Indignado | Mudava de emprego |
| 1 | 2 | 3 | 4 |

IV

1 – Considera os filhos dos imigrantes de 2ª e 3ª geração cidadãos portugueses?

Sim Não Não comento

1.2 Acha possível Portugal vir a ter um dia um 1º Ministro ou Presidente da República descendente de imigrantes africanos?

| | | | |
|------------|----------------|----------|-------------|
| Improvável | Pouco provável | Provável | Não comento |
| 1 | 2 | 3 | 4 |

1.3 Os descendentes de imigrantes africanos estão a participar cada vez mais da vida pública portuguesa. Vemo-los na Assembleia da República, no jornalismo, nos programas televisivos, leccionando nas Universidades, sem falar na presença a que já quase nos habituamos do médico, do professor, do enfermeiro etc. tem com certeza uma opinião sobre isso. Pedimos-lhe que expresse a s impressão:

- a) é-me indiferente
- b) não tinha percebido
- c) sinto-me incomodado
- d) agrada-me
- e) têm um desempenho social semelhante ao dos portugueses

1.4 Acha os imigrantes africanos “diferentes” dos portugueses?

| | | | |
|-----------------------|------------------|------------|---------------|
| Totalmente diferentes | Muito diferentes | Diferentes | Pouco ou nada |
| 1 | 2 | 3 | 4 |

1.4.1 Se os acha “diferentes”, use estas linhas para expressar as diferenças

Obrigado pela sua colaboração

Anexo 2 – Questionário para a população Imigrante Africana

Questionário

Eu sou Isabel Campos, sou licenciada em Enfermagem, trabalho no Hospital Distrital de Faro no Serviço de Obstetrícia . Sou natural de Angola e estou neste momento a fazer um Mestrado em Ecologia Humana. A nossa atenção está voltada para o ser humano e para a relação que este estabelece com o meio que o rodeia.

Este questionário, destina-se a recolher informações que nos ajudem a elaborar o trabalho final de curso (Tese) cujo tema é : **Modos de Integração dos Imigrantes Africanos no Algarve**, caso particular dos Imigrantes Africanos em Olhão.

A investigação científica é muito importante. É graças a ela que a vida do ser humano tem melhorado. É com base nela que se melhoram as leis, que se criam formas e medicamentos para curar doenças e, socialmente, se criam empregos e melhora a vida do ser humano.

Ao responder a estas perguntas você estará a colaborar para melhorar a vida do ser humano e do meio que o rodeia. **Não deixe de responder. Colabore como pode e teremos todos, dias melhores.**

Agradeço a sua colaboração.

Isabel Campos

Nota : a ética em investigação consagra o direito à confidencialidade e ao anonimato.

Questões

Por favor

- Leia com atenção todas as questões
- Não deixe questões por responder
- Em caso de dúvidas, não hesite em solicitar a minha ajuda
- **Lembre-se do anonimato. Não assine o seu nome em parte nenhuma deste questionário.**

Parte I

Assinale com um X o quadrado correspondente à sua escolha. Escreva por extenso a sua resposta nos espaços com linhas.

1.1 – Sexo F M

1.2- A sua idade situa-se entre

| | |
|---------|--------------------------|
| 18 – 25 | <input type="checkbox"/> |
| 26 – 32 | <input type="checkbox"/> |
| 33 – 39 | <input type="checkbox"/> |
| 40 – 46 | <input type="checkbox"/> |
| 47 – 53 | <input type="checkbox"/> |
| 54 – 60 | <input type="checkbox"/> |

1.3 - Naturalidade _____

1.4 - Nacionalidade _____

1.5 – Estado Civil:

casado divorciado viúvo solteiro outro

1.6 – Posição Religiosa:

Não tem Evangélico Católico Islâmico Outro

1.7 – Agregado Familiar:

1.7.1. Quantas pessoas são? _____

1.7.2. Qual a sua constituição?

cônjuge amigos outros familiares filhos outros

2 – Habilitações:

2.1. Habilitações literárias no país de origem _____

2.2. Profissão no País de Origem _____

2.3. Profissão actual _____

Parte II

3. Há quanto tempo vive em Portugal? Menos de 6 meses
Entre 6 meses e 1 ano
_____ anos

Filho de imigrantes nascido em Portugal

3.1. Por que vias entrou em Portugal?

Terrestre Marítima Aérea

3.2. Recorreu à ajuda de alguém para poder entrar em Portugal?

Sim Não

3.2.1. Se sim, diga de quem :

Amigos Familiares Organizações Humanitárias
Grupos organizados

3.3. Quais os motivos que o levaram a imigrar ?

- a) Ganhar dinheiro e voltar para o país de origem
- b) Criar condições e trazer a família para Portugal
- c) Ganhar dinheiro e começar nova vida em Portugal
- d) Ganhar dinheiro para começar uma nova vida noutro país africano que ofereça melhores condições que as dadas no país de origem
- e) fugir da guerra
- f) fazer formação superior e voltar
- g) fazer um curso e ficar

3.4. Já emigrou para algum outro país ? Sim Não

3.4.1. Se sim, diga quais _____

4. Qual a sua situação em Portugal?

Cidadão português Residente Legalizado Residente Ilegal
Outro

4.1. O que pensa do processo de legalização em Portugal ? (*faça um círculo à volta do número da resposta que lhe interessa*).

| Muito difícil | Difícil | Aceitável | Fácil |
|---------------|---------|-----------|-------|
| 4 | 3 | 2 | 1 |

5. Sente que as suas expectativas no tocante à possibilidade de trabalho / formação são correspondidas em Portugal?

| Sim | Mais ou menos | Não |
|-----|---------------|-----|
| 3 | 2 | 1 |

6. Se tem colegas portugueses, acha que estes trabalham menos que os imigrantes ?

Sim Não

7. Considera que os imigrantes trabalham nas áreas em que os portugueses não querem trabalhar? Sim Não

8. Sente algum tipo de discriminação em relação a outros colegas igualmente imigrantes? Se sim, qual dos grupos

Brasileiros :
Do Leste : outro

9. Considera o salário dos imigrantes africanos inferior ao dos portugueses ?

Sim Não Não sei

10. Se demonstrasse capacidade e tivesse habilitações acha que o seu patrão lhe daria um cargo de chefia?

| Certamente | Talvez | Nunca |
|------------|--------|-------|
| 3 | 2 | 1 |

11. Se tiver colegas portugueses, ou do Leste, como acha que eles reagiriam ao ser chefiados por um africano?

| Normalmente | Resignados | Indignados | Mudando de emprego |
|-------------|------------|------------|--------------------|
| 4 | 3 | 2 | 1 |

Parte III

12. Alguma vez se sentiu mal por ser imigrante?

| Nunca | Raramente | Às vezes | Muitas vezes | Sempre |
|-------|-----------|----------|--------------|--------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

12.1. Alguma vez fizeram com que se sentisse mal por ser imigrante?

| Nunca | Raramente | Às vezes | Muitas vezes | Sempre |
|-------|-----------|----------|--------------|--------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

13. Sente-se integrado na sociedade portuguesa?

| Muito pouco | Pouco | Razoavelmente | Bastante | Completamente |
|-------------|-------|---------------|----------|---------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

14. Acha que o falar português ajuda a uma melhor integração?

| Sim | Talvez | Não |
|-----|--------|-----|
| 1 | 2 | 3 |

15. Como avalia o acolhimento que recebeu quando chegou a Portugal ?

| | | | | |
|-----------|-----|----------|-----|-----------|
| Muito mau | Mau | Razoável | Bom | Muito bom |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

16. Acha que para melhor se integrar na sociedade portuguesa é necessário deixar os seus hábitos e costumes?

| | | |
|-----|--------|-----|
| Sim | Talvez | Não |
| 1 | 2 | 3 |

17. Convive com outros imigrantes africanos? Sim Não

18. Convive habitualmente com portugueses ? Sim Não

18.1. Se sim, que tipo de relações mantém com eles (*coloque um X no quadrado que corresponde a sua opinião*)

| | |
|--------------------------|--|
| 1. Laborais | |
| 2. Amizade | |
| 3. Familiares | |
| 4. Conjugais | |
| 5. Partilha de habitação | |

19. Tem cadastro em Portugal ? Sim Não

19.1. Sente alguma insegurança em relação às autoridades portuguesas ?
Sim Não

20. Alguma vez foi vítima de algum tipo de violência ou abuso da autoridade policial?

Sim Não

20.1. Se sim, como classifica essa actuação policial?

Excessiva Justificada Não comenta

21. É da opinião que as autoridades policiais portuguesas devem ter em relação aos imigrantes africanos uma atitude

| | | | | |
|-----------|------|-----------------------|------------|-------------|
| Mais dura | Dura | Igual aos portugueses | Menos dura | Não comento |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

22. Na sua opinião o que deveria ser feito aos imigrantes africanos que cometem crimes? (coloque um X no quadrado que corresponde a sua opinião)

| | |
|---|--|
| 1. Punidos em Portugal | |
| 2. Repatriados | |
| 3. Repatriados apenas se reincidissem | |
| 4. Repatriados apenas se penas graves | |
| 5. Repatriados e deixar o julgamento por conta dos países de origem | |

23. Como avalia a força de trabalho dos imigrantes africanos no progresso do país?

| | | | | |
|----------------|------------------|------------|------------------|-------------|
| Imprescindível | Muito importante | Importante | Pouco importante | Indiferente |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

24. Deixamos essas linhas a sua disposição para que possa expressar alargadamente alguma opinião sobre o que espera da sociedade portuguesa ?

Obrigado pela sua colaboração

Anexo 3 – Comprovativo do Insucesso e/ou Abandono Escolar dos Filhos dos Imigrantes em Olhão.

De: Carlos Ferrinho (Drealg) <carlos.ferrinho@drealg.min-edu.pt> 21/3/2006
Enviado: segunda-feira, 27 de Março de 2006 15:23:55
Para: "isafield6@hotmail.com" <isafield6@hotmail.com>
Assunto: Imigrantes Africanos nas escolas dos Concelhos de Faro e Olhão

📎 **Anexo:** (0.06 MB)

Dando resposta à vossa solicitação, enviamos em anexo um ficheiro em formato Excel com quatro folhas (1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo e Secundário), contendo o número de alunos de nacionalidade Africana que estavam matriculados nas escolas dos Concelhos de Faro e Olhão no ano lectivo de 2004-2005.

Esta é a informação mais actualizada relativamente ao assunto solicitado.
Atenciosamente.

Carlos Ferrinho

Alunos oriundos de outras nacionalidades 2004/2005

Ensino Secundário

| Escola | África do Sul | Alemanha | Angola | Argentina | Austrália | Bélgica | Brasil | Bulgária | Cabo-Verde | Canadá | China | Cuba | El Salvador | Espanha | E.U.A | França | Guiné | Holanda | Inglaterra | Irlanda | Itália | Jugoslávia | Lituânia | Luxemburgo | Macau | Moçambique |
|--------------------------------|---------------|----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|----------|------------|----------|----------|----------|-------------|----------|----------|-----------|----------|----------|------------|----------|----------|------------|----------|------------|----------|------------|
| ES João de Deus | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ES Pinheiro e Rosa | | 1 | | | | | 3 | | | | | | | | | 1 | | 1 | | | 1 | | | | | |
| ES Tomás Cabreira | 6 | 7 | 6 | 2 | 1 | | 8 | 4 | 9 | 5 | | | | 2 | 6 | 27 | 3 | 1 | | 5 | | | | | | |
| ES Olhão | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total por nacionalidade | 6 | 8 | 6 | 2 | 1 | 0 | 11 | 4 | 9 | 5 | 0 | 0 | 0 | 2 | 6 | 28 | 3 | 2 | 0 | 5 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

Anexo 4 – Dados Estatísticos Referentes a Reclusos Oriundos dos PALOP, Por Nacionalidade cedidos Gentilmente pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

Exma. Sr.^aDr.^a
Isabel Fonseca Campos,

Em resposta ao seu pedido de informação estatística, anexa-se ficheiro com dados estatísticos relativos a reclusos segundo as nacionalidades (países de África) existentes nas cadeias portuguesas, em 31 de Dezembro de 2005, por sexo e os escalões de idade. Segue igualmente uma tabela com a lotação e reclusos em 31 de Dezembro de 2005, por estabelecimento prisional, entre os quais estão incluídos os Estabelecimentos Prisionais de Faro e de Olhão.

Trata-se da informação estatística disponível por este Gabinete, já que não dispomos dos dados que solicita, que permitam estabelecer cruzamentos entre a nacionalidade dos reclusos e os respectivos estabelecimentos prisionais onde se encontram detidos.

Para obter um maior detalhe da informação estatística pretendida sugerimos que se dirija junto da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, cujo endereço do respectivo site é :
De notar ainda que, os dados, ora enviados, revestem natureza provisória na presente data.

Com os melhores cumprimentos,

Secretariado

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Av. Óscar Monteiro Torres, 39

1000-216 Lisboa

Tel.21 7924000

Fax 21 7924090

**Reclusos existentes em 31 de Dezembro, segundo o sexo e os escalões de idade,
por países da nacionalidade**

2005(*)

| Sexo e idade | Total | Sexo | | Idade | | | | |
|-------------------------|--------------|--------------|-----------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | | H | M | 16 a 18 anos | 19 a 24 anos | 25 a 39 anos | 40 a 59 anos | 60 e mais anos |
| Reclusos estrangeiros | | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| Países de África | 1 303 | 1 222 | 78 | 32 | 211 | 778 | 272 | 5 |
| Angola | 230 | 225 | 5 | 8 | 36 | 157 | 29 | |
| Cabo Verde | 786 | 721 | 65 | 14 | 106 | 473 | 188 | 5 |
| Guiné Bissau | 124 | 121 | 3 | 10 | 36 | 52 | 26 | |
| Moçambique | 22 | 21 | .. | .. | 4 | 14 | 3 | |
| S. Tomé e Príncipe | 54 | 52 | .. | .. | 16 | 27 | 9 | |
| Outros | 87 | 82 | 5 | .. | 13 | 55 | 17 | |

Nota: Inclui reclusos inimputáveis internados em estabelecimentos psiquiátricos não prisionais.

(*) Dados provisórios à data de 18.08.06

.. Resultado nulo/protegido pelo segredo estatístico